

O Português Quinhentista

Estudos Lingüísticos



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor
Naomar de Almeida Filho



EDITORA DA UFBA

Diretora
Flávia Garcia Rosa

Titulares

Antônio Virgílio Bittencourt Bastos
Arivaldo Leão de Amorim
Aurino Ribeiro Filho
Cid Seixas Fraga Filho
Fernando da Rocha Peres
Mirella Márcia Longo Vieira Lima

Suplentes

Cecília Maria Bacelar Sandenberg
João Augusto de Lima Rocha
Leda Maria Muhana Iannitelli
Maria Vidal de Negreiros Camargo
Naomar de Almeida Filho
Nelson Fernandes de Oliveira

Rua Barão de Geremoabo s/n
Campus de Ondina
CEP: 40170-290 Salvador-BA
Tel/fax: (71)3263-6164
www.edufba.ufba.br



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA
DE SANTANA**

Reitora
Anaci Bispo Paim

Vice-Reitor

José Onofre Gurjão Boa Vista da Cunha

Pró-Reitora de Extensão

Ana Angélica Matos Rocha Gonçalves

Pró-Reitora de Graduação

Elma Lígia Pires Leal Liberal

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Edson Miranda dos Santos

Pró-Reitor Administrativo

Eutímio Oliveira Almeida

Diretora do Departamento de Letras e Artes

Évila Oliveira Reis Santana

Coordenador do Colegiado do Curso de

Letras

Fernando Freitas Franco

Rosa Virgínia Mattos e Silva
Américo Venâncio Lopes Machado Filho
(organizadores)

O Português Quinhentista Estudos Lingüísticos

EDUFBA/UEFS
Salvador/2002

©2002 by Rosa Virgínia Mattos e Silva e
Américo Venâncio Lopes Machado Filho.
Direitos para esta edição cedidos à Editora da
Universidade Federal da Bahia.
Feito o depósito legal.

Projeto gráfico e editoração: Josias Almeida Junior

Capa: Reprodução da gravura apresentada na portada da
Grammatica de João de Barros, Séc. XVI

Origem das separatrizes: Imagens da *Grammatica* de João de
Barros, Séc. XVI

Revisão: Os organizadores

P853 O Português quinhentista : estudos lingüísticos / Rosa Virgínia Mattos e Silva,
Américo Venâncio Lopes Machado Filho (organizadores) . - Salvador :
EDUFBA ; Feira de Santana : UEFS, 2002.
376 p. : il.

ISBN 85-232-0274-9

1. Língua portuguesa – História. 2. Língua portuguesa – Gramática histórica. 3. Lingüística
histórica. 4. Lingüística – Pesquisa. I. Silva, Rosa Virgínia Mattos e. II. Machado Filho, Américo
Venâncio Lopes. III. Universidade Federal da Bahia. IV. Universidade Estadual de Feira de
Santana.

CDU – 811=134.3(091)
CDD – 469.09

Mas tornãdo a nosso proposito a estas dições alheas cõ neçessidade e não façilmête trazidas chamarlhemos alheas em quãto forẽ muito nouas de tal feição q̃ não possamos negar seu naçimêto: e despoys pelo tẽpo a diãte cõformadoas cõ nosco chamarlhemos nossas/porq̃ desta maneira forão as q̃ agora chamamos comũs

Fernão de Oliveira, *Grammatica da lingoagem portuguesa*, capítulo XXXII.



Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

À Editora da Universidade Federal da Bahia – EDUFBA

À Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS



Sumário

Apresentação.....	13
Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinientos em comparação com o período arcaico	
Rosa Virgínia Mattos e Silva	27
Notas sobre avaliações lingüísticas nos gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros	
Rosa Virgínia Mattos e Silva	43
A Obra Pedagógica de João de Barros: a sintaxe da ordem nas sentenças encaixadas	
Ilza Ribeiro	61
A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão	
Tânia Lobo	83
A definição da oposição entre <i>ser/estar</i> em estruturas atributivas nos meados do século XVI	
Rosa Virgínia Mattos e Silva	103
Vitórias de <i>ter</i> sobre <i>haver</i> nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros	
Rosa Virgínia Mattos e Silva	119
A variação <i>ser/estar</i> e <i>haver/ter</i> nas <i>Cartas de D. João III</i> entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros	
Rosa Virgínia Mattos e Silva	143

Observações sobre as conjunções no século XVI Therezinha Maria Mello Barreto	161
Adverbiais portugueses no século XVI Sônia Bastos Borba Costa	195
Comparação entre algumas preposições portuguesas documentadas no século XVI e no século XIV Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio	217
Locuções prepositivas nas <i>Cartas de D. João III</i> em comparação com documentos notariais particulares coetâneos portugueses e galegos Anna Maria Nolasco de Macêdo	237
A natureza do texto como um dos fatores que condicionam o sistema de demonstrativos nos séculos XV e XVI Sílvia Santos da Silva Gonçalves	263
O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa e de possessivo do século XIII ao século XVI Iraneide Costa	283
Verbos de padrão especial no português do século XVI Zenaide de Oliveira Novais Carneiro	307
A pontuação em João de Barros: preceitos e usos Américo Venâncio Lopes Machado Filho	351
A pontuação na <i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i> comparada à proposta de João de Barros Eliete Oliveira Santos	367

Os autores

Rosa Virgínia Mattos e Silva

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Ilza Ribeiro

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Tânia Lobo

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Therezinha Maria Mello Barreto

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Sônia Bastos Borba Costa

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Rosauta Fagundes Poggio

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Anna Maria Nolasco de Macêdo

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Sílvia Santos da Silva Gonçalves

Coordenadora do Curso de Letras da União Metropolitana de Educação e Cultura – UNIME

Iraneide Costa

Professor da Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Zenaide Carneiro

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia

Professor da Universidade Federal da Bahia – UFBA

Eliete Oliveira Santos

Graduanda em Letras pela Universidade Federal da Bahia – Bolsista de Iniciação Científica do CNPq



Apresentação

*O sonho é ver as formas invisíveis
Da distância imprecisa ...**

O tempo – motor causante de toda a História – é o domínio sobre o qual muitos estudiosos de diversas áreas do conhecimento se têm debruçado incessantemente à procura de interpretações para os mais variados aspectos relacionados com a longa jornada humana.

Conquanto muito já se tenha conseguido desvendar sobre o distante passado, algumas informações concernentes a alguns períodos históricos são – assim como o horizonte impreciso cuja visão a fraca luz e a distância obturam – ainda bastante assistemáticas ou diluídas, nomeadamente em relação à trajetória das línguas naturais e mais especificamente em relação à história da língua portuguesa.

Ao eleger, como arco de tempo de estudo da história do português, suas origens, no período arcaico (cujos primeiros registros escritos remontam aos inícios do século XIII, ou, como pretendem alguns, recentemente, demonstrar, aos finais dos anos duzentos), até o século XVI e, a partir daí, infletir para o português brasileiro, o grupo de pesquisa PROHPOR – Programa para a História da Língua Portuguesa tem, renovadamente, procurado priorizar outros ângulos de observação para uma tentativa de reconstrução, mesmo que aproximativa – como de fato deveriam ser consideradas, pelo bom senso, todas as tentativas de interpretação de dados lingüísticos – de cada uma das sincronias do período temporal com que trabalha.

Embora tenha sido o século XVI um dos séculos mais focalizados por historiadores e especialistas em estudos da cultura (entre esses os literários), os estudos de natureza lingüística têm se concentrado preponderantemente sobre o período arcaico da língua portuguesa ou sobre suas manifestações mais recentes na história do português brasileiro e de certa forma sobre o europeu.

Não obstante, o lapso de tempo que compreende o período entre os séculos XVI e XIX ainda demanda muito de toda investigação lingüística que se tem empreendido, para que se possa compor um quadro histórico

talvez menos incompleto com o que se depara hoje a língua portuguesa, mais especificamente seu processo de constituição na história.

Não se pode, todavia, ignorar que algumas relevantes contribuições, especificamente sobre o século XVI, já foram implementadas por alguns pesquisadores da língua, nomeadamente no âmbito da grafia, do léxico, do sistema vocálico ou mesmo de seus aspectos morfológicos, tendo, entretanto, restado, até o momento, a morfossintaxe e a sintaxe quinhentistas à espera de novas pesquisas e de novos autores.

Em 1996, o PROHPOR apresentou um trabalho coletivo de seus membros, que propunha examinar, então, sob diversas óticas da ciência linguística, mas com ênfase na morfossintaxe e sintaxe, o documento inaugural das coisas do Brasil, dos finais do século XV, inícios do XVI: a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, cujos resultados foram publicados no livro intitulado *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*.

A mesma inspiração de trabalho temático conjunto, que tem conduzido os esforços do PROHPOR, desde a sua fundação há aproximadamente 10 anos até o presente, sempre renovada pela inserção de novos componentes, seja de estudantes de graduação que logo cedo descobrem a paixão pela história da língua e muito contribuem com suas ânsias e perguntas para o desenvolvimento das pesquisas e para o estímulo da docência acadêmica, seja de novos investigadores formados no âmbito geral de seus trabalhos científicos, traduz-se aqui, na presente coletânea, sob a forma

real de um sonho imaginado, em que as formas ganham corpo diante de tão assombroso elemento: a distância do tempo.

Os estudos aqui coligidos, originais à exceção de um único texto, procuram apresentar uma contribuição para o conhecimento lingüístico sistemático, sobretudo da morfossintaxe e sintaxe do português quinhentista sobre *corpora* homogêneos que privilegiam textos da primeira metade do século XVI, utilizando-se para isso de edições confiáveis, ou mesmo de fac-símiles de originais manuscritos.



Reprodução de um retrato antigo de João de Barros

Os dezesseis estudos que aqui se reúnem – nesta apresentação sintetizados e comentados, têm a intenção de servir de roteiro para a leitura, que – espera-se – aliciatória, do conteúdo de cada um desses trabalhos, fundados, sobretudo, nos dados da *Obra Pedagógica* de João de Barros; nas duas primeiras *Décadas da Ásia*, também de sua autoria; nas *Cartas de D. João III* e nas *Cartas da Corte de D. João III*.

O primeiro **estudo**, *Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico*, de Rosa Virgínia Mattos e Silva, é o único que não se centra em dados lingüísticos, mas busca, em largos traços, delinear características socioculturais e lingüísticas que opõem o Portugal de quinhentos em relação ao período arcaico do português, que pode estender-se, em alguns desses aspectos, até, pelo menos, 1536/1540. Os fatos sócio-históricos apresentados e discutidos nesse **estudo** são: a produção do texto do período arcaico para os anos quinhentos; a recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação, a partir do século XVI; os novos mecanismos de controle do uso lingüístico no Portugal quinhentista em relação aos séculos anteriores; o alargamento do campo literário e a figura do autor nos tempos modernos que se iniciavam. Tais fatos são considerados pela autora como reconfigurações socioculturais e lingüísticas que tornam os estudos histórico-diacrônicos dos anos quinhentos mais empiricamente motivados, já que, para além da documentação remanescente e das teorias lingüísticas para estudos dessa natureza, o português começa a dispor de controles normativos incipientes, a partir de 1536, com a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira.

O **estudo** *Notas sobre avaliações lingüísticas nos gramáticos Fernão de Oliveira e João de Barros*, também de Rosa Virgínia Mattos e Silva, focaliza as “avaliações explícitas” nos dois primeiros gramáticos da língua portuguesa e arrola anotações do tipo “arcaísmos”, “neologismos”, “regionalismos”, “vícios de linguagem”, detectadas ao longo da leitura das duas gramáticas. Organiza os dados, considerando primeiro as “avaliações coincidentes” em Fernão de Oliveira e João de Barros; a mais interessante é a que incide na questão do ditongo nasal final, para ambos já convergente em [ãũ], proveniente de vários étimos latinos que, excetuando <-anu->, resultaram primeiro em vogais nasais. Quanto às “avaliações divergentes”, a mais interessante delas incide sobre a questão da primeira pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ser*. Seguem outras “avaliações” depreendidas em Fernão de Oliveira e em João de Barros, analisadas nesta ordem: fônicas, mórficas, lexicais, em cada um desses gramáticos. Vale explicar que a autora utiliza a designação “avaliação” no sentido do conceito “evaluation”, da teoria laboviana sobre a variação e a mudança lingüística. Destaca que, só a partir dos meados do século XVI, é que os estudos históricos dos português começaram a dispor da “avaliação” de gramáticos, mais uma fonte de informação para o nosso passado lingüístico, para além da documentação remanescente e das teorias histórico-discrônicas, bússolas para desvendar os mistérios de etapas passadas de qualquer língua.

O **estudo** *A obra pedagógica de João de Barros: a sintaxe da ordem em sentenças encaixadas*, de autoria de Ilza Ribeiro, é a continuação de seus estudos sobre a ordem sintática na história da língua portuguesa, iniciados com a sua tese de doutoramento, orientada pela Dra. Charlotte

Galves e aprovada em 1995, na Unicamp, *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2* e prosseguindo em seu **estudo** *A ordem dos constituintes em 1500*, tendo como base a *Carta de Pero Vaz de Caminha*. No presente trabalho, a autora, avançando mais no tempo da língua portuguesa, apresenta uma análise, no quadro da teoria gerativa, seguindo o modelo de *Princípios e Parâmetros* da década de oitenta do século XX, centrado na *Obra Pedagógica* de João de Barros. A autora, depois de tecer considerações sobre esse conjunto de trabalhos de João de Barros, focaliza a ordem nas sentenças encaixadas. Examina os seguintes fenômenos que caracterizam a sintaxe do português arcaico: a ordem V2, responsável pela possibilidade de ordenação de constituintes com inversão sujeito-verbo; a interpolação, ou seja, a possibilidade de ocorrerem diferentes tipos de constituintes entre o pronome-complemento clítico e o verbo; o fronteamento estilístico, resultante da aplicação de uma regra de deslocamento de adjetivos, participios, advérbios, para uma posição pré-verbal e a propriedade do sujeito nulo, traço sintático que se mantém diacronicamente no português europeu. Vale informar que, dos dezesseis estudos apresentados nesta coletânea, este é o único não-inédito, já que foi divulgado no número 19 da revista *Estudos Linguísticos e Literários*, do Instituto de Letras da Ufba, periódico de circulação restrita, o que justifica a sua republicação aqui.

No **estudo** *A sintaxe dos clíticos: o século XVI, o século XX e a constituição da norma padrão*, outro trabalho sobre a ordem sintática desta coletânea, a autora, Tânia Lobo, retoma dados da sua dissertação de Mestrado, *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*, defendida na Universidade Clássica de Lisboa em 1993. Especialista na história dos clíticos no português, do período arcaico em direção ao português brasileiro, defendeu em 2001 a sua tese de Doutorado na USP, *Para uma sociolinguística histórica do português do Brasil. Edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*, em que, na análise linguística, se centra na questão da posição dos clíticos nas *Cartas* editadas do século XIX, escritas na Bahia por portugueses e brasileiros. Confrontou ainda, em artigo publicado em 1996, a sintaxe dos clíticos na *Carta de Pero Vaz de Caminha* com os dados dos meados do século XVI. Neste **estudo**, se centra nos dados das *Cartas da Corte de D. João III*, fazendo uma análise quantitativa exaustiva dos clíticos nessas *Cartas* dos meados do século XVI e, caminhando para o presente, compara os usos desses elementos linguísticos, de ordem mutante ao longo da história da língua portuguesa, no século XVI com o uso brasileiro chamado culto, tendo, como base de dados para a sincronia do presente, os inquéritos do *corpus* compartilhado do projeto *Norma Urbana Culta*. Seu objetivo, neste **estudo**, é o de desvendar coincidências e divergências entre meados de quinhentos e o português brasileiro da segunda metade do século XX. Nas suas “viagens” sobre o movimento na ordem dos clíticos, na história do português, Tânia Lobo tem dado uma rica con-

tribuição, baseada em dados quantificados rigorosamente, com o auxílio do programa informatizado VARBRUL, a essa ainda misteriosa questão de sintaxe histórica da língua portuguesa.

Nos três estudos seguintes, a autora, Rosa Virgínia Mattos e Silva, retoma uma temática sobre que vem pesquisando há alguns anos, relacionada com mudanças sintático-semânticas que ocorreram com os verbos *ser*; *estar*; *haver* e *ter* dos inícios e ao longo do período arcaico até meados do século XVI, quando se pode admitir que já então se inicia o período moderno ou clássico da língua portuguesa.

No **estudo** *A definição da oposição ser/estar em estruturas atributivas nos meados do século XVI*, a autora se centra nos dados exaustivos da *Obra Pedagógica* de João de Barros e em amostra da *Primeira Década da Ásia* do mesmo autor, com o objetivo de determinar se a oposição entre *ser* e *estar*, nas estruturas atributivas, expressando a transitoriedade, tanto descritiva como locativa, já se definia em favor de *estar*, uma vez que, ao longo do período arcaico, conforme demonstram vários de seus estudos sobre documentação do período arcaico, a variação *ser/estar* era usual. Cresce, ao longo do tempo (do séc. XIII para o XVI), a seleção de *estar* sobre *ser*. Conclui, com base nos dados analisados dos meados do século XVI, que a oposição já está definida em João de Barros. Mostra ainda que a baixa frequência de *ser* [+ transitório], nesse autor, se caracteriza como resíduos arcaizantes, na sua maioria decorrentes da intertextualidade, ou seja, ocorre o uso arcaizante em passagens em que João de Barros cita ou utiliza fontes documentais mais antigas. Este **estudo** permite utilizar a definição dessa oposição como um bom indicador lingüístico para a delimitação entre o período arcaico e o moderno.

No **estudo** *Vitórias de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros*, a autora reúne dados de trabalhos anteriores sobre a variação entre os verbos *ter* e *haver*, também *ser*, em três tipos de estrutura: a. a possessiva; b. com particípio passado e c. a existencial. Nas estruturas possessivas, pôde afirmar que *haver* só ocorre nelas em “resíduos arcaizantes”, sobretudo devido à intertextualidade, ou seja, em citações, ou quando utiliza documentação mais antiga. Com base em dados quantificados, pôde afirmar que, nos meados do século XVI, o verbo de “posse” é *ter* e não mais *ter* ou *haver*, fato que permite utilizar esse dado histórico como um indicador lingüístico para a delimitação o período arcaico e o moderno da língua portuguesa. Nas estruturas de tempo composto, examina a teoria de João de Barros, na sua *Gramática*, quanto às formas verbais “per rodeo”. O autor afirma que *ter* deverá ser utilizado para os tempos “per rodeo” do passado e *haver* para os tempos “per rodeo” do futuro. Verifica que o autor é coerente com sua teoria e não varia, nesses casos, os usos de *ter* e *haver*. Quanto à gramaticalização dos tempos “per rodeo” do passado, verifica que, quando o particípio passado é de verbo transitivo, há predominância da forma gramaticalizada, ou seja, sem

concordância com o complemento do verbo. Verifica também que João de Barros ainda usa o verbo *ser* com verbos não-transitivos (intransitivos e ergativos), uso próprio ao período arcaico, mas em variação com *ter/haver*. Quanto à variação na estrutura existencial, observa que João de Barros ainda prefere *haver*, já não utiliza *ser* nesse tipo de estrutura e já aponta *ter* existencial nas *Décadas*, mas não na *Obra Pedagógica*. A base de análise deste **estudo** é a *Obra Pedagógica* completa de João de Barros e amostras extensas da *Década Primeira*, para os itens *a* e *b* e ainda uma amostra extensa da *Década Segunda* para o item *c*.

No **estudo** *A variação ser/estar e haver/ter nas Cartas de D. João III entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros*, a autora retoma os quatro verbos nas estruturas indicadas nos dois estudos anteriores e os examina, em um recorte feito nas *Cartas de D. João III*, coetâneas à obra analisada de João de Barros, portanto, *Cartas* escritas entre 1540 e 1553. Seu objetivo é confirmar ou não nesse outro tipo de texto, *Cartas* do rei, redigidas por vários de seus funcionários e duas autógrafas, que analisa separadamente, o que encontrou e analisou no conjunto das obras já referidas de João de Barros. Nas suas conclusões, afirma que o *ser*, expressão da transitoriedade, é mais freqüente que na obra analisada de João de Barros, sendo assim mais conservadoras as *Cartas*. Quanto à variação *haver/ter* nas estruturas possessivas, verifica que o *haver* é residual como em João de Barros e só se destaca em expressões formulares. Quanto às estruturas com particípio passado, como João de Barros, o verbo sempre selecionado é *ter* quando o particípio passado é de verbo transitivo; com verbos não-transitivos ocorre, como em João de Barros, *ser* em variação com *ter*. Sobre a gramaticalização do tempo composto, a concordância com o complemento do particípio passado transitivo ocorre, mas em taxa mais baixa que em João de Barros, sendo, neste caso, as *Cartas* reais inovadoras. Quanto ao *ter* existencial, ocorre uma vez nas *Cartas*, numa seqüência ambígua, sendo *haver* o verbo generalizado nesse tipo de estrutura. Nas *Cartas* do punho do rei D. João III, há variação de *ser/estar*, expressando a transitoriedade; o verbo *ter* é o exclusivo para as estruturas de posse e também exclusivo com o particípio passado. Não ocorrem nas duas *Cartas* do punho do rei estruturas existenciais. Este **estudo** comparativo permite afirmar, com certa margem de segurança, que a oposição *ser/estar*, em estruturas atributivas semanticamente transitórias e a exclusão do verbo *haver* nas estruturas possessivas já caracterizam o português dos meados do século XVI, definindo-se, assim, esse momento histórico como já próprio ao período moderno da língua portuguesa.

Os quatro estudos seguintes tratam de processos diacrônicos de gramaticalização de conjunções, adverbiais, preposições e locuções prepositivas, utilizando conceitos de teorias funcionalistas da atualidade.

No **estudo** *Observações sobre as conjunções no século XVI*, sua autora, Therezinha Barreto, retoma um tema de que já é especialista, uma

vez que, na sua dissertação de Mestrado, aprovada em 1992, tratou das conjunções e correlações conjuncionais em documentação dos séculos XIII a XV e, na sua tese de Doutorado, de 1999, trabalhou com os itens conjuncionais em documentação dos séculos XIII ao XVII, em comparação com o uso falado contemporâneo no Brasil e em Portugal; revela, discute e demonstra processos de gramaticalização na formação dos itens conjuncionais, ao longo da história da língua portuguesa. Neste **estudo**, centrado em *corpus* do século XVI – *Cartas de D. João III*, *Cartas da Corte de D. João III*, *Obra Pedagógica* completa de João de Barros e amostras da *Primeira* e da *Segunda Década da Ásia*, do referido escritor, encontra 92 itens conjuncionais. Na análise desses itens, destaca nesta ordem: os que já eram empregados nos séculos anteriores e experimentaram mudanças no século XVI; itens conjuncionais que só foram empregados até o século XVI; itens que começam a ser empregados no século XVI, tais como, *soamente*, *contudo*, *de modo que*, *de feição que*, *já que*, *logo*, *por mais ... que*, *cõ quanto*, *conforme*, *primeiro que*, *ora ... ora*; itens conjuncionais que só ocorreram na documentação quinhentista analisada, tais como: *a que*, *caso que*; itens conjuncionais que, aparentemente já em desuso, ao longo do período arcaico, voltam a ocorrer no século XVI, tais como: a correlação *nom ... senom*, *ante* e *ante que*. Prossegue o seu **estudo** com a comparação entre os processos de formação dos itens conjuncionais nos dados do período arcaico com os dados dos meados do século XVI. Mostra, por meio de duas fórmulas, as diferenças entre os dois grupos de dados, indicando as permanências e as inovações. Avalia tais processos e apresenta, nesta ordem, os elementos nucleares mais produtivos na formação dos itens conjuncionais: as preposições e os advérbios, os principais; os verbos; os nomes e os pronomes. Tendo por base o *continuum* proposto por teóricos funcionalistas, verifica que as “categorias menores”, como a preposição e a “categoria mediana”, como os advérbios, são os principais formadores de itens, que também são considerados, por esses teóricos, “categorias menores”. O **estudo** de Therezinha Barreto é não só uma contribuição, por apresentar dados precisos para a história da língua portuguesa, mas também uma contribuição significativa para a teoria da gramaticalização na diacronia do português.

No **estudo** *Adverbiais portuguesas no século XVI*, a sua autora, Sônia Borba Costa, continua pesquisas sobre esses elementos – advérbios e locuções adverbiais – que já vem desenvolvendo sobre documentação do período arcaico e, em especial, com base na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, estando em preparação sua tese de Doutorado sobre o tema *Adverbiais locativos e temporais: indícios diacrônicos de gramaticalização na história do português*. Neste **estudo**, se centra na *Carta de Caminha*; nas *Cartas de D. João III*; em *Cartas da Corte de D. João III*; na *Obra Pedagógica* completa de João de Barros. O **estudo** se caracteriza pelo levantamento exaustivo dos itens adverbiais no *corpus* referido; pelo

estabelecimento dos processos morfossintáticos de formação desses itens; pela análise da produtividade desses processos e por observações de interesse, fundamentadas no quadro da teoria funcionalista da gramaticalização. Depois de discutir, sinteticamente, os conceitos de advérbio e locução adverbial, com base em diversificada bibliografia, a autora passa a descrever os processos de formação dos advérbiais no *corpus* exaustivamente analisado, destacando os processos mais produtivos: dos 31 processos formadores depreendidos, considera nove mais produtivos, sendo que, deles, os mais recorrentes são os advérbiais provenientes, diacronicamente, de advérbios e de adjetivos seguidos do morfema derivacional *-mente*. Tece procedentes reflexões sobre a questão de produtividade na formação dos advérbiais, para, em seguida, discutir indícios de gramaticalização aplicáveis aos advérbiais encontrados, com base em conceitos da teoria escolhida. Por fim, apresenta a relação e listagem dos 185 itens advérbiais encontrados no *corpus*. Este **estudo**, além de ser uma contribuição objetiva sobre os advérbiais no *corpus* analisado do português quinhentista, é, certamente, uma contribuição amadurecida para a reflexão sobre a gramaticalização e, em especial, sobre a gramaticalização na diacronia do português.

No **estudo** *Comparação entre algumas preposições portuguesas documentadas no século XVI e no século XIV*, a autora, Rosauta Fagundes Poggio, professora de latim, já especialista no seu tema, uma vez que, em sua tese de Doutorado – *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim* (1999), aprofundou sua reflexão sobre a diacronia das preposições, no quadro teórico funcionalista, do latim para a primeira fase do período arcaico, com base no texto latino e na mais antiga versão portuguesa conhecida dos *Diálogos de São Gregório* (século XIV). Tal como na sua tese de Doutorado, selecionou neste **estudo** as preposições na função sintática de adjuntos advérbiais. Aqui o seu *corpus*, base de sua análise, são os dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório* na versão trecentista e, para o português de quinhentos, pesquisou a *Obra Pedagógica* de João de Barros e sessenta e uma das *Cartas de D. João III* (entre 1523 e 1533). Na análise comparativa que faz entre os *corpora* trecentista e quinhentista, encontrou preposições com formas e sentidos equivalentes nos séculos considerados;



Reprodução de um retrato do século XVI de D. João III

preposições com formas equivalentes e novos sentidos no século XVI; preposições que apresentam formas modernas no século XVI, tais como: *depois*, *entre*, *até*, *após*, e preposições que não foram encontradas no *corpus* do século XIV e ocorrem no século XVI, tais como: *mediante* e *conforme*. Apresenta ainda o avanço de novas locuções prepositivas do século XIV para o XVI, tecendo procedentes considerações sobre as do século XVI. Encerra seu **estudo** com comentários teóricos sobre processos de gramaticalização numa perspectiva diacrônica e funcionalista. Acrescenta, ainda, uma significativa informação sobre o tema no século XVI, que é o fato de, comparando os dados de João de Barros com os dados das *Cartas de D. João III*, apresentarem-se essas últimas como mais conservadoras, ou seja, mais arcaizantes, fato que, aliás, confirma o que estudos lingüísticos históricos têm afirmado, ou seja, que a documentação não-literária de natureza jurídica se apresenta como menos inovadora. O **estudo** de Rosauta Poggio dá, sem dúvida, uma contribuição valiosa para um melhor conhecimento da história das preposições do latim para o português dos séculos XIV e XVI, além de acrescentar reflexões procedentes sobre processos diacrônicos de gramaticalização.

No **estudo** *Locuções prepositivas nas Cartas de D. João III em comparação com documentos notariais particulares coetâneos galegos e portugueses*, a autora, Anna Maria Nolasco de Macêdo, já tendo trabalhado sobre esse tema na sua dissertação de Mestrado – *Locuções prepositivas na constituição histórica da língua portuguesa: período arcaico*, de 1997, sobre vasto *corpus* em prosa do período arcaico do português, retoma-o neste **estudo**, centrando-se em dados do século XVI. Neste **estudo**, seu *corpus* está constituído pelo conjunto completo das *Cartas de D. João III*, que compara com documentos notariais do século XVI, escritos na área portuguesa e na galega. Depois de discutir a conceituação de locuções prepositivas e de apresentar questões relativas à gramaticalização em geral e das locuções prepositivas em particular, centra-se na análise dessas locuções nos *corpora* selecionados e testa a fórmula de sua constituição mórfica, apresentada na dissertação referida, com os dados quinhentistas, confirmando a sua aplicabilidade à documentação analisada do século XVI. Na documentação pesquisada na sua dissertação, identifica vinte e oito processos de formação de locuções prepositivas, em que predominam como centro os advérbios, seguidos, em igual número, dos nomes e preposições e, por fim, verbos. Nas *Cartas de D. João III*, também predominam, como centro, os advérbios, seguidos pelas preposições e pelos nomes, e, por fim, o verbo. Nos documentos notariais portugueses e galegos predominam, como centro, os nomes, seguidos pelos advérbios, nos documentos portugueses, e pela preposição, nos galegos. Em ambos, tal como nas *Cartas de D. João III*, o verbo ocorre, com baixa frequência, como centro das locuções em foco, sempre na forma do particípio passado. O trabalho é enriquecido por ampla exemplificação ilustrativa. É de notar que duas locuções documentadas no

período arcaico, *d'après de* e *ensembrá com* já não ocorrem no século XVI. Este estudo apresenta, sem dúvida, mais uma contribuição da autora para o conhecimento das locuções prepositivas na história do português e também do galego, tema em que está investindo na sua tese de Doutoramento, em elaboração, em que se baseia em documentação não-literária do período arcaico em direção ao século XVI, tanto do português como do galego. Contribui ainda para o aprofundamento do conhecimento de processos de gramaticalização numa perspectiva diacrônica.

Os dois estudos seguintes abordam aspectos do funcionamento de elementos constituintes do grupo nominal.

O **estudo** *A natureza do texto como um dos fatores que condicionam o sistema de demonstrativos nos séculos XV e XVI*, de Sílvia Santos Gonçalves, retoma aspectos, sobretudo os de natureza discursiva, de sua dissertação de Mestrado *Demonstrativos, dêiticos e anafóricos: duas sincronias em confronto (séculos XV e XVI)*, de 2000. Neste **estudo**, utiliza o *corpus* já analisado em sua dissertação: a *Crônica de D. Pedro* de Fernão Lopes, da primeira metade do século XV; a *Carta de Pero Vaz de Caminha* de 1500; o *Diálogo em Louvor de nossa Linguagem* e o *Diálogo da Viçiosa Vergonha* de João de Barros, impressos em 1540, e o *Livro V da Primeira Década* de 1552, também de João de Barros. A seleção dos textos privilegiou o tempo histórico focalizado e a natureza desses textos, ou seja: um texto historiográfico do século XV, que, no seu interior, inclui cartas; um texto historiográfico de meados do século XVI, em que João de Barros narra a expedição de Pedro Álvares Cabral às Índias; a célebre *Carta* de 1500, destinada a D. Manuel, que narra a expedição de Cabral até a sua chegada ao Brasil, e os dois *Diálogos* de 1540, em que seu autor dialoga ficcionalmente com seu filho. Com base nessa diversidade de tipos de textos – carta, narrativa historiográfica, diálogo, leva em conta, na sua análise, a natureza do destinatário: se identificável, se genérico, e faz a sua análise do funcionamento discursivo dos demonstrativos *este*, *esse*, *aquêle*, e suas flexões no total dos dados levantados no referido *corpus*. Tem por objetivo determinar se o sistema dos demonstrativos é dicotômico ou tricotômico e, com base na macro-divisão da foricidade, ou seja, endófora e exófora, subdivide esses dois pólos, refinando a sua análise com os conceitos de anáfora, catáfora e anáfora-dêitica para a endófora e com conceitos de dêixis espacial, dêixis temporal e dêixis “am phantasma” para a exófora. Aplica essa chave analítica a cada texto de seu *corpus*, apresentando os resultados em gráficos e tabelas, resultados das quantificações feitas. Este **estudo** demonstra a complexidade do funcionamento dos sistemas dêiticos e anafóricos no português arcaico e no século XVI, contribuindo, certamente, para uma reflexão mais refinada para a sistematização da dêixis e da anáfora expressas pelas formas *este*, *esse*, *aquêle*, e suas flexões.

O **estudo** *O uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoas e de possessivos do século XIII ao XVI*, de Iraneide Costa, sintetiza a

sua dissertação de Mestrado, defendida em 1999. Seu objetivo é verificar se a variação existente hoje no português brasileiro no uso do artigo diante de possessivos, determinantes de nomes e diante de antropônimos ocorria já no período arcaico em direção ao século XVI. Para tanto seleciona como *corpus* representativo desses séculos: a documentação notarial escrita em Portugal dos inícios do século XIII aos inícios do século XVI, na edição de Clarinda de Azevedo Maia; a *Crônica de D. Pedro* de Fernão Lopes, da primeira metade do século XV e o *Diálogo em Louvor de nossa Linguagem* e o *Diálogo da Viçiosa Vergonha* de João de Barros, impressos em 1540. Levanta todas as ocorrências do uso do artigo ou a sua ausência no referido *corpus* nos dois contextos em variação referidos, foco do seu trabalho, e apresenta seus resultados em gráficos e tabelas. Realiza a análise dos dados, utilizando as variáveis lingüísticas independentes propostas em trabalhos das sociolingüistas brasileiras Giselle Machline de Oliveira e Silva e Dinah Callou, variáveis de natureza morfológica e sintática. Aplica esse molde de análise da sincronia atual a seus dados do período arcaico para o moderno e verifica que, desde o século XIII, há variação no uso do artigo diante de possessivos seguidos de nome, crescendo o uso do artigo ao longo dos séculos, alcançando cerca de 40% o uso do artigo diante de possessivos no século XVI. Quanto ao artigo diante de nomes próprios de pessoa, verifica que não ocorre no *corpus* pesquisado, exceto em dois casos excepcionais, um em cada *Diálogo* de João de Barros: em um deles o nome próprio é usado genericamente como nome comum (*a Madalena*); no outro, o artigo destaca, em uma série de autores clássicos, *o Virgílio*. Este **estudo** não só apresenta dados objetivos sobre esses usos variáveis do artigo no tempo da língua pesquisado, como mostra, no que concerne à metodologia usada, que recursos metodológicos utilizados para o estudo do presente das línguas podem ser aplicáveis a dados do passado, acredita-se, com sucesso.

O **estudo** seguinte é o único que trata de um aspecto morfológico na história do português do período arcaico para o moderno e tem como tema uma análise sobre mudança dos verbos de padrão especial: do português arcaico ao século XVI. A autora, Zenaide Carneiro, se baseia na sua dissertação de Mestrado, defendida em 1996 – *Os verbos de padrão especial no português do século XVI*. Neste **estudo** utiliza como *corpus* básico a *Obra Pedagógica* de João de Barros, de 1540, e as *Cartas de D. João III*, de 1523 a 1540, ou seja, na totalidade da edição utilizada. Como *corpus* de confronto utiliza os dados do português arcaico, publicados por Rosa Virgínia Mattos e Silva nos seus livros de 1989 e de 1994. Como quadro teórico-metodológico de análise, serviu-se de propostas de Mattoso Câmara Jr., adotadas para o português arcaico por Rosa Virgínia Mattos e Silva. Os verbos de padrão especial, tradicionalmente designados de irregulares, estão agrupados em quatro subgrupos: *a.* os verbos que apresentam variação no lexema das formas do não-perfeito e têm um lexema específico para

as formas do perfeito (subgrupo mais complexo); *b.* os que apresentam lexema invariável para as formas do não-perfeito e têm lexema específico para as formas do perfeito; *c.* os que apresentam variações nos lexemas do não-perfeito, sendo o lexema das formas do perfeito a variante mais generalizada do lexema do não-perfeito; *d.* os verbos de particípio passado especial, chamado de particípio forte. Na análise de seus dados, detecta 23 itens verbais de padrão especial nos três primeiros grupos. Apresenta em esquemas e quadros todas as variantes, inclusive as gráficas, que encontrou nesses 23 itens verbais. Destaca, ainda, em quadro, os verbos de particípio forte encontrados no seu *corpus* quinhentista. Compara seus resultados quinhentistas com os dados do português arcaico, organizados do mesmo modo que aqueles e, por fim, destaca e discute as mudanças que ocorreram do período arcaico para os meados do século XVI. Na sua conclusão, apresenta as diferenças entre as duas sincronias que indicam mudanças de perda, no sentido de regularização, de lexemas de verbos de padrão especial do período arcaico para o moderno, decorrentes de mudanças fônicas e analógicas. Destaca, por fim, que verbos do subgrupo *a*, o mais complexo, são aqueles que apresentaram maior regularização. Este **estudo**, tal como a dissertação de Mestrado da autora, apresenta uma análise sistemática, rigorosamente quantificada, que é, certamente, uma contribuição nova para o conhecimento do tópico focalizado, nesses períodos passados da língua portuguesa, além de mostrar que recursos teórico-metodológicos utilizados na análise da sincronia atual do português são válidos para abordar dados do passado, tal como demonstra o **estudo** anteriormente comentado.

Os dois últimos **estudos** desta **Coletânea** se centram em um aspecto gráfico do português arcaico e do quinhentista, a pontuação.

No **estudo** *A pontuação em João de Barros: preceitos e usos*, o autor, Américo Venâncio Lopes Machado Filho, retoma o tema *pontuação*, que explorou a fundo, em códices manuscritos do período arcaico, na sua dissertação de Mestrado, *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*, defendida em 2000. Neste **estudo** se centra na primeira proposta explícita para a pontuação no português, a de João de Barros, que se encontra no fim da *Ortografia*, parte da *Gramática da Língua Portuguesa*, desse primeiro gramático prescritivista do português e compara com o que detectou no *corpus* de sua dissertação, constituído de manuscritos dos séculos XIII, XIV e XV, elaborados em diferentes “scriptoria”: as duas versões do *Testamento de Afonso II*, manuscritos da chancelaria real; o *Livro das Aves*; a versão A dos *Diálogos de São Gregório* e algumas vidas de santos do *Flos Sanctorum*, manuscritos provavelmente escritos em mosteiros do Norte de Portugal, trazidos para o Brasil por Serafim da Silva Neto e hoje depositados na Biblioteca Central da Universidade de Brasília; a versão B dos *Diálogos* referidos, comprada de algum mosteiro, no século XV, para a “Livraria” do mosteiro de Alcobaça, e a versão C dos mesmos

Diálogos, copiada no “scriptorium” alcobacense, na segunda década do século XV. Nesse *corpus* medieval, detectou trinta e três sinais de pontuação e, a partir de sua análise, concluiu que a pontuação então usada refletia aspectos relacionados com a prosódia da língua falada, mas também era regularmente condicionada por motivações de ordem lógico-gramatical. Nos seus preceitos sobre a pontuação, João de Barros reduz, drasticamente, os sinais de pontuação a apenas cinco (*cõma, côlo, uergas, parentisis e interroçâm*), apontando suas conceituações para esses cinco sinais no sentido de uma sistemática de pontuação de natureza lógico-gramatical. Examinado se a teoria do gramático é coerentemente aplicada na sua gramática, verifica o autor que nem sempre é coerente o seu uso em relação a seus preceitos, provavelmente porque seus preceitos se fundam na pontuação da escrita do latim. Este **estudo**, não só contribui para aprofundar o conhecimento da história da pontuação no português, mas, especialmente, para mostrar a mudança que ocorre dos manuscritos medievais portugueses para o texto, já impresso, dos meados do século XVI.

No **estudo** *A pontuação na Carta de Pero Vaz de Caminha em comparação à proposta de João de Barros*, a autora, Eliéte Oliveira Santos, bolsista de Iniciação Científica do CNPq, no *Programa para a História da Língua Portuguesa* (PROHPOR), retoma o **estudo** anterior de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, que a orientou na sua pesquisa, e compara a proposta de João de Barros, analisada pelo autor anteriormente referido, com o uso de Pero Vaz de Caminha, na *Carta* manuscrita para D. Manuel, datada de 1500. Motivada não só pelos estudos sobre pontuação realizados no âmbito do PROHPOR, mas por estar lidando com a *Carta de Caminha* no *Projeto*, em andamento, do referido PROHPOR, relativo a um *Banco Informatizado de textos para a História da Língua Portuguesa* (BIT-PROHPOR), debruçou-se a autora sobre a edição justalinear da *Carta*, recentemente apresentada por A. G. Cunha, Heitor Megale e César Cambraia, levantando todos os sinais de pontuação nela utilizados. Realizada a análise dos dados, verificou que o sistema de sinais usado por Caminha é do período medieval e, nesse sentido, Caminha é arcaizante, mas já é modernizante quanto ao caráter lógico-gramatical da pontuação na *Carta*. Aventa a hipótese de que esse último fato decorre de a *Carta* ter sido feita não para ser lida para uma audiência, mas por apenas uma pessoa, nesse caso o rei, provavelmente em voz baixa. Com este **estudo**, a autora apresenta mais uma contribuição para o conhecimento do uso da pontuação na história da língua portuguesa, além de contribuir com mais um trabalho sobre a *Carta de Caminha*, que se soma aos trabalhos apresentados na *Coletânea* de 1996, realizada por membros do PROHPOR, intitulada *A Carta de Caminha: Testemunho Lingüístico de 1500*, como anteriormente indicado.

O PROHPOR almeja que, com esses dezesseis **estudos**, sumarizados nesta *Apresentação*, esteja dando alguma informação nova para um co-

nhecimento mais objetivo sobre o português dos anos quinhentos, período pouco estudado do ponto de vista lingüístico, como afirma o especialista português na história da língua portuguesa, o professor doutor Ivo Castro na sua conferência de 1996, *Para a história do português clássico*.**

Salvador, dezembro de 2001

Os Organizadores

* Fragmento do poema "Horizonte", do livro *Mensagem*, de autoria de Fernando Pessoa.

** O conteúdo do texto e as referências são de responsabilidade dos autores.



*Reconfigurações socioculturais e lingüísticas
no Portugal de quinhentos
em comparação com o período arcaico*

Rosa Virginia Mattos e Silva



Introdução

Tenho como objetivo aqui traçar de maneira sintética algumas reconfigurações socioculturais e lingüísticas que se implementam no Portugal de quinhentos, ou seja, o século XVI, com a finalidade de indicar que, para as pesquisas que tratam da história da língua portuguesa no seu passado mais remoto, o período arcaico e os inícios do moderno, tais reconfigurações se refletem na documentação escrita remanescente, base de que se dispõe para os estudos históricos do passado de qualquer língua não-ágrafa.

O tema foi motivado como uma reflexão para o projeto coletivo do “Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)”, intitulado *O português quinhentista: estudos lingüísticos*. Vale dizer que o arco de tempo sobre que pesquisa o PROHPOR abarca a história da língua portuguesa das origens ao século XVI e daí para a frente inflete em direção da história do português brasileiro.

As características lingüísticas que tipificam o período arcaico do português se apresentam consistentemente na documentação remanescente dos séculos XIII e XIV e até a segunda metade do século XVI algumas delas permanecem e outras desaparecem (Mattos e Silva, 1994), tanto que, nas propostas de periodização da língua portuguesa, se costuma propor uma primeira fase do português arcaico até fins do século XIV e uma segunda, para alguns autores *português médio*, cujo limite final é impreciso e divergem os estudiosos da história do português. Uma data simbólica para Ivo Castro (1991: 243) seria 1536, porque nela foi representado o último auto de Gil Vicente – *Floresta de enganos*; morre Garcia de Rezende e se publica

o primeiro estudo metalingüístico sobre o português, a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira.

Enquanto uma cronologia seriada, relativa e sistemática de fatos lingüísticos que existiam no período arcaico mais recuado e vão desaparecendo do século XIV para o XVI, não se pode propor, com dados intralingüísticos, os inícios do português moderno ou clássico (prefiro *moderno* porque *clássico* implica sempre uma concepção relacionável à documentação literária e, para os estudos lingüísticos, a produção não-literária tem *status* similar como fonte de pesquisa para o passado das línguas), no Grupo de Pesquisa PROHPOR, temos considerado que 1536/1540 são datas sociolingüísticamente motivadas para os inícios dos tempos modernos da língua portuguesa, já que se inicia então o processo progressivo de normatização com a gramática já referida de Fernão de Oliveira e a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, de João de Barros.

Ivo Castro, na sua conferência *Para a história do português clássico* (1996: 137), localiza o português clássico nos séculos XVI e XVII e caracteriza como de importância idêntica e interrelacionadas, sem hierarquização, os seguintes fatos socioculturais e lingüísticos: a entrada do português na Galáxia de Gutenberg; o desenvolvimento da língua literária; o português como (meta)linguagem sobre si mesmo e o transbordamento da língua portuguesa dos limites da comunidade em que inicialmente era usada.

Neste texto desenvolverei esta questão, centrando-me no século XVI, e considerarei os seguintes aspectos, que, tal como Ivo Castro, considero como necessariamente interrelacionados e sem hierarquização, mas que, por clareza expositiva, há que os itemizar:

- 1 produção do texto do período arcaico para os anos quinhentos;
- 2 a recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação, a partir do século XVI;
- 3 os novos mecanismos de controle do uso lingüístico no Portugal quinhentista em relação aos séculos anteriores;
- 4 o alargamento do campo literário e a figura do autor nos tempos modernos que se iniciam.

1 A produção do texto do período arcaico para os anos quinhentos

Seguindo o historiador medievalista Armindo de Souza (1992, v. 2: 532-533), há que se ter claro que o período arcaico (prefiro *arcaico* a *medieval* porque, no âmbito lingüístico, características ultrapassam a data que a História costuma usar para o fim da Idade Média, 1492) se caracteriza pela oralidade. Nesse tempo não ultrapassaria o montante de 2% a “elite intelectual”, a sua grande maioria ligada ao mundo religioso dos mosteiros e das dioceses, à Igreja Católica, enfim, e a segmentos da nobreza. Como diz o Autor, “o povo mesmo é noite para nós” (p. 533).

Tirante a documentação não-literária, jurídico-notarial, tanto particular como oficial, que começa a ser escrita em português, concorrendo com o latim, nos inícios do século XIII (talvez antes, como vem demonstrando Ana Maria Martins (1999)), que é constante, a partir de então, pela necessidade da organização jurídico-administrativa da sociedade, a documentação que, genericamente, se pode chamar de literária era de produção restrita. Escrita por “profissionais da escrita”, os escribas dos *scriptoria* monásticos sobretudo, mas provavelmente também outros ligados a nobres intelectuais como talvez ocorresse em torno de D. Pedro, conde de Barcelos, certamente o principal nobre intelectual da primeira fase do período arcaico, falecido em 1354.

Nas palavras de outro historiador medievalista, Oliveira Marques:

A divulgação destas e outras obras [literárias] não se podia alargar a um público vasto. O livro era caro e raro. A não ser tratando-se de obras religiosas, como bíblias, missais, antifonários e demais livros de ofício, cuja necessidade de disseminação punha em movimento dezenas ou até centenas de tradutores, obras literárias de outra espécie conheciam “tiragens” de um, dois ou três exemplares. Mandava-se copiar o livro A ou o livro B porque o rei ou um grande senhor havia manifestado interesse em o possuir (1964: 192).

Decorrente disso é que a tradição textual dos manuscritos medievais portugueses se caracteriza, em geral, pelo *codex unicus*, sendo poucas as obras de que se dispõe de mais de um testemunho, a partir dos quais se pode, por vezes, fazer um *stemma codicum*, que indicará testemunhos que se perderam, por razões inatingíveis, com o passar do tempo. Veja-se, como exemplo, o *stemma* proposto por Giuseppe Tavani (1988: 55-121) para as relações históricas entre os três códices remanescentes do *Cancioneiro medieval* profano ou o que propus para as versões medievais portuguesas dos *Diálogos de São Gregório*, as três com que trabalhei, dos séculos XIV e XV e as que provavelmente desapareceram ou ainda não foram encontradas (1989: 56).

Outro aspecto significativo para o que intenciono aqui é a questão da datação e local de produção do texto no período arcaico. Com exceção dos documentos notariais, localizados e datados, no final, os textos literários podem ser situados em um momento desse período por fatos referidos no decorrer do texto, como é o caso, por exemplo, do *Orto do Esposo*, mas, na maioria das vezes, essa localização no tempo só poderá ser feita pelas características paleográficas e/ou lingüísticas do próprio texto. Raro é aquele que, no final, indica a data de sua realização.

Além disso, muitas vezes, o texto foi escrito pela primeira vez em um desconhecido momento, mas dele ficou uma cópia posterior. Um bom exemplo é o da versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, que se supõe ter sido traduzido do francês no século XIII, mas dela o *codex unicus* remanescente é do século XV. Mais interessante ainda é a cópia manuscrita, situável entre 1536 e 1546 (Castro, 1979) do *José de Arimatéia*, também do ciclo do Graal, tradução talvez contemporânea à da *Demanda*, mas,

desse códice inicial, não restam fragmentos, que mostrem as suas origens recuadas.

Essas questões da localização no tempo e no espaço dos manuscritos do período arcaico exigem que, para cada documento a ser trabalhado lingüisticamente, se busque, com rigor, tentar reconstruir a história textual de cada um deles, problema que começa a ficar menos complexo já no século XV, quando se pode, com maior clareza e precisão, saber, por exemplo, quando foi escrita a produção da época da dinastia de Avis. Tanto aquela escrita pelos príncipes e reis dessa dinastia, como a nova historiografia que se inicia com Fernão Lopes pela década de vinte do século XV.

Nos anos quinhentos, embora a tradição do livro manuscrito não tenha se encerrado de repente (basta lembrar-se dos códices manuscritos e ricamente decorados da chamada “leitura nova” do tempo de D. Manuel e a já referida cópia de 1536/1546 do *José de Arimatéia*) com a implementação da imprensa, que chega a Portugal cinquenta anos depois do invento de Gutemberg, questões de localização no tempo e no espaço de edições *princeps*, datadas, já reconfiguram o panorama acima esboçado sobre características da produção escrita do período arcaico.

Se aceitarmos como textos inaugurais do período moderno, as gramáticas de 1536 e de 1540, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, respectivamente, veremos no texto já impresso: na primeira, no colofão está: “Acabouse de imprimir... em Lisboa, ã casa de Germão Galharde a XXVII dias do mês de janeyro de mjl e qñhêtose trinta e seis annos da nossa salvação” e, na portada da segunda, estão em latim indicados o lugar, Lisboa; o tipógrafo, Luis Rodrigues e a data, em romano, MDXL. Germão Galharde e Luis Rodrigues estão entre os principais donos de casas impressoras do Portugal quinhentista, sendo o principal deles, Valentin Fernandes, o grande primeiro dono de casa impressora portuguesa, responsável pela edição da *Vita Christi* de 1498 que, durante muito tempo, foi considerado o primeiro livro impresso em Portugal. Pesquisas recentes recuam essa data para 1487, com a impressão, em hebraico, do *Pentateuco* por Samuel Gacon, livro impresso em Faro, além de outros incunábulos da década de 80 do século XV (Mendes, 1994, s. v. *Incunábulos*).

A imprensa não só alargará a divulgação da produção textual, mas facilitará um aspecto dos estudos histórico-lingüísticos que, com maior precisão, poderão datar e localizar os dados sobre que se processarão as análises de fatos lingüísticos.

2 A recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação a partir do século XVI

Não ultrapassaria de 2% a elite intelectual dos séculos XII ao XV em Portugal, como afirma o historiador, já referido, Armindo de Souza, carac-

terizando-se esse período pela oralidade. Não obstante havia então escolas de vários tipos e podem ser classificadas na tipologia seguinte:

Universidade, escolas catedrais, escolas capitulares, escolas monásticas, escolas conventuais, 'escolas palacianas', escolas municipais, escolas paroquiais e escolas domésticas (Souza, 1993, v. 2: 534).

Depois de descrevê-las, o Autor conclui: “É certo que essa rede de escolas atinge pouca gente” (p. 540).

No seu livro *A sociedade medieval portuguesa*, Oliveira Marques descreve também essa realidade e afirma: “Aprendia-se portanto a ler e escrever em latim mas ninguém falava já latim no Portugal dos séculos XII a XV, a não ser com embaixadores estrangeiros” (1964: 187). Acrescento eu que também, muito provavelmente, no âmbito eclesial, monástico e secular.

O mesmo autor, destacando que desde D. Dinis o português tenha sido convertido em língua oficial, afirma que:

a verdade é que nunca escolas e mestres particulares o ensinavam até fins da Idade Média... o português era ouvido no berço, falava-se depois naturalmente e escrevia-se (os que escreviam) sem nunca se ter aprendido. Daí o fato de a linguagem escrita se aproximar notavelmente da linguagem falada (p. 187).

A língua de ensino era portanto o latim. Que os textos medievais manuscritos em vernáculo seriam mais para serem ouvidos que lidos fica indicado, por exemplo, no sistema complexo da pontuação dos manuscritos medievais que, a par de uma surpreendente sistematicidade lógico-gramatical, sinalizavam também necessidades prosódicas, como pôde demonstrar, em recente pesquisa de Mestrado, Machado Filho (1999).

Os inícios do século XVI reconfiguram tal situação tipicamente medieval. Inicia-se, aos poucos, a laicização da cultura letrada, sem desprestígio do ensino e do conhecimento do latim e da cultura latina, mas, aos poucos, o português começa a ser língua de ensino, alargando o âmbito dos receptores da documentação escrita em vernáculo.

Sem dúvida, a implementação da imprensa em Portugal, a partir da penúltima década do século XV e o uso do papel, em substituição ao pergaminho, tornaram a produção escrita menos rara e menos cara, diferente do que ocorre nos séculos anteriores.

Há informações seguras de que *cartinhas/cartilhas* existiram antes e depois da mais célebre e ricamente ilustrada de João de Barros, impressa em 1539, um ano antes de sua *Gramática*. Esse tipo de texto foi pressionado, certamente, pela necessidade da colonização do império ultramarino que se estabelecia na África e na Ásia.

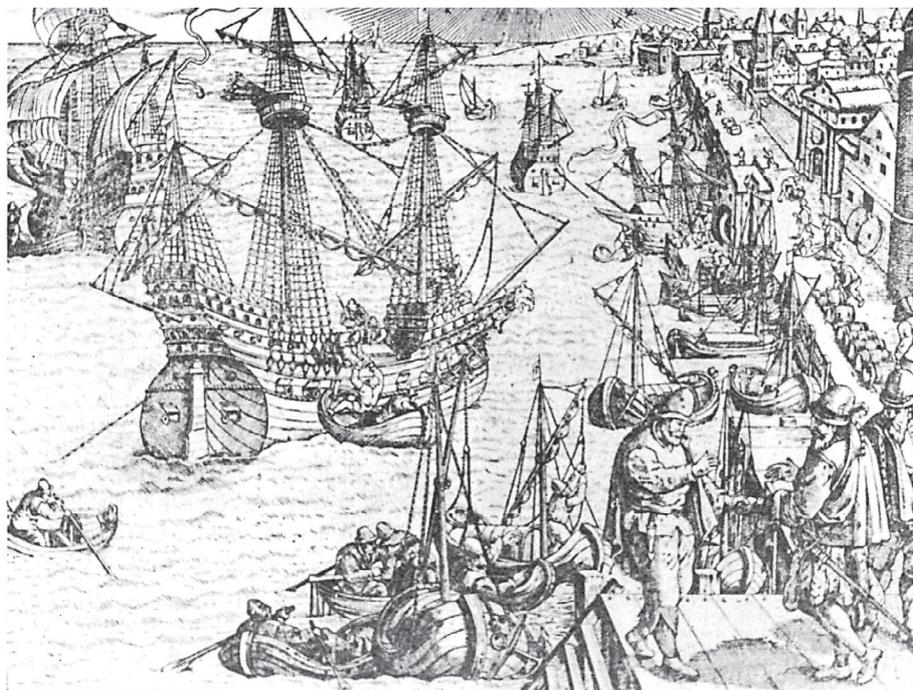
Conforme M. L. Buescu, e, baseada em Damão de Góis, já em 1504 eram enviados livros para o Congo, entre eles, provavelmente *cartinhas*; em 1512 e 1515 seguem para a Abissínia e para o oriente novas remessas de livros de que faziam parte *Cartinhas* (Buescu, 1971: XXV). Em 1521, D. Duarte de Menezes manda entregar duzentas cartilhas, um *Flos Sanctorum* e trinta e quatro evangelhos para Goa, também Cananor e Malaca (Curto,

1998, v. 1: 424). Contudo, conforme esse historiador da cultura quinhentista afirma, só a partir de meados do século XVI, se poderá falar de “esforços regulares de exercício de uma política educativa” (id. *ibid.*).

O mesmo historiador, Ramada Curto, ao levantar a questão sobre quem melhor protagoniza o uso do vernáculo escrito na Lisboa de quinhentos, informa que:

então no Largo do Pelourinho lisboeta existiam muitos homens assentados diante de uma mesa, espécie de escrivães, copistas ou notários sem caráter de oficiais públicos, os quais se entregavam às mais diversas tarefas da escrita: cartas de amor, elogios, orações, versos, sermões, epicédios e também requerimentos em outros papéis, tanto em estilo chão como pomposo (Curto, 1993, v. 3: 359).

Ainda informa que os “mestres de ensino das primeiras letras”, em Lisboa, apontam para um aumento ao longo do século XVI: “de 30 ou 34



Lisboa no século XVI. (Gravura em cobre do livro de Hans Staden, sobre o Brasil. Francforte, 1592.)

em 1551-1552 passam a 60” nos inícios do século XVII, também nessa época duplicava-se a população lisboeta. Questiona, contudo, que pouco se sabe acerca das diversas formas de alfabetização (id., p. 360). Apresenta outro indicador para o uso do vernáculo: entre os juizes de Coimbra que sabiam assinar o nome “de 1533 a 1567, a percentagem mais elevada é de 9%, enquanto de 1572 a 1581 passam a existir percentagens de 15%, 17% e 20%” (id., *ibid.*).

Esses fatos apreendidos pelo historiador da cultura do Portugal quinhentista mostram a implementação do uso escrito do vernáculo, em várias camadas da sociedade, embora as fontes para isso sejam rarefeitas. As *cartinhas/cartilhas*, os mestres-escola, os escrivães públicos não-oficiais à serviço da sociedade em geral, reconfiguram tempos diferentes daqueles em que a língua de ensino era o latim, quando agora a recepção do vernáculo escrito espraia-se pela sociedade.

Nesse novo enquadramento social, não é de admirar que comecem a surgir as reflexões sobre o português como “(meta)linguagem sobre si mesmo”, na expressão já referida de Ivo Castro e o desencadeamento do processo, que veio a ser contínuo no passar da história, o da normatização da língua portuguesa, não só pelas exigências do livro impresso e do português como língua de ensino, mas também pela necessidade decorrente da expansão colonial, em que, como se sabe, desde Nebrija, ou mesmo anterior, a “língua é companheira do Império” (cf. Asensio, 1991[1974]).

Com essas novas reconfigurações socioculturais, o texto escrito se distanciará da “voz”, ou seja, da variabilidade do uso falado e fixará escolhas, que a autoridade dos gramáticos respaldará, o que não ocorria, explicitamente até 1536. Esse fato terá efeitos evidentes sobre os estudos histórico-lingüísticos sobre a documentação, a partir de quinhentos, em relação aos séculos anteriores.

3 Os novos mecanismos de controle do uso lingüístico no Portugal de quinhentos em relação aos séculos anteriores

Como referido, o português era escrito, a partir do século XIII, sem que as pessoas o estudassem para escrevê-lo. Escreviam como ouviam e, certamente, dentro de certas tradições de escrita conhecidas pelos “profissionais da escrita” e próprias aos *scriptoria* monásticos e seculares do Portugal medieval.

É do conhecimento geral que, até finais do século XV, não existiam ou não sobreviveram produções metalingüísticas sobre o português. Oliveira Marques (1964:187) afirma que entre os séculos XII a XV “usaram-se internacionalmente dicionários explicativos, mas de latim. Em Portugal ficou-nos um pequeno glossário de verbos com a forma latina e a tradução portuguesa”.

Provavelmente outros instrumentos semelhantes necessários ao trabalho da tradução latim/língua vernácula, tão implementada durante todo o período medieval, terão existido, mas até nós só chegou o manuscrito alcobacense, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa, catalogado como CDIV/286 (Valle Cintra, 1960: 69 e Cepeda, 1995: 102), editado por Henry Carter na revista *Romance Philology* em 1952-1953. Esse indício remanescente

pode ser uma evidência de que outros assemelhados tenham existido, que pesquisas em arquivos poderão vir a revelar.

A partir de finais do século XV, as chamadas “línguas vulgares”, por oposição ao latim, ou seja, os vernáculos da Europa ocidental, não só românica, começam a ser gramatizados. No caso dos “vulgares” da Península Ibérica, o texto mais famoso é o de António de Nebrija, a sua gramática do castelhano, publicado em 1492, não por coincidência, ano da unificação imperial da Espanha e da descoberta da América, sob a égide dos reis católicos Isabel de Castela e Fernando de Leão. A “língua companheira do Império” motivou o surgimento dessa gramática que veio a ser, senão modelo, no sentido estrito, das duas primeiras gramáticas sobre o português, a de Fernão de Oliveira de 1536 e a de João de Barros de 1540, pelo menos foi móvel e inspiração dos inícios dos estudos metalingüísticos sistemáticos sobre o “vulgar”, língua portuguesa.

As nossas duas primeiras gramáticas, quase coetâneas, são de orientações claramente distintas e seus autores, que conviveram na corte de D. João III, são personalidades de perfil e caráter opostos, bem delineados por Maria Leonor Buescu no seu livro *Historiografia da língua portuguesa* (1984) e em outros textos de sua autoria, tema de que é especialista.

Para os estudos histórico-lingüísticos sobre o passado do português, parece-me muito positivo que se disponha de uma gramática, basicamente de cunho descritivo, como a de Fernão de Oliveira e outra, auto-definidamente, “preceitiva”, ou, em termos atuais, prescritivo-normativa. A meu ver, esses textos de orientações distintas se complementam e são fundamentais para uma aproximação já explicitada sobre vários aspectos da língua portuguesa da primeira metade de quinhentos.

Fernão de Oliveira se centra nas “vozes” e na forma de sua articulação, dando informações claras sobre fonética e fonologia, como demonstrou Eugenio Coseriu, no seu clássico estudo *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*, recém-editado (Torres, A.; Assunção, C., 2000), além de apresentar precisas informações sobre as “dicções”, parte de sua gramática que hoje chamaríamos de Morfologia e Lexicologia, na qual inclui preciosas informações diacrônicas, diatópicas e diastráticas, além de informar sobre empréstimos.

João de Barros se centra nas “lêteras” e não nas “vozes” e apresenta, ao fim de sua *Gramática*, a primeira proposta para a ortografia do português. Desenvolve, em grande parte de sua obra, o estudo da “diçam”, num enfoque que a tradição gramatical sobre o português continua a seguir, com modificações, é claro, com base nas classes de palavras, considerando também a sua morfologia.

Ambos pouco tratam da sintaxe. Fernão de Oliveira anuncia outro livro sobre a “construiçam”, que não fez ou se perdeu. João de Barros, ao concluir o estudo das “classes”, aborda alguns aspectos da “construiçam

das partes”, ao qual se segue um longo estudo sobre as “Figuras”, ou seja, metaplasmos e figuras da Retórica, segundo a tradição de Quintiliano.

Com esses dois textos inaugurais, iniciam-se os estudos gramaticais sobre o português, vencendo é claro, nos séculos seguintes, com modificações, a orientação “preceitiva” de João de Barros.

A propósito dessas duas gramáticas diz o historiador Ramada Curto:

Obras fundadoras de um trabalho de normatização e de reflexão sobre a língua portuguesa, elas já participam de um novo programa intelectual. Em primeiro lugar, trata-se de definir um programa, inspirado no já referido tópico de Nebrija, segundo o qual a língua deverá acompanhar o império. Fernão de Oliveira é quem melhor o apresenta, ao afirmar: ‘Aplicamos o nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dela, e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que sempre a possamos ensinar a muitas outras [gentes]’ (1993, v. 3: 358).

A par dessas gramáticas, surgem também nos meados do século XVI os primeiros trabalhos lexicográficos com os dicionários – latim/português e português/latim – de Jerônimo Cardoso com edições sucessivas a partir de 1552 até 1570 (Teyssier, 1980: 38). Só nos fins do século XVIII – 1789 – teríamos o primeiro dicionário português/português, a primeira edição do célebre dicionário do brasileiro, em exílio, Antônio Morais e Silva.

Confrontando-se o que ocorreu entre os séculos XIII e XV, com novas produções metalingüísticas da primeira metade do século XVI e o que veio a seguir nesse campo, fica evidente que, para os estudos histórico-lingüísticos sobre o português no período arcaico, só contamos com a documentação remanescente e os dados que dali depreendemos. Nos estudos sobre o português quinhentista não podemos ignorar e avaliar as informações e contribuições das primeiras produções metalingüísticas sobre o português e os inícios da normatização que neutralizarão, em parte, a variabilidade, não só grafemática, que caracteriza os textos do período arcaico e os tornam excelentes, embora complexos informantes, para dar pistas sobre os percursos históricos que tomarão as formas de expressão em português. Seleções serão feitas pelos escritos posteriores ao século XVI, a partir de quando, de certo modo, tornam-se menos apreensíveis as realizações conviventes dos usos lingüísticos reais.

4 O alargamento do campo literário e a figura do autor nos tempos modernos que se iniciam

O chamado “campo literário” no período arcaico pode-se admitir que é de, relativamente, fácil delimitação. Para além da contínua produção não-literária, a partir da 2ª metade do século XIII, classificada por Cintra (1963) em: textos notariais, leis gerais, leis locais (forais, foros ou costumes), a produção literária, em sentido lato e por oposição à documentação não-

literária, é geralmente classificada em três categorias, no que se refere à prosa, a par do *Cancioneiro Medieval Profano e Religioso*: a. as narrativas “ficcionais”, que têm como representantes os “romances” de cavalaria do *Ciclo do Graal*, traduzidos do francês e o misterioso, quanto às origens, *Amadis de Gaula*; b. a prosa religiosa, na sua maioria traduzida do latim, que é uma produção vasta, melhor exemplo são os numerosos códices da coleção alcobacense e de Santa Cruz de Coimbra; c. a prosa historiográfica.

Essas três grandes categorias de textos literários, além do *Cancioneiro Medieval*, caracterizam a primeira fase do português arcaico, isto é, até finais do século XIV e seus autores e/ou copistas, em geral, não são conhecidos, exceto os poetas dos *Cancioneiros*.

A partir do século XV, com as mudanças histórico-políticas, decorrentes da definição do espaço territorial português e da definição da identidade nacional, a partir da histórica vitória de Aljubarrota contra os castelhanos, liderada por D. João I, fundador da dinastia de Avis, o panorama da documentação literária se reformula. Novos tipos de textos, *lato sensu* literários, aparecem, como é o caso dos de autoria conhecida da dinastia de Avis: D. João I, D. Duarte, D. Pedro, duque de Coimbra são príncipes escritores e vão elaborar textos não só de temática pragmática – *O livro da montaria* de D. João I e *a Enseñança de bem cavalgar toda sela* de D. Duarte e textos filosóficos, como o *Leal Conselheiro* de D. Duarte. Já nessa altura, aponta, no âmbito cortesão, indícios de uma preocupação com a erudita literatura da Roma clássica, como é o caso das traduções, vinculadas a D. Pedro, duque de Coimbra, do *De Officiis (O Livro dos ofícios)* de Cícero e do *De Beneficiis (O Livro da Virtuosa Benfeitoria)* de Sêneca. Começa assim a surgir, na primeira metade do século XV, a figura do autor.

A historiografia, também já autoral, o que não acontecia na primeira fase do período arcaico, inflete e se delimita no âmbito da história de Portugal e não mais, como antes, nas grandes compilações, quais sejam as *Crônicas gerais*. Essa inflexão para a história de Portugal aponta e se inicia com Fernão Lopes, cuja obra se situa entre 1418 e 1454. Seguem-se a ela os outros vários cronistas oficiais do reino, dos quais foi ele o primeiro. Desde então estão definidas com clareza datas e autores dos textos produzidos na historiografia de quatrocentos.

A prosa religiosa continua sempre, como companheira da Igreja Católica, por toda a Idade Média e nos séculos seguintes. Quanto à poesia, Garcia de Rezende, que falece em 1536, reúne poemas de vária natureza que recobrem textos da 2ª metade do século XV aos inícios do XVI.

Há já, portanto, uma reconfiguração no campo literário no século XV para o XVI, por oposição aos séculos XIII e XIV, a primeira fase do português arcaico.

Nos anos quinhentos, mas já na 2ª metade do XV, há já uma nova orientação na historiografia que, a partir de Gomes de Zurara, centrar-se-á

na expansão portuguesa, orientação que terá, certamente, como obra mais significativa, as *Décadas da Ásia* ou *Ásia* de João de Barros, textos cuja impressão (não são mais manuscritos) se inicia em 1552.

O fato mais relevante, contudo, em oposição ao período arcaico, é o surgimento, na segunda metade do século XVI, do primeiro cânone literário, que, em sentido metafórico, representa, de certo modo, uma “normatização” do literário, quando arrola as obras principais do século e que está explícito, em 1574, no *Diálogo em defesa de nossa linguagem* de Pero Magalhães de Gândavo, historiador e segundo ortógrafo do português, que seleciona um elenco de escritores e suas obras para ele as mais significativas de então:

Francisco de Sá Miranda nas comédias e nos versos, João de Barros, autor da Ásia, a Imagem da Vida Cristã de Frei Heitor Pinto, a prosa de Lourenço de Cárcere, Francisco Morais, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Antônio Pinto, os versos de Luis de Camões ‘de cuja fama o tempo nunca triunfará’, de Diogo Bernardes ou de Antônio Ferreira e, ainda a Gramática de João de Barros, bem como a História da antiguidade de Évora de André de Rezende (Curto, 1993, v. 3: 161).

Como qualquer cânone, a subjetividade e, provavelmente, a sensibilidade em relação às escolhas dominantes na sociedade de então, conduz este à relação de autores que, para um contemporâneo, serão os mais significativos.

Assim à normatização progressiva da língua, também se inicia a “normatização” do campo literário, ambas ausentes do período arcaico e que vão caracterizar os novos tempos modernos.

Para quem está centrado nos estudos histórico-lingüísticos, tanto as avaliações iniciais dos primeiros gramáticos, como o recorte canônico de Gândavo sobre a produção literária, são elementos novos que devem ser considerados. São guias, a serem criticamente avaliados, para os autores de pesquisas lingüísticas do português de quinhentos, que, inevitavelmente, não podem deixar de estar conscientes ao definir um *corpus* documental para o estudo do português do século XVI. Sem esquecer de que, tanto para o período arcaico, como para o século XVI, o intermediador, inevitável, para os estudos histórico-lingüísticos, são as edições confiáveis sobre que se deve pesquisar, já que não se pode, em geral, trabalhar com os documentos originais ou manuscritos ou impressos.

5 Finalizando

Os fatores de natureza socio-histórica e cultural selecionados para problematizar reconfigurações socioculturais de quinhentos, em relação ao período arcaico, como se disse no início, estão certamente interrelacionados e se enquadram nas mudanças que distinguem os “tempos modernos” do “tempo dos manuscritos medievais”, que avançavam de vários pontos da Europa para a sua margem ocidental.

As novas formas de produção do texto escrito ampliam a atividade da escrita e, portanto, da sua recepção, a leitura, e essas, condicionadas não só pelo livro impresso que avança, mas também pela implementação dos que escrevem e do ensino das “línguas vulgares” trazem como decorrência uma necessidade de normatização, de seleção entre os usos orais convi-ventes, para os escritos. Normatização que não apenas atinge a língua, mas a sua expressão na literatura, condicionando assim o surgimento de escolhas literárias, que, pela primeira vez se define no cânone de Gândavo. A figura do autor diluída na primeira fase do período arcaico, definindo-se na primeira metade do século XV, impõe-se no século XVI.

A pesquisa lingüística sobre a documentação quinhentista não deve ignorar esses fatores, pelo menos, que configurarão de forma diferenciada os *corpora* a considerar:

- o universo documental, a partir dos anos quinhentos, se amplia;
- apresentam-se explícitos, ou identificáveis, autores, datas, locais em que os textos foram escritos;
- afasta-se ainda mais da “voz”, dos usos reais, que podiam ser, em parte, rastreados pela variabilidade da escrita documentada nos manuscritos do período arcaico;
- torna-se assim, pode-se dizer, menos empiricamente motivada, a partir dos anos quinhentos, a reconstrução histórica do nosso passado lingüístico.

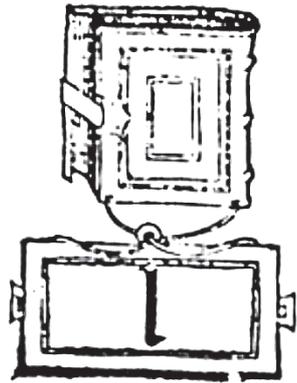
Referências bibliográficas

- ASENSIO, Eugenio. (1991[1974]). La lengua compañera del império. In: CASTRO, Ivo *et alii*. *Curso de história da língua portuguesa*. v. 2. Lisboa: Universidade Aberta. p. 319-334.
- BARROS, João de. (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações de M. L. Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras.
- BUESCU, Maria Leonor. (1984). *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- CASTRO, Ivo *et alii*. (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. v. 1. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo. (1996). Para uma história do português clássico. In: *Actas do Congresso Internacional sobre o português*. v. II. Lisboa: Colibri. p. 135-150.
- CEPEDA, Izabel. (1995). *Bibliografia da prosa medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro,
- CURTO, Ramada. (1993). Língua e memória. In: MATTOSO, José. (Org.). *História de Portugal*. v. III. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 357-373.
- CURTO, Ramada. (1998). A língua e o império. In: F. BETHENCOURT e K. CHAUDURI. *A história da expansão portuguesa*. v. 1. Lisboa: Círculo de Leitores. p. 414-433.
- MACHADO FILHO, Américo Venâncio L. (1999). *A pontuação em manuscri-*

- tos medievais portuguesas*. Salvador. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia. (digitado).
- MARQUES, Oliveira. (1964). *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- MARTINS, Ana Maria (1999). Ainda “sobre os mais antigos textos escritos em português”. Documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, Isabel Hub (Org.) *Lindley Cintra: Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Cosmos/ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 491-534.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1994). Para uma caracterização do período arcaico do português. *D. E. L. T. A.*, 10 (nº. especial): 247-276.
- MENDES, M. (1995). Incunábulo. In: TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia. (Org.). *Dicionário da literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- OLIVEIRA, Fernão de. (2000[1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- SOUZA, Armindo. (1993). A cultura. In: MATTOSO, José. (Org.). *História de Portugal*. v. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- VALLE CINTRA, Maria Adelaide. (1960). *Bibliografia de textos medievais portugueses*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos.
- TEYSSIER, Paul. (1980). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.



Liuro



*Notas sobre avaliações lingüísticas
nos gramáticos Fernão de Oliveira
e João de Barros*

Rosa Virginia Mattos e Silva



1 Introdução explicativa

O objetivo destas notas é identificar e arrolar avaliações lingüísticas explícitas na “primeira anotação que Fernão d’Oliveira fez da Língua Portuguesa, dirigida ao mui manífico senhor e nobre fidalgo, o senhor dom Fernando d’Almada” ou “Grammatica da lingoagem portuguesa” (Torres e Assunção 2000: 79-155), impressa por Germam Galharde em Lisboa, no ano de 1536 e na “Grammatica da lingua portuguesa” (Buescu 1971: 291-368), seguida de “Da ortografia” (id.: 369-389) e do “Dialogo em lovvor da nóssa linguágem” (id.: 390-410), obras de autoria de João de Barros, impressas por Luis Rodrigues em Lisboa, no ano de 1540 e dedicada ao “principe, nosso senhor” (id.: 292).

Destaco que são avaliações explícitas, porque há muitas informações implícitas, em que não me deterei, como, por exemplo, na seguinte passagem de João de Barros, na qual afirma: “Todo nome próprio se rége sem artigo” (1971[1540]: 316).

Afirmativas desse tipo, que se podem depreender tanto em João de Barros como em Fernão de Oliveira, permitem a inferência de que, no uso, seria possível ocorrer o nome próprio “regido” por artigo.

Ou informações interpretáveis, como, por exemplo, a do sistema arcaizante de quatro sibilantes, ainda vigente em 1536, quando Fernão de Oliveira, no capítulo XIII, descreve o “modo de pronunciar as consoantes” (Torres e Assunção 2000: 96-97).

Optei pelas informações explícitas, para não alongar este estudo, mas, sem dúvida, a exploração do implícito e do interpretável será extremamente significativa para o conhecimento do português da primeira metade do século XVI, na visão dos dois primeiros gramáticos da língua portuguesa: Fernão de Oliveira, prioritariamente descritivista, no sentido que lhe dá a chamada Lingüística Moderna, como demonstra Eugenio Coseriu no seu estudo já clássico sobre esse gramático – *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*, republicado recentemente em português (Torres e Assunção 2000: 29-

60). João de Barros, decididamente “preceitivo”, ou prescritivo, como se pode ver no prólogo de sua *Gramatica*, em que, depois de se referir à sua *Cartinha*, isto é, “Cartilha”, diz – “Fica agóra dármos os preçeitos da nossa Gramatica” (Buescu 1971: 292) e, logo no início, ao definir “gramatica e suas pârtes” explica que as tratará “nam segundo convém á ordem da Gramatica especulativa, mas como requêre a preçeitiva” (id.: 294).

O que aqui designo como *avaliações lingüísticas* remete para o *evaluation problem*, ou seja, avaliações pelos falantes das variantes de uma variável, da teoria laboviana da variação e mudança lingüísticas, já definido no texto inaugural dessa teoria – *Empirical foundations for a theory of language change* (Weinreich, Labov, Herzog 1968: 181 e ss.). A teoria laboviana aplica as avaliações lingüísticas, testando os usuários da língua em foco, na perspectiva do *tempo aparente* ou das diferentes gerações conviventes, mais recentemente, no *tempo real*, mas de *curta duração*. Quando se trabalha com o *tempo real de longa duração*, ou seja, com estágios pretéritos de uma língua, não dispondo o pesquisador, como é óbvio, dos falantes vivos, pode-se recorrer a avaliações dispersas em fontes documentais de diversos tipos, entre elas, e muito significativo, o testemunho matalingüístico dos gramáticos, embora assistemático e eventual.

No caso da história passada da língua portuguesa, só a partir do século XVI, viemos a dispor de estudos *sobre* a língua. Só então o português se torna “metalinguagem sobre si mesmo”, na feliz expressão de Ivo Castro (1996: 167), não só com Fernão de Oliveira e João de Barros, com os seus trabalhos inaugurais de gramatização do português, mas com os ortógrafos do fim do século, Pêro Magalhães de Gândavo com suas *Regras que ensinam a maneira de escrever e a orthographia da lingua portuguesa com um diálogo que, adiante se segue em defensam da mesma língua* de 1574 (Buescu 1981) e Duarte Nunes do Leão com sua *Orthographia da lingua portuguesa* de 1576 e sua *Origem da*



Reprodução da portada da *Grammatica* de Fernão de Oliveira

língua portuguesa, já dos inícios do século XVII, 1606 (Buescu 1984: 166). Além disso, dispõe-se ainda dos primeiros estudos lexicográficos do primeiro dicionarista do português, Jerônimo Cardoso, com os dicionários latim/português e português/latim, que tiveram edições sucessivas, a partir de 1552 até 1570 (Teyssier 1980: 38).

Assim sendo, a partir de 1536, diferentemente do que ocorria no período arcaico do português, além da documentação remanescente do passado e dos estudos filológicos e lingüísticos, realizados a partir do século XIX, conta-se com preciosas, embora nem sempre precisas, e circunstanciais informações avaliativas, explícitas, implícitas e interpretáveis dos gramáticos, decorrente do processo, que se fez ininterrupto, a partir do século XVII, com a gramatização da língua portuguesa.

O que quero deixar claro é que, a partir do período moderno, para outros designado de clássico do português, que poderá ter como limite inicial 1536/1540, para os estudos histórico-diacrônicos de mudança lingüística de longa duração na língua portuguesa, a companhia dos gramáticos se associará à base essencial desses estudos, ou seja, à documentação escrita remanescente, nos seus originais manuscritos e/ou impressos ou em edições confiáveis para estudos lingüísticos, além, é claro, das teorias interpretativas que nortearão, como bússolas, as análises dos fatos lingüísticos do passado e suas mudanças no tempo.

2 Breves informações sobre a história de vida de Fernão de Oliveira e de João de Barros e breve síntese de suas gramáticas

O que pretendo neste item não é traçar biografias dos dois gramáticos, mas depreender fatos biográficos que, provavelmente, se refletiram na vivência lingüística diferenciada de cada um, no que se refere ao português de sua época, já que, embora contemporâneos – Fernão de Oliveira nasce em 1507 e morre em 1580 ou 1581 e João de Barros é de 1496 e falece em 1570 ou 1571, vivendo ambos a sua maturidade no reinado de D. João III, que é coroado em 1521 e morre em 1557. Os fatos aqui selecionados se baseiam, fundamentalmente, no livro de M. L. Buescu – *Historiografia da língua portuguesa – séc. XVI* (1984).

Fernão de Oliveira nasce em Aveiro, na Beira Litoral, passa a infância na região beirã, mas aos treze anos já é noviço no convento dos dominicanos de Évora, no Alentejo, convento que abandona em 1532. Vive, portanto, dos treze aos vinte e cinco anos nessa região. Dedicar-se depois a lecionar jovens fidalgos, inclusive os filhos de João de Barros, do que se pode inferir que viveu na corte, em Lisboa. De 1540 a 1547 viaja pelo mundo, vivendo na Itália entre 1540 e 1543. Entre 1547 e 1557 é preso por duas vezes pela Inquisição, ou por tendências heréticas ou como cismático. Em 1565 ensi-

nava numa escola da ordem dos Espatários, em Palmela, ao sul de Lisboa, na Estremadura litorânea e recebia uma tença do jovem rei dom Sebastião. Assim, Beira, Alentejo, a corte lisboeta e Palmela, além das viagens por outras terras, delimitam o espaço conhecido no qual transcorreu a vida de Fernão de Oliveira.

João de Barros, de família fidalga, nasceu, provavelmente, em Viseu, na Beira Alta e, sendo bastardo e órfão, é aos treze anos acolhido nos Paços da Ribeira, centro da corte portuguesa de então, em Lisboa. Aí fará a sua carreira de alto funcionário do rei, desde a primeira função oficial, a de moço do guarda-roupa do futuro rei D. João III; em 1520 lhe outorgam o governo da Fortaleza de São Jorge da Mina, na África, cargo que parece não chegou a exercer. A partir de 1525 começa a trabalhar na Casa da Índia, primeiro como tesoureiro e, a partir de 1533, com o alto cargo de Feitor da Casa da Índia, o que exerce cerca de trinta e cinco anos. Em 1535, concedeu-lhe o rei D. João III a Capitania do Maranhão, no Brasil, mas nunca a ela foi, enviando, associado a outros, uma expedição, que lhe foi desastrosa por prejuízos econômicos e pela perda de dois dos seus filhos. Em 1567, retira-se para sua quinta, em Pombal, Beira litorânea, com avultadas tenças régias, mas insuficientes para os débitos contraídos com a expedição para o Maranhão, que seus herdeiros deveriam pagar, como recomenda no seu testamento. Assim, Beira Alta, Lisboa, Beira Litoral delimitam o espaço conhecido pelo qual transcorreu a vida de João de Barros, mais restrito, sem dúvida, que o de Fernão de Oliveira. Não se pode, contudo, deixar de ressaltar o fato de que, sendo funcionário da Casa das Índias, centro principal do comércio do império português, de 1525 a 1567, tenha convivido com falantes de variadas áreas e classes sociais de Portugal, além de africanos e asiáticos, que por ali transitaram, nesse momento histórico da expansão portuguesa pelo mundo.

Como curiosidade histórico-lingüística, vale destacar que os primeiros gramáticos do português são beirões, área central de Portugal, e aí passam a sua infância e início da adolescência, já que ambos, aos treze anos, coincidentemente, é que deixam a sua região natal, seguindo um para Évora e outro para Lisboa

Esses dados das histórias de vida de Fernão de Oliveira e de João de Barros permitem afirmar que adquiriram o seu vernáculo ou “dialeto de casa”, o primeiro no limite norte dos “dialetos meridionais” de Portugal e o segundo, em área dos “dialetos setentrionais”, deslocando-se depois ambos para áreas dos “dialetos meridionais” – Évora, Fernão de Oliveira e Lisboa, João de Barros – segundo as delimitações da Dialectologia do século XX (cf. Lindley Cintra 1964-1971: 81-116).

Com essas breves notas pretendi esclarecer que tanto Fernão de Oliveira como João de Barros teriam tido um conhecimento amplo da diversidade do português do seu tempo e, sem dúvida, isso se reflete nas suas obras gramaticais, filtrado, porém, pelas orientações distintas de cada um deles, que, resumidamente, podem ser delineadas, como a seguir:

a. A *Anotação* de Fernão de Oliveira se centra, fundamentalmente, na análise do que hoje designamos de fonética articulatória, descrevendo as “vozes” do português e dando indicações para a sua representação gráfica (as “lêteras”). É considerado o primeiro foneticista, *avant la lettre*, do português, com intuições fonológicas, como destaca Eugenio Coseriu, no estudo antes referido. Ocupa com isso dez capítulos (VIII a XVIII) dos cinquenta da sua obra. Ainda dedica nove capítulos à sílaba (XIX a XXVII). Nos capítulos XXVIII e XXIX trata do acento de palavra. Do capítulo XXX ao XXXIX explora as “dicções” ou “vocabúlo ou palavra, tudo quer dizer a mesma coisa” (cf. cap. XXX). O seu estudo aí se centra no que hoje chamamos de morfologia derivacional e lexicologia. Apresenta a sua classificação de natureza derivacional, à qual se segue, dos capítulos XXXVI ao XXXIX um estudo das “dicções”, que hoje se consideraria como de natureza histórica e dialetal, em que distingue usos regionais, estráticos ou sociais, etários e cultos, na terminologia atual. Do capítulo XL a XLIX (*Da analogia*) apresenta suas reflexões sobre a morfologia flexional do português e, no final, anuncia outro livro sobre a “construçam ou composição”, ou seja, a sintaxe, obra que, se fez, não chegou ao presente, pelo menos, até agora.

b. João de Barros se centra nas “lêteras” e não nas “vozes”. Inicia sua *Gramatica* com uma curta apresentação histórica da representação gráfica, com base, explícita, nos gregos e latinos, a que se segue um breve capítulo sobre a sílaba. Segue-se à *Gramatica*, no final, a sua *Ortografia*, primeira proposta ortográfica para o português, com regras sucessivas e sistemáticas para o uso de cada “lêtera”, finalizando com observações sobre os sinais de pontuação. João de Barros ocupa quase toda a *Gramatica*, que não está numerada em capítulos, com a “diçam”, num enfoque, com base nas classes de palavras. Segue-se a essa classificação circunstanciada um capítulo que poderíamos chamar hoje de morfossintaxe, em que está subjacente a noção de função sintática. Apresenta, por fim, um longo capítulo, intitulado “Das figuras” – “figuras e viços que assi na fala como na escritura cometemos” (1971[1540]: 357) – segundo a tradição explícita do gramático latino Quintiliano.

3 Avaliações lingüísticas explícitas depreendidas em Fernão de Oliveira e em João de Barros

O que designo de “avaliações explícitas”, já esclarecida a denominação na *Introdução explicativa* deste texto, abarcarão informações avaliadas sobre arcaísmos, neologismos, regionalismos, estrangeirismos, usos em variação, usos “censurados”, que darão informações precisas, muitas delas, mas outras nem sempre muito claras, segundo a ótica, ou posição teórica, dos dois gramáticos sobre a língua portuguesa em 1536/1540.

Os fatos detectados estão organizados da seguinte forma: avaliações coincidentes nos dois gramáticos (3.1); avaliações divergentes neles (3.2);

avaliações próprias a Fernão de Oliveira (3.3); avaliações próprias a João de Barros, anotadas na seguinte ordem: as fônicas, as mórficas, as léxicas.

Para Fernão de Oliveira utilizei, nas transcrições das passagens focalizadas, a edição crítica de Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000: 79-155) e para João de Barros, a edição crítica de Maria Leonor Buescu (1971: 291-410).

3.1 Avaliações coincidentes em Fernão de Oliveira e João de Barros

Considerarei coincidente, quando os dois autores, tratando de um mesmo fato lingüístico, emitem posições que não se opõem, embora as contextualizações nas respectivas gramáticas sejam distintas e a argumentação própria a cada autor. Dessas avaliações coincidentes só detectei dois casos:

a. Sobre a convergência das nasais finais [ã] e [õ] no ditongo nasal [ãũ]:

Fernão de Oliveira, no capítulo XLV, ao tratar do número dos nomes, diz dos nomes em <ão> final:

*A parte desta regra que mais compreende é dos nomes que mudam todo o ditongo, como **lição, lições; podão, podões; melão, melões**. Estes nomes, posto que parecem mudar mais que nenhuns dessoutros que já dissemos, todavia se olhármos ao singular antigo que já tiveram, não mudam tanto como agora nos parece, porque estes nomes todos, os que se acabam em **ão** ditongo, acabavam-se em **om**, como **liçom, podom, melon**, e acrescentando **e** e **s** formavam o plural **lições, podões, melões**, como ainda agora fazem. E outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em **ães**, como **pães e cães**, dos quais antigamente era o seu singular **pã, cã**, cujo testemunho aind'agora dá Antre-Douro e Minho (147, ls. 10-17).*

Por essa exposição, vê-se que a convergência em <ão> já havia ocorrido, pelo menos nos nomes, e destaca o regionalismo arcaizante de *pã* e *cã* no norte de Portugal, em Entre-Douro-e-Minho.

João de Barros, ao tratar da “Formaçám dos nomes em o plurár”, diz:

*Os mais dos nomes que deviám acabár em **-am**, se escrevém a este modo: **razão, razões**. E se o uso não fosse contrairo, que tem gram força àcerca das cousas, não me pareceria mal desterrármos de nós esta prolaçam e ortografia galega. Porque, a meu ver; quando quisérem guardar a verdadeira ortografia dessas dições, se déve dizer: **razám** e no plurár **razões**... Os que pouco sentem quérem remediar o seu desfalecimento escrevendo agalegadamente, poendo sempre **o** final em todalas dições que acabam em **am**. E se a regra deles fosse verdadeira, em todolos vérbos que na terceira pessoa de número plurár acabam nesta silaba **am** o deviám usar; e assi em outras muitas como **pám** e **cám**. Isto nam guardam eles, pois vemos que na formação do plurár dizem **cães** e **pães**, porque vem eles, muito ao olho seu erro: que não podem dizer **paões** e **cãoes**. Assí, que a verdadeira formaçám destes nomes terminados em **am**, quando vier ao plural diremos formações, convertendo **am** final em **õ**, escrito a este modo, e acreçentando-lho **es** (317, ls. 7-9 e 318, ls. 1-8).*

Apesar da exposição de João de Barros não ser tão clara quanto a de Fernão de Oliveira, evidencia ela a convergência de <am> e <om> no ditongo [ãũ]. Compara com a “prolaçam e ortografia” galegas, em que a ditongação não ocorria, criticando as incoerências que destaca nos galegos e nos que escrevem “agaleadamente”.

b. A outra avaliação coincidente se refere ao léxico, ao neologismo *bombarda*:

Ao falar das “dições novas”, no capítulo XXXVII, diz Fernão de Oliveira como se criam neologismos e exemplifica:

*Achar dições novas “en parte” e não de todo é quando, para fazer a voz nova que nos é necessária, nos fundamos em alghũa cousa, como em **bombarda**, que é cousa nova e tem vocabolo novo, o qual vocabolo chamaram assi por causa do som que elle lança, que é quasi semelhante a este nome **bombarda** ou o nome a elle, e daqui também tiramos estoutro isso mesmo novo, **esbombardear** (130, ls. 10-15).*

Fernão de Oliveira ressalta a necessidade de “vocabolo novo”, quando surge “cousa nova”.

Ao falar, nas *Figuras*, da onomatopéia diz João de Barros:

*onomatopéia quer dizer fingimento de nomes. Desta figura usaram os antigos quando, para denotár **bombarda**, lhe chamaram **trom**, dô que faz quando tira (367, ls. 3-5).*

João de Barros associa o neologismo *bombarda* ao antigo *trom*, ambos onomatopaicos, embora, pelo dito em Fernão de Oliveira, se depreende que o neologismo se refere a “cousa nova”, diferente, portanto, do *trom*. De fato, *trom* e *bombarda* são peças de artilharia diferenciadas, embora semelhantes na sua função e no seu efeito sonoro. Ambos, contudo, estão de acordo com o fato de *bombarda* ser uma “dição” nova, um neologismo.

3.2 Avaliações divergentes em Fernão de Oliveira e João de Barros

Tal como em 3.1, considerarei divergente, quando os dois autores, tratando de um mesmo fato lingüístico, emitem opiniões contrárias, com contextualizações distintas nas suas gramáticas e com argumentação própria a cada um. Também nelas só detectei dois fatos:

a. Trata-se da morfologia da 1ª. pessoa do singular do presente do indicativo do verbo *ser*.

No capítulo XLVII, ao tratar dos verbos, diz Fernão de Oliveira:

*o verbo sustantivo, o qual pronunçiam em **om**, como **som** e outros que eu mais favoreço, em **o** pequeno, como **so**. No parecer da primeira pronunçiação com **o** e **m**, que diz **som**, é o mui nobre João de Barros; e a razão que dá por si é esta: que de **som** mais perto vem a formação de seu plural **somos**. Contudo, sendo eu moço pequeno, fui criado em São Domingos d’Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o assi pronunçiava segundo o que aprendera na Beira (150, ls. 22-28 e 151, ls. 1-2).*

Nessa passagem, Fernão de Oliveira apresenta a variação então existente – *som*, *sou* e *so*, mencionando o seu favorecimento por *so*, pronúncia destacada como beirã e a preferência do “mui nobre” João de Barros por *som*. Note-se que é esta uma das duas passagens em que Fernão de Oliveira, na sua gramática, se refere a João de Barros, embora este nunca se refira a Fernão de Oliveira.

Sobre este fato diz João de Barros, ao tratar da “Difinçam e divisám do verbo”:

*Dos primeiros [verbos substantivos] temos este **sou**, ao qual chamamos sustantivo porque demóstra o ser pessoal da cousa, como quando digo: eu sou criatura racional (325, ls. 7-9).*

Ao tratar “Das formações” dos verbos diz:

*E o verbo sustantivo **sou** também careçe da regra geral dos vérbos, porque faz infinitivo em **er**; e, quando ô trazemos ao primeiro presente, dizemos **sou**. E por ser mui irrégular em suas formações nam falaremos mais dele (344, ls. 19-21).*

Não confirmam as atestações em João de Barros a afirmativa de Fernão de Oliveira de que o “mui nobre” gramático preferia *som* e dá as razões de João de Barros. De todo modo João de Barros não “favorece” *so*, como Fernão de Oliveira. Também não aponta a variação em uso, como o faz Fernão de Oliveira, afirmando a forma *sou*. Desse fato, pode-se inferir que Fernão de Oliveira, ao se referir a João de Barros, não estava se baseando no texto da *Gramática* de 1540, já que diz, em 1536, que preferia João de Barros *som*.

b. A outra divergência se refere à forma da preposição *até*.

Fernão de Oliveira, no capítulo XXXV, ao tratar das “dicções juntas ou compostas”, diz:

*Quero dizer deste avérbio **até**, o qual antre nós responde ao que os latinos dizem **usque**, este avérbio, digo, alghūus o pronunciam conforme o costume da nossa língua que é amiga d’abri-la boca; e dão-lhe aquella letra **a** que digo no começo. Mas outros lhe tiram esse **a** e não dizem **até** mas **té**, não mais, começando em **t**, entre os quaes eu contarei três não de pouco respeito na nossa língua, antes se há de fazer muita conta do costume de seu falar. E são eles: Garcia de Rezende, em cujas obras o eu li no **Cançãoeiro** português que elle ajuntou e ajudou; e João de Barros, ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem; e o mestre Baltazar, com o qual falando lhi ouvi assi pronunciar este avérbio que digo sem **a** no começo. E contudo a mim me parece o contrário; e ao contrário o uso, dando-lhe **a** no começo assi como damos a muitas dições (126, ls. 10-23).*

Fernão de Oliveira admite a variação *até/té*, a primeira é a que ele elege e usa e traz testemunhos do uso de *té* por “três não de pouco respeito”. Note-se que é esta a segunda referência de Fernão de Oliveira a João de Barros e não com base na gramática deste, versão que poderia ter conhecido antes da impressão em 1540, mas “ao qual eu vi afirmar que isto [té] lhe parecia bem”. Que os dois gramáticos conviveram é certo, sobretudo

do porque é um fato histórico o de Fernão de Oliveira ter sido professor de filhos de João de Barros. Parece contudo que não consideraram as suas obras gramaticais coetâneas, já que nas duas referências a João de Barros, Fernão de Oliveira não se baseia nelas (vejam-se como faz as duas menções a João de Barros em *a* e *b*) e João de Barros, por sua vez, não se refere a Fernão de Oliveira.

João de Barros, ao tratar “Das figuras”, inicia com a “Próstesis” e diz:

Prostesis, que é a primeira espeçia [do nosso barbarismo], quer dizer acreçentamento; comete-se este viçio quando se acreçenta algúa lêtera ou sílaba ao principio de qualquer diçam, como quando dizem até qui por té qui, acreçentando a lêtera a (358, ls. 1-4).

João de Barros admite a variação *até/té*, como Fernão de Oliveira, e considera a primeira variante um “viçio”. Acrescento que, nos textos que já analisei de João de Barros, ele é coerente no seu uso de *té*, embora não tenha eu feito uma observação sistemática e exaustiva sobre esse fato na obra desse autor.

3.3 Avaliações depreendidas em Fernão de Oliveira

Como dito anteriormente, seguirei a seguinte ordem: avaliações fônicas (3.3.1); avaliações mórficas (3.3.2) e avaliações léxicas (3.3.3).

3.3.1 Avaliações fônicas

Não cabe ao objetivo deste estudo voltar à notável descrição de fonética articulatória, *avant la lettre*, desenvolvida por Fernão de Oliveira nos capítulos VIII a XVIII da sua *Anotação*, já muito interpretada pela filologia e lingüística histórica sobre o português, destacando-se, sem dúvida, a análise circunstanciada feita por Eugenio Coseriu, já antes referida, que o considera não só foneticista, mas com intuições de fonólogo, também *avant la lettre*. Nesses capítulos, entre muitos outros fatos, se refere, por exemplo, que em 1536 persistia o sistema, próprio ao período arcaico, de quatro sibilantes (duas fricativas ápico-alveolares e duas africadas ou fricativas predorsodontais).

As avaliações explícitas que depreendi no que se refere ao nível fônico são as duas seguintes:

a. A primeira se refere à articulação [ʒ] e não [dʒ], já considerada própria aos “nossos antigos” por Fernão de Oliveira. No capítulo VI, quando trata das “leteras” e “figuras” diz:

...mas hũa mesma nação e gente de hum tempo a outro muda as vozes e também as letras. Porque doutra maneira pronunciavam os nossos antigos este verbo tanger e doutra o pronunciamos nós (90, ls. 5-8).

Refere-se à perda da africada [dʒ], apresentada pelo <g>, em proveito da fricativa [ʒ], o que se pode confirmar, quando, no capítulo XIII, ao tratar do modo de pronunciar as consoantes diz: “A pronunçiação do *g* como a do *c*, com menos força do espirito” (96, l. 13).

Nessa passagem se infere que, tal como o [ʒ] sonoro (= “como menos força do espírito”), o *c*, já não seria também a africada [ts], mas a fricativa surda [s] predorsodental, que descreve logo no início desse capítulo:

c pronuncia-se dobrando a língua sobre os dentes queixas, fazendo hum certo lombo no meio della diante do papo, quasi chegando com esse lombo da língua ò ceo da boca e empedindo o espírito o qual por força faça apertar a língua e faces e quebra nos beiços com impeto (96, ls. 4-7).

b. A segunda se refere à variação das consoantes líquidas <l> e <r> em grupos consonantais. Diz, no capítulo XV, ao tratar das “letras líquidas”:

Porque dissemos que l é letra líquida, saberemos que a forma e melodia de nossa língua foi mais amiga de por sempre r onde agora escrevemos às vezes l e às vezes r, como gloria e flores, onde diziam grorea e froles (100, ls. 19-22).

Além de indicar a variação contemporânea (“onde escrevemos às vezes *l* e às vezes *r*”), avalia que antes (“onde diziam”) se preferia o <r>.

3.3.2 Avaliações mórficas

As avaliações mórficas explícitas, duas se referem à morfologia flexional e duas à morfologia derivacional:

a. A primeira se refere à morfologia flexional do verbo, está no capítulo XXVI, quando trata da “mudança de alghūas letras”:

E nos verbos, nas derradeiras sílabas das segundas pessoas do plural que acabavam em -des, agora mudamos o -des em -is e ajuntamo-lo em ditongo com a vogal que ficaria antes, como fazeis por fazedes e amais por amades (110, ls. 2-4).

Fernão de Oliveira nessa passagem não só se refere ao *-des* etimológico como arcaísmo (“acabavam em *-des*), mas já indica a ditongação, decorrente do hiato que se fez com a síncope do *-d-*. A mudança no morfema flexional de segunda pessoa do plural já estava completa em 1536, segundo a descrição clara do gramático.

b. A segunda, que também se refere à morfologia flexional, está no capítulo XLV, quando trata do número dos nomes de lexemas terminados em <l>, que considera como exceções à regra geral:

Dos nomes acabados em ol parece que devíamos tirar alghūa eiceção, porque alguns nomes temos cuja rezã e boa voz requiere que se não acabem em ois, posto que o costume não seja por hūa parte mais que outra, como são portacol, portacolos, e não portacois nem portacoles; este porque soa assi melhor. E sol fará soles e não sóis; e rol, roles, por diferença das segundas pessoas destes verbos verbos soio, soes por acostumar, e roio, roes por roer (148, ls. 11-13).

Aqui Fernão de Oliveira aconselha plurais que fogem à regra geral ou porque soa melhor – *portacolos*, ou para distinguir de formas verbais homófonas – o caso de *soles* e *roles*. Este fato é interessante para a história da língua portuguesa, porque o sugerido pelo gramático de 1536 implica que haveria variação na sua época, nesses casos; também se torna significativo porque a norma que virá a ser estabelecida selecionará *proto-*

colos, como ele propõe, com a metátese do <r> da primeira sílaba, mas selecionará, ao contrário do que propõe Oliveira, *sóis* e *róis*.

c. No capítulo XLI, sobre as “dições tiradas ou derivadas” apresenta derivações sufixais de base nominal em que o sufixo destacado é variável e nem sempre coincide com o que o correr da língua seleciona:

E também dizemos sarnoso e não sarnento; mas ao contraio chamamos ao cheo de sarapulhas, sarapulhento e não sarapulhoso. E de pedras dizemos pedregoso, mas d'area arento e do pó, nem poento nem pooso, mas em outra figura e sinificação, empoadado (137, ls. 12-15).

Adverte ele, com toda procedência, ao iniciar o parágrafo: “E mais saberemos que não todas as especeas das dições tiradas são assi livres para poderem andar por onde quizerem” (137, ls. 2-3).

Hoje selecionamos, dos exemplos dados, *sarnento*, mas *arenoso*, continuamos a usar *pedregoso*. *Empoeirado* será o derivado de *pó* e *empoadado*, de fato, tem “outra figura e significação”. *Sarapulhas, sarapulhento* terá a ver com o substantivo atual *sarapilheira* (‘aniagem’)?

d. No capítulo XLV, em que trata de “outras dições tiradas e eiceições”, chama a atenção para advérbios que acabam em *mente* e associa a derivados de verbos em *mento*, que já seriam arcaísmos:

...Os avérbios, os quaes, quando são tirados, polla maior parte ou sempre acabam em mente, como compridamente, abastadamente, chammente; e pórem não há hi muitos que não são tirados, como antes, depois, asinha, logo. E quasi podemos notar que os avérbios acabados em mente sinificam calidade; e não todos os que sinificam calidade acabam em mente porque já agora não diremos prestemente, como disseram os velhos, e nem raramente, os quaes velhos também foram amigos de pronunciar huns nomes verbais em mento, comprimento, afeiçoamento e outros que já gora não usamos (140, ls. 15-19).

Vale notar, nesta passagem, que *raramente* não nos parecerá “velho”, mas, de mais interesse, é a menção aos “velhos amigos de pronunciar” derivados de verbo com o sufixo *mento*, como se sabe, muito usado na morfologia sufixal no período arcaico.

3.3.3 Avaliações léxicas

Suas avaliações sobre o léxico, a “dicções”, indicam arcaísmos, neologismos, etimologias, estrangeirismos. Tratarei delas, na seqüência em que ocorrem no seu texto.

No capítulo XXX, ao iniciar a parte referente a “Das dições”, na classificação que apresenta dessas “dições” (*nossa, alhea, comum, apartadas, velhas, novas e próprias*) exemplifica arcaísmos, neologismos e palavras do uso corrente:

E cada hũa destas... ou são velhas, como ruão, compengar, cicais, ou novas, como peita e arcabuz, ou usadas como renda, sisa, casa, corda (118, ls. 28-29).

No capítulo XXXI, em que trata da “etimologia das dições”, diz que as nossas “dições” são as que nasceram entre nós ou que são antigas que não sabemos se vieram de fora. Nesses casos a gramática deve procurar saber

“donde, quando, porquê e como foram feitas” e exemplifica, dando informações histórico-lingüísticas significativas:

...donde foram feitas, como pelota de pele, assi como também já foi, em tempo del-rei dom Afonso Amriquez, capa-pelle; quando foram feitas, como sisa em tempo del-rei dom João o primeiro; porque foram feitas, como Aveiro, nome de lugar, porque nessa terra morava hum caçador d'aves... (119, ls. 7-11).

Fica-se assim informado que *capa-pelle* remonta, pelo menos, ao século XII e *sisa*, pelo menos, aos fins do XIV.

No capítulo XXXII, ao tratar das “dições alheas”, além de justificar a razão de estrangeirismos, informa sobre o tempo do empréstimo:

As dições alheas são aquellas que doutras linguas trazemos à nossa por alghũa neçessidade de costume, trato, arte ou cousa alghũa novamente trazida à terra. O costume novo traz à terra novos vocábulos, como agora pouco nos trouxe este nome picote, que quer dizer burel... e alguicé tão-pouco é vestido de nossa terra; por isso também traz o nome estrangeiro consigo. E arcabuz há sete ou oit'annos pouco mais ou menos que veo ter a esta terra, com seu nome nunca conhecido nella (121, ls. 4-10).

Fica-se a saber, por estes exemplos, que *picote* é empréstimo recente e, em *arcabuz*, o empréstimo está cronologicamente preciso.

No capítulo XXXVI, em que trata das “dições velhas” apresenta um grande rol de arcaísmos já no seu tempo:

As dições velhas são as que foram usadas, mas agora são esquecidas como Egas, Sancho, Diniz, nomes próprios; e ruão, que quis dizer cidadão... em tempo del-rei dom Afonso Amriquez capa-pelle era nome de uma certa vestidura. E não somente de tanto tempo, mas também, antes de nós hum pouco, nossos pais tinham alghũas que já não são agora ouvidas, como compengar, que queria dizer comer o pão com a outra vianda e nemichalda, o qual valia como agora nemigalha... A carão que quer dizer junto ou a par e samicas, que significa porventura, e outras piores vozes ainda agora as ouvimos e zombamos dellas. (128, ls. 3-23).

Ainda neste capítulo destaca arcaísmos recentes, ainda ouvidos em áreas regionais e rurais, tornando-se portanto regionalismos:

...alghũas dições que há pouco são passadas, são já agora muito arvorçadas como abém, ajuso, acajuso, assuso e hoganno, algorrém e outras muitas. E porém se estas e quaesquer outras semelhantes se as metéremos em mão d'hũ homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal (125, ls. 13-18).

No capítulo XLIII trata da lexia *el-rei* e dá seu “parecer”.

Aqui quero lembrar como em Portugal temos hũa cousa alhea e com grande dissonância onde menos se devia fazer, a qual é esta: que a este nome rei damos lhe artigo castelhano chamando-lhe el-rei. Não lhi havíamos de chamar senão o rei, posto que alghuns doces d'orelhas estranharão este meu parecer, se não quiseram bem olhar quanto nelle vai. E contudo isto abasta para ser a minha melhor musica que a destes, porque o nosso rei e senhor, pois tem terra e mando, tenha também nome próprio e destinto por si, e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal mesturada mas bem apartada (142, ls. 21-29).

Apresenta-se aqui um fato sociolingüístico, ideologicamente fundado, que bem reflete uma questão de política lingüística e de identidade nacional no século XVI ibérico. Nota-se, contudo, que se pode verificar, em passagens anteriores, que, apesar de sua crítica explícita, respeita ele o uso, que considera castelhanismo, de *el-rei*.

3.4 Avaliações depreendidas em João de Barros

Seguirei o mesmo percurso, considerando as avaliações fônicas (3.4.1); as mórficas (3.4.2) e as léxicas (3.4.3). Como seria de esperar, pela natureza “preçeitiva”, estruturada já como uma “ars grammatica”, da obra de João de Barros, fundada, basicamente, na “lêtera” e não na “voz”, as avaliações buscadas são menos freqüentes, mas existem.

3.4.1 Avaliações fônicas

Contrastando com Fernão de Oliveira que a partir das “lêteras” descreve, circunstanciadamente, as “vozes”, ou seja, como são as letras articuladas ou pronunciadas, João de Barros tem por objetivo estabelecer “regras” para a escrita. Assim, na sua *Da ortografia* (1971: 365-388), encontra-se, a cada passo, o como “devemos escrever” ou o “não podemos escrever”. Difícil seria aí encontrar informações avaliativas sobre usos variáveis no seu tempo.

Contudo, quando trata das *Figuras*, apresenta informação sobre realização fônica antiga, ao exemplificar a “paragoge”:

Paragoge quer dizer acreçentamento; comete-se este viço quando em fim d’algũa palavra se acreçenta lêtera ou sílaba, como se fáz nos rimações antigos que, por fazerem consoante, diziam: ôs que me querem guardare por guárdar (358, ls. 18-21).

Se estivesse buscando inferir informações, a partir de suas “regras”, provavelmente, encontraria outros dados, mas como já declarado anteriormente, está-se aqui a buscar avaliações explícitas, como esta última, sobre avaliações fônicas.

Avaliações mórficas

Quanto às avaliações mórficas, encontrei três informações significativas e explícitas. Uma sobre a morfologia nominal (*a*), duas sobre a verbal (*b* e *c*) e um fato morfossintático diacrônico (*d*).

a. Ao tratar “Da formaçám dos nomes em o plurár”, diz sobre o plural de palavras em < ál >: “*mál* e *cál* de moinho, parece que os [h]ouvemos de Castela, porque ôs formamos acrescendo-lhe *es* e dizemos: *máles*, *cáles*” (317, ls. 2-4)

Realizações que considera empréstimos do castelhano e fogem à sua regra:

ôs que se acábam em ál, él, ól, ul, formam-se perdendo a lêtera l e tomando esta sílaba es, e dizemos: cardéal, cardeaes; papél, papées; faról, faróes; taful, tafues.

En esta regra não entram os nomes de ãa silába como: sál, mël, sól, sul, porque são irregulares e não tem plurár (316, ls. 21-23 e 317, 1-2).

Veja-se, no item 3.3.2b, o que propõe Fernão de Oliveira para *sol* e *rol*.

b. Quando trata das *Figuras*, ao definir a *antitésis*, exemplifica com a variação gráfica e, provavelmente, fônica, do perfeito *dixe/disse* do verbo dizer:

Antitésis quer dizer postura de lêtera ãa por outra, como quando dizemos [grifo nosso] dixे por disse. A qual figura é açerca de nós mui usáda, principalmente nestra lêtera x que tomámos da pronunciaçám mourisca, ainda que alguns digam que devem dizer dixе porque o preterito latino deste vérbo dico faz dixi (355, ls. 17-21).

A sua regra é favorável a *disse* e considera a variante *dixe* interferência da pronúncia dos árabes (“mourisca”).

c. Trata-se do particípio passado dos verbos da 2ª. conjugação. Diz a regra de João de Barros:

Tódo verbo de segunda conjugaçám fáz no preterito perfeito em i e no particípio em -ido, como: leo – li – lido. Tiram-se desta regra aprouve, trouve, coube (342, ls. 4-7).

Embora não esteja explícito, fica claro que para o normativista de 1540 o particípio passado dos verbos da “segunda conjugaçám” não fazem mais o particípio em <udo>.

d. Na *Ortografia*, ao tratar da “lêtera u”, apresenta uma informação diacrônica precisa:

O segundo u sérve na composaçám das dições e antigamente servia per si de avérbio local, como quando se dizia: U vás? U moras? A qual já não usamos (380, ls. 1-3).

Embora não seja este um fato estritamente mórfico, mas antes morfossintático, foi incluído aqui, sobretudo, pela avaliação diacrônica sobre o seu caráter arcaico em 1540.

3.4.3 Avaliações léxicas

Ao iniciar o que designa de terceira parte de sua *Gramatica*, “Da diçám”, recusa-se a apresentar etimologias porque “se quisérmos buscar o fundamento e raiz donde vieram os nossos vocábulos, seria ir buscar as fontes do Nilo”. Mas afirma que:

Basta saber que temos latinos, arávigos e outros de diversas nações que conquistámos e com que tivémos comércio – assi como eles tem outros de nós (198, ls. 16-18).

Admite, portanto, os empréstimos lexicais e nomeia suas origens, considerando, em destaque, os “latinos” e ‘arávigos’. Genericamente outros, dando as razões para isso.

No *Diálogo em louvor de nossa linguagem* volta aos empréstimos, respondendo a uma pergunta do “Filho”, seu interlocutor:

Mas agóra, em nossos tempos, com ajuda da empressam, deu-se tanto a gente castelhana e italiana e francesa às treladações latinas, usurpando vocábulos, que ôs fez mais elegantes de que foram óra [h]á çincoenta anos. Este exerççio, se

ô usáramos, já tiverámos conquistada a lingua latina, como temos África e Ásia, á conquista das quães nos máis demos que às treladações latinas. E o sinal desta verdade, é que, nam sòmente temos vitória déstas pártes, mais ainda tomamos muitos vocábulos, como podemos ver todolos que começam em ÁL e em XÁ, e os que acabam em Z, os quais são mouriscos. E agóra, da conquista da Ásia, tomámos CHATINAR por mercadejar; BENIÁGA por mercadoria; LASCARIM por homem de guerra; CUMBAIA por medida, cortesia e outros vocábulos que sam já tam naturães na boca dos hómens que naquelas partes andáram, como o seu próprio português (401, ls. 5-24 e 402, ls. 1-3).

Nessa passagem, João de Barros afirma que os novos empréstimos ao latim feito pelos castelhanos, italianos e franceses, não se fizeram no português, porque o povo português se dedicou antes à conquista de África e Ásia do que “às treladações latinas”, destacando empréstimos do árabe (*mouriscos*) como de línguas da Ásia, que não identifica. Seus exemplos são indicações explícitas significativas para a história lingüística do léxico do português.

4 Nota final

O que se conseguiu depreender sobre avaliações lingüísticas em Fernão de Oliveira e João de Barros mostra que já nos dois primeiros estudos metalingüísticos sobre o português ocorrem informações significativas explícitas para a história da língua portuguesa.

Como se poderia esperar, a originalidade descritiva de Fernão de Oliveira na sua *Anotação* é mais rica em informações avaliativas – diacrônicas, variações sincrônicas – sobre o uso real em 1536, do que a “arte de gramatica” de natureza prescritiva, em relação à “norma padrão” preferencial, portanto de natureza mais dogmática e, intencionalmente, pedagógica de João de Barros.

Vale ressaltar, para finalizar, que, reunindo avaliações dos dois pioneiros na gramatização da língua portuguesa, podem ser confirmados fatos que a tradição filológica considera como definidores do período arcaico e o seu desaparecimento podem ser delimitadores – por fatos intralingüísticos – como indicadores de um novo período, moderno ou clássico, na história da língua portuguesa (cf. Castro *et alii*, 1991: 243-248 e Mattos e Silva, 1994: 252-256). Assim há indicações explícitas de hiatos arcaicos desfeitos (cf. item 3.3.2a); da convergência das nasais finais no ditongo nasal <ão>, pelo menos nos nomes (cf. 3.1a); da mudança morfofônica no morfema de 2ª. pessoa do plural dos verbos (cf. 3.3.2a); da substituição do morfema <u> por <i>, nos participios passados dos verbos da 2ª. Conjugação (cf. 3.4.2c).

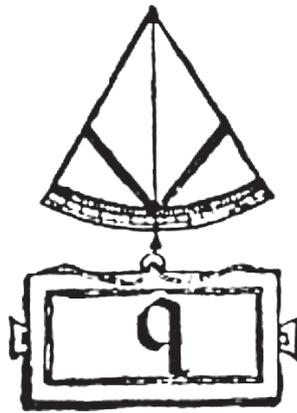
E termino com Fernão de Oliveira:

alghũs que escrevem livros o costumam fazer, nos princípios, prologos de sua defensão, o que eu não fiz. E tento esta razão: que me não quero queixar antes de ser ofendido” (153, ls. 26-28).

Referências bibliográficas

- BUESCU, M. Leonor. (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa de João de Barros*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações. Lisboa: Faculdade de Letras.
- BUESCU, M. Leonor. (1981[1574]). *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*, de Pêro de Magalhães de Gândavo. Edição facsimilada e Introdução. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- BUESCU, M. Leonor. (1984). *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- CASTRO, Ivo *et alii*. (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. v. 1. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo. (1996). Para uma história do português clássico. In *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. v. II. Lisboa: Colibri. p. 135-150.
- CINTRA, Luis Filipe Lindley. (1964-1971). Nova proposta de classificação dos dialetos galego-portugueses. *Boletim de Filologia*, XXXI: 81-116.
- COSERIU, Eugenio. (2000). Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. In TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos (eds.). *Gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira*. Lisboa: Academia Portuguesa de História. p. 29-60.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1994). Para uma caracterização do período arcaico do português. *D.E.L.T.A.*, 10 (nº especial): 247-276.
- TEYSSIER, Paul. (1980). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- TORRES, Amadeu e ASSUNÇÃO, Carlos (2000[1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Mervin. (1968). Empirical foundation for a theory of language change. In LEHMANN, Winfrid e MALKIEL, Yakov (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. p. 95-188.

Quadrãte



A Obra Pedagógica de João de Barros: a sintaxe da ordem nas sentenças encaixadas

Ilza Ribeiro



1 A ordenação dos constituintes nas sentenças encaixadas

Sabe-se que, em relação à ordem dos constituintes na sentença, o português é historicamente analisado como uma língua SVO. Assim, a ordem SVO nas encaixadas é um fato bem estabelecido, sendo considerada a ordem padrão. Contudo, pode-se observar, a partir do Quadro 1 abaixo, que outros tipos de ordenação também são atestados nos domínios encaixados. Os números do Quadro 1 mostram também que são SV(C), XV(C) e V(C) as ordens mais frequentes nas sentenças encaixadas, perfazendo um total de 0.80% dos dados, distribuídos entre essas três ordens. As ocorrências da ordem V(C) ilustram uma outra propriedade diacronicamente reconhecida no português, a de língua de sujeito nulo. As demais ordens apresentam porcentagens bem menores.¹

ORDENS/SENTENÇAS	RELATIVA	ADVERBIAL	COMPLETIVA	TOTAL
SV(C)	83 - 0.165%	56 - 0.210%	36 - 0.268%	175 - 0.193%
XV S(C)	05 - 0.009%	13 - 0.048%	08 - 0.059%	26 - 0.028%
XV(C)	61 - 0.121%	29 - 0.109%	18 - 0.134%	108 - 0.119%
XVXS(C)	----	02 - 0.007%	01 - 0.007%	03 - 0.003%
VS(C)	29 - 0.057%	20 - 0.075%	16 - 0.119%	65 - 0.071%
VC	304 - 0.604%	113 - 0.424%	41 - 0.305%	458 - 0.507%
VXS(C)	01 - 0.001%	08 - 0.030%	03 - 0.022%	12 - 0.013%
SXV(C)	11 - 0.021%	10 - 0.037%	06 - 0.044%	27 - 0.029%
XSV(C)	02 - 0.003%	06 - 0.022%	----	08 - 0.008%
XXVS(C)	----	04 - 0.015%	----	04 - 0.004%
XXV(C)	07 - 0.013%	05 - 0.018%	03 - 0.022%	15 - 0.016%
XXVXS(C)	----	----	02 - 0.014%	02 - 0.002%
TOTAL	503 - 0.557%	266 - 0.294%	134 - 0.148%	903

Quadro 1: Ordens dos constituintes nas sentenças encaixadas dos três documentos.

Discutem-se, aqui, essas possibilidades de ordenação de constituintes, nestes documentos, dividindo a apresentação em 5 partes, como segue. No item 1.1, discutem-se as ordens V2,² a saber, SV e XV, e considera-se serem elas resultantes de deslocamento dos constituintes X e S para a esquerda da sentença. Em 1.2, abordam-se outros tipos de frenteamento de constituintes nas sentenças encaixadas: o frenteamento estilístico, a focalização com *é que* e as “deslocadas à esquerda”. No item 1.3, apresentam-se as construções V1 e, em 1.4, tecem-se algumas reflexões sobre a interpolação de ele-

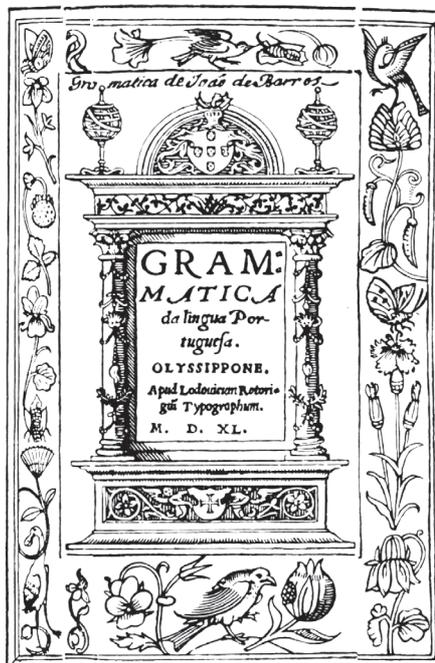
mentos entre o clítico e o verbo. Em 1.5, discute-se a possibilidade de realização estrutural do sujeito nulo *pro*. Em diversas ocasiões, serão feitas comparações entre estes documentos e outros documentos do PA, estudados por Ribeiro 1995.³

1.1 As ordens SV(C) e XV(S) nas encaixadas

O Quadro 1 mostra que a ordem SV(C) corresponde a 0.19% dos dados, não se caracterizando como a mais freqüente no *corpus* em estudo. Alguns exemplos típicos dessa ordem, com sujeito lexical e pronominal, são apresentados abaixo:⁴

(1)

- a) quamanho mô *tu* mandáste (GLP.214)
- b) e outros que *o uso* nos fez próprios (GLP.284)
- c) e que *cada um deles* tenha suas peças póstas em casas próprias e ordenadas (DVV.15)
- d) com leies do que *cada ãa* déve fazer (DVV.16)
- e) porque *o tempo em que se as tróvas faziam e os hómens nam perdiam sua autoridáde por isso* é degradádo destes nóssos reinos (DVV.108-10)
- f) assi como *eles* tem outros de nós (GLP.121)



Portada da Gramática de João de Barros (cf. Buescu, 1971)

A comparação destes documentos com outros do PA mostra que a proporção de ocorrências de SV(C) em domínios encaixados é relativamente a mesma, como indicam os números do Quadro 2 abaixo:⁵

Tipos de Ss	Ordem/Texto	FR	DSG	CDP	CPVC	BARROS
Encaixada	SV(C)	262 - 0.18%	279 - 0.18%	269 - 0.20%	80 - 0.16%	175 - 0.19%
Raiz	SV(C)	97 - 0.16%	119 - 0.14%	134 - 0.16%	81 - 0.15%	149 - 0.24%

Quadro 2: Porcentagens da ordem SV(C) em sentenças raízes e encaixadas.

Se a comparação é estabelecida nos domínios raízes, nota-se um aumento na freqüência dessa ordem. O aumento de SV em domínios raízes explica-se pela maior rigidez da propriedade V2 deste documento em relação aos outros, conforme discussão apresentada em Torres-Morais (1997).

A ordem XV(S), correspondendo a 0.13% dos dados, representa construções em que algum constituinte X, argumento ou adjunto, é deslocado

para o início da sentença e o verbo ocupa, linearmente, a segunda posição. O sujeito foneticamente realizado é pós-verbal. Exemplos dessas construções são apresentados abaixo:

(2) XV (0.11% das sentenças encaixadas)

- a) sem os quães *nenhũa déstas* se póde entender nem acabár (GLP.36-7)
- b) que *em ãas mesmas óbras* déram divérsos frutos, por divérsas cáusas (DVV.34-5)
- c) por razám dos efeitos que *déla* proçédem (DVV.183)
- d) como *já* disse (GLP.273)
- e) però que *de todos* nam tráte (DVV.213)
- f) porque *a cáda folha* coméça novamente conhecer a diferença da lêtera (DLNL.358-9)
- g) pois *nunca* navegára (DLNL.102)
- h) Però [h]avemos de consirár que *a uns relativos* chamamos de sustância por fazerem... (GLP.190-1)
- i) Ante queria que, *quando ouvisses os termos desta má ciência*, tevêsses a indústria da serpente (DVV.356)
- j) que *em nenhũa maneira* falásse ante eles (DLNL.59)
- k) Per onde *claramente* vemos que, ... (GLP.445)

(3) XVS (0.02% das sentenças encaixadas)

- a) ARTIGO é ãa das pártes da óraçam, a qual, *como já dissémos*, nam tem **os Latinos** (GLP.437-8)
- b) das quães *h* tem **os Latinos** ser espiaçám e nam lêtera (GLP.57-8)
- c) o louvor de nóssa linguágem, que, *sendo nóssa*, â entenderá **o latino** porque é sua (DLNL.177-8)
- d) COMO *em o nome e vérbo* está **a força de toda a linguágem**,... (GLP.462-3)
- e) porque *cási máis* espéra **a nóssa orelha** o consoante que a cantidáde (GLP.99-100)
- f) pois *néla* está **todo nóssó edifício** (DLNL.24-5)
- g) porque *nésta linguágem* confessou **[H]abrám** a Deos (DLNL.74-5)
- h) pois *nisto* consiste **toda a deleitaçam dele** (DLNL.82-3)
- i) E, por ser neles natural, dizia Catám que *máis* ô contentávam **os mançebos que se faziam vermelhos**, que... (DVV.163-5)
- j) E parece que *isto* receáva **a rainha Dido** (DVV.172)
- k) Diz Juvenál que *nenhum mál máis duro* tem **a pobreza** em si que fazer aos hómens que â têm poderem ser zombádos e ridos (DVV.380-1)

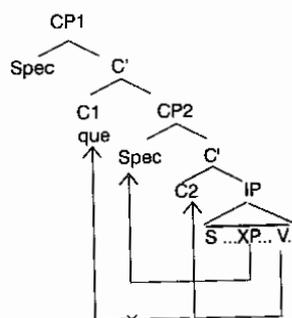
Observa-se que o elemento X pré-verbal da ordem XV(S) pode ser realizado por diferentes tipos de constituintes, embora mais freqüentemente esses constituintes sejam ou um advérbio ou um PP. O Quadro 3 abaixo mostra tal distribuição:

VALOR de X / TIPO de S	RELATIVA	ADVERBIAL	COMPLETIVA	TOTAL
Objeto indireto	05	06	03	14
Advérbio	27	14	08	49
Sentença adverbial	07	05	05	17
Predicativo	02	02	---	04
Sintagma preposicionado	21	16	07	44
Objeto direto	02	03	04	09
TOTAL	66	44	27	137

Quadro 3: Estatuto do elemento X que antecede o verbo finito nas construções XV(X(S)) encaixadas

Construções dos tipos em (2) e (3) podem ser analisadas como V2, ou seja, como resultantes do frontamento dos constituintes X para Spec/CP e do V para o núcleo C, desde que se admita a possibilidade do nóculo CP ser recursivo, apresentando, assim, uma posição extra para alojar elementos deslocados. A derivação está representada em (4) abaixo:

(4)



A representação em (4) indica que o primeiro núcleo C (= C1) é o hospedeiro dos elementos introdutores de sentença encaixadas. Desse modo, o V não pode se deslocar para tal posição, por ela já estar foneticamente preenchida.⁶ Portanto, para se obter uma ordem XV(S) em domínios encaixados, é preciso que haja algum outro núcleo funcional disponível para alojar o V e o constituinte X deslocados. Mantém-se a proposta já defendida em Ribeiro 1995 e por outros lingüistas (Cf. Salvi, 1990, e Benincà, 1995) de que construções desse tipo devem envolver recursividade do nóculo CP, como representado em (4). Assim, o V pode se deslocar para o núcleo C2 e um constituinte X qualquer para Spec/CP2 (embora os fatos não sejam tão claros assim, sobretudo em relação às construções XV, com sujeito nulo. Volta-se a esta questão no subitem 1.2.2.

Comparando-se as porcentagens dessa ordem com as dos documentos estudados em Ribeiro 1995, observa-se uma oscilação na frequência: nas sentenças raízes, do FR a CDP vê-se uma tendência a um menor uso dessas construções, mas da CDP a Barros tende-se a aumentá-la. Um movimento inverso se observa nas encaixadas, apresentando um aumento de frequência do FR à CDP, sendo que a CDP apresenta mais do dobro de

ocorrências de XV(S) do que o FR, passando a diminuir nos outros documentos. O Quadro 4 abaixo apresenta os números relevantes:

Tipos de Ss	Ordem/Texto	FR	DSG	CDP	CPVC	BARROS
Raiz	XV(X(S))	266 - 0.44%	293 - 0.36%	271 - 0.32%	176 - 0.33%	222-0.36%
Relativa	XV(X(S))	43 - 0.03%	157 - 0.10%	138 - 0.10%	50 - 0.10%	66-0.07%
Adverbial		95 - 0.06%	67 - 0.04%	77 - 0.05%	19 - 0.03%	44-0.05%
Completiva		16 - 0.01%	45 - 0.02%	87 - 0.06%	16 - 0.03%	27-0.02%
Total nas encaix.		154 - 0.10%	269 - 0.17%	302 - 0.22%	85 - 0.17%	137-0.15%

Quadro 4: Porcentagem da ordem XV(X)(S) em sentenças raízes e encaixadas

Apesar disso, pode-se dizer que a ordem XV(X(S)) mantém-se, do séc. XIII ao séc. XVI, possivelmente com as mesmas características sintáticas.

1.2 Outros tipos de deslocamento nas encaixadas

O fronteamento de constituintes nas línguas românicas arcaicas tem sido um tópico de interesse para muitos pesquisadores. Na realidade, pode-se observar que os fronteamentos ou deslocamentos de constituintes para a esquerda da sentença não se caracterizam como um fenômeno homogêneo, relacionado com uma única possibilidade estrutural. Desse modo, é possível se detectar diferentes propriedades dessas construções, embora, em muitos casos, elas sejam superficialmente semelhantes. Apresentamos a seguir algumas reflexões sobre outros tipos de fronteamentos.

1.2.1 As ordens XSV, SXV e XXV

Com base nos dados dos documentos anteriormente estudados (Ribeiro 1995), pode-se dizer que essas ordens, em que o verbo linearmente está antecedido por mais de um constituinte, por isso denominadas $V > 2$, nunca foram freqüentes no português do séc. XIII ao XVI, como os números no Quadro 5 atestam:

	FR	DSG	CDP	CPVC	BARROS
Encaixada	49-0.03%	87-0.05%	61-0.04%	44 -0.04%	56-0.06%

Quadro 5: Porcentagem das construções XSV, SXV e XXV em sentenças encaixadas

Diferentes tipos de constituintes podem anteceder o verbo, embora mais freqüentemente ocorram um advérbio ou um PP como um dos constituintes. Os números do Quadro 6 revelam tal distribuição:

sujeito + sintagma prep.	04	07	02	13
sujeito + advérbio	07	03	03	13
sujeito + predicativo	--	--	01	01
objeto direto + sujeito	--	01	--	01
sintagma prep. + sujeito	--	03	--	03
advérbio + sujeito	02	02	--	04
sentença adv. + sentença adv.	--	--	01	01
sentença adv. + advérbio	01	04	03	08
objeto + advérbio	--	01	--	01
sintagma prep. + advérbio	04	04	01	09
advérbio + sintagma prep.	02	--	--	02

Quadro 6: Valor(es) do constituinte X nas ordens $V > 2$ em Barros

Exemplos são apresentados a seguir:

(5) XSV

- a) quando depois do dilúvio, Deucalion e Pirra *reparáram* a perda do género humano (DLNL. 35-7)
- b) como da perfeição destas potências, os homens se *gloriam* mais que.. (DVV.228-9)
- c) a linguagem que entám os homens *falávam* (DLNL.39-40)

SXV

- d) a que nós pròpriamente *chamamos* artelho (GLP.440)
- e) quando, alguém em si *conhéce* defeitos inteleituáes (DVV.235)

XXV(S)

- f) pera que, mediante élas, assi na fála como na escritura, *venhamos* em conhiçimento das tenções alheas (GLP.9-11)
- g) porque, partido em duas pártes, sempre per ùa délas *entendemos* cousa algũa (GLP.309-10)

Se se assume a proposta de Kayne 1993, de que cada constituinte XP deve ocupar a posição de especificador de uma projeção máxima, então, com base nas construções acima, pode-se propor que deve haver mais de uma posição de especificador disponível para hospedar constituintes frontalizados nos domínios encaixados. A alternância livre entre $S X \sim X S$ indica que esses dois constituintes se alojam em uma posição não-específica de sujeito.⁷ Isto significa dizer que, mesmo na ordem XSV, em que S está linearmente adjacente a V, o constituinte S não ocupa a posição canônica de sujeito, não sendo S, assim, o sujeito da sentença no sentido estrito do termo.⁸ Em Ribeiro 1995 propôs-se que, nessas ordens, os constituintes S e X são enfáticos. Assim, essas ordens são derivadas da aplicação de uma regra de fronteamento dos constituintes S e X para uma posição em que possam satisfazer o traço [+ênfase]. Desde que atribuição de [+ênfase] a um determinado constituinte é opcional, entende-se por que esse processo de fronteamento não é tão freqüente.

1.2.2. A ambigüidade das construções X V

A ambigüidade das construções X V é melhor evidenciada nos enunciados em que há um clítico e o constituinte S está foneticamente realizado, o que permite distinguir três diferentes estruturas: (i) uma relacionada com as ordens CL X S V / CL S X V; (ii) outra com a ordem X CL S V e (iii) uma outra com a ordem X CL V S. Assim, a simples realização de uma sentença X V diz pouco sobre sua estrutura sintática. Também ambígüas podem ser consideradas as construções SV. Discutimos cada uma delas a seguir.

1.2.2.1 A ordem CL X (S) V / CL S (X) V; o fronteamento estilístico

Considera-se que algumas das construções X/SV encaixadas, como as apresentadas em (1), (2) e (3), não são estruturas V2. São, na realidade, construções de fronteamento estilístico, um tipo de construção bem atestado no islandês e no iídiche. Os conjuntos de enunciados abaixo permitem uma melhor ilustração para a discussão desses fatos:

- (6)
- a) por razám dos efeitos que *déla* proçedem (DVV.183)
a que *nós* chamamos sobrenome (GLP.235)
os espirituáes, que *máis* estimam. (DVV.249)
 - b) ármãs com que *se déla* pódem defender (DVV.13-4)
de quem *ás nós* recebemos (GLP.54)
quanto *me tu* mandáste (GLP.210)
Á que *se máis* confórma com a latina (DLNL.147)
 - c) cá *destes nos* devemos muito prézar (DLNL.265)
e outros que o uso *nos* fez próprios (GLP.284)
mostra que *muitos se* perderam na confiança dos bens naturáes e temporáes (DVV.402-3)
os quáes *tanto se* detem no ponto désta primeira figura (GLP.96-7)
dizia Catám que máis *ô* contentávam os mançebos que se faziam cvermelhos (DVV.164-5)

As construções X/SV em (b) se realizam com a ordem CL X/S V, um tipo de construção de fronteamento estilístico, com deslocamento do constituinte X/S para uma posição funcional abaixo de CP. Por outro lado, as em (c) são realizações de X/S CL V, mais semelhantes às construções V2, com duplo CP. Desse modo, os enunciados em (a) são ambígüos, podendo resultar de uma dessas duas estratégias de fronteamento. Considera-se, assim, que, a depender da posição de realização dos clíticos e dos constituintes X ou S, duas diferentes estruturas estão em uso nas construções X/S V, não só nos exemplos em (6), como também naqueles apresentados em (1), (2) e (3). Só em relação às construções em (3b), (3e) e (3g), em que o S está acima do sintagma verbal, por a forma verbal infinitiva ou o complemento objeto seguirem o sujeito, apresentando as ordens - X Auxiliar S Infinitivo,

X Verbo finito S Complemento objeto - pode-se dizer ter-se evidências positivas de construções V2 em sentenças encaixadas.

1.2.2.2 A focalização; ordem X CL S V

É possível um outro tipo de organização dos constituintes nas construções X/S V quando ocorre um clítico, a saber, a ordem X CL S V. Esta ordem é rara nos dados do PA (Ribeiro 1995 e Martins 1994), embora não se possa deixar de observar que, apesar de rara, é constante nos documentos dos séculos XIII a XVI, em sentenças raízes (exemplos em (h-n) e encaixadas (exemplos em (a-g)):

(7)

- a) tam bem dizer que mujto mjllhor **ho** estoutros nom digam (CPVC.F6.29-30)
- b) E sse pela uëtura **uos** Alguê enbargar (Lx, 1294) (Martins 1994:171-17)
- c) e que sempre **a** os Moesteyro de Anssedj e de Arnoya usarõ e possoyrã (NO, 1285) (Martins 1994:171-17)
- d) e disse aos mandadeiros que se veessen e que logo **se** el verria depós eles (DSG.1.31.5)
- e) E sse pela uëtura **uos** Alguê enbargar (Lx, 1294) (Martins 1992:171-17)
- f) E sse pela uëntujra **uos** alguê enbargar (Lx, 1296) (Martins 1992:171-17)
- g) e que sempre **a** os Moesteyro de Anssedj e de Arnoya usarõ e possoyrã (NO, 1285) (Martins 1992:171-17)
- h) E logo **lhe** el-rrei taxava que ouvesse por dia quatro soldos, e mais nom (CDP.4.64-65)
- i) e portanto **as** homen cree por mais verdadeiras quanto el foi mais presente (DSG.1.17.3)
- j) O conselho já **o** eu filhei (CA.4195) (Huber,1933:284)
- k) ca todas aquelas cousas que a Deus pede todas **lhas** el compre (DSG.1.28.11)
- l) todo **nos** este uemtre come (Lobo 1990:11)
- m) Ajmda **nos** este dout[or ensin]a (Lobo 1991:161)
- n) E a mha cabeça, ja **a** el ten metuda na sa boca (DSG.4.36.17)

Em Ribeiro (1995), analisam-se essas construções como de focalização do constituinte X que antecede o clítico, geralmente um advérbio ou um quantificador.

Nos dados organizados dos documentos de Barros, a ordem X CL S V não é atestada nos domínios encaixados. Há um único exemplo em sentença raiz:

(8) E assi, nunca **se** as cousas dam a quem bem milita nélas, mas a quem às blasona por suas (DVV.262)

Os dois exemplos atestados de focalização, semelhantes a X CL S V, se realizam como:

(9)

- a) pois a ordem da vida que tenho **me** nam deu mais tempo que pera o primeiro (DLNL.18-9)
- b) pois Isidoro, nas suas Etimologias, **â** nam pôde achár a muitas cousas (GLP. 117-8)

em que a ordem é S CL Neg V, e o elemento que antecede o V é sempre a Neg, e não o constituinte S. Observa-se ainda, em (9), que o elemento que antecede o CL não é um advérbio nem um quantificador.

Contudo, não se pode deixar de comentar que os 0.06% de construções XSV, SXV e XXV, sem clíticos, podem ser realizações desse tipo de focalização. Pressupõe-se, portanto, que, se houvesse um clítico nas construções em (5), ao menos algumas delas poderiam ser realizações de X CL S V, ou S CL X V, ou ainda X CL X V.

1.2.2.3 A ordem X CL V

O fato de se apresentarem nos dados as ordens X CL S V e X CL V S mostra de imediato a grande ambigüidade das construções XV, mesmo quando se realiza com um clítico, X CL V, se o constituinte S não é foneticamente realizado. Se se pode propor que construções X CL V S resultam de recursividade de CP, como representado em (4) acima, o mesmo não é possível para os exemplos abaixo (cf. também discussão em 1.2.2.1):

(10)

- a) à semelhança dos músicos, os quães *tanto se* detem no ponto desta primeira figura, bár, como nas duas derradeiras, bo-ra (GLP.96-7)
- b) E dádo que *em alguma maneira nos* poderamos estender com régras pera a cantidáde e açento das nóssas sílabas, leixamos de ô fazer (GLP.104-6)
- c) quando, *depois que Adám pecou*, s'escondia antre as árvores do paraíso (DVV.90-1)
- d) quando, *com os rostros virádos, da desonestidáde que o vinho causou em seu pái*, ô cobriram com suas cápas (DVV.111-2.)

Construções desse tipo podem ser resultantes de topicalização V2 (X CL V S) ou de focalização tipo X CL S V, ambas com S foneticamente nulo. Nada nos dados permite, até onde podemos ver, uma análise segura para distinguir as duas construções, exceto quando o S está foneticamente realizado. Assim, ter-se dito acima que X CL S V não se realiza nos dados pode ser falso, desde que as construções em (10) podem resultar, na realidade, de estruturas X CL pro V, em que S é um pronome foneticamente nulo (= pro).

1.2.3 As clivadas com *é que*

As clivadas com *é que* ilustram uma estratégia comum de focalização nestes documentos. Embora se costume registrar como a partir do final do séc. XVIII⁹ as primeiras ocorrências da expressão expletiva *é que* em documentos do português, estes três documentos de Barros requerem recuar essa data para o século XVI:

(11)

- a) E o sinál desta verdáde, *é que*, nam sòmente temos vitória destas pártes... (DLNL.246-7)
- b) Verdáde *é que* bem pôsso dizer: Eu andei muitas térras e nunca vi tam bõa fruta como â do termo de Lisboa (GLP.367-9)
- c) Çerto *é que* poucas vezes se supre um defeito temporál, sem algua comissám ou permissám da vontáde (DVV.347-8)
- d) Porém, de crer *é que*, ao tempo da edificaçám de Babilónia, em que a linguágem éra toda ãa, [h]averia muitas cousas invéntadas pera o uso daquele edificio (DLNL.105-8)

As clivadas com *é que* podem mesmo ser realizadas sem a cópula verbal, o que pode indicar a integração desta construção na gramática da época. Em (12) abaixo, por exemplo:

(12)

Que dou a entender, neste relativo quá, *que* assi tórno enviár o livro limpo e sam (GLP.204-5)

a clivagem ocorre só com a forma *que*. As clivadas são construções de focalização marcada, do tipo: Foco + *é que* + X.

1.2.4 As Deslocadas à Esquerda

Podem-se distinguir dois tipos de construções iniciadas por um objeto direto, as Deslocadas à Esquerda e as V2, como em:

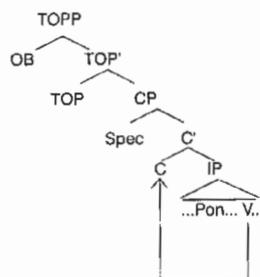
(13)

- a) Sábe que *estes defeitos espirituáes e corporáes*, ou a imaginaçam deles, nam ôs deu **Deos** a alguém pera com eles ô avergonhár pera mal (DVV.296-8.)
- b) porque *a licença que Horácio, em sua Arte Poética, <Horatius in Arte Poetica> dá aos latinos pera compoerem vocábulos nóvos*, contanto que saiam da fonte grega, *éssa* poderemos tomár se ôs derivármos da latina (DLNL.228-31)
- c) E paréçe que *isto* receáva a rainha Dido, segundo Vergílio conta (DVV.172-3)
- d) però que *estes e outros louvores* [h]ája déla (DVV.195-6)
- e) quem *algum destes nomes* levár ao plurár (GLP.388)

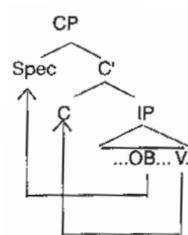
O exemplo em (a), em que o objeto deslocado é retomado por um pronome complemento, ilustra um tipo de construção denominado “deslocada à esquerda clítica”; o em (b), é uma “deslocada à esquerda de tópico pendente”, por o objeto deslocado ser retomado por um pronome demonstrativo (Cf. Mateus et alii 1989). Por outro lado, nos exemplos em (c-e), o objeto deslocado não é retomado por qualquer tipo de pronome. Evidentemente, para se dar conta da realização e da não-realização da retomada pronominal, deve-se olhar esses dois tipos de construção como resultantes de diferentes processos sintáticos. Analisam-se as “deslocadas” em (a) e (b) como construções em que o objeto “deslocado” não sofre movimento, ou seja, é gerado na base numa posição acima de CP. Os em (c), (d) e (e) como resultante dos mesmos processos sintáticos que atuam nas construções V2 em (6) acima, ou seja, frenteamento do objeto para Spec/CP. As duas possibilidades estão ilustradas abaixo:

(14)

a)



b)



Quando o OB é gerado em Spec/TOPP (representação em (14a)), as construções se realizam como as em (13a/b), em que o OB em TOP está vinculado a um pronome, clítico ou não, na sentença encaixada. Quando o OB se desloca para Spec/CP (representação em (14b)), sua posição de origem, abaixo de IP, fica foneticamente vazia.

1.3 As encaixadas V(S(C))

As construções V(C), ou V1, perfazem 0.50% dos dados e as VS, 0.07%. Alguns exemplos de construções V(S(C)), com ou sem sujeito foneticamente realizado, são como:

(15)

- a) a que *responde* a construçám (GLP.28-8)
- b) como *diz* Paulo (DVV.358)
- c) a moéda e outras cousas que se *contam* e numéram (GLP.211-2)

As construções V1 são bem frequentes não só em Barros, mas também nos outros documentos estudados, em sentenças raízes e encaixadas. Contudo, os números do Quadro 7 abaixo mostram que em Barros há um considerável decréscimo da ordem V1 em domínios raízes e uma relativa estabilidade da porcentagem desta ordem nas encaixadas.

Tipos de Sentença	FR	DSG	CDP	CPVC	BARROS
Raiz	124 - 0.20%	299 - 0.37%	316 - 0.38%	228 - 0.43%	103 - 0.16%
Encaixada	946 - 0.67%	895 - 0.58%	700 - 0.52%	272 - 0.56%	535 - 0.59%

Quadro 7: Porcentagem da ordem V(C) do séc. XIII ao séc. XVII, em sentenças raízes e encaixadas

1.4 Algumas outras observações sobre os pronomes clíticos nas encaixadas

A distribuição dos pronomes complemento nas sentenças encaixadas está representada no Quadro 8 a seguir:

ORDENS/SENTENÇAS	RELATIVA	ADVERBIAL	COMPLETIVA	TOTAL
CL S V	14	03	01	18
CL Neg V (S)	02	09	--	11
S Cl Neg V	--	01	--	01
S X CL Neg V	--	01	--	01
X Cl Neg V	--	01	--	01
CL X V (S)	06	01	01	08
Cl X X V	01	--	--	01
CL S X V	01	--	--	01
S CL X V	01	--	--	01
CL V (X(S))	66	25	12	103
S CL V	07	04	08	19
S X CL V	--	02	--	02
X CL V (S)	04	10	02	16
X Adv CL V	01	02	--	03
X Neg CL V (S)	01	--	01	02
Neg Cl V (S)	01	01	--	02
TOTAL	104	61	25	190

Quadro 8: Distribuição dos clíticos nas sentenças encaixadas

Observa-se que, na ordem mais frequente de colocação de clíticos, a ordem CL V (S), com 0.54% de realizações, o Cl e o V estão linearmente adjacentes:

(16)

- a) segundo o ofício que **lhe** foi dádo (GLP.16)
- b) a coisa a que **ô** ajuntamos per semelhante exemplo (GLP.268-9)
- c) o primeiro imigo que **ô**s cométe (DVV.12)
- d) porque **se** escrivem desta maneira: A, B, C (GLP.50)
- e) quando **â** presentáram a Cristo que **â** condenásse (DVV.96-7)
- f) quando **se** envergonham com os defeitos temporáes (DVV.399)

Contudo, sabe-se que a interpolação de constituintes diversos entre o clítico e o V é fato atestado em diferentes documentos de todo o período medieval do português. Alguns exemplos de construções com interpolação, em Barros, são apresentados a seguir (cf. também exemplos em (14b)):

(17) ordem CL Neg V

- a) aquele que *se nam pôde* atribuir a máis que a ùa só cousa (GLP.136-7)
- b) se algum é tam cêgo que *ôs nam conhêçe* (DVV.231-2)
- c) Todo nome que *se nam conhêçe* per significaçam (GLP.347)

Mas a ordem Neg CL V (S) também ocorre, como nos seguintes exemplos:

(18)

- a) porque *nam se afea* o ânimo com a deformidáde do corpo (DVV.335-6)
- b) as quáes *nam se pôdem* escrever (DLNL.159-60)

O constituinte S pode ser o elemento entre o CL e o V, como em:

(19) ordem CL S V

- a) de quem *âs nós reçebemos* (GLP.54)
- b) quanto *me tu mandáste* (GLP.211)
- c) posto que *âs Adám visse* em revelaçam (DLNL.98)

Contudo, os números do Quadro 8 mostram que ordem S CL V também é atestada:

(20)

- a) pera quando *o uso ô requerer* (GLP.110)
- b) ...móstra que *muitos se perderam* na confiança dos bens naturáes e temporáes (DVV.402-3)
- c) E daqui vem que *uns se fazem* moucos, outros de curta vista (DVV.250)

Além da negação e do S, outros tipos de constituintes podem estar intercalados entre o CL e o V:

(21) ordem CL X V

- a) e por que *se milhór entendam*, poeremos o seguinte exemplo (GLP.202-3)
- b) que eles queriam que *se deles tevésse* (DVV.246-7)
- c) ármes com que *se déla pôdem* defender (DVV. 13-4)

Entretanto, constituintes destes tipos podem também anteceder o CL, como ilustrado em vários exemplos de ordem X CL V, apresentados acima (cf. exemplos em (2a), (3c/i) e (6c)).

As duas construções em que se realizam dois constituintes entre o CL e o V são:

(22)

- a) [h]ás-de consirár o modo e limitaçam que *lhe sam Gregório nestas palavras dá* (DVV.197-8)
 b) onde *se isto máis claro vê*, é na musica (DLNL.180-1)

A análise proposta considera que os clíticos ocupam uma posição fixa na sentença (cf. Ribeiro 1995). Desse modo, as diferentes posições dos constituintes X e S em relação ao clítico refletem diferentes estratégias de deslocamento de constituintes, como já discutido no item 3.1, definidas resumidamente como: os exemplos com a ordem X CL V podem ser construções com um tipo de focalização V2 do constituinte X; os com interpolação parecem ser construções de fronteamto estilístico.

Deve-se observar, contudo, que uma das características do fronteamto estilístico – o fronteamto de formas verbais não finitas – não foi atestado no *corpus* e que o fenômeno da interpolação/ fronteamto estilístico não é freqüente, como se pode observar nos números do Quadro 9 abaixo. Dos 190 casos de construções com clítico nos documentos de Barros em estudo, só 0.23% se realizam com interpolação. Em outros documentos do séc. XVI, estudados por Lobo (1992), a interpolação se realiza em 0.40% das construções com clítico.

ORDENS/SENTENÇAS	RELATIVA	ADVERBIAL	COMPLETIVA	TOTAL
CL S V	14	03	01	18 - 0.09%
CL Neg V	02	12	--	14 - 0.07%
CL X V	08	01	01	10 - 0.05%
CL S X V	01	--	--	01 - -----
CL X X V	01	--	--	01 - -----
TOTAL	26	16	02	44 - 0.23%

Quadro 9: A interpolação em Barros

Sabe-se que a interpolação desapareceu do português, exceto em alguns dialetos do norte de Portugal (Rouveret 1992), que permitem a interpolação da Neg. e do sujeito pronominal. Segundo Said Ali (1957:22), a partir do séc. XVII só se verifica a interpolação com a partícula de negação *não*. Desse modo, a menor porcentagem de construções com interpolação nos dados de Barros pode ser indicativo de uma mudança já em curso, que culminará com o desaparecimento desse tipo de construção no português.

1.5 Sobre o sujeito lexical e o sujeito nulo nas encaixadas

O Quadro abaixo apresenta as porcentagens de realização do constituinte S em diferentes estruturas:

ORDENS/SENTENÇAS	RELATIVA	ADVERBIAL	COMPLETIVA	TOTAL
X V S (C)	05 - 0.009%	13 - 0.048%	08 - 0.059%	26 - 0.028%
X V X S (C)	----	02 - 0.007%	01 - 0.007%	03 - 0.003%
V S (C)	29 - 0.057%	20 - 0.075%	16 - 0.119%	65 - 0.071%
V X S (C)	01 - 0.001%	08 - 0.030%	03 - 0.022%	12 - 0.013%
X X V S (C)	----	04 - 0.015%	----	04 - 0.004%
X X V X S (C)	----	----	02 - 0.014%	02 - 0.002%
S V (C)	83 - 0.165%	56 - 0.210%	36 - 0.268%	175 - 0.193%
S X V	11 - 0.021%	10 - 0.037%	06 - 0.044%	27 - 0.029%
X S V	02 - 0.003%	06 - 0.022%	----	08 - 0.008%
TOTAL	131 - 0.260%	119 - 0.447%	72 - 0.537%	322 - 0.356%

Quadro 10: Realizações de S em sentenças encaixadas

Observa-se que, em 0.35% das sentenças encaixadas, o constituinte S é fonologicamente realizado, sendo a sua ocorrência mais freqüente nas estruturas S V (C), 0.19%, e V S (C), 0.07%. As ordens X V S e S X V perfazem, cada uma, 0.02% dos dados de sentenças encaixadas.

As descrições apresentadas sobre as ordenações dos constituintes mostram que linearmente o sujeito lexical ocorre em diferentes posições em relação ao verbo finito e aos constituintes argumento ou adjunto, como esquematizado abaixo:

(23)

a) V1	b) V2	c) V > 2
VS	SV	SXV
VXS	XVS	XVS
	XVXS	XXVS
		XXVXS

Os possíveis arranjos entre o sujeito, verbo e complementos/adjuntos levantam questões cruciais sobre a posição dos sujeitos nulos nas ordens V1, V2 e V > 2. Pode-se considerar, então, que as posições de S em (23) acima são as mesmas válidas para o sujeito nulo, admitindo-se as seguintes possíveis estruturas para *pro*:

(24)

a) V1	1b) V2	c) V > 2
V <i>pro</i>	<i>pro</i> V	<i>pro</i> X V
V X <i>pro</i>	X V <i>pro</i>	X <i>pro</i> V
	X V X <i>pro</i>	X X V <i>pro</i>
		X X V X <i>pro</i>

Contudo, determinar a posição de *pro* não é uma questão trivial, de fácil derivação a partir das representações em (24) acima. Pretende-se discutir nesta seção algumas ambigüidades em relação à realização de S lexical e mostrar que nem todas as posições de realização de S alternam com um sujeito nulo.

Assim, as questões a serem colocadas em relação à posição de sujeito podem ser formuladas como: (a) nas construções com S pré-verbal, este constituinte ocupa sempre a mesma posição? (b) nas construções com S pós-verbal, qual a posição (e se é sempre a mesma) ocupada por S? (c) o sujeito nulo *pro* apresenta a mesma distribuição do constituinte S?

Recorrendo mais uma vez à realização do clítico para sanar ambigüidades, e tomando como ponto de partida a análise desenvolvida em Ribeiro 1995, assume-se também aqui que a posição dos clíticos é fixa, quer dizer, considera-se que os clíticos ocupam sempre a mesma posição nas sentenças encaixadas e que as diferentes ordenações encontradas resultam de movimento de constituintes para posições à esquerda do clítico. Desse modo, construções com realização de clíticos, como as já apresentadas, esclarece um pouco da ambigüidade sintática quanto à realização de S. Assume-se também a hipótese de que o sujeito pronominal nulo ou fonologicamente realizado, tópico não marcado, ocupa sempre a posição de especificador de IP.

Partindo desses pressupostos, pode-se dizer que, nas construções SV, duas análises estão disponíveis, como esquematizado a seguir:

- (25)
- | | | |
|--------|-----------|-----------|
| a) S V | b) CL S V | c) S CL V |
|--------|-----------|-----------|

Em (b), o S pode estar ocupando a posição canônica do sujeito, Spec/IP, ou ser um constituinte enfático, deslocado para uma posição acima de IP; em (c), por outro lado, S certamente é um constituinte focalizado ou topicalizado para uma posição à esquerda do clítico. Considera-se, assim, que CL S V pode corresponder a uma ordem não marcada, nos domínios encaixados, na gramática quinhentista, enquanto S CL V corresponde sempre a uma ordem estilisticamente marcada. Desse modo, o sujeito nulo *pro* pode ocorrer em uma estrutura como (25b) - CL *pro* V -, com *pro* em Spec/IP, mas não em **pro* CL V, semelhante a (25c), por não se esperar que uma categoria foneticamente vazia seja topicalizada ou focalizada.

Em relação à ordem V S, também duas possíveis estruturas poderiam estar disponíveis:

- (26)
- | | | |
|--------|-----------|-----------|
| a) V S | b) CL V S | c) V CL S |
|--------|-----------|-----------|

A ordem CL V S, que totaliza 0.07% das sentenças encaixadas com clítico, se realiza com verbos inacusativos/passivos (09 casos) e declarativos (05 casos). Portanto, parece ser construção em que o S ocupa uma posição mais baixa do que a posição canônica de sujeito, Spec/IP.¹⁰ Desse modo, não se espera que à ordem CLVS corresponda uma ordem CLVpro, desde que *pro* deve ser licenciado em Spec/IP. Assim, quer para CLVS, quer para CLSV, a única estrutura possível com S foneticamente nulo é CLproV, estando *pro* e V em IP. De modo semelhante, fica também esta possibilidade para a ordem V X S, ou seja, CL V X S. Considera-se, assim, que, se os sujeitos pós-verbais estão abaixo de IP, é provável que as estruturas dessas construções sejam CLproVS e CLproVXS, em que Spec/IP é realizado pelo sujeito nulo.

A ordem V CL S, uma estrutura com ênclise, possivelmente derivada de movimento do V para uma posição acima da do clítico, não foi atestada em sentenças encaixadas destes documentos. Em um outro documento quinhentista, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, os seguintes exemplos foram encontrados:

(27)

e amdauam asy mesturados cõ eles. que eles se esquiujauam e afastauanse e hianse **deles** peracjma onde outros estauam (CPVC.6v.19-22)

Em (27), duas adverbiais coordenadas ocorrem com as ordens V CL e V CL S, respectivamente. É possível que essas construções resultem de recursividade de CP, como representado em (4) acima. Mesmo assim, há, nessas ordens, duas possibilidades de análise para a realização do constituinte S – em Spec/IP ou abaixo de IP – mas uma só para *pro* – em Spec/IP: VCLpro. Sendo partitivo o sujeito *deles* em (27), admite-se a sua possível realização abaixo de IP, tendo-se, neste caso, uma construção com a estrutura VCLproS.

Vejam-se agora as ordens S X V e X S V, e as possíveis ordenações com um clítico:

(28)

a) S X V S	CL X V	b) X S V	X CL S V
	S X CL V		X S CL V
	CL S X V		CL X S V

Desde que há seis possibilidades, fica difícil determinar a posição exata do sujeito nulo nas ordens S X V e X S V, considerando-se que se assumem as seguintes análises para essas ordens:

I - nas ordens CL S X V e CL X S V, com interpolação dos constituintes S X / X S entre o clítico e o verbo, como já se comentou acima, a alternância

livre entre $S X \sim X S$ indica que, mesmo na ordem $CL X S V$, em que S está linearmente adjacente a V , o constituinte S não ocupa a posição canônica de sujeito. Desse modo, não se pode derivar a posição de *pro* pela de S realizado foneticamente.

II - nas construções com as ordens $S CL X V$ e $X CL S V$, se os constituintes X e S imediatamente pré-verbal podem se alternar livremente, espera-se que ocupem uma mesma posição, não sendo ela uma posição restrita a sujeito.

III - nas ordens $S X CL V$ e $X S CL V$, se são estruturas do tipo:

$$(29) \quad [_{\text{TOP}} \quad S/X \quad [_{\text{CP}} \quad S/X \quad CL \quad V \quad [_{\text{IP}} \quad \text{pro} \quad \dots \quad]]]$$

os constituintes S e X iniciais são tópicos marcados, uma leitura não disponível para *pro*. Os constituintes S e X adjacentes ao clítico são focos ou tópicos não marcados, deslocados para CP , um tipo de movimento não motivado para *pro*. Assim, a única possibilidade para *pro* é a posição Spec/IP .

2 Conclusão

Em resumo, pode-se considerar os seguintes fatos gerais sobre a sintaxe da ordem, nas sentenças encaixadas, na *Obra Pedagógica* de João de Barros: (i) embora seja uma das mais freqüentes, a ordem XV é ambígua, podendo resultar de diferentes estratégias de fronteamento do constituinte X . Só nas construções em que se realizam um CL e/ou o constituinte S pode-se ter evidências claras de qual das estratégias está sendo usada; (ii) os clíticos, sempre pré-verbais, podem ocorrer separados do V por diferentes tipos de constituintes. De acordo com sua colocação em relação aos demais constituintes da sentença, pode-se concluir que diferentes estratégias de fronteamento de constituintes atuam na gramática refletida por esses dados: a topicalização ou focalização $V2$ para Spec/CP , a topicalização externa a CP , para Spec/TOPP , a focalização para uma posição abaixo de CP , um fronteamento para atribuir ênfase a um dado constituinte; (iii) a ordem $V1$, sem sujeito foneticamente realizado, a mais freqüente no *corpus*, atesta a propriedade de sujeito nulo desse sistema lingüístico. Esse é um traço sintático que se mantém diacronicamente no português europeu; (iv) em geral, o constituinte S das diversas ordens, com exceção da ordem $CL S V$, é um constituinte focalizado ou topicalizado, não sendo, assim, o sujeito, no sentido estrito do termo. Desse modo, o número de sentenças com sujeito nulo aumenta consideravelmente, pois muitas das construções com S realizado são estruturas de sujeito nulo.

- 1 As porcentagens são apresentadas com três casas decimais, para evitar a representação só de zeros em alguns tipos de ordem.
- 2 Neste texto, usamos os termos 'V1', 'V2' e 'V>2' em dois sentidos: (a) descritivamente, significa que o verbo finito ocupa a primeira posição da sentença, não estando antecedido por qualquer constituinte lexical (V1), ou ocupa a segunda posição, estando, neste caso, antecedido por um constituinte lexical (V2), ou está antecedido por mais de um constituinte lexical (V>2): (b) teoricamente, V2 significa que o verbo finito está alojado no núcleo funcional C de CP. Esperamos que os contextos deixem explícitos os dois usos. Sobre a questão teórica da propriedade sintática V2, cf. Ribeiro 1955.
- 3 Os documentos são os seguintes: *Foro Real* (séc. XIII), *Diálogos de São Gregório* (séc. XIV), *Crônica de D. Pedro* (séc. XV) e *Carta de Pero Vaz de Caminha* (início do séc. XVI). Os exemplos serão citados seguidos da sigla do documento e de números, da seguinte forma: FR e n^{os} do livro, do título e do fôlio; DSG e n^{os} do livro, capítulo e linha(s); CDP e n^{os} da(s) linha(s); CPVC e n^{os} do(s) fôlio(s) e da(s) linha(s).
- 4 Os exemplos serão citados pelas siglas GLP (*Gramática da língua portuguesa*), DVV (*Diálogo da viciosa vergonha*) e DLNL (*Diálogo em louvor da nossa linguagem*), seguidas do(s) n^{o(s)} da(s) linha(s).
- 5 Cf. nota anterior.
- 6 Ou estar comprometida com os introdutores de sentenças, como no caso das encaixadas-QU.
- 7 Considera-se Spec/IP a posição específica de sujeito. Cf. representação em (4) acima.
- 8 Analisam-se essas construções como de sujeito nulo.
- 9 Cf. Duarte (1992) e Lopes Rossi (1993) em relação ao elemento *é que* nas interrogativas. Cf. também Lopes Rossi (Tese de Doutorado – em preparação) para uma análise ampla de clivadas na história do português.
- 10 Isto significa que a ordem V S nesse tipo de encaixada não resulta de estrutura com movimento de V para C, como ocorre nas sentenças raízes. Mesmo porque, se houvesse movimento de V para C, a ordem resultante deveria ser V CL S.

Referências bibliográficas

- BENINCÀ, Paola. (1995). Complement clitics in Medieval Romance: the Tobler-Mussafia Law. In: BATTYE, A & ROBERTS, I (Eds.) *Clause Structure and Language Change*. N. York: Oxford. p. 325-344.
- BUESCU, M. L. C. (1971). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- DUARTE, E. L. (1992). A perda da ordem VS em interrogativas QU- no português do Brasil. *DELTA*, 8 (n^o especial): 37-52.
- KAYNE, R. (1993). *The antisymmetry of syntax*. Cuny. (mimeo).
- KROCH, A. S. (1989). Reflexes of grammar in patterns of language change. *Journal of Language Variation and Change*, 1: 199-244.
- LOBO, T. (1992). *A colocação dos clíticos em português. duas sincronias em confronto*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (digitado).
- LOPES ROSSI, M. A. G. (1993). Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (Orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. p.307-342.
- LOPES ROSSI, M. A. G. Tese de Doutorado. (em preparação).
- MARTINS, A. M. (1994). *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (digitado).
- MATEUS, Maria H. *et alii*. (1989). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

- MATTOS E SILVA, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- PÁDUA, M. P. C. de. (1960). *A ordem das palavras no português arcaico*. Coimbra: Instituto de Estudos Românicos.
- RIBEIRO, I. (1995). *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp. (digitado).
- TORRES-MORAIS, M. A. (1997). Aspectos da sintaxe da ordem nas sentenças finitas na “Obra Pedagógica de João de Barros”. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 197-216.
- ROUVERET, A. (1992). *Clitic placement, focus and the Wackernagel position in European Portuguese*. Paris: Université de Paris-VIII. (mimeo).
- SAID ALI, M. (1957). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- SALVI, G. (1990). La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica. *Medioevo Romanzo*, 15:117-210.

Gáto,



*A sintaxe dos clíticos:
o século XVII, o século XX e a
constituição da norma padrão*

Tânia Lobo



1 Preliminar

Como, nestes últimos cinco anos, nos dedicamos à elaboração da Tese de Doutorado – *Para uma sociolingüística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise lingüística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX* –, defendida e aprovada na Universidade de São Paulo em setembro de 2001, que envolve, basicamente, a análise da sintaxe dos clíticos em documentação brasileira do século XIX por nós editada, não tivemos tempo para elaborar um texto específico para esta nova *Coletânea* do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Instada pelos organizadores da *Coletânea*, concordamos, embora sem muita satisfação, em apresentar esta contribuição, que também envolve dados e análises do português quinhentista. Na sua primeira versão, este texto foi apresentado, oralmente, em Mesa-Redonda da Jornada do Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste (GELNE), realizada em Recife, em 1997. Na base desse texto, estão os dados da nossa Dissertação de Mestrado – *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto* –, defendida na Universidade de Lisboa em março de 1993.

Entre a Dissertação de Mestrado e a Tese de Doutorado, muito estudo dedicamos à sintaxe dos clíticos na história da língua portuguesa e diversas leituras de natureza teórica e empírica fizemos sobre clíticos em geral e, em especial, na língua portuguesa; daí a não “muita satisfação”, antes referida, em publicar esse texto. Contudo, a insistência amiga dos colegas organizadores da *Coletânea* nos levou a concordar com a sua publicação, já que um dos seus aspectos incide sobre o português quinhentista, foco deste novo trabalho coletivo do PROHPOR.

2 Observações introdutórias

Um dos aspectos lingüísticos mais referidos como divisor do português nas suas variantes europeia e brasileira é a colocação dos clíticos nas frases.

As diferenças na forma de colocação dos pronomes átonos entre o português brasileiro e o europeu, assim como uma série de outras diferenças sintáticas, começam a ser apontadas no século XIX, fazendo-se notar de forma mais clara exatamente no momento em que, pela primeira vez, a literatura brasileira, no bojo do Romantismo, passa a buscar um veículo de expressão que se elabore em moldes distintos dos estabelecidos pelos cânones literários portugueses. É facilmente presumível que, figurando na língua literária do século XIX, tais distinções já devessem estar consolidadas há muito mais tempo na língua oral.

Partindo destas constatações, o objetivo deste trabalho é analisar o problema da colocação dos pronomes oblíquos átonos dentro de duas perspectivas:

— Em primeiro lugar, sob uma perspectiva diacrônica, estabelecendo um diálogo entre duas sincronias — o século XVI e o século XX. A opção pelo século XVI deve-se à intenção de vislumbrar a norma de colocação pronominal vigente no momento em que se iniciou o processo de transplantação do português para o Brasil. Já em relação ao século XX, a preocupação é analisar a norma vernácula e a norma oral culta de colocação pronominal do português brasileiro contemporâneo, a fim de contrastá-las e de estabelecer como os falantes escolarizados brasileiros, integrantes do estrato sociolingüístico supostamente mais conservador, se comportam relativamente às distintas possibilidades de posicionamento do clítico na frase. O contraste entre o século XVI e o século XX permitirá identificar as mudanças ocorridas;

— A seguir, e levando em conta as conclusões anteriores, será abordado o tratamento dado pelas gramáticas normativas à questão da ordem dos clíticos na frase, com o intuito de discutir o modelo a partir do qual ainda hoje se faz o ensino deste aspecto da estrutura sintática do português nas escolas brasileiras. Aqui, as perguntas fundamentais são: em que medida o comportamento lingüístico dos falantes escolarizados brasileiros reflete o padrão veiculado pela escola? Há justificativa histórica para a adoção desse padrão? Não se justificando, hoje, tal padrão, haveria propostas alternativas?

3 Perspectiva diacrônica: do presente para o passado

Já dispomos hoje de uma série de trabalhos sobre a sintaxe dos clíticos, os quais, quer realizados a partir de uma perspectiva teórica gerativista, quer a partir de uma perspectiva teórica sociolingüística, demonstram que a posição imediatamente pré-verbal é a forma normal de colocação do clítico no português vernáculo brasileiro contemporâneo. Ou seja, independentemente de qual seja o contexto sintático, o clítico ocorre adjacente ao verbo, posiciona-se antes dele e dele depende fonologicamente, sendo-lhe, portanto, proclítico.

Como veremos, a seguir, a partir da comparação da situação atual com a do século XVI, houve, no português vernáculo brasileiro, uma mudança radicalmente qualitativa, na medida em que, enquanto, no século XVI, o clítico ocupava uma posição pré ou pós-verbal a partir de contextos sintáticos muito claramente definidos, no português vernáculo brasileiro, os contextos sintáticos foram sobrepujados, generalizando-se a anteposição do clítico ao verbo em qualquer situação.

Isto posto, podemos, a seguir, nos colocar uma questão relevante do ponto de vista sociolingüístico e com claras implicações no plano do ensino da língua materna, a qual será discutida posteriormente: quanto a esse aspecto da sintaxe, haveria, no Brasil, diferenças entre a norma vernácula, no sentido laboviano do termo, e a norma dos indivíduos cultos em situação formal de comunicação oral?¹

Para caracterizar a norma oral culta de colocação dos clíticos do português brasileiro contemporâneo, descrevemos uma amostra lingüística constituída por 15 inquéritos de natureza formal que integram o *Corpus Compartilhado do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta — Projeto NURC²*, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

3.1 A norma oral culta de colocação dos clíticos no português brasileiro contemporâneo

3.1.1 Orações não-dependentes

3.1.1.1 Absolutas/principais

a) Verbo em posição inicial – **variável**, com ligeira preferência pela colocação pré-verbal: 55%

- ME impressionou notadamente uma ... uma série de artigos do historiador e sociólogo Oliveira Viana SP. III. M
- Chama-SE esta mastectomia de mastectomia alargada SSA. II. F

b) Verbo precedido por sujeito nominal – **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 90%

- O ameninado príncipe SE transforma num velho POA. III. M
- O povo de Roma levantou-SE contra esta decisão SSA. III. M

c) Verbo precedido por sujeito pronominal pessoal – colocação pré-verbal **categorica**

- Eles SE classificam em: virgens de tratamento, PS, ou possivelmente sensível, crônico I e crônico II SSA. I. F

Note-se, porém, que, sendo o verbo precedido por sujeito pronominal pessoal “lembrete” – por exemplo, em *a glândula mamária, ela SE acha constituída...* SSA.II.F e em *então, o homem, ele acha-SE...* RE.II.F, a ordem do clítico na frase se apresentou variável, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 90%.

d) Verbo precedido por negação – colocação pré-verbal **categórica**

- Não ME parece que possa ser já POA. III. M

e) Verbo precedido por SADV ou SP adverbial – **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 88%

- Então, dessa maneira, SE faz diagnóstico SSA. I. F
- No prólogo do fi ... filme, lia-SE: “numa luta entre irmãos, não há vencedores nem vencidos” SP. III. M

f) Verbo precedido por oração subordinada adverbial – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 67%

- Quando... ah... se faz uma análise crítica de uma determinada ... determinada idéia, SE coloca não para derrubar RE. I. F
- Se você parou nesta fase, liquidou- SE o assunto RJ. III. M

3.1.1.2 Coordenadas

a) Aditivas introduzidas pelo conectivo E – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 64%

- E daí vocês façam o cruzamento e ME digam o que deu POA. I. F
- Resolve, então, chamar o filho e pergunta-LHE POA. III. M

b) Adversativas introduzidas pelo conectivo MAS – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 67%

- mas filmava-SE em São Paulo, no Rio SP. III. M
- mas SE diz que uma face plana SSA. II. F

3.1.2 Orações dependentes

3.1.2.1 Com tempo

3.1.2.1.1 Desenvolvidas (completivas, relativas e adverbiais) — **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 98%

- Vamos dizer que o progresso SE deve a todos RE. I. F
- E temos visto, de fato, que a UNESCO ligou-SE SSA. III. M

3.1.2.2 Sem tempo

3.1.2.2.1 Reduzidas de infinitivo:

a) Não regidas por preposição³ – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 71%

- Precisa SE manter a ... a cor da tez SP. II. F
- Nesse clima, não seria possível estabelecer-SE o desejo de uma contratação razoável RJ. III. M

b) Regidas por preposição⁴ – **variável**, com preferência pela colocação verbal: 73%

- De acordo com a possibilidade que ele tem de SE recuperar SSA. I. F
- Ele pode atuar sobre a comunicação sem modificar-LHE o sentido POA. II. F

3.1.2.2.2 Reduzidas de gerúndio:

a) Não regidas por preposição⁵: **variável**, com ampla preferência pela colocação pós-verbal: 82%

- Se, na mulher, se retiram os ovários, SE retirando, portanto, a fonte prod ... eh ... eh ... elaboradora de hormônio feminino, o ... as glândulas mamárias, elas se atrofiam SSA. II. F
- Colocam uma interpretação nas suas sentenças, fundamentando-SE em conhecimentos RE. II. F

A partir da análise dos resultados, podemos agora responder à questão anterior: no Brasil, enquanto, na norma vernácula, a colocação dos clíticos é pré-verbal, na norma culta, em situação formal de comunicação oral, a posição dos clíticos é variável, na grande maioria dos contextos sintáticos. Os resultados acima apresentados podem ser assim sintetizados:

- Total de contextos sintáticos analisados: 12
- Total de contextos sintáticos com regra categórica: 2
 - a) colocação pré-verbal: 2 contextos
 - b) colocação pós-verbal: nenhum contexto
- Total de contextos sintáticos com regra variável: 10

- a) preferência pela colocação pré-verbal: 9 contextos
 b) preferência pela colocação pós-verbal: 1 contexto

Para se explicar a variabilidade posicional dos clíticos na norma oral culta do português brasileiro contemporâneo, ou, mais restritamente, a manutenção de significativas frequências da variante pós-verbal de colocação dos clíticos, deve-se buscar não apenas o encaixamento social do fenômeno – aqui caracterizado, fundamentalmente, a partir da ação exercida pela norma padrão difundida pelo sistema escolar sobre os usos linguísticos dos indivíduos escolarizados –, mas também o encaixamento linguístico, na medida em que a frequência de ocorrência da colocação pós-verbal não é idêntica em todos os contextos sintáticos, passando do pólo extremo de frequência nula ao pólo extremo oposto de regra categórica.

Segundo os resultados anteriormente apresentados, apenas um contexto sintático – *reduzidas de gerúndio não regidas por preposição* – foi favorecedor da colocação maioritariamente pós-verbal do clítico (82%). Todavia, uma análise mais refinada permite destacar ainda alguns outros resultados que, à primeira vista, ficam encobertos. Assim, para além desse contexto, outro também deve ser destacado:

- a ocorrência da colocação categoricamente pós-verbal do clítico acusativo de terceira pessoa diante de infinitivo verbal não flexionado

Sobre o clítico acusativo de terceira pessoa, é sabido que a sua ocorrência no português brasileiro contemporâneo é produto da ação da escola, já não sendo, portanto, esse clítico um elemento do vernáculo para nós. Os quadros a seguir, adaptados por Nunes (1993), a partir de Corrêa (1991), demonstram de forma incontroversa esse fato:

Tipo de Objeto	Adultos Analfabetos (%)	Série (%)					Total (%)
		1ª / 2ª	3ª / 4ª	5ª / 6ª	7ª / 8ª	Univers.	
Obj. Nulo	66,6	72,4	77,7	71,2	71,1	67,8	72,0
Pron. Tônico	25,6	24,1	8,6	19,1	20,1	7,1	18,2
NP Anafórico	7,6	3,4	3,6	7,4	7,6	14,2	8,3
Clíticos	—	—	—	2,1	0,9	10,7	1,3

Quadro 1: Objetos diretos anafóricos encontrados na fala (Corrêa 1991, *apud* Nunes 1993: 17)

Tipo de Objeto	Série (%)					Total (%)
	1ª / 2ª	3ª / 4ª	5ª / 6ª	7ª / 8ª	Univers.	
Obj. Nulo	57,5	65,6	52,3	53,5	9,5	51,4
Pron. Tônico	7,5	6,2	15,3	10,7	—	9,8
NP Anafórico	35,0	18,7	13,8	5,3	4,7	15,4
Clíticos	—	9,3	18,4	30,3	85,7	23,3

Quadro 2: Objetos diretos anafóricos encontrados na escrita (Corrêa 1991, *apud* Nunes 1993: 218)

Entender a regra categórica de colocação pós-verbal quando o clítico acusativo de terceira pessoa ocorre junto a infinitivos verbais significa, pois, entender como um elemento não-vernáculo assume categoricamente uma posição não-vernácula, a posição pós-verbal, em um contexto morfosintático específico.

A resposta a tal questão não deve passar ao largo do fato de que a ênclise do clítico *o(s)*, *a(s)* ao infinitivo permite a reestruturação do padrão silábico CV, constituindo-se, por assimilação ao morfema *-r* do infinitivo verbal, as variantes *lo(s)*, *la(s)* do clítico acusativo de terceira pessoa; tal resposta, portanto, não deve passar ao largo dos processos de licenciamento do *onset* da sílaba do clítico acusativo de terceira pessoa. Por outro lado, inicialmente, pareceu também não dever passar ao largo da observação de que a seqüência *infinitivo + clítico* vai sempre corresponder a um vocábulo fonológico paroxítono. A importância explicativa do padrão acentual paroxítono parecia se confirmar, na medida em que as variantes *no(s)*, *na(s)* – como em *Eles mandaram-no(s)/na(s) sair* –, que também apresentam o padrão silábico CV, não apresentam, na norma culta, a mesma frequência das variantes *lo(s)*, *la(s)*: o vocábulo fonológico resultante nos contextos relevantes para a constituição das variantes *no(s)*, *na(s)* do clítico acusativo de terceira pessoa será sempre proparoxítono. Na amostra lingüística discutida neste trabalho,

não houve sequer uma atestação das variantes *no(s)*, *na(s)*. Considerando-se a regra variável, com preferência maioritária pela colocação pós-verbal, em reduzidas de gerúndio, observa-se, contudo, que a seqüência *gerúndio + clítico* vai sempre corresponder a um vocábulo fonológico proparoxítono, o que nega a importância do padrão acentual paroxítono, anteriormente referida, para explicar que, diante de infinitos verbais, o clítico acusativo de terceira pessoa ocorra sempre em posição pós-verbal.

Finalmente, ainda quanto à ocorrência da colocação pós-verbal do clítico, vale mencionar a observação de Mattoso Câmara (1979:254) de que, no Brasil, só seria espontânea em se tratando “da partícula pronominal *se* em



Reprodução de retrato antigo de D. João III

perífrase verbo-pronominal para indicar uma atividade sem sujeito determinado”, como, por exemplo, em *vende-se o livro*, cuja interpretação seria *o livro está à venda*. Segundo esse autor, “a anteposição da partícula *se* ao verbo, associada à anteposição de um nome substantivo paciente, dá a esse nome substantivo uma função de sujeito ativo” (*idem, ibidem*); este seria o caso de *o livro se vende*, correspondente a *o livro sai*, *o livro tem boa aceitação do público*. Ainda de acordo com Mattoso Câmara, o contraste entre estas duas construções já teria sido assinalado Said Ali, que, contudo, só o teria atribuído à anteposição/posposição do nome substantivo, sem atentar para a importância da posição ocupada pelo clítico *se*.

Passemos agora aos resultados obtidos a partir da descrição de um *corpus* linguístico do século XVI; o enquadramento histórico do problema da ordem dos clíticos permitirá traçar as mudanças que se processaram entre as duas sincronias.

A norma de colocação dos clíticos que, a seguir, se vai depreender para o século XVI será objeto de comparação com a estabelecida como característica do português brasileiro oral culto contemporâneo. Qualquer comparação pressupõe, como é evidente, que os termos considerados sejam relacionáveis. Daí, portanto, na constituição do *corpus* do século XVI, ter-se buscado selecionar textos que, além de não serem literários, permitissem uma aproximação da norma oral culta do português quinhentista. Com tal objetivo, constituiu-se, assim, um *corpus* com um conjunto de documentos extraídos da edição crítica intitulada *Letters of the court of John III, king of Portugal*, realizada por J. D. M. Ford e L. G. Moffat (1933). Tais documentos, abrangendo o período que se estende de 1524 a 1562, correspondem a cartas de familiares do rei D. João III e de personalidades de sua corte. A seguir a cada uma das ocorrências linguísticas relativas ao século XVI, apresentam-se o número da carta da qual a ocorrência foi retirada e o ano em que tal carta foi escrita; o sinal de interrogação vai indicar que o ano de escrita da carta foi inferido pelos editores.

3.2 A norma culta de colocação dos clíticos no português quinhentista

3.2.1 Orações não-dependentes

3.2.1.1 Absolutas/principais

a) Verbo em posição inicial – colocação pós-verbal **categórica**

- Peço LHE que por vos me mãde escrever 26. 34-35 (?)
- Dise ME que nõ tem outro dinheiro 38. 38

b) Verbo precedido por sujeito nominal – colocação pré-verbal **categórica**

- Joã Môteyro ME dixey pola manhã que tynha vystos e emedados os apomtame)tos 4. 34(?)
- Dona Isabel Freire ME escreveo, pedindome que pedisse por merce a elRei, meu senhor, que a mandase viir 143. 34

c) Verbo precedido por sujeito pronominal pessoal – colocação pré-verbal **categórica**

- Eu O vi em Coimbra 43. 48

d) Verbo precedido por negação – colocação pré-verbal **categórica**

- Estive hũu grãde pedaço com papel e tinta com ele; nunca ME disse nada 131. 32
- Nam VOS Respondi por Luis Afonso por nam se deter em quanto eu escrevia 131. 32

e) Verbo precedido por SADV ou SP adverbial – **variável**, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 98% e 92%, respectivamente

- Também ME lembra agora aquy outra Razã 101. 31
- mandey hũa posta a saber se vynha frey Diogo; e nam avya d'isso memoria, somente escreveo ME Gonçallo Machado que dezia frey Diogo que nam avya de ffallar a S.A. 101. 31
- Por derradeiro pedio LHE a mão pera lhe tomar a menagẽ 114. 31
- Por amor de Deus LHO peço e pollas suas chagas lho Requeiro 98. 31

f) Verbo precedido por oração subordinada adverbial – **variável**, com preferência pela colocação pré-verbal: 78%

- Quando de qua fostes VOS fallei e emcomemdei que, ante de vyrdes d'esa cidade, asemtes cõ hos mercadores 50. 33
- Se dom Garcia for partido, e ouver de hir algũa caravela pera lla apos ell, peço VOS 143. 34

3.2.1.2 Coordenadas:

a) Aditivas introduzidas pelo conectivo E – **variável**, com preferência pela colocação pós-verbal: 73%

- a primeira parte de Reposta que lhe dey foy lançar-me a seus pees e beijarlhe a mão; e LHE Respondii ho que Deus ensinou 136. 33

- Bernardo Peixoto, escudeiro da casa d'elRey, meu senhor, que vos esta dara, foy meu criado e servio ME tantos anos 64. 42

b) Adversativas introduzidas pelo conectivo MAS – colocação pós-verbal **categórica**

- mas pareceoME que era necessario 46. 48

3.2.2 Orações dependentes

3.2.2.1 Com tempo

3.2.2.1.1 Desenvolvidas (completivas, relativas e adverbiais) – colocação pré-verbal **categórica**

- elle deseja muito que SE faça a emquysyçãm 20. 35
- e este sou eu, pītado polo naturall; e creo que acharaa vossa alteza em vosso Reino poucas pinturas que SE pareçã cô esta 86.30
- acabo a carta, e deixo o mais para quãdo NOS virmos 9. 35

Apesar da regra acima enunciada, a colocação pós-verbal não está de todo ausente dos dados já conhecidos do português clássico. Afirma Martins (1994:100) que em completivas introduzidas por verbos da classe de *dizer* e em adverbiais consecutivas se pode verificar a posposição do clítico ao verbo na história da língua portuguesa. No *corpus* aqui considerado, em um universo de 847 ocorrências de orações dependentes finitas, apenas uma vez não se observou a regra de colocação pré-verbal do clítico, podendo-se considerar a ocorrência em questão uma completiva introduzida por verbo *dizer*, apesar de o verbo não estar explícito:

- E porque eu anteparey pollo Recado que sua alteza e vos, senhor, me mandastes por meu filho que, se tardar, desmancharSEMEhaa tudo, Rellva me a vida ser Francisco de Mello comiguo dentro nesta somana com boa Reposta, ou com maa, ou sem ella

Admite-se, para a ocorrência acima, uma leitura como:

- E porque eu anteparey pollo Recado que sua alteza e vos, senhor, me mandastes por meu filho [**dizendo**] que, se tardar, desmancharSEMEhaa tudo, Rellva me a vida ser Francisco de Mello comiguo dentro nesta somana com boa Reposta, ou com maa, ou sem ella

3.2.2.2 Sem tempo**3.2.2.2.1 Reduzidas de infinitivo:****a) Não regidas por preposição⁶ – colocação pós-verbal **categórica****

- E para isto convem, primeiro que tudo, darSSE conta ao Reitor da rrezão d'esta mudança 46.48
- Eu tomo a muy boa dyta vyrem ME cartas do governador da Yndia 39. 38

b) Regidas por preposição⁷ – **variável, com ampla preferência pela colocação pré-verbal: 95%**

- O comêdador moor de Avys lhe deu esperança de casaLLA com dõ Jorge, seu filho 86.30
- ellRey, meu senhor, lhe tomara huum officio d'escrivão da feitoria da Ilha de Cabo Verde, que tinha por seis annos, poLO dar a Luis Allvarez 2. 33
- a melhor festa que hi ha, he fazer homem cousas pera SE rirem d'elle 151. 37
- Eu não vejo outro Remedyo senã vyrẽ ME cavalos da cydade ao barco de Sacavẽ 12. 35 (?)

3.2.2.2.2 Reduzidas de gerúndio:**a) Não regidas por preposição: colocação pós-verbal **categórica****

- Dona Isabel Freire me escreveo, pedindoME que pedisse por merce a elRei, meu senhor, que a mandase viir 143, 34

Sintetizando os resultados, temos, então:

- Total de contextos sintáticos analisados: 12
- Total de contextos sintáticos com regra categórica: 8
 - a) colocação pré-verbal categórica: 4 contextos
 - b) colocação pós-verbal categórica: 4 contextos
- Total de contextos sintáticos com regra variável: 4
 - a) preferência pela colocação pré-verbal: 3 contextos
 - b) preferência pela colocação pós-verbal: 1 contexto

No século passado, a partir da observação do francês e do italiano antigos, Tobler e Mussafia constataram que nessas línguas não se verificava a ocorrência de clítico em primeira posição na frase; de tal constatação, resultou a conhecida “lei de Tobler e Mussafia”. Posteriormente, Wackernagel afirmou que, não apenas nas línguas românicas, mas nas línguas indo-européias de modo geral, as palavras não acentuadas dependiam fonologicamente do primeiro elemento acentuado da frase; ou seja, eram enclíticas ao primeiro elemento. Assim, de acordo com Martins (1994:48), “passa a explicar-se a impossibilidade de ocorrência dos pronomes clíticos em posição inicial de frase como resultado da aplicação da chamada lei de Wackernagel”. Desconsiderando-se o fenômeno da interpolação, que aqui não foi tratado, pode-se dizer que a sintaxe dos clíticos, no século XVI, é a representação mais evidente da aplicação da “lei de Wackernagel”, podendo ser descrita a partir de um simples esquema:

- V-cl
- X-cl V

Ou seja, se o verbo ocupa a primeira posição, o clítico ocorre em posição pós-verbal (enclítico ao verbo); porém, se o verbo está precedido por algum elemento, o clítico ocorre em posição pré-verbal (enclítico ao elemento que precede o verbo). É com base neste tipo de arranjo sintático que ocorreu na língua portuguesa no período clássico da sua história que a tradição gramatical, ao fixar uma norma padrão para a sintaxe dos clíticos, desenvolveu a chamada “teoria da atração”. No conjunto das línguas românicas, esta situação parece manter-se apenas no português europeu e no galego contemporâneos. Nas demais línguas românicas, assim como no português brasileiro, passou a ser possível o clítico ocorrer em posição inicial absoluta.

As razões por que tal mudança se operou no português brasileiro são ainda hoje objeto de discussão entre os estudiosos, os quais quase sempre optam por uma perspectiva estritamente sintática ou estritamente fonológica na abordagem do tema, sendo mais raras as análises que buscam a interface sintaxe/fonologia.

Ao longo da década de 90, sob o escopo teórico do que se convencionou chamar de Sociolingüística Paramétrica, desenvolveram-se importantes trabalhos sobre os clíticos, indagando-se as razões de natureza sintática que teriam definido a sua mudança de ordem na frase no português brasileiro. Dentro dessa perspectiva, Pagotto (1993), por exemplo, defende que o processo de mudança do qual resultou a sintaxe vernácula dos clíticos no português brasileiro se caracterizou pela *perda do movimento do clítico* e pela *perda do movimento do verbo*. A teoria gerativa, segundo o modelo dos Princípios e Parâmetros, trata todo um conjunto de mudanças em termos de um novo assentamento no valor de um único parâmetro. Quando se fala de mudança paramétrica, fala-se, pois, não de uma mudança, mas

necessariamente de um conjunto de mudanças inter-relacionadas. A despeito de a questão central ainda permanecer controversa – a que mudança paramétrica se relaciona a mudança na ordem dos clíticos na frase? –, todo um conjunto de relações entre a mudança na ordem dos clíticos, o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e a emergência de objeto nulo/pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto pôde ser desvendado, sendo este um dos maiores saldos dos trabalhos dos sintaticistas gerativistas.

Nunes (1993) também assume que a mudança na ordem dos clíticos, o desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa e a emergência de objeto nulo/pronome tônico no preenchimento da função sintática de objeto direto são três mudanças sintáticas inter-relacionadas. Contudo defende que, no século XIX, no Brasil, uma mudança de natureza fonológica – a mudança na direção da cliticização fonológica – seria a explicação para a mudança que se operou na sintaxe dos clíticos: ou seja, enquanto, no português antigo e no português europeu contemporâneo, a direção da cliticização fonológica seria da direita para a esquerda, sendo os clíticos sempre enclíticos fonologicamente; no português brasileiro, teria havido uma mudança na direção da cliticização fonológica, que passou a ser da esquerda para a direita, tornando os clíticos sempre proclíticos. A mudança na direção da cliticização fonológica não apenas teria permitido a ocorrência de clíticos em primeira posição na oração, uma vez que passaram a poder apoiar-se em um elemento à sua direita, como teria sido responsável também pelo desaparecimento do clítico acusativo de terceira pessoa, o qual, devido à sua estrutura silábica, não poderia ser licenciado em posição inicial absoluta.

Além das razões por que as mudanças ocorreram, também é relevante para o historiador da língua identificar quando ocorreram. Todavia, a dificuldade para fazê-lo é grande, na medida em que o caráter conservador dos textos escritos geralmente impede o registro as mudanças no ritmo em que elas se processam na língua falada. Embora Nunes (1993), conforme já se referiu anteriormente, tenha proposto o século XIX como o momento em que teria ocorrido a mudança na ordem dos clíticos no português brasileiro, Cyrino (1997) defende que a mudança na direção da cliticização fonológica, em curso já desde o século XVII, estava implementada no século XVIII.

Para corroborar a sua proposta de recuo da datação da mudança na direção da cliticização fonológica, Cyrino (1997:258-260) apresenta, em textos de Gregório de Mattos, representativos, portanto, do século XVII, “inúmeros exemplos de clíticos de primeira e segunda pessoa aparecendo em início de verso, em posição em que não poderiam ter se cliticizado a nenhuma palavra anterior”, alguns dos quais vêm abaixo transcritos:

*Todos estão com saúde
ME disse o crioulo esquivo
Um tanto triste de cara,
Pouco alegre de focinho.
(7 sílabas)*

*E como isto lhe vem por geração
LHE ficou por costume em seus tetrós
Morder os que provêm de outra nação
(10 sílabas)*

Com base, portanto, em uma análise métrica de versos como os anteriormente referidos, Cyrino (1997) propôs o século XVII como o momento para a datação da emergência de uma ordem brasileira de colocação dos clíticos na frase.

4 A sintaxe dos clíticos e a norma padrão

Afirmamos, anteriormente, que a ocorrência da colocação pré-verbal na norma oral culta brasileira não reflete padrões vernáculos de uso da língua; estamos assumindo, portanto, que a colocação pós-verbal é reflexo da recuperação de uma perda diacrônica através da escolarização. Este fato sociolingüístico é também acompanhado de uma consequência sociolingüística, ou seja, a elevação da colocação pós-verbal à condição de variante de prestígio. Cabe perguntar, então, em que medida o comportamento lingüístico dos falantes escolarizados brasileiros reflete o padrão de ordem dos clíticos prescrito pelas gramáticas tradicionais e que se supõe ser o veiculado pela escola. Para este fim, vejamos os resultados apresentados no Quadro 3, a seguir, em que a obediência / desobediência dos falantes cultos à norma padrão é correlacionada à sua faixa etária:

Faixa Etária	Obediência	Prescrição Gramatical	
		Pré-verbal	Pós-verbal
Faixa I	Sim	110 – 100%	12 – 26%
	Não		35 – 74%
Faixa II	Sim	82 – 99%	11 – 22%
	Não	01 – 01%	39 – 78%
Faixa III	Sim	138 – 95%	37 – 45%
	Não	07 – 05%	46 – 55%
Total	Sim	330 – 98%	60 – 33%
	Não	08 – 02%	120 – 67%

Quadro 3: Faixa etária X obediência / desobediência à norma padrão (Lobo 1992: 222)

Os resultados referentes à obediência / desobediência às regras que indicam a colocação pré-verbal devem ser *a priori* desconsiderados, pois esta é a forma vernácula de colocação do clítico no português brasileiro contemporâneo. Todavia, é interessante notar que a hipercorreção – aqui definida como a utilização da colocação pós-verbal em contextos para os quais se prescreva colocação pré-verbal –, não é atestada entre os falantes da faixa etária III.

Segundo o modelo da língua padrão ainda hoje vigente no Brasil, constituiria tarefa para o estudante brasileiro aprender a dominar os seguintes contextos para os quais se prescreve a colocação pós-verbal do clítico⁸.

- verbo iniciando período;
- verbo precedido apenas por conjunção coordenativa, exceto quando se trata de conjunção alternativa;
- verbo precedido por sujeito nominal;

Obs.: O gramático Rocha Lima (1976) também indica a colocação pós-verbal no contexto *Verbo precedido por sujeito = pronome pessoal*.

- verbo no imperativo afirmativo;
- orações reduzidas de gerúndio; exceto as introduzidas pela conjunção *em*;
- orações reduzidas de infinitivo, com ou sem marcas de flexão, não regidas por preposição.

Obs.: Nas reduzidas de infinitivo não-flexionado, regidas por preposição, admite-se a variabilidade posicional do clítico, exceto quando se trata de ocorrência do clítico o(s), a(s) em reduzidas de infinitivo regidas pela preposição *a*, caso em que se indica a colocação pós-verbal;

- pausa entre o verbo e o termo antecedente que provoque a anteposição do clítico ao verbo.

A partir do Quadro 3, percebe-se, quanto aos resultados referentes à obediência / desobediência às regras que indicam a colocação pós-verbal, que, em nenhuma faixa etária, os índices de obediência superaram os de desobediência; por outro lado, percebe-se também um claro desnível entre as faixas etárias: os falantes das faixas etárias I e II apresentam frequências de 26% e 22%, respectivamente, de obediência à norma padrão; já entre os falantes da faixa etária III os índices de obediência ao padrão crescem para 45%. O que, em síntese, esses números revelam é que a ocorrência da colocação pós-verbal do clítico parece ter os seus dias contados mesmo na fala dos brasileiros escolarizados em situação formal de comunicação.

Historicamente, qual a base empírica sobre a qual se assenta o padrão? É interessante notar que o modelo de colocação dos clíticos prescrito pelas gramáticas normativas brasileiras se aproxima do modelo de colocação dos clíticos vigente no português europeu contemporâneo, o qual se delineia a partir do século XIX, e não do século XVI, conforme supuseram alguns filólogos do passado. Tal modelo, claro está, não encontra fundamento não apenas na norma vernácula, como também na norma culta brasileira. Resta saber se, não se justificando, hoje, tal padrão, haveria propostas alternativas e a quem caberia formulá-las.

1 Sobre os conceitos de norma(s) vernácula(s) e norma(s) culta(s), cf. Lucchesi, 1994.

2 O chamado *Corpus* Compartilhado do Projeto NURC é um mini-*corpus* que preserva as

características do *corpus* total. Cf., a este respeito, Lobo 1992:23-25.

3 Não houve ocorrências de infinitivas flexionadas não regidas por preposição.

4 Houve apenas quatro ocorrências de infinitivas flexionadas regidas por preposição, estando o clítico, em todas elas, em posição pré-verbal.

5 Não houve ocorrências de gerundivas regidas por preposição.

6 Nas reduzidas de infinitivo não regidas por preposição, independentemente de o infinitivo ser ou não flexionado, a colocação dos clíticos foi categoricamente pós-verbal.

7 Nas reduzidas de infinitivo regidas por preposição, independentemente de o infinitivo ser ou não flexionado, a colocação dos clíticos foi variável.

8 De acordo com Bechara, 1982; Cegalla, 1981; Cunha, 1981; Cunha e Cintra, 1985 e Rocha Lima, 1976.

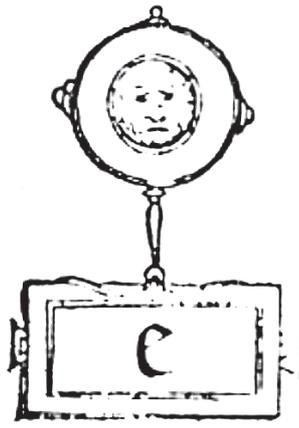
Referências Bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. (1982). *Moderna gramática portuguesa*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. (1979). *História e estrutura da língua portuguesa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Padrão.C
- CEGALLA, Domingos Paschoal. (1979). *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 20 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CORRÊA, V. (1991). *O objeto direto nulo no português do Brasil*. Campinas: Universidade de Campinas. Dissertação de Mestrado. In: NUNES, Jairo (1993).
- CUNHA, Celso. (1981). *Gramática do português contemporâneo*. 9 ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Luís Filipe Lindley. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. (1997). *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL.
- FORD, J. D. M. e MOFFAT, L. G. (eds.) (1933). *Letters of the court of John III, king of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.
- LOBO, Tânia. (1992). *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa. (digitado).
- LOBO, Tânia. (2001). *Para uma sociolinguística histórica do português no Brasil: edição filológica e análise linguística de cartas particulares do Recôncavo da Bahia, século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo. (digitado).
- LUCCHESI, Dante. (1994). Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolinguística do português do Brasil. *Revista internacional de língua portuguesa*, 12: 17-28.
- MARTINS, Ana Maria. (1994). *Clíticos na história do português*. Tese de Doutorado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (digitado).
- NUNES, Jairo. (1993). Direção de cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em português brasileiro. In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 185-206.
- PAGOTTO, Emílio. (1993). Clíticos, mudança e seleção natural. In:

ROBERTS, Ian e KATO, Mary. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 207-222.
ROCHA LIMA, C. Henrique da. (1976). *Gramática normativa da língua portuguesa*. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.



Espeho,



*A definição da oposição entre ser/estar
em estruturas atributivas nos meados
do século XVII*

Rosa Virginia Mattos e Silva



1 Colocando o problema

O objetivo deste estudo é demonstrar que, nos meados do século XVI, o verbo *ser* deixa de ter o traço semântico de transitoriedade ou, dito de forma mais elaborada, deixa de expressar “propriedades temporalmente limitadas de individual” (Mateus *et alii* 1983: 138), possibilidade que ocorre por todo o período arcaico, em variação com o verbo *estar* e expressará “propriedades de individual”, ou seja, o traço semântico de permanência, o que ocorre desde as origens do português até hoje em estruturas atributivas, tanto descritivas como locativas: espaciais, temporais e nocionais.

A variação *ser/estar*, expressando a transitoriedade, pode ser vista já documentada no primeiro texto de “scripta inovadora” (Martins 1999) em português, o *Testamento de Afonso II* de 1214 (Costa 1979), como na seqüência seguinte:

(1) *Eu rei don Afonso pela gracia de Deus rei de Portugal, seendo sano e saluo (l. 1) [= 'estando']*.

(2) *... e todas aquelas cousas que Deus mi deu em poder sten em paz e em folgãcia (l. 2) [= 'estejam']*.

A alta ocorrência de *ser* nessas estruturas que expressam a transitoriedade, ao longo do período arcaico, ficou patente em estudos elaborados por mim em documentação dos séculos XIII e XIV (1997 e 1989) e do século XV (Sepúlveda Netto 1989 e Mattos e Silva 2000a), a par do aumento progressivo do uso de *estar* nessas estruturas. Essa predominância é um dos fatores que levam à alta freqüência de *ser* na documentação do período arcaico, mas não o único. No levantamento exaustivo que fiz das palavras lexicais na versão portuguesa trecentista dos *Diálogos de São Gregório* (1971, v. IV), o verbo *ser* tem a taxa de ocorrência de 1648, enquanto *estar* apresenta a de 238.

Outro fator que contribui para a alta frequência de *ser*, em relação a *estar*, é que o primeiro é usado em várias estruturas sintático-semânticas: a) pode ser um verbo nominal, pleno, de natureza ergativa, significando ‘estar sentado’, de acordo com o étimo *sedēre*; b) pode ser um verbo funcional (Franchi et alii 1998: 110), semanticamente existencial, em variação com *haver*, predominando este nessa estrutura; c) pode ocorrer em estruturas clivadas, pouco frequentes, desde o século XIII, mas documentadas no período arcaico, como, por exemplo, na seqüência seguinte das *Cantigas de Santa Maria* (Mettmann 1959-1972) – *Gram dereito é que fill’o demo por escarmento* (C. 34, l. 3); d) pode ainda ocorrer, com frequência alta, como verbo equativo de ligação, por exemplo, nas *Cantigas de Santa Maria* – *que de Deus é madre e filha* (C. 19, l. 2); e) também ocorre como verbo auxiliar formador de tempo composto de verbos não-transitivos, tanto intransitivos como ergativos, como na seqüência das *Cantigas de Santa Maria* – *muito valera mais que non fossemos nados* [= ‘nascidos’] (C. 30, l. 22); f) ainda, com muita frequência, como auxiliar formador de voz passiva com ou sem agente expresso, tal como hoje; g) também ocorre como verbo de posse, seguido da preposição *de* (*ser de*), em variação com *haver* e *ter* (Mattos e Silva 1997: 216-262), possibilidade que perdura também até hoje em variação com *ter*, mas não com *haver*, como ocorreu até, pelo menos, o século XVI.

DO VERBO. 18

Difinçám e diuisám do uerbo.

Verbo (segundo difinçám de todos os grāmáticos) ç hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa cousa: o quál nam se declina como o nome e prónimo per cesos, mas coniugase per módos e tempos, como ueremos per suas coniugações. Os latinos partem os seus uerbos, em sustantiuos e aietiuos. Dos primeiros temos este só uerbo, sou, ao quál chamámos sust.antiuo por que demóstra o ser pessoál da cousa, como quando digo, Eu sou criatura racional. Verbo aietiuo podemos chamar todos os outros.

Fragmento do fólio 18r da *Grammatica* de João de Barros

gerúndio, expressando a continuidade do processo.

As nove possibilidades de uso de *ser*, aí incluídas as de atributo transitório e permanente, contrapõem-se às quatro de *estar*. Daí se infere, com clareza, a alta frequência de *ser*, em relação a *estar*.

O verbo *estar*, contudo, além das estruturas atributivas em foco, pode ocorrer, tal como *ser*, como verbo nocional pleno, ergativo, significando, de acordo com seu étimo, *stāre* ‘estar de pé’; como auxiliar aspectual, seguido de particípio passado, expressando o aspecto concluído e como auxiliar aspectual, seguido de

Vale informar que, como verbo pleno, tanto *ser* como *estar* caem em desuso na segunda fase do período arcaico, que admito se situe na passagem do século XIV para o XV (1989: 35). O uso como auxiliar de tempo composto de verbo não-transitivo de *ser* ainda perdura, pelo menos, até o século XVI, em variação com *haver* e *ter* (Mattos e Silva 2000b) e o traço semântico de transitoriedade de *ser*, foco deste estudo, será já um resíduo arcaizante nos meados do século XVI, como buscarei aqui demonstrar (cf. 2 e 3).

Apesar da multiplicidade de usos do verbo *ser* ao longo do período arcaico, ainda no século XVI e até hoje, os dois primeiros gramáticos que refletiram e escreveram sobre a língua portuguesa, Fernão de Oliveira, em 1536, e João de Barros, em 1540, pouco dizem sobre esse verbo.

João de Barros no seu relativamente longo estudo intitulado “Do verbo” (Buescu 1971: 324-344) se refere a *ser* no item “Difinçam e diuisam do verbo”, e diz:

Os Latinos pârtem os seus verbos em sustantivos e ajetivos. Dos primeiros temos este só verbo, sou, ao qual chamamos sustantivo porque demonstra o ser pessoal da cousa, como quando digo: eu sou criatura racional (p. 325).

Ao tratar dos “verbos impes[s]oais” (Buescu 1971: 327) afirma: “Estes verbos impes[s]oais sam em duas maneiras: a uns chamam da voz ativa e [a] outros da voz passiva”.

Esperaríamos que falasse do *ser* da voz passiva ao tratar, a seguir, dos “vérbos impessoais da voz passiva”, mas o que sobre isso diz é o seguinte:

Nós nam temos estes vérbos, mas, quando falámos per este módo, tomámos o vérbos em a terceira pessoa do numero singular e este pronome de terceira, se, e, reçiprocando, dizemos: Na praça se pragueja fortemente (p. 327).

O *se* impessoal é, para ele, a expressão da voz passiva e não menciona a passiva formada por *ser*, seguido de particípio passado. Ainda afirma mais adiante:

Nós conjugamos os nossos vérbos per estes discursos: pelo primeiro, presente, pretérito, infinitivo, gerúndio de ablativo e per o particípio pretérito, tudo na voz autiva, por nam termos vóz passiva, tirando o particípio que é formado na passiva (p. 332, grifos nossos).

Portanto, sobre o verbo *ser* apenas afirma que é o nosso único “verbo sustantivo”, interpretação que, segundo M. Leonor Buescu, é devida a Prisciano (1971: 327, nota 1). Não leva em conta, assim, os pelo menos outros sete usos sintático-semânticos de *ser*, correntes nos séculos XIII ao XVI, já que o nono, em nossa análise, o *ser* ‘estar sentado’, deixa de ser usado já do século XIV para o XV. O *ser* ‘sustantivo’ equivaleria, talvez, ao verbo de ligação equativo, o que depreendo do exemplo dado: “Eu sou criatura racional”.

Fernão de Oliveira em sua *Gramática da linguagem portuguesa* de 1536, no capítulo XLIX, informa que “da construção ou composição da língua” (Torres e Assunção 2000: 153) tratará em outra obra que “temos começada”, como diz. Tal obra ou não a fez ou não chegou ela até nós. Ao tratar dos verbos, no capítulo XLVII, menciona apenas um interessante aspecto morfo-fonêmico do verbo *ser*:

Nos generos dos verbos não temos mais que hũa só voz acabada em o pequeno, como ensino, amo e ando, a qual serve, como digo, em todos os verbos, tirando alghuus poucos como são estes: sei, de saber, e vou e dou e estou e mais o verbo substantivo, o qual huns pronunçiam em om, como som e outros em ou, como sou, e outros em ão, como são; e também outros que eu mais favoreço, em o pequeno, como so. No parecer da primeira pronunçiação com o e m, que diz som, é o mui nobre João de Barros; e a razão que dá por si é esta: que de som mais perto vem a formação do seu plural, o qual diz somos. Contudo, sendo eu moço pequeno, fui criado em São Domingos d'Évora, onde faziam zombaria de mim os da terra, porque o eu assi pronunçiaua segundo que o aprendera na Beira (Torres e Assunção 2000: 150-151).

Mas nada diz sobre usos sintático-semânticos de *ser*, que, tal como João de Barros, chama de “verbo substantivo”, como se vê na seqüência acima. A referência a João de Barros preferir *som*, não condiz com o que ocorre na *Gramática da língua portuguesa* de Barros que aí utiliza *sou* (cf. Buescu 1971: 325 e 344). A da página 325 é a já referida ao definir o autor o “verbo substantivo” *sou* e a da página 344 está quando discorre sobre “Formações” dos verbos e menciona outra vez o verbo substantivo, mas não trata do valor semântico de transitoriedade, que o verbo *ser* perderá nos anos quinhentos (cf. 2 e 3), mas que é um dos indicadores intralingüísticos que caracteriza o período arcaico em relação ao moderno ou clássico.

Para demonstrar a perda do traço semântico de transitoriedade do verbo *ser* em estruturas atributivas descritivas e locativas nos meados do século XVI, utilizarei, como base documental, a chamada *Obra Pedagógica* de João de Barros, com exceção da *Cartinha*, portanto a *Gramática* (GLP), o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (DLNL) e o *Diálogo da Viçiosa Vergonha* (DVV), obras impressas em 1540, que, na edição utilizada (Buescu 1971), perfazem 4.266 linhas de texto. Confrontarei os dados encontrados com uma amostra de 2.133 linhas da *Primeira Década da Ásia* do mesmo autor, impressa em 1552. Utilizarei a edição de Antônio Baião de 1932, conforme a edição *princeps* de 1552, republicada em 1988 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

O confronto dos dados do texto da *Obra Pedagógica* com a *Primeira Década* foi motivado com o objetivo de verificar se se confirma ou não o que ocorre na escrita supostamente mais “monitorada” da *Obra Pedagógica* com o que está na *Década Primeira*, narrativa historiográfica, em que, suponho, o autor tenha deixado correr a pena mais livremente.

2 O percurso diacrônico da variação *ser/estar* em estruturas atributivas transitórias: do século XIII a 1540

2.1 Os dados quantificados

Buscarei distinguir os atributos transitórios do tipo locativo ([loc. trans.]) dos atributos transitórios descritivos ([desc. trans.]). Nos locativos tenho feito recortes mais estreitos de caráter semântico, como seja: a localização propriamente dita, ou espacial; a localização temporal; a localização nocional; a localização geográfica, mas aqui tratarei os locativos em conjunto.

No texto que deu partida à pesquisa deste problema, a versão do século XIV dos *Diálogos de São Gregório* (DSG), já havia uma indicação clara de que a substituição de *ser* por *estar* começou nos contextos locativos e daí transitou ou se difundiu para os contextos descritivos. A análise da documentação quatrocentista (S. Netto 1989) confirmou o encontrado no século XIV e, recuando mais para o passado, o exame de uma extensa documentação ducentista (Mattos e Silva 1997) indicou, confirmando o encontrado no século XIV, que no século XIII a predominância de *ser* nesses predicados transitórios era maciça, mas *estar* ocorria nos dois contextos com relevante predominância nas estruturas locativas. No outro extremo dessa diacronia, 1540, já quase desaparecido *ser* nessas estruturas, *estar* ainda predomina nas locativas em relação às descritivas.

A Tabela 1 resume a transição diacrônica acima descrita, do séc. XIII a 1540. Antes, porém, para ilustração do problema, vejam-se os exemplos da variação em causa nos contextos selecionados:

(3) Locativas transitórias

- a. Dementre *no mundo era* (DSG 2.1.4, séc. XIV).
- b. Cousas que *derredor estavan* (DSG 3.1.9, séc. XIV).

(4) Descritivas transitórias

- a. Ca as donas que enton *presentes foron*, contaron-no aas outras (DSG 4.11.27, séc. XIV).
- b. Fez sa oraçon *estando* el-rei *presente* (DSG 3.27.6, séc. XIV).

séculos		XIII	XIV	XV	1540
contextos					
/loc. trans./	ser	76%	29%	26%	7%
	estar	24%	71%	74%	93%
/desc. trans./	ser	93%	92%	78%	16%
	estar	7%	8%	22%	84%

Tabela 1

Os dados da Tabela 1 mostram o decréscimo de *ser* tanto nas locativas como nas descritivas do séc. XIII para 1540, sendo que nas locativas a difusão de *estar* sobre *ser* começou com taxas mais altas e assim se manteve por todo o período até 1540 (de 24% para 93% nas locativas e de 7% para 84% nas descritivas).

Esses dados são indicadores de que a difusão ou transição pela estrutura do verbo inovador partiu das locativas para as descritivas. Permite ainda especular sobre o encaixamento da mudança na sua história pregressa: *estar* tem como étimo de *stāre*, ‘estar de pé’, e, nessa acepção, está documentado no português até fins do século XIV, enquanto *ser* tem uma história de convergência dos verbos latinos *sedere*, ‘estar sentado’ – ainda em uso, nessa acepção, pelo menos até fins do século XIV – e *esse*, ‘ser’. Esse dado histórico-etimológico permite que se afirme que o traço /+ transitório/ é próprio, desde sua origem, a *estar*, enquanto em *ser* confluem o /+ transitório/ de *sedere* e o /+ permanente/ de *esse*. Não é, portanto, sem razão histórico-diacrônica o uso de *ser*, tanto expressando o atributo permanente como o transitório e, ao definir-se a oposição no português, ter sido *estar* o verbo selecionado para expressar “propriedades de individual temporalmente limitado”, ou seja, a transitoriedade.

2.2 O exame qualitativo dos usos arcaizantes de *ser* como predicador de atributos transitórios na *Obra pedagógica* de João de Barros

A análise qualitativa das ocorrências conservadoras ou arcaizantes de *ser* em atributo transitório – total de seis – leva à reformulação dos dados antes quantificados.

Das seis ocorrências arcaizantes de *ser*, três são de atributo descritivo e três de locativo. Nenhuma delas ocorreu na *Gramática da língua portuguesa*: duas de descritivo estão no *Diálogo em louvor de nossa linguagem* e outra no *Diálogo da Viciosa Vergonha*, também nesse último texto estão as três ocorrências de locativo transitório.

São as seguintes as atestações de *ser* “conservador” no DLNL:

(5) E a este módo trastocou Deos o intendimento de tantas nações como *foram presentes* ao Sermán de Pedro 396, 3 (ADT).

(6) As plantas nóvas nam quérem logo o ferro ao pé; depois que *sam duras* e bem enramadas, entám lhe/s/ convém o podám, para às desafogár 408, 6 (ADT).

e no DVV:

(7) Que culpa tem os hómens nos defeitos da natureza pois nam *foram em sua mam*, cá, das cousas que nos vem, per natureza, nem somos louvados nem vituperados? 424, 11 (ALT).

(8) Porém, tanto que o imigo *era na praça...* aquela fúria de liám... se convertia em mansidam de cordeiro 45, 13 (ALT).

(9) “*Serám* estas palavras *em vósso coraçám* em todolos dias de vóssa vida” 437, 14 (ALT)

(10) “Senhor, ouvi a tua voz e escondi-me, porque *era nu*” 416, 9 (ADT).

As ocorrências (9) e (10) são citações de textos bíblicos. A primeira do *Deuteronômio* e a segunda do *Gênesis*, identificadas e aspeadas na leitura crítica pela autora da edição. Muito provavelmente João de Barros teria feito a citação por versões mais antigas da Bíblia, texto traduzido, copiado e recopiado em todo o período arcaico. Se essa interpretação for correta, as ocorrências arcaizantes se reduzem a quatro, duas de atributo descritivo e duas de locativo, o que levará a uma reformulação dos dados da Tabela 1, descendo para 5% os locativos transitórios com *ser* e para 11% os descritivos transitórios com esse verbo (cf. Tabela 1a):

séculos		XIII	XIV	XV	1540
contextos					
/loc. trans./	ser	76%	29%	26%	5%
	estar	24%	71%	74%	95%
/desc. trans./	ser	93%	92%	78%	11%
	estar	7%	8%	22%	89%

Tabela 1a

Dessa forma, os dados da *Obra Pedagógica* de João de Barros fundamentam a interpretação de que as quatro ocorrências arcaizantes de *ser* com atributos transitórios descritivos e locativos sobre 58 de *estar* reunidos descritivos e locativos (6% e 94%), serão resíduos do uso antigo. Ponto de vista que considero confirmado pelo fato de que na *Gramática da língua portuguesa*, seguida da *Ortografia*, o pedagogo normativista só usa a forma inovadora, deixando esgueirar-se as quatro ocorrências arcaizantes nos dois *Diálogos*.

Diante desses dados, pode-se afirmar que o uso, vamos dizer, “monitorado” de João de Barros indica que a oposição semântica entre *ser*, como “predicador de propriedades de individual” já se estabelecera. Para confirmar ou não essa afirmativa, a seguir analisarei uma amostra da *Primeira Década da Ásia*.

3 O que mostram os dados da amostra da *Primeira Década da Ásia* sobre a variação *ser/estar* em estruturas de atributos transitórios

3.1 Os dados quantificados

A amostra de 2.133 linhas da *Primeira Década* de João de Barros, obra impressa em 1552, tal como a *Obra Pedagógica*, estando vivo o au-

tor, recobre o *Prólogo* e treze capítulos do *Livro Primeiro*. O capítulo primeiro é claramente introdutório: apresenta João de Barros, sumariamente, a história da Espanha, a partir da sua conquista pelos “mouros”; centra-se na formação do “reino de Portugal” e logo passa a suas “conquistas” nas partes de África como nas de Ásia”. Os outros doze capítulos analisados, do segundo ao décimo terceiro, tratam, todos eles, de “descobertas” do tempo do Infante D. Henrique de Avis, mais de um século antes da escrita da *Primeira Década*: “descobertas da costa ocidental da terra de África até o Cabo Bojador e o Cabo Verde”; das ilhas do arquipélago da Madeira e do arquipélago das Canárias.

Trago essas informações sobre o conteúdo da amostra selecionada, porque vão interessar, a seguir (cf. 3.2), quando tecerei alguns comentários de natureza qualitativa sobre os dados encontrados.

Na análise seguinte não distingui, como antes, os atributos descritivos dos locativos, tratarei, portanto, dos “predicadores temporalmente limitados de individual” no seu conjunto.

Nessa amostra antes descrita, foram encontradas 426 ocorrências do verbo *ser*, nas suas várias possibilidades semântico-sintáticas; dessas recortei as que expressam estruturas atributivas, que perfazem o total de 332 ocorrências, estrutura mais freqüente, como se pode ver (426 para 332), do verbo *ser*. Desses 332 dados de *ser* atributivo, tem-se o que se pode ver na Tabela 2, tanto semanticamente permanente (AP), como semanticamente transitório (AT):

VERBO	ATRIBUTOS			
	AP		AT	
	N	%	N	%
SER	312	94	20	6

Tabela 2

Do verbo *estar*, encontraram-se 71 ocorrências – note-se que *ser*, no geral, continua muito mais freqüente que *estar* – sendo 56 em atributivas transitórias e, em 15, *estar* vem seguido de participio passado, expressando o aspecto concluído, respectivamente 79% e 21%. É nas estruturas atributivas transitórias que esse verbo se destaca.

Considerando, agora, apenas as estruturas atributivas transitórias, tanto com *ser* como com *estar*, tem-se o que mostra a Tabela 3, tanto em número de ocorrências como em percentuais:

VERBOS	ATRIBUTOS TRANSITÓRIOS	
	N	%
SER	20	26
ESTAR	56	74
TOTAL	76	100

Tabela 3

Os dados quantificados sugerem um maior uso de *ser* em estruturas de atributos transitórios – 20 ocorrências – do que o encontrado na *Obra Pedagógica* de João de Barros – 04 ocorrências, depois da análise qualitativa, apresentada em 2.2.

A análise qualitativa das 20 ocorrências de *ser*, como expressão de atributos transitórios, permitirá, como se verá a seguir, a redução dessa taxa de 20 ocorrências, que indicaria, como na hipótese levantada em 2.2, que, no supostamente uso mais “monitorado” da *Obra Pedagógica*, João de Barros seria menos arcaizante.

3.2 O exame qualitativo dos usos arcaizantes de *ser* como predicador de atributo transitório na amostra da *Primeira Década*

A análise qualitativa das 20 ocorrências de *ser* como expressão de atributo transitório permite dizer – se nossa interpretação estiver correta – que apenas cinco das vinte são próprias, sem dúvida, ao discurso/escrita de João de Barros.

a. Três delas se encontram no *Prólogo* em que o autor explicita os objetivos de suas volumosas *Décadas*, as três primeiras concluídas e impressas durante a sua vida, ficando a *Quarta* incompleta, por outro completada e depois impressa. São as ocorrências seguintes, indicadas página e linhas:

(11) ... nos primeiros que *foram* no principio delle [= ‘ princípio do mundo’] 2.17 [= ‘estiveram’].

(12) na qual pintura por *ser* em nome de Vossa Alteza, assy contentou a el rey vósso padre 3.26 [= ‘estar’].

(13) Por a qual confiança lhe beijey a mão per ante pessoas que já *sam* viuas 3.33 [= ‘estão’].

b. As duas outras estão em comentários claros, opinativos, do próprio João de Barros; uma no capítulo XI e outra no XIII:

(14) E per este módo tam bem pereçeram alguũs canários; porque *erã* confiados no uso daquelles lugáres corriam mais sem tẽto 45, 27-29 [= ‘estavam’].

(15) Mas elles estavam tam çafaros da cobiça daquellas cousas e tam escandalizados do que lhe Alvaro Fernandez fez, que nam sómente as nam quisçeram, mais ainda as quebraram e romperã tudo, como se nellas *fôra* algũa peçonha ou peste que lhis podia enpeecer 53, 3-7 [= ‘estivera’].

c. Das outras 15 ocorrências de *ser* arcaizante, duas são, sem dúvida, discurso reportado por João de Barros de outros personagens históricos:

uma repete a fala do capitão Lançarote no processo de descoberta e conquista das ilhas Canárias. Trata-se de um longo discurso do capitão, evento ocorrido um século antes, pelo menos, da escrita da *Década Primeira*.

(16) ... ao seguinte dia ajuntou o capitam Lançarote todolos capitães e pesóas principaes darmáda, e prepos lhe estas palavras. Bem sabeis, senhores e amigos que... ora deos seja louuado vos o tendes feito tam honradamente e tanto a seu serviço e prazer do Infante, que vos é elle porisso em obrigaçam de honra e merçee, o que todos deveis esperar cada hũ em seu grão... 43, 18-26 [= 'está'].

A outra que interpreto como não sendo própria, certamente, a João de Barros, reporta-se a uma simulação da fala de pastores das Canárias, hipótese que é reforçada pelo “como se lhe disseram”, expresso nesta seqüência textual:

(17) Os quães [pastores] tanto que ouuëram vista dos nósos, assy tinhã costumado este gádo, que a hũ çerto final de apupos que deram: começou todo correr pera hũ valle que estava antre duas serras de ásperos rochedos, *como se lhe disseram* aqui *sam* os inimigos 45, 19, 22 (grifos nossos) [= 'estão'].

As outras treze de *ser* transitório arcaizante, páginas e linhas indicadas, estão em 6, 20; 13, 35; 15, 29; 15, 31; 16, 24; 17, 18; 18, 10; 21, 3; 24, 17; 34, 13; 38, 8; 41, 10 e 44, 20 e podem ser interpretadas como reflexo de fontes historiográficas pretéritas, utilizadas por João de Barros para narrar fatos históricos ocorridos na primeira metade do século anterior, já que se referem, todas, à expansão e conquistas dos portugueses no tempo do Infante D. Henrique.

Esse apelo à intertextualidade não me parece desarrazoado, porque se sabe que João de Barros utilizou fontes históricas diversas para compor as suas *Décadas* (cf. Baião 1988: LVI-LVII) e não era próprio ao seu tempo a obrigatoriedade da referência explícita às fontes utilizadas. O próprio João de Barros “no capítulo I do Livro II da *Década I*, alega não ter sido pequeno o seu trabalho *em ajuntar cousas derramadas e per papeis róticos e fóra de ordem*” (Baião 1988: LVII, o grifado corresponde a palavras de João de Barros).

Se essas interpretações avaliativas, de natureza qualitativa, forem adequadas, só se teria na amostra analisada apenas cinco ocorrências arcaizantes próprias, sem dúvida, ao discurso/escrita de João de Barros (as seqüências (11) a (15)). Se assim for, a Tabela 2 passa a apresentar a seguinte configuração, expressa na Tabela 2a,

VERBO	ATRIBUTOS			
	AP		AT	
	N	%	N	%
SER	312	98	5	2

Tabela 2a

já que as outras quinze ocorrências de *ser*, como expressão de atributo transitório, podem não ser próprias ao discurso/escrita do autor. Assim sendo, as ocorrências arcaizantes na amostra da *Primeira Década* analisada, como expressão de “propriedades temporalmente limitadas de individual”, seriam apenas 5, próprias a João de Barros, no total das estruturas atributivas expressas por *ser*, que, nas suas 312 ocorrências são a expressão de “propriedades de individual”.

4 Observações finais

Comparando-se os dados da *Obra Pedagógica* de João de Barros com a amostra da *Primeira Década*, pode-se admitir que, em ambas as obras desse autor, os usos arcaizantes de *ser*, como expressão de “propriedades temporalmente limitadas de individual”, podem ser considerados resíduos do uso de *ser*, expressão da transitoriedade, mesmo que não se concorde com a análise qualitativa, que reduz a cinco (2%) os usos de “ser transitório”, nas *Décadas* e as vinte ocorrências quantificadas correspondem a 6% das 312 ocorrências de *ser* atributo em geral, na *Obra Pedagógica*. Pode-se, portanto, inferir dessa análise que, em João de Barros, a expressão de “propriedades temporalmente limitadas de individual” seleciona o verbo *estar*, com prioridade quase absoluta.

Vale ressaltar que, das cinco ocorrências consideradas, na análise qualitativa (cf. 3.2), da amostra da *Primeira Década*, como próprias ao discurso/escrita de João de Barros, três delas estão no *Prólogo* e não nas narrativas históricas que apresenta nos treze capítulos analisados da *Década Primeira*. O *Prólogo*, sem dúvida, apresenta uma escrita de natureza retórica muito mais complexa e elaborada do que os fatos históricos contados com mais fluência e linearidade. Talvez, por isso, tenha buscado recursos lingüísticos menos usuais já no seu tempo no *Prólogo*. É óbvio que esse ponto de vista teria de ser avaliado, confrontando o aqui enfocado, com outras características próprias ao período arcaico da língua e ainda confrontar com os *Prólogos* da *Segunda* e *Terceira Décadas* e as narrativas históricas que os sucedem.

Apesar dessas ressalvas, julgo que os dados da amostra da *Primeira Década* permitem confirmar o que foi analisado e mostrado no estudo da *Obra Pedagógica* e dão validade à afirmativa de que a definição da oposição semântica em estruturas atributivas, permanentes e transitórias, já está expressa em meados do século XVI por *ser* e *estar*, respectivamente.

Esse fato permite que se proponha, como indicador intralingüístico, entre outros, para delimitar o período arcaico, em relação aos inícios do moderno ou clássico, a definição da oposição entre *ser* e *estar* nas estruturas atributivas semanticamente expressão de transitoriedade: *ser* [+ transitório], pelo menos entre 1540 e 1552, datas da impressão, respectivamente, da *Obra Pedagógica* e da *Primeira Década*, já se apresenta, quando utilizado, como resíduo arcaizante.

Para finalizar, apresento uma breve reflexão metodológica, em relação à utilização de documentação do passado, necessária aos estudos de mudança lingüística.

Os estudos de mudança lingüística no *tempo real de longa duração* não podem se restringir a um levantamento mecânico dos dados focalizados. Uma volta ao texto para observar questões de camadas textuais de idades diferentes se faz essencial na análise da documentação arcaica manuscrita, em que em um manuscrito podem estar presentes reflexos de modelos anteriores utilizados no processo sucessivo das cópias. No caso de documentação já impressa, como se viu, por exemplo, no conjunto da *Obra Pedagógica* e na amostra da *Primeira Década*, de João de Barros, há que voltar aos documentos depois de segmentados os dados selecionados, para observar pelo menos questões de intertextualidade como as apreendidas neste estudo: citações de textos mais antigos; reflexos de usos próprios a determináveis personagens; usos metalingüísticos; prováveis locuções idiomáticas fossilizadas etc.

O texto remanescente do passado, “informante” nos trabalhos de mudança de *longa duração*, não é o resultado de entrevistas tecnicamente elaboradas e em acordo com os objetivos pesquisados, tal como deve ocorrer nos estudos de mudança no *tempo aparente* e no *tempo real* de curta duração.

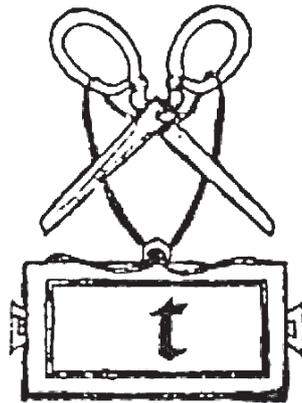
Referências bibliográficas

- BARROS, João de. (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viçosa Vergonha*. Edição de M. Leonor Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras.
- BARROS, João de. (1988[1552]). *Ásia. Primeira Década*. Edição de Antônio Baião. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- COSTA, Avelino de J. (1979). Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-lingüístico. *Revista de História*, 17: 263-340.
- FRANCHI, Carlos *et alii*. (1988). Sobre a gramática das orações impessoais com *ser* e *haver*. *D.E.L.T.A.*, 14 (nº. Especial): 105-131.
- MARTINS, Ana Maria. (1999). Ainda os ‘mais antigos textos escritos em português’: Documentos de 1175 a 1252. In FÁRIA, Isabel (Org.). *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos e FLUL. p. 491-534.

- MATEUS, M. Helena *et alii*. (1983). *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição das estruturas, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1971). *A mais antiga versão medieval portuguesa dos 'Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório'*. 4 v. São Paulo: USP. Tese de Doutoramento. (mimeo).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989). *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1997). Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser, estar, haver, ter* no galego-português ducentista. *Revista Estudos Lingüísticos e Literários*, 19: 253-285.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2000a). A variação *ser/estar* e *haver/ter* em 1540. *Revista Portuguesa de Filologia*, XXIII: 71-96.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (2000b). O tempo composto na fase final do período arcaico. *Atas do II Congresso Nacional da ABRALIN*. Florianópolis. p. 267-270. (Edição Digital).
- METTMANN, Walter. (1959-1972). *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o Sábio*. 4v. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- OLIVEIRA, Fernão de. (2000[1536]). *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- SEPÚLVEDA NETTO, M. do Socorro. (1989). *Ser/estar: um estudo de variação e mudança no português antigo*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado. (mimeo).



Esfoira,



*Vitórias de ter sobre haver nos
meados do século XVII: usos e teoria em
João de Barros*

Rosa Virginia Mattos e Silva



... *das cousas naçem as palavras e não das palavras as cousas...*
(Fernão de Oliveira, *Grammatica*, cap. I, ls. 11-12).

1 Por que razão meados do século XVI?

Em janeiro de 1536 saía dos prelos de Germão Galharde a *Grammatica da lingoagem portuguesa*, assim está na portada da edição *princeps*, ou “primeyra anotação da lingua portuguesa”, como se encontra na primeira linha do texto, também no colofão da mesma edição. Em 1540, dos prelos de Luiz Rodriguez, vinha a público o que se veio a chamar de *Obra pedagógica de João de Barros – Grammatica da língua portuguesa*, finalizada pela *Ortografia*; seguida dos dois diálogos – *Dialogo em louvor da nossa lingoagem* e *Dialogo da viçiosa vergonha*, precedido esse conjunto da *Cartinha*, datada de 1539.

Iniciava-se, com a “primeyra anotação da lingua portuguesa” e a chamada obra pedagógica de João de Barros, o percurso infindo da língua portuguesa como “(meta)linguagem sobre si mesmo”, na expressão adequada de Ivo Castro em “Para uma história do português clássico” (1996: 137).

Em 1552 e 1553, dos prelos de Germão Galharde, saíram, respectivamente, a *Primeira* e a *Segunda Décadas da Ásia* de João de Barros (cf. Cintra, 1974: V-VI).

O centro deste estudo é o uso variável dos verbos *haver* e *ter* em estruturas, semanticamente de posse, examinadas todas as ocorrências na obra pedagógica de João de Barros (4.266 linhas de texto), exceto a *Cartinha*; o uso variável de *haver* e *ter* nos «tempos per maneira de rodeo», referentes ao passado, depois chamados de tempos compostos, examinadas a obra pedagógica e uma amostra da *Primeira Década da Ásia* (2.133 linhas de texto) e, ainda, o uso variável de *haver* e *ter*, como verbo existencial, examinadas as obras anteriores e uma amostra correspondente à da *Primeira Década* na *Segunda Década*.

Contudo, a pesquisa sobre os dados do primeiro gramático “preceitista” ou prescritivista da língua portuguesa forneceu-me dados que considero significativos, como novos indicadores lingüísticos para definir os limites

finais do período arcaico: em João de Barros o traço semântico de transitoriedade ou de “predicador de propriedades temporalmente limitadas de individuais” (Mateus *et alii* 1983: 138) do verbo *ser* já era um resíduo arcaizante, como busquei mostrar em outros trabalhos (1999 e 2000), ou seja, a oposição semântica entre *ser* e *estar* estava definida na obra pedagógica de João de Barros. Também o uso de *haver* como predicador de posse já era um resíduo arcaizante na referida obra (1999 e 2000). A exclusão de *ser*, na expressão da transitoriedade, e o de *haver*, na de posse, podem ser indicadores lingüísticos que marcam 1540 como um forte candidato para, juntamente com outros indicadores intralingüísticos e extralingüísticos, delimitar os finais do período arcaico da língua portuguesa.

Como se sabe, as questões de periodização, embora não essenciais, a meu ver, na história das línguas, são um tema recorrente nos estudos históricos em geral e, conseqüentemente, nos estudos de história das línguas.

No caso da história do primeiro período documentado da língua portuguesa, o período arcaico, o seu limite inicial se pauta sempre pelo surgimento de documentos escritos em português. Esse limite *a quo* tem sido revisto: na tradição filológica mais antiga se situava no fim do século XII, com o *Auto de Partilhas* e o *Testamento de Elvira Soares*; na década de sessenta, Lindley Cintra, Avelino de Jesus da Costa e Rui Pinto de Azevedo (Cintra, 1963) demonstram que tais documentos são falsificações dos fins do século XIII e propõem como os mais antigos documentos em português o *Testamento de Afonso II*, datado de 1214, e a *Notícia de torto*, situável entre 1212 e 1216. Nesta última década, as pesquisas de Ana Maria Martins na Torre do Tombo (Martins, 1999), desvelando documentos de *scripta conservadora*, alatinada, mas já em português, faz outra vez recuar, com novas informações, esse limite inicial para as últimas décadas do século XII.

Quanto ao limite final do período arcaico, estudos de filólogos e lingüistas historiadores da língua portuguesa demonstram uma notável falta de consenso, como busquei mostrar em artigo de 1994, intitulado «Para uma caracterização do período arcaico do português». Examinando propostas de doze especialistas, os finais do período arcaico variam entre 1500, com o término da fase principal da expansão portuguesa, e 1572, com a publicação de *Os Lusíadas*. Esses autores, em geral, se pautam por fatores ou da história social de Portugal, ou seja, a tradicionalmente chamada história externa; ou se pautam por fatores da história da literatura; ou, ainda, por um fator que chamarei de sociolingüístico, que é o surgimento das primeiras reflexões sobre a língua portuguesa – 1536, 1540. Esse último fator reúne muitos dos filólogos e lingüistas pesquisados. No meu trabalho referido, de 1994, problematizo essa questão e proponho que, sem uma cronologia relativa de fatos intralingüísticos que caracterizam o perí-

do arcaico e vão sendo desusados do século XV para o XVI, um limite final de base lingüística, ou de história interna, na designação tradicional, se faz, a meu ver, essencial.

Em geral, nos estudos de filólogos e lingüistas, que trabalham sobre o período arcaico e sobre questões referentes à periodização, fatos gráfico-fônicos, morfo-fônicos e mórficos, que caracterizam esse período, têm sido utilizados. Cito, como exemplo, a tese de Evanildo Bechara – *As fases históricas da língua portuguesa* (1985: 50-64); o *Curso de história da língua portuguesa* de Ivo Castro *et alii* (1991: 244-248); a dissertação de mestrado de Maria José Carvalho – *Do português arcaico ao português moderno* (1986) e o estudo de Clarinda Maia – “Periodização na história da língua portuguesa: ‘status quaestionis’ e perspectivas de investigação” (1999: 21-40), em que revê, problematiza e indica novos caminhos de pesquisa.

São privilegiados, em geral, nesses trabalhos, que utilizam indicadores lingüísticos, os fatos fônicos referentes ao sistema de sibilantes; a convergência das vogais nasais finais em um ditongo nasal; os chamados “hiatos desfeitos”, refletidos de várias maneiras na grafia da documentação pretérita; os fatos morfo-fônicos referentes ao desuso do particípio passado <-u-do> em proveito do <-i-do> para os verbos da 2ª. conjugação; a perda do <-d-> etimológico na 2ª. pessoa do plural dos verbos; os mórficos se referem, em geral, ao desaparecimento dos chamados “possessivos átonos” <ma, ta, sa>; a perda das formas reforçadas dos demonstrativos do tipo <aqueste, aquesse> e também mudanças fônicas e/ou analógicas no sistema dos verbos de padrão especial, ou seja, os verbos irregulares.

Entre outros fatos morfossintáticos, morfosssemânticos e sintáticos que, no meu trabalho referido de 1994, proponho que sejam examinados, para delimitar o final do período arcaico, estão a questão da variação dos verbos *ser/estar* em estruturas de atributos semânticos transitórios; a da variação *haver/ter* como predicadores de posse e a da gramaticalização do tempo composto.

Sobre os dois últimos fatos lingüísticos e sobre a emergência do *ter* existencial em João de Barros, centrar-me-ei neste estudo e pretendo que ele mostre que os meados do século XVI pode ser uma proposta significativa para os finais do período arcaico e os inícios do moderno, por outros designado como período pré-clássico ou clássico. Somar-se-ão assim ao fator sociolingüístico antes referido – o surgimento da reflexão sobre a língua portuguesa, fatores intralingüísticos que não se cingem aos níveis fônicos, morfo-fônico e mórfico, mas, fundamentalmente, estará centrado este estudo no avanço do verbo *ter* sobre campos de uso de *haver*, antes indicados, questão semântico-sintática.

2 Vitórias do verbo *ter*: do século XIII para os meados do século XVI

O que me despertou para as questões que serão apresentadas e analisadas a seguir foi, sem dúvida, a desproporção de ocorrências que encontrei na versão trecentista dos *Quatro livros dos 'Diálogos de São Gregório'*, texto de que fiz uma edição, ainda inédita, e veio a ser a minha tese de doutoramento (1971). No IV volume dessa tese – *Índice geral das palavras lexicais* – ressaltou a referida desproporção, tanto para *haver/ter*, respectivamente, 803 e 119 ocorrências, como para *ser/estar*, 1648 e 238, respectivamente. A partir dessa informação quantitativa de base, iniciei, posteriormente, pesquisas sobre *haver/ter* em documentação ducentista (1997) e quatrocentista (1995 e 1996), também sobre *ser/estar*.

Aqui vou focalizar, apenas, três tipos de uso, já referidos, dos verbos *haver/ter*, nas obras, indicadas em 1, de João de Barros, impressas entre 1540 e 1553, meados do século XVI.

João de Barros já no século XVI era considerado “famoso e excelente escriptor”, veja-se, por exemplo, que no primeiro cânone para a literatura portuguesa, o de Pêro Magalhães de Gândavo no seu *Diálogo em defesa da língua portuguesa*, que segue as suas *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia*, impressas em 1579, refere-se Gândavo, entre outros autores, a João de Barros – “Vede a Asia daquelle famoso & excelente escriptor Joam de Barros” (Buescu, 1981: 61). Além de “excelente escriptor”, foi João de Barros o autor da primeira gramática com intenção pedagógica e prescritiva sobre o português. Assim, João de Barros, base deste trabalho, será um lídimo representante, não só do uso culto, no seu registro mais alto, do português quinhentista, mas também do uso da corte de D. João III. Isso porque, além de homem de cultura, viveu desde os treze anos na corte, primeiro como “moço do guarda roupa” do ainda Infante D. João e depois como seu alto funcionário, na Casa das Índias, primeiro como Tesoureiro (1525-1528) e, em seguida, durante 15 anos (Buescu 1984), como o Feitor dessa instituição, essencial à administração real de D. João III.

Com base nesses fatos históricos, temos em João de Barros um “informante lingüístico” bem definido: representante do uso culto e cortesão, próprio ainda a alguém que primeiro, com sistematicidade, refletiu sobre o português. Ao escrever as obras que serão base de nossos dados, entre 1540 e 1553, estava na maturidade (nasceu em 1496 e morreu em 1570/1571). Embora nascido na Beira, em Viseu, aos 13 anos já estava nos Paços da Ribeira, em Lisboa. Portanto o perfil do nosso “informante”, em síntese, o define como o de um homem na sua maturidade, portador da variante culta e da corte do seu tempo. Com isso quero deixar claro que os dados analisados representam o registro mais alto da língua portuguesa de meados de quinhentos de um homem entre 44 e 59 anos.

Certamente no diassistema do português de quinhentos, examinados outros *corpora* de natureza e de autores diversos, os resultados seguintes podem ou não ser confirmados, já que as mudanças lingüísticas não se difundem de uma só vez, nem na sociedade nem na área geográfica de uma língua histórica. Além disso, a representação da diversidade real desse diassistema tem, como interveniente inexorável, a também diversificada, por razões várias, documentação escrita remanescente do nosso período. Todos que trabalham com a história passada de uma língua temos disso consciência, decorrente disso sempre será necessária a avaliação crítica das fontes documentais, base para as depreensões e análises de fatos lingüísticos.

As obras de João de Barros, em que estará fundado o presente estudo, já são obras impressas. A imprensa, nessa altura, já estava em grande expansão em Portugal. Talvez João de Barros tenha acompanhado a sua impressão nas oficinas gráficas de Luiz Rodriguez – a obra pedagógica, e de Germão Galharde – a *Primeira* e a *Segunda Décadas*.

Foram utilizadas, neste estudo, edições que apresentam reproduções das edições *princeps*, como é o caso da obra pedagógica (Buescu, 1971). Para as *Décadas*, a edição de Antônio Baião «conforme a edição princeps», republicada pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda (1974 e 1988).

2.1 *Ter* e *haver* verbo de posse: usos e teoria na obra pedagógica de João de Barros

Busquei distinguir, como já publiquei em outros trabalhos (1989, 1995, 1997 e 2000), nas estruturas de posse a natureza semântica do complemento do verbo, o chamado «objeto possuído» em três tipos que se evidenciaram para mim na análise do *corpus* trecentista dos *Diálogos de São Gregório*. Recortei então três tipos semânticos para o complemento, que a seguir ilustro com exemplos dos DSG (séc. XIV):

- propriedades inerentes (PI) ao possuidor como em: - *barvas*; - *ceguidade*; - *cinquenta anos...*;
- propriedades adquiríveis imateriais (PAI), morais, espirituais, intelectuais, afetivas, sociais, como em: - *fê*; - *graça*; - *poderio*; - *poder*; - *ira...*;
- propriedades adquiríveis materiais (PAM), objetos materiais externos ao possuidor, como em - *remédio*; - *mezinhas*; - *carneiros*; - *ovelhas...*

Os dados do século XIV, que deram partida a esta pesquisa, indicaram que a difusão de *ter* nas estruturas de posse se iniciou nos contextos do tipo PAM e daí se difundiu para o PAI, sendo o contexto do tipo PI o último a ser atingido. O exame de ampla documentação mais recuada no tempo, o século XIII (1997), confirmou o encontrado no século seguinte (PAM /

PAI / PI). Os dados de 1500 (1996) mostraram que *ter* suplanta *haver* em todos os contextos, o que seria de esperar, pois em documentação da primeira e da segunda metades do século XV (1995) já *ter* variava com *haver* em todos os três contextos, predominando *ter* nos documentos da 2ª metade daquele século nos três contextos. Esses dados do século XV não constam da Tabela 1 porque foram levantados como sondagens e a partir dos glossários das edições utilizadas e não dos documentos, como ocorreu nos outros casos. Assim, na Tabela 1, constam os dados que foram levantados diretamente nos documentos correspondentes analisados para cada momento considerado.

séculos contextos		XIII	XIV	1500	1540
PAM	haver	70%	20%	11%	14%
	ter	30%	80%	89%	86%
PAI	haver	85%	80%	45%	5%
	ter	15%	20%	55%	95%

Tabela 1

Nessa Tabela excluí o contexto PI que é categoricamente preenchido por *haver* na documentação dos séculos XIII e XIV e categoricamente por *ter* em 1500 e 1540. A variação nesse contexto ocorre na documentação da primeira e segunda metades do século XV, não tabulada pela razão antes expressa. Esses dados contudo dizem que do século XIV, os *Diálogos* são anteriores a 1380, para 1500 o verbo *ter* vai suplantando *haver*. Nessa Tabela chama a atenção o fato de que o contexto PAM, por onde se iniciou a mudança, pelo menos desde o século XIII, em 1540 apresenta taxa mais alta (14%) que em 1500 (11%), enquanto há 5% de ocorrências de *haver* em PAI e não ocorre *haver* em PI.

O exame qualitativo dos usos arcaizantes de *haver* em 1540, que perfazem, como visto na Tabela 1, os percentuais de 14% para o tipo PAM e 5% para o tipo PAI correspondem a dezoito ocorrências de *haver*, onde já seria de esperar *ter*; duas no primeiro tipo para 12 de *ter* e dezesseis no segundo tipo para 317 ocorrências de *ter*. No total dos dados há portanto nesses contextos 18 ocorrências de *haver* para 329 de *ter*.

As duas ocorrências conservadoras em PAM, que perfazem 14% do total de contextos desse tipo, ocorrem numa mesma seqüência textual:

- (1) ...vós **havereis cem mil reaes** e a móça novêcentos, porque éla /h/á de /h/aver aquilo que vós quereis da fazenda do testador (364, 11-13).

Essa seqüência está na *Gramática* (GLP), ao narrar João de Barros, como exemplo, uma estória de um testamento em que reproduz o diálogo, em discurso direto, entre um juiz e um herdeiro e estão na fala do juiz. Pode-se admitir que nesses contextos únicos em que na sua obra pedagó-

gica João de Barros seleciona *haver* no tipo PAM, como visto, ponto de partida da mudança, esteja ele a reproduzir características de um discurso que não é o seu para caracterizar a fala de um mais velho e juiz. Como se sabe, a linguagem jurídica costuma ser arcaizante. De posse dessa contextualização de natureza sociolingüística das duas ocorrências de *haver* no tipo PAM, pode-se propôr a exclusão desse uso no discurso próprio a João de Barros e admitir que *ter* era o verbo de posse nesse tipo de estrutura.

Das dezesseis ocorrências de *haver* em contextos de tipo PAI, seis estão na *Gramática*, uma no *Diálogo em louvor de nossa linguagem* (DLNL) e as outras nove no *Diálogo da Viçiosa Vergonha* (DVV). Passarei a avaliá-las qualitativamente.

Quatro das seis da GLP ocorrem em um contexto metalingüístico em que o gramático explica que, com o verbo *haver*, se podem suprir verbos que a língua latina tem e a portuguesa não.

(2) Temos mais este verbo /h/ei, /h/ás que é de gênero diverso polo ofício que tem. Quando se ajunta com nome soprimos muitos verbos da língua latina que a nósna nam tem: **/h/ei vergonha, /h/ei medo, /h/ei fome, /h/ei frio** e outros muitos significados que tem quando o ajuntamos a nomes substantivos desta calidade (327,19 – 328,2)

Outra ocorrência na GLP está também em contexto metalingüístico, ao exemplificar verbos que regem genitivo ou ablativo.

(3) .. E assi outros verbos ao exemplo destes; **/h/ei piedade** de ti e tenho vergonha da mentira e tristeza do pecado (353, 3-5)

Note-se a contradição entre o que teoriza em (2) e o exemplo coerente em (3) – *hei piedade* –, mas logo seguido do *tenho vergonha*, que, segundo sua teoria, explicitamente deveria ser *hei vergonha*. Julgo que essas ocorrências metalingüísticas podem ser excluídas, porque não parecem corresponder ao uso efetivo de João de Barros, como se verifica no próprio exemplo (3).

Excluir-se-ão assim, com esse argumento, cinco ocorrências «conservadoras» de PAI.

O contexto *hei vergonha* vai cobrir, além daquele de (2), mais seis das ocorrências no DVV (418,8; 420,19; 420,22; 420,2; 457,15-16; 459,7), em que o autor segue a sua formulação teórica expressa em (2). Três deles, julgo poderem ser excluídos.

São assim constituídos: dois de uma glosa à citação bíblica, do evangelista Lucas, que vem em seguida. Poderão ser excluídos com o argumento de serem reflexos da linguagem arcaizante da Bíblia. É a seguinte a passagem focalizada:

(4) E aquele que **/h/á vergonha** do mal que fez, virá a ter liberdade da vida, mas o que **/h/a vergonha** de fazer bem, este cái do estado da virtude e vai ter a condenaçam, como diz o Redentor: «Aquele que **/h/á vergonha** de mi, /h/á dos meus sermões» (420, 21-25).

A propósito ainda da seleção de *haver/ter* seguidos de *vergonha* procurei verificar se ocorriam no *corpus* outras atestações de *vergonha* com o verbo inovador, ou seja, *ter*; encontrei mais três ocorrências de *ter vergonha*, uma na GLP e duas no DVV.

Assim, apesar de sua teorização prever *haver vergonha*, ele usa também *ter vergonha* pelo menos uma vez na própria *Gramática* e mais duas no *Diálogo* referido.

Aceitando-se as exclusões sugeridas, por serem cinco de natureza metalingüística e três, reflexo do texto bíblico, restam, além das três de *haver vergonha* não excluídas, cinco outras. Passo ao seu exame:

Há duas ocorrências com *haver a bênçam*:

(5) **Hájas tu a bênçam** de Deos e a minha (DLNL 393,9).

(6) **Hájas tu a sua bênçam** e a minha (DVV 414,4).

Haver a bênçam, que não varia no *corpus* com *ter a bênçam*, parece ter caráter de uma expressão idiomática arcaizante e ocorreu, nos dois casos, em situação em que o pai (João de Barros), abençoa o filho (Antônio), com quem está dialogando. Por sugerirem uma fossilização idiomática, poderiam ser excluídas também das ocorrências conservadoras.

As três restantes de PAI são:

(7) E estas meas vogaes l, m, r, se chamam líquidas e **houveram** este **nome** acerca dos latinos (GLP 371,7).

(8) Que os çegos a nam tenham, ainda que ouçam **cousas** de que se possa **haver** (DVV 427, 1-2).

(9) Posto que eles **ham** esta **regra** por çerta (DVV 451, 21).

(10) Outra **regra tem** eles por çerta (DVV 452, 23).

O uso de *ter regra* ainda vai aparecer mais quatro vezes (GLP, DLNL, DVV); *ter cousas* vai ocorrer duas vezes (GLP, DVV) e *ter nome*, quatro vezes (GLP). Assim as ocorrências de *ter* seguido de *regra*, *cousa*, *nome* são mais freqüentes com *ter*, já que só uma vez ocorre com o verbo conservador.

Julgo então, depois dessas considerações, poder admitir que das 16 ocorrências conservadoras de *haver* no tipo PAI, dez poderiam ser excluídas pelas razões apresentadas e as seis restantes seriam resíduos do uso antigo, já que em todos os casos – *haver vergonha* (03 oc.), *haver nome* (01), *haver cousa* (01), *haver regra* (01) também está documentado o uso inovador com *ter*.

Diante dessas interpretações, os dados apresentados na Tabela 1 passam aos da Tabela 1a.

Séculos contextos		XIII	XIV	1500	1540
PAM	haver	70%	20%	11%	∅
	ter	30%	80%	89%	100%
PAI	haver	85%	80%	45%	2%
	ter	15%	20%	55%	98%

Tabela 1a

Diante da avaliação qualitativa dos usos conservadores de *haver* nessa documentação de 1540, pode-se admitir que as seis ocorrências de *haver*, em que varia com *ter* com os mesmos itens lexicais como seu complemento direto, seriam os resíduos arcaizantes no uso de *haver*, verbo de posse, na obra pedagógica de João de Barros. Poder-se-ia assim afirmar, pelo menos, que, nesse registro alto da língua portuguesa de 1540, o verbo *ter* como verbo de posse teria já substituído o verbo *haver*, característico do período arcaico.

2.2 *Ter / haver* nos 'tempos per maneira de rodeo': usos e teoria em João de Barros

Sobre a «questão do tempo composto», «tempos per maneira de rodeo» para João de Barros, no período arcaico, a investigação sobre dados na documentação remanescente tem feito recuar essa estrutura já para o século XIII (Mattos e Silva 1997). Autores mais antigos, como Epiphânio Dias (1959: 250 e 326), Said Ali (1964: 160), consideram que o «tempo composto» do período arcaico era formado de *ser mais participio passado* (PP) de verbos não-transitivos e que o «tempo composto» formado de *ter mais PP* só virá a ocorrer no português moderno, quando deixa de haver a concordância do PP [adjetivo] de verbos transitivos com o seu complemento direto (CD). Também tem essa opinião Mattoso Câmara Jr. (1975: 166).

Em documentação que analisei do século XV já encontrei variação nessa concordância (1981) e Naro e Lemle, em artigo de 1977, mostram a difusão de *ter/haver mais PP* de verbos não-transitivos no século XV e propõem que se pode recuar a data de existência do «tempo composto» com *ter/haver* gramaticalizado como auxiliar para o século XIV.

❧ *Módo infinito.* ❧
 ❧ *Tempo Presente.* ❧
Amár — *Ler* — *Ouuir* — *Ser*
Tempo paßádo per rodeo.
Teramádo — *ter lido* — *ter ouuido* — *ter sido*
Tempo Vindoiro per rodeo.
Auçr de amár — *auçr de ler*, *auçr douuir* — *auçr de ser*

Fragmento do fólio 25r da *Grammatica* de João de Barros

O estudo feito em diversificada documentação do século XIII – *Testamento de Afonso II, Cantigas de Santa Maria, Cancioneiro da Ajuda e Foro Real* (1997) – permite afirmar que já no século XIII ocorre, com frequência muito baixa, contudo – voltarei a isso

na parte final deste item – o tempo composto com *haver/ter* com particípio de qualquer tipo de verbo e, quando transitivo o PP, já ocorre a variação na concordância.

Haveria assim, na *gramática* do português ducentista, o tempo composto com *haver/ter*, gramaticalizados como *verbo auxiliar*, embora o *uso de ser mais PP* de verbos não-transitivos e a concordância do PP [adjetivos] de verbos transitivos com seu CD perdurem ao longo do período arcaico até, pelo menos, como veremos, nos meados do século XVI, finais desse período.

Nos dados analisados dos meados do século XVI, tendo como objeto de observação as seguintes obras de João de Barros – a *Obra pedagógica – Gramática da língua portuguesa* (GLP), *Ortografia* (ORT), *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (DLNL), *Diálogo da viçiosa vergonha* (DVV), 4.266 linhas impressas e a já referida amostra de 2.133 linhas da *Primeira Década da Ásia* – encontrou-se o que segue.

Na GLP, João de Barros teoriza sobre o tempo composto, na sua metalinguagem «tempo per rodeo» referentes ao passado. Explicita que é composto com o verbo *ter*; o verbo *haver*, para ele, formará o “tempo per rodeo vindoiro”, ou seja, o futuro (*haver de amar*, p. ex.). Especifica quais os tempos “per rodeo” referentes ao passado (Buescu, 1971: 339-440):

tivera amado, lido, ouvido, sido:	tempo passado e mais acabado do modo para desejar [= optativo];
ter amado, lido, ouvido, sido:	modo infinitivo não acabado;
tinha amado, lido, ouvido, sido:	tempo passado mais que acabado do modo para demonstrar;
teria amado, lido, ouvido, sido:	tempo passado nam acabado do modo para ajuntar (= subjuntivo ou “ajuntador”).

Não menciona outros tempos “per rodeo” do passado, nem as estruturas do tipo “*ser* seguido de particípio passado”, nem a concordância do particípio passado de verbos transitivos com o complemento direto, quando permissível pelo contexto.

O exame do uso que fez João de Barros dos tempos do passado “per rodeo”, ou seja, de seqüências de *ser* ou *haver/ter* seguidas de particípio passado (PP), consideradas as 6.339 linhas de textos escritos por ele acima indicados, permite as seguintes observações:

Há uma coerência notável na escrita de João de Barros no que se refere à seleção de *ter* e nunca de *haver* nos tempos “per rodeo” do passado. Nesse aspecto segue o preceito de sua *Gramática* e não prossegue no uso variável de *haver* ou *ter*, como na documentação arcaica que analisei, variação que prossegue até hoje, como sabemos.

Quanto à seleção de *ser*, seguido de particípio passado, que não menciona na sua *Gramática*, mas que era corrente por todo o período arcaico com verbos [-transitivo], tanto ergativos como intransitivos, encontrei na *Primeira Década 05* ocorrências de *ser* nessas estruturas, tal como na documentação já analisada do período arcaico:

- (1) a isso **era** aly **uiindo** 26.34
- (2) **sendo** já **passados** oyto dias 31.16
- (3) outros já **eram idos** 34.24
- (4) **eram** já **passados** sete meses 36.23
- (5) e como o negocio a que **eram idos** 43.18

e 02 ocorrências de verbos [-transitivo] seguidos de particípio com o auxiliar *ter*:

- (6) e **tendo andado** um bom pedaço 26.28
- (7) e **tendo passado** a ponta de Sanctana 53.36

Portanto, 05 ocorrências arcaizantes e 02 inovadoras. Note-se que esse tipo de “tempo composto” não ocorre na obra pedagógica (GLP, ORT, DLNL e DVV).

Centrar-me-ei agora no exame dos dados de *ter* seguido de particípio passado de verbos transitivos. Embora teorize sobre os “tempos per rodeo” do passado com o verbo *ter*, esse tipo de estrutura não foi utilizada pelo autor nem na *Gramática* nem na *Ortografia*. No DLNL e no DVV há 07 ocorrências de *ter* seguido de PP; 04 no DLNL e 03 no DVV, todas elas com PP de verbo transitivo.

Dessas ocorrências, 03 seguem o padrão atual, por condicionamento contextual, ou seja, não há possibilidade de concordância do PP com o complemento direto (CD):

- (8) nem por eu **ter dirigido** a su’alteza **o trabalho** (DLNL 390, 12)

- (9) Como ô **tem feito** em os estudos de Coimbra (DLNL 409, 23)
 (10) a que **tinha prometido dar** (DVV 459, 3)

Duas ocorrências são arcaizantes, já que apresentam a concordância no particípio passado:

- (11) **a nossa linguagem** que **temos pósta** em arte (DLNL 391, 4)
 (12) a qual obra será pósta no catalogo **das mercês que** estes reinos dele **tem recebidas** (DLNL 410, 1-2)

Uma ocorrência de acordo com o padrão moderno:

- (13) os quaes já das escolas **tendes ouuido ditos e sentenças** (DVV 414, 21)

E uma ocorrência que considero ambígua:

- (14) *soma de dinheiro que lhe **tinha tomado** a logro* (DVV 458, 5)

porque *tomado* pode referir-se ao núcleo do SN (*soma*) ou ao adjunto do núcleo (*de dinheiro*).

Pode-se assim concluir que nos dois *Diálogos*, parte da obra pedagógica de João de Barros, ainda ocorrem duas vezes as estruturas do tipo arcaizante.

No exame da amostra de 2.133 linhas da *Primeira Década da Ásia*, encontrei 45 ocorrências de *ter*, nunca *haver* – coerentemente com sua teoria – seguido de PP de verbos transitivos.

Quatro ocorrências são do tipo arcaizante:

- (15) foy alimpar **a casa** desta infiel gente dos Arabeos **que lha *tinã* ocupada** 9.6
 (16) restituindo à Ygreja Romana **a *juridiçã* que** naquellas partes ***tinha* perdida** 9.20
 (17) fico sem aquella **superioridade que** o senhor infante me ***tinha* dada** 43.35
 (18) E de my lhe sey dizer, nam por parte da **honrra**, porque a deos mercês có nossa ajuda, eu **a *tenho* guardada** nesta terra pera poder ir contente pera o reyno 43, 34-35

Vale destacar que em (17) e (18) João de Barros repete a fala do Capitão Lançarote, no tempo do Infante D. Henrique, cerca de um século antes da data em que escreve a *Primeira Década* – 1552 – e em (15) e (16) reproduz escritos históricos de remoto passado, ou seja, o tempo dos primeiros reis de Portugal, no período da Reconquista do território aos árabes. Sabe-se que João de Barros consultou fontes históricas numerosas

para compor suas *Décadas*, talvez essas ocorrências sejam efeito da documentação arcaica utilizada. Nas outras 41 ocorrências da estrutura em foco não ocorre a concordância do particípio passado. Em 24 delas porque o contexto não permitiria a concordância, ou por ser o CD masculino singular, ou neutro (*quanto*, p. ex.) ou vazio (Ø). Por exemplo:

- (19) recebe o **mayor prazer** que té quelle tẽpo **tinha visto** 16.5
 (20) ...que **quanto** outros **tem recebido** 4.25
 (21) achando que el rey uosso padre **tinha escripto** (Ø) a dom Francisco Dalmeyda 4.7

Nas outras 17 ocorrências o contexto permitiria a concordância, mas ela não ocorre. Por exemplo:

- (22) a quem **tinha encomendado a escriptura** destas partes 4.13
 (23) que **tinha feito grandes despesas** 29.16
 (24) que deus **os tinha liurado** 6.28
 (25) em satisfaçã dos trabalhos e despesas que o infante dõ Anrique **tinha feito** neste descobrimento 30.13

Os dados analisados permitem concluir o seguinte sobre o uso do “tempo composto” nos meados do século XVI, à volta de 1540, quando João de Barros publica a sua obra pedagógica e inicia a escrita de suas volumosas *Décadas da Ásia*, a primeira publicada em 1552:

- a. tal como na documentação analisada sobre esse tema em textos do século XIII ao fim do XV (1981, 1989, 1996, 1997), o “tempo composto” ou o seu antecessor não gramaticalizado é de frequência baixa de uso;
- b. apesar de não teorizar sobre *ser* seguido de PP de verbos não transitivos, quando trata dos tempos “per rodeo” na sua *Gramática*, João de Barros usa a estrutura arcaica com o verbo *ser* 05 vezes na *Primeira Década* (cf. (1) a (5)) e, nela também, por duas vezes, usa a estrutura inovadora com o verbo *ter* (cf. (6) e (7));
- c. com particípio passado de verbo transitivo, João de Barros apresenta ainda resíduos do uso arcaizante. Em 07 ocorrências nos dois *Diálogos* e em 45 das *Décadas*, portanto 52 ocorrências, 06 são do tipo arcaico – 02 no DLNL (cf. (11) e (12)) e 04 nas *Décadas* (cf. (13) a (18)). As ocorrências das *Décadas* permitem admitir ter havido reflexo de fontes documentais arcaicas no texto de João de Barros. Se essa hipótese for correta, só serão apenas 02 as ocorrências arcaizantes do tipo particípio passado flexionado de verbo transitivo no uso de João de Barros;
- d. considerando o dito em *b* e *c*, pode-se afirmar que João de Barros se apresenta mais arcaizante quando usa *ser* com PP de verbo [- transitivo] (05 vezes arcaizante contra duas ocorrências inovadoras, portanto 77% de estruturas próprias ao período arcaico e 23% inovadoras), do que

- quando usa *ter* com PP de verbo [+ transitivo] com concordância (de 52 apenas 06 são do tipo arcaizante, ou seja, 11% com concordância do PP e 89% sem concordância, ressalvando-se que 04 das 06 podem ser reflexo de fontes antigas);
- e. Se 04 das 06 ocorrências de *ter* + PP com concordância são reflexo de fontes arcaicas utilizadas por João de Barros, reduz-se a 3% a estrutura arcaica, podendo-se considerar essas ocorrências *resíduos arcaizantes* na amostra analisada da obra de João de Barros;
- f. diferentemente do que ocorre na documentação do período arcaico já analisada, João de Barros obedece ao seu preceito quanto à seleção de *ter*, que não ocorre em variação com *haver*, para os tempos “per rodeo” do passado;
- g. do analisado se pode concluir que a estrutura de *ser* mais PP de verbo [- transitivo] perdura por mais tempo do que a de *haver/ter* mais PP de verbo [+ transitivo] com concordância. Assim sendo, a gramaticalização de *haver/ter* como formador de tempo composto de qualquer tipo de verbo ultrapassa, no uso, os limites últimos do período arcaico, embora já exista sua possibilidade na gramática do português – portanto, a possibilidade de sua seleção no uso – pelo menos desde o século XIII, momento em que o português começa a ser documentado pela escrita, como os dados que analisei no *corpus* ducentista demonstraram (1997): nessa documentação do século XIII, de 56 ocorrências de *haver/ter*, predominando *haver* (52 oc.) mais PP de verbo [+ transitivo], há 03 sem concordância do PP (7.1%); em 57 ocorrências de *ser* mais PP de verbo [- transitivo] há 01 ocorrência com *haver* (0.2%). Em meados do século XVI, de 7.1% passa-se para 89% ou 97% (cf. *d* e *e*), no primeiro caso, e de 0.2% para 23% no segundo (cf. *d*).

A Tabela 2 sintetiza as conclusões acima arroladas:

estruturas focalizadas	século XIII	meados do século XVI
<i>ter/haver</i> + PP [+ trans.] sem concordância	7.1%	89% ou 97%
<i>ter/haver</i> + PP [- trans.]	0.2%	23%

Tabela 2

Diante dos dados analisados, pode-se afirmar que *ter* é o «verbo vitorioso» para a expressão dos “tempos per rodeo” referentes ao passado, já que João de Barros na sua *Gramática* “preceitativa” seleciona *ter* para essas estruturas e *haver* para os “tempos per rodeo vindouro”.

No seu uso, é coerente sempre, pelo menos na amostra extensa observada: não varia o *ter* com o *haver*. Apresenta, contudo, estruturas não gramaticalizadas com verbos transitivos no particípio passado, já que a concordância ainda ocorre com a baixa frequência depreensível da Tabela 2 e ainda usa o verbo *ser* com o particípio passado de não-transitivos. Sobre esses dois últimos fatos, o gramático prescritivista não se manifesta. Não

havia, portanto, ainda se generalizado o uso de *ter/haver* com verbos não-transitivos e o tempo composto gramaticalizado com particípio passado ainda tem como concorrente, embora com baixa frequência, a seqüência não-gramaticalizada, em que o particípio passado concorda com o seu complemento.

2.3 O despontar do verbo *ter*, verbo existencial, em João de Barros

Mostrarei a seguir o que nos diz o mesmo *corpus*, reforçado por uma amostra complementar da *Segunda Década da Ásia* (2.133 linhas também), sobre o verbo que preenche as estruturas semanticamente “existenciais”, que “entram na classe fechada de ‘verbos funcionais’, não predicadores, mas operadores funcionais em que a predicação se estabelece entre os elementos da ‘coda’ das orações existenciais” (cf. Franchi, Negrão e Viotti, 1998: 110). João de Barros não teoriza na sua *Gramática* sobre os verbos existenciais; ao tratar “dos vérbos impessoaes”, não inclui *haver* (Buescu, 1971: 327).

Um breve percurso sobre a seleção do verbo “existencial” no período arcaico do português mostra que concorriam nesse contexto os verbos *ser* e *haver*. *Ser*, existencial, continua o uso latino do verbo *esse*. Contudo, já no chamado “latim vulgar” *habēre*, verbo de posse no latim padrão, está documentado nos séculos IV e V como existencial, segundo Grandgent, na sua *Introdução ao latim vulgar* (1952: 27-28).

No extenso *corpus* por mim pesquisado do século XIII (1997) e já referido, encontrei a predominância de *ser* como verbo “existencial” (*ser* 56% e *haver* 44%), notando-se que a seleção de *ser* se verificou preferencialmente em documentos notariais (no *Testamento de Afonso II*, na documentação notarial editada por Clarinda Maia, no *Foro Real de Afonso X*) e a de *haver*, predominando nas *Cantigas de Santa Maria*, documento literário, portanto. Embora não tenha feito uma quantificação dos verbos existenciais no estudo dos *Diálogos de São Gregório* (1989, 513-517 e 524-525), texto religioso do século XIV, anterior a 1380, ficou evidente a predominância de *haver* e raro o uso de *ser* existencial. Ao findar o século XV, na *Carta de Caminha* (1996: 182-193), encontrei apenas *haver* como “existencial” e uma ocorrência, em que já o verbo *ter* pode ser interpretado como existencial. Adiante voltarei a esse dado.

A questão em que me centrarei daqui por diante é verificar a emergência de *ter* “existencial” em João de Barros, uso generalizado hoje pelo menos no português brasileiro vernáculo, mas ainda censurado por gramáticos prescritivistas.

Na clássica *Syntaxe histórica portuguesa* de Epiphânio Dias (1959), ao tratar do que designa de orações impessoais, afirma que “haver acompanhado de objeto direto, significa no seu conjunto a existência de uma pessoa ou coisa” (p. 17) e não menciona a possibilidade do verbo *ter* no passado do português nesse tipo de contexto. Said Ali, no seu estudo so-

bre *haver e ter*, parte da sua obra *Dificuldades da língua portuguesa*, afirma que:

na genuína oração existencial não há lugar para possuir nem ainda para ter. Em todos os documentos de português literário, antigo ou moderno, debalde buscaremos entre a imensa multidão de orações do tipo há homens bons e maus neste mundo provas da possibilidade de se substituir há por qualquer dos supostos equivalentes (1957: 118).

Na sua *Gramática histórica da língua portuguesa* (1964), afirma também que “*haver*, fazendo as vezes de *existir*, usa-se no singular ainda quando se refira à existência de muitos seres expressos por substantivo plural” (p. 305); mais adiante, contudo, destaca que “em escritores notáveis do século XIX tem-se apontado vários exemplos de orações existenciais com *houveram*, *houvessem* etc no plural”. E continua: “mas a novidade vem de mais longe. De Matias Aires de 1752, século XVIII”. Os dados pesquisados, a que a seguir me referirei, permitem recuar a “novidade” para o século XVI.

Nos dados de João de Barros, em textos escritos nos anos quarenta e cinquenta do século XVI, encontrei evidências, embora raras, tanto do *ter* “existencial”, não mencionado pelos clássicos estudos de sintaxe histórica antes referidos, como do *haver* existencial com concordância, encontrado como “novidade” por Said Ali no século XVIII.

Esses dois aspectos da história dos verbos existenciais no português já tinham aflorado nos dados de 1500 da *Carta de Caminha*: nesse documento ocorrem 24 contextos de *haver* como verbo existencial, em geral seguido do locativo próprio a todo o período arcaico, nas grafias < hi, y, i >.

Há, contudo, uma seqüência em que *ter* pode ser interpretado como existencial:

(1) ... se metiam en almadias duas ou tres que hy **tinham** (CPVC, fol. 5, 31-32).

A interpretação “existencial” teria o sujeito Ø e a interpretação como “verbo de posse”, com o sujeito marcado na flexão. A questão da concordância marcada na forma plural do verbo favorece a interpretação possessiva, contudo a *Carta* também nos fornece outro dado sugestivo que é o de *haver*, existencial, flexionado:

(2) nõ duvido que per esse sertão **ajam muitas aves** (CPVC, fol. 10-11).

Esse *haver* flexionado não pode ser interpretado como verbo de posse, já que esse tipo de verbo exige dois argumentos nominais. Em outras seqüências da *Carta*, com SN seguinte no plural, o *haver* existencial vai estar sempre no singular (cf. fólhos 7v, 3-4; 9, 8-9; 10, 1-2; 11, 14).

No exame da obra pedagógica de João de Barros e na amostra analisada das *Décadas*, encontrei evidências, embora raras, da possibilidade já de variação entre *haver/ter* como verbo «existencial» e também da concordância de *haver* com o SN que o segue no plural.

Os dados gerais encontrados no conjunto da obra pedagógica e na *Primeira Década*, quanto à seleção do verbo «existencial» por João de Barros são os da Tabela 3:

	GLP	ORT	DLNL	DVV	Déc. I	Total
ser	01	0	0	0	05	06
haver	10	02	08	25	34	79
ter	01	01	0	0	02	04
total	12	03	08	25	41	89

Tabela 3

Nas 89 ocorrências de contextos “existenciais” predomina, tal como no período arcaico, o verbo *haver*, verbo “existencial” preferencial; o etimológico, provindo do latim padrão, *ser*, ainda ocorre com baixa frequência de uso, seis vezes. O inovador *ter* aponta em quatro ocorrências que interpretei como “existencial”.

A ocorrência na GLP está numa seqüência (cf. ex. (3)) em que o gramático João de Barros teoriza sobre o verbo *haver*, funcionando como o que hoje se denomina de *verbo suporte*:

os **verbos suporte** são verbos de significado bastante esvaziados que formam com o seu **complemento (objeto direto)** um significado global, geralmente correspondente ao que tem um outro verbo da língua (Neves, 2000: 53).

A esse tipo de uso de *haver* vai o gramático chamar de ‘verbo neutro’ (Buescu, 1971: 328).

(3) Temos mais este verbo [h]ei, [h]ás que é de genero diverso pelo officio que tem. Quando se ajunta com nome soprimos muitos verbos da língua latina que a nossa não tem: [h]ei vergonha, [h]ei medo, [h]ei frio e outros muitos significados que **tem** quando ô ajuntamos a nomes substantivos desta calidade. (GLP 327, 9 – 328,2).

O *tem* em destaque pode ser interpretado como equivalente a *ha* “verbo existencial”, mas pode também ser interpretado como verbo de posse. Parece, portanto, ser ambígua essa ocorrência.

A ocorrência, na *Ortografia*, finaliza uma seqüência de características que apresenta o ortógrafo João de Barros sobre a letra <n>:

(4) Ésta lêtera N àçerca de nós sérve no princípio e fim da sílaba e nunca em fim de diçam... E muitas vezes o til ô escusa do seu trabalho quando é final de sílaba, como fáz ao m. **Tem** máis, que às vezes

se quer dobrado em algũas dições que reçebemos dos latinos, como anno.

Esse *tem* equivale a *há/existe*.

As duas ocorrências na *Primeira Década* estão em narrativas descritivas de fatos históricos sobre que escreve João de Barros nesse texto:

(5) Porque partido Antã Gõçalve **teue** no caminho hũu temporal tã grande, que dizia Baltasar que já vira o q̄ desejaria, mas não sabia se o poderia contar. (Déc. I, 31, 5).

O *teue* equivale a *houve* ou *ocorreu*.

(6) Concertou-se com o infante dom Anrique sobre o que nellas [nas ilhas] **tinha**, e elle passouse a ilha de Madeira onde assentou sua uiuienda (Déc. I, 46-38).

O exemplo (6) pode ser ambíguo; poderá ser interpretado como verbo de posse; estava apagado o sujeito que seria referente a *dom Anrique*.

Com esses indícios, estendi mais o *corpus* e examinei uma amostra, de extensão correspondente à da *Década Primeira*, na *Década Segunda*, levantando apenas as ocorrências que avalio como “inovadoras”, no caso, as “existenciais” com o verbo *ter*, por essa razão não apresentei os dados na Tabela 3 que inclui as “existenciais” com *ser* e *haver*.

Encontrei mais uma ocorrência de *ter* existencial (cf. (7)) e outra (cf. (8)) em que *haver* «existencial» concorda com o SN plural que o segue:

(7) O qual rey senhoreária da ilha de Gerũ ate a de Baharem, tendo per vezinho hum rey per nome Gordunxá, cujo estado era na terra da Pérsea de fronte desta ilha Gerum em hua comarca per nome Mogotã q̄ quer dizer polmar em língua Persea rustica, e em Perseo antigo Ormuz: onde **tinha** hũa cidade deste nome que nos tempos passados foy tã celebre que Ptolomeu... (Déc. II, 48, 36-49, 1).

(8) Cá neste tempo éra em Lisboa tã grãde peste q̄ **ouuerã muytos dias** de cêto e vinte pesóas [morrerem]... no proprio nauio de Tristã da Cunha primeiro que partissem morrerã seys ou sete (Déc. II, 4, 5).

Com os dados da amostra da *Década Segunda*, foram encontradas, portanto, cinco ocorrências de *ter* existencial nos finais do período arcaico, duas delas talvez ambíguas, e uma de *haver existencial* concordando com o SN subsequente, a “novidade” do século XVIII, segundo Said Ali, como referido antes, que já ocorre em 1500, na *Carta de Caminha* (cf. ex. (2) acima). Usos tão comuns hoje no português brasileiro falado, pelo menos. A concordância com o SN plural subsequente é considerada «correta» com o verbo *existir*, equivalente semântico de *ter* e *haver* “existen-

ciais”, item verbal que só entrará no léxico do português no século XVIII, segundo os dicionários histórico-etimológicos de J. P. Machado (1990, s. v.) e de A. G. Cunha (1982, s. v.). De fato, no exame que já fiz em alguns glossários exaustivos de textos do período arcaico (o do *Foro Real*, séc. XIII; o dos *Diálogos de São Gregório*, séc. XIV; o da *Versão galega da Cronica geral de Espanha*, séc. XIV; o da *Cronica do Pedro*, de Fernão Lopes, séc. XV, 1^a. metade) não encontrei documentado esse item verbal nesse período histórico do português.

Despontam assim alguns indícios em João de Barros do uso, nos meados do século XVI, do *ter* como verbo existencial.

3 A modo de conclusão

Para concluir, quero assinalar o percurso diacrônico do processo de gramaticalização dos verbos *haver* e *ter* no período arcaico do português até a sua provável fase final. Ambos são no latim “verbos plenos”. Segundo Gaffiot (1934, s. v. *habēre*), a acepção principal de *habēre* é “ter posse em” e, subsequente, ocorre em usos figurados como “ter na mão”, “obter”. *Tenēre* depois *tenēre* (id, s.v. *tenēre*) tem como acepção básica “ter algo na mão”, “obter”, sendo acepções secundárias “manter”, “reter”. Grandgent (1952) informa que no “latim vulgar” *habēre* já ocorre com acepção genérica de verbo existencial, verbo funcional, portanto, o mesmo não sendo atestado para *tenēre*.

Quando o português aparece documentado pela escrita no século XIII, é *haver* o verbo lexical ou pleno generalizado para qualquer tipo de posse (de objetos materiais adquiríveis à posse inerente); ao longo desse período *ter* vai se expandindo para os diversos tipos de posse: primeiro a posse de objetos materiais e por fim a posse inerente (Mattos e Silva, 1997 e 1999) e exclui *haver* nesses contextos de posse pelos meados do século XVI (cf. item 2.1); em alguns casos pode ser interpretado como *verbo suporte* (p. ex.: *haver medo* > *ter medo*; *haver vergonha* > *ter vergonha*); o verbo *haver*, que não era auxiliar no latim, será o mais selecionado para a formação dos “tempos compostos”, que são inovações românicas, e será superado por *ter*, pelo menos na teoria e no uso de João de Barros (cf. item 2.2); como “existencial”, *haver*, dominante no período arcaico, supera o etimológico *ser*, e, já no século XVI, *ter* “existencial” entra na cena da língua portuguesa, como verbo funcional existencial, concorrendo com *haver* e, excepcionalmente, com *ser*.

Assim, esses verbos, em momentos diferentes, mas paralelos, pelo menos do que se pôde depreender da documentação examinada, seguem percursos análogos, com evidente recesso histórico de *haver* e sucesso de *ter*:

- a. *verbos plenos*, em variação na posse de objetos materiais, desde o século XIII (p. ex.: *eu havia uma morada* / *eu tinha uma morada*);
- b. *verbos suportes*, em variação pelo menos desde o século XV (p. ex:

haver vergonha / ter vergonha). Em desuso o verbo *haver* em *a* e *b* em João de Barros;

- c. *verbos auxiliares*, formadores de tempos compostos, em variação desde o século XIII, com baixíssima frequência de *ter*. Vitorioso este em meados do século XVI, pelo menos na teoria e no uso de João de Barros, mas ainda em variação com *haver* predominando, provavelmente, no português brasileiro pelo menos o verbo *ter*;
- d. *verbos funcionais*, existenciais, *haver* dominante, em variação com o etimológico *ser*, por todo o período arcaico, mas *ter*, abrindo o seu espaço no século XVI, predominando hoje, pelo menos, no português vernáculo brasileiro.

Afinal os usos reais das línguas não são tão “lineares”, “unidirecionais” (verbo pleno > verbo suporte > verbo funcional > verbo auxiliar) (cf. Castilho, 1997: 35); nem tão “categóricos” (se ocorre *ter* como verbo pleno de posse, ocorrerá como existencial e auxiliar) (cf. Ribeiro, 1993: 352), como postulam, generalizando, algumas teorias lingüísticas.

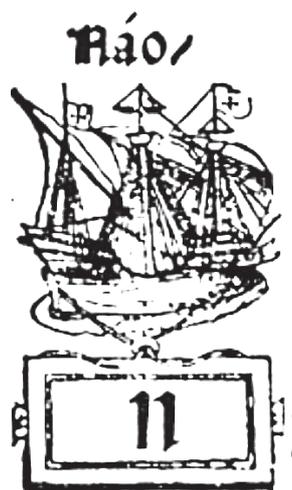
E termino, como comecei, com Fernão de Oliveira: “...os homens fazem a língua...” (*Gramática*, cap. IV, ls. 27 e 28).

Bibliografia

- BARROS, João de (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da viçosa vergonha. Edição de Maria Leonor Buescu*. Lisboa: Faculdade de Letras.
- BARROS, João de (1974[1552]). *Ásia de João de Barros. Primeira Década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BARROS, João de (1988[1553]). *Ásia de João de Barros. Segunda Década*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- BECHARA, Evanildo (1985). *As fases históricas da língua portuguesa. Tentativa de proposta de nova periodização* (Tese de Concurso para Professor Titular). Niterói: UFF (mimeo).
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão (1984). *Historiografia da língua portuguesa. Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- CARVALHO, Maria José (1996). *Do português arcaico ao moderno: contributos para uma nova proposta de periodização* (Dissertação de Mestrado). Coimbra: Faculdade de Letras. (digitado).
- CASTILHO, Ataliba de (1997). “Gramaticalização”, *Estudos lingüísticos e literários*, 19, 25-64.
- CASTRO, Ivo *et alii* (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASTRO, Ivo (1996). “Para uma história do português clássico”. In: DUARTE, Inês e FARIA, Isabel (Orgs). *Atas do Congresso Internacional sobre o Portu-*

- guês. v. II. Lisboa: Colibri-APL. p. 135-150.
- CINTRA, Luís Filipe (1963). “Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie”. *Revue de Linguistique Romane*, XXVII: 40-58.
- CUNHA, Antônio Geraldo (1982). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DIAS, Epiphânio da Silva (1959). *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- FRANCHI, Carlos *et alii* (1998). “Sobre a gramática das orações impessoais com *ser* e *haver*”. *D.E.L.T.A.*, 14 (nº. Especial): 105-131.
- GAFFIOTI, Felix (1934). *Dictionnaire illustré latin-français*, Paris: Hachette.
- GÂNDAVO, Pêro de Magalhães de. (1981[1574]). *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa. Com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- GRANDGENT, C. H. (1952). *Introducción al latim vulgar*. Madrid: ?
- MACHADO, José Pedro (1990). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MAIA, Maria Clarinda de Azevedo (1999). “Periodização na história da língua portuguesa: *status quaestionis* e perspectivas de investigação futura”. In: GÄRTNER, Eberhard *et alii* (Eds.) *Estudos de história da língua portuguesa*. Frankfurt am Main: TFM. p. 21-40.
- MARTINS, Ana Maria (1999). “Ainda ‘os mais antigos textos escritos em português’”. Documentos de 1175 a 1252”. In: FARIA, Isabel (Org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos e FLUL. p. 491-534.
- MATEUS, Maria Helena *et alii* (1983). *Gramática da língua portuguesa. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos ‘Quatro livros dos Diálogos de São Gregório’*. Edição crítica. 4v (Tese de doutoramento). São Paulo: USP. (mimeo).
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1981). “Um aspecto do auxiliar no português arcaico”. *Tulane Studies in Romance Languages and Literatures*, 10: 93-109.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1994). “Para uma caracterização do período arcaico do português”. *D.E.L.T.A.*, 10 (nº. Especial): 247-276.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1995). “Variação e mudança no português arcaico: *ter* e *haver* em estruturas de posse”. In: PEREIRA, C. e PEREIRA, P. (Orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários ‘in memoriam’ Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 299-311.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1996). “Ter e haver”. In: MATTOS E SILVA, R.V. (Org.) *A ‘Carta de Caminha’: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UEFS/CNPq/Egba, 181-194.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1997) "Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista". *Estudos lingüísticos e literários*, 19: 253-285.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1999). "Resíduos arcaizantes em 1540: a propósito do uso variável de *ser/estar* em estruturas atributivas e de *haver/ter* em estruturas possessivas no período arcaico do português". In: DUARTE, L. Parreira (Org.) *Para sempre em mim. Homenagem à Professora Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC. p. 234-245.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2000). "A variação *ser/estar* e *haver/ter* em 1540". *Revista Portuguesa de Filologia*, XXIII: 71-96.
- MATTOSO CÂMARA JR, Joaquim (1975). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- NARO, Anthony e LEMLE, Miriam (1977). "Syntactic diffusion". *Ciência e Cultura*, 29 (3): 259-268.
- NEVES, Maria Helena Moura (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP.
- OLIVEIRA, Fernão de (2000[1536]). *Gramática da linguagem portuguesa. Edição de Amadeu Torres e Carlos Assunção*. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- RIBEIRO, Ilza (1993). "A formação dos tempos compostos: a evolução histórica das formas *ter*, *haver* e *ser*". In: ROBERTS, Ian e KATO, Mary (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora UNICAMP. p. 343-386.
- SAID ALI, Manuel (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- SAID ALI, Manuel (1957). *Dificuldades da língua portuguesa. Estudos e observações*. Rio de Janeiro: Acadêmica.



*A variação ser/estar e haver/ter nas
Cartas de D. João III entre 1540 e 1553:
comparação com os usos coetâneos de João
de Barros*

Rosa Virginia Mattos e Silva



1 Explicações preliminares

Tenho como objetivo neste texto analisar os usos de *ser/estar* em estruturas atributivas, expressão de “propriedades temporalmente limitadas de individual” (Mateus *et alii* 1983: 138), ou seja, atributos semanticamente transitórios e os usos de *haver/ter*, como verbo de posse, em estruturas de tempo composto e como verbo existencial, em uma amostra das *Cartas de D. João III* (Ford 1931), em comparação com o que já pesquisei e escrevi sobre esses verbos na *Obra Pedagógica* de João de Barros (Buescu 1971) e em amostra da *Primeira e Segunda Décadas da Ásia* do mesmo autor (Baião 1988) nos textos *A definição da oposição ‘ser’ / ‘estar’ em estruturas atributivas nos meados do século XVI* e *Vitórias de ‘ter’ sobre ‘haver’ nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros* (neste livro).

A intenção deste trabalho é, portanto, verificar se o encontrado em João de Barros nas obras referidas se confirma, ou não, em documentação de outra natureza textual – não-literária, oficial – coetânea aos escritos do erudito escritor dos meados do século XVI.

Em 1931, J. D. M. Ford editou pela Universidade de Harvard 372 documentos de D. João III, rei de Portugal de 1521 a 1557. João de Barros, por sua vez, desde muito jovem, sendo bastardo e órfão, foi acolhido nos Paços da Ribeira e, na corte de D. João III, exerceu várias funções oficiais: iniciando, muito cedo, como moço do Guarda-roupa do futuro rei D. João III, já em 1525 era Tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta e, em 1553, Feitor da Casa da Índia, cargo que exerceu durante 35 anos. Em 1535 o rei lhe concedeu a Capitania do Maranhão, que não chegou a dirigir pelo conhecido episódio do naufrágio da expedição colonizadora que enviou ao Brasil e que o deixou em dívidas pelo resto da vida. Morre em 1570 ou 1571 (Buescu 1984).

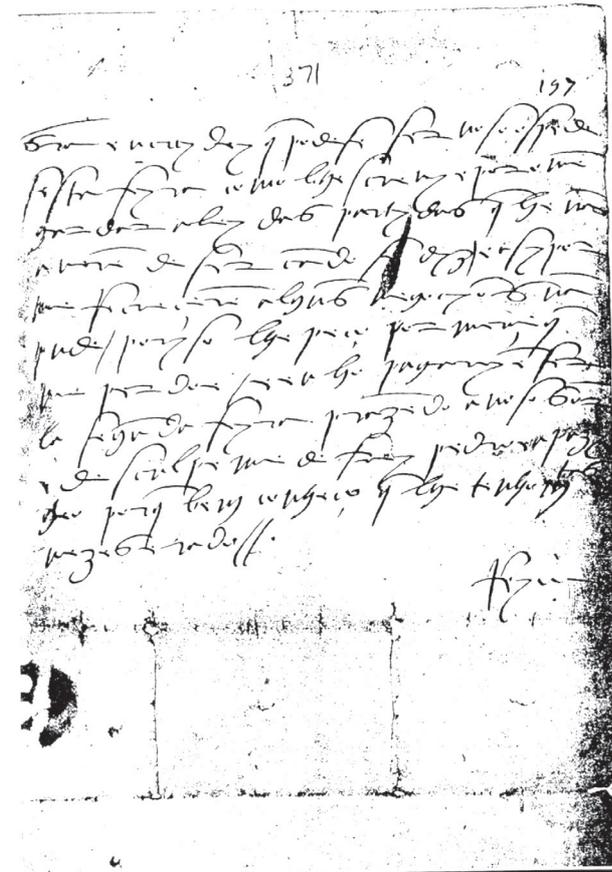
Por essas informações biográficas, vê-se que João de Barros viveu no tempo de D. João III e conviveu desde cedo no interior da sua corte como alto funcionário do reino. Assim se justifica a comparação da escrita literária

de João de Barros com a não-literária das cartas oficiais do rei. Na maioria são elas dirigidas a Dom Antônio de Ataíde, Vedor da Fazenda, com exceção de seis – uma para Afonso de Albuquerque; uma para o Papa Clemente VIII; três para Tomé de Souza e uma para Lopo de Souza. Há ainda cinco ordens especiais e dois alvarás, também editados (Ford 1931: XI – XII). A edição utilizada recobre um total de 372 documentos, datados de 1523 a 1557. A grande maioria é da década de trinta do século XVI (documentos de nº. 6 até o de nº. 322).

Desse conjunto de 372 documentos, recortei quarenta e sete cartas, que perfazem 1003 linhas impressas (documentos: nº. 323 a 369), escritas entre 1541 e 1551, sessenta e seis cartas, no lapso de tempo que se ajusta, por sua coetaneidade, à *Obra Pedagógica* de João de Barros (impressa em 1540, exceto a *Cartinha/Cartilha*, que é de 1539) e à *Primeira* e à *Segunda Décadas da Ásia*, impressas em 1552 e 1553, respectivamente. Desse modo tem-se para comparação textos de natureza diferente, escritos no mesmo tempo histórico e no âmbito da corte de D. João III.

Quero deixar logo claro que esta é uma comparação aproximativa, já que analisei 4.266 linhas impressas da *Obra Pedagógica* de João de Barros; 2.133 linhas, em cada *Década* e 1003, nas *Cartas de Dom João III*.

As *Cartas* do rei, vale deixar claro, são todas assinadas por ele, mas quem as escreveu é um conjunto de, provavelmente, funcionários a seu serviço. Com exceção de duas (Documentos 371 e 372), autógrafas de D. João III, que perfazem apenas trinta e três linhas impressas, sem data, de que tratarei no item 4, como curiosidade histórico-lingüística. Quase todos os documentos acabam, de



Fac-símile de carta autógrafa de D. João III (cf. Ford, 1931)

maneira formular, indicando quem o “fez”, o local e a data, como, por exemplo, na *Carta 323*: “Fernam d’Alvarez a fez, em Almeyr̃y, aos XXX dias de Janeiro de 1541” (Ford 1931: 358).

Considerando as quarenta e sete cartas analisadas, foram, no total, oito escrivães que as redigiram, além dessas, oito cartas estão sem escrivão explícito (v. Q 1) e o rei assina no final. Indicarei o nome desses escrivães, porque, com essa diversidade de mãos, não havendo ainda uma norma estabelecida e estabilizada para a escrita, o conjunto, por natureza, indicará, inevitavelmente, idiossincrasias, sobretudo de natureza gráfica.

Escrivães	nº. das Cartas
André Soarez	11
Adrian Lucio	09
Fernan d’Alvarez	07
Antônio Ferraz	05
Pedro Amriquez	02
Antonio de Mello	02
Francisco Velho	02
Manuel da Costa	01
Sem escrivão explícito	08

Quadro 1: Escrivães de D. João III

Na análise a seguir (itens 2 e 3), busquei verificar:

- a.se a oposição entre *ser/estar*, como verbo de “atributo permanente” e verbo de “atributo transitório”, respectivamente, está já estabelecida (cf. 2), como verifiquei estar em João de Barros, conforme demonstrado no estudo referido no início deste item;
- b.se *ter* já é o verbo selecionado para as estruturas semanticamente de posse, em detrimento de *haver* (cf. 3.1); se, nas estruturas de tempo composto, *ter* é o auxiliar selecionado, como ocorre sistematicamente em João de Barros, e se há ainda variação na concordância do particípio passado de verbos [+ transitivo], como ocorre em João de Barros e também se *ser* é ainda selecionado para o tempo composto de verbos [- transitivos], como também ainda ocorre em João de Barros (cf. 3.2). Por fim, se já ocorre o *ter* existencial, que aponta em João de Barros (cf. 3.3). Esses usos de João de Barros estão analisados no estudo mencionado no início deste texto.

No item 4, concentrar-me-ei nas duas cartas autógrafas do rei, para verificar o que nos diz a escrita de D. João III, sem as intermediações dos seus escrivães, sobre os tópicos aqui focalizados.

2 *Ser/estar* em estruturas atributivas

Nas quarenta e sete *Cartas* analisadas há setenta ocorrências de *ser* e 24 de *estar*. Tal como no período arcaico *ser* é muito mais freqüente que *estar* (cf. Mattos e Silva 1989, 1997) pelas razões expostas no estudo *A definição da oposição 'ser'/'estar' em estruturas atributivas nos meados do século XVI*.

Das setenta ocorrências de *ser*, quarenta e sete estão em estruturas atributivas semanticamente permanentes (AP), ou seja, a expressão de “propriedades de individual” (Mateus et alii 1983: 138). Há dez ocorrências de *ser*, à moda arcaica – não distinguirei aqui, como o fiz em outros trabalhos (1989, 1997, 1999, 2000) os atributos descritivos dos locativos – expressando “propriedades temporalmente limitadas de individual” (AT), portanto cinquenta e sete ocorrências de *ser* em estruturas atributivas.

VERBO	ESTRUTURA			
	AP		AT	
	N	%	N	%
SER	47	82	10	18

Tabela 1

Além de *ser* as atributivas a estrutura mais freqüente entre os usos do verbo *ser* nas *Cartas*, o *ser* expressão do atributo transitório só ocorre em 18% dos casos, enquanto em atributo permanente, em 82%. Vale ressaltar que o uso arcaizante em número de ocorrências é apenas de dez, em relação aos quarenta e sete, como expressão do não-transitório. Assim, o traço semântico de transitoriedade expresso pelo verbo *ser* está em claro descenso.

As outras ocorrências de *ser*, para além das cinquenta e sete atributivas, se distribuíam em: equativas; de tempo composto de verbo de particípio passado [- transitivo]; como verbo de posse, seguido de *de* – *ser de* – e uma estrutura clivada.

O verbo *estar*, nas suas vinte e quatro ocorrências, expressa sempre estruturas atributivas semanticamente transitórias. A tabela 2 mostra o número de ocorrências e os percentuais de *estar* e de *ser*, expressando atributo transitório:

VERBO	ESTRUTURA ATRIBUTIVA TRANSITÓRIA	
	N	%
SER	10	29
ESTAR	24	71
TOTAL	34	100

Tabela 2

Sem dúvida, comparando os “resíduos arcaizantes” de *ser* transitório no estudo referido no início deste item, as ocorrências dessa estrutura arcaizante nos meados do século XVI é mais alta nessa documentação não-literária que na escrita de João de Barros. No estudo referido, depois da

análise qualitativa, examinando questões de intertextualidade, citações, falas reportadas etc, o que não ocorre nas *Cartas*, encontrou-se, por fim, quatro ocorrências arcaizantes na *Obra Pedagógica* – nenhuma na “gramática preceitiva” de João de Barros e cinco, nas *Décadas*. Nas *Cartas* são dez as ocorrências desse tipo, 29% em relação às 71% de *estar*. Infere-se desses dados que as *Cartas* mostram um uso mais freqüente do *ser* arcaizante que a escrita de João de Barros, mas que o *ser*, expressão da transitoriedade, está, sem dúvida, em descenso.

De posse desses dez usos arcaizantes nas quarenta e sete *Cartas* analisadas, busquei verificar se ocorriam nas mais recuadas – essas *Cartas* vão de 1541 até 1551 – e, também, se se concentrariam em algum escrivão. As respostas a essas buscas são as seguintes:

a. duas estão nas *Cartas* 326 e 328 de 1541; as outras oito estão em *Cartas* de 1550, 1551, 1552. Então a hipótese de serem as *Cartas* mais antigas aquelas que apresentavam o uso de *ser* arcaizante não se confirmou.

b. três das ocorrências (*Cartas* 326 e 343, duas vezes) estão entre aquelas oito *Cartas* que não têm escrivão explícito (cf. Q 1); as outras estão, o que é interessante, nos escrivães que “fizeram” mais *Cartas* para o rei: André Soarez, onze *Cartas*, uma ocorrência (*Carta* 348); Adrian Lucio, nove *Cartas*, três ocorrências (*Carta* 350, duas vezes e *Carta* 368); Fernam Alvarez, sete *Cartas*, uma ocorrência (*Carta* 328); Antonio Ferraz, cinco *Cartas*, duas ocorrências (*Cartas* 356 e 357).

Adrian Lucio foi, portanto, o escrivão que mais vezes utilizou o uso arcaizante, entre aqueles que “fizeram” mais cartas para o rei. No cômputo geral, o mais interessante, é que se pode admitir que, quanto mais escrevessem, talvez mais *ser*, expressão da transitoriedade, seria mais usado.

Vale chamar atenção para um dado interessante, em relação à variação *ser/estar*, nessa estrutura focalizada, ainda em uso na escrita não-literária oficial, já de caráter residual, nos meados do século XVI, o que para mim ficou claro no exame da escrita de João de Barros. Trata-se de, numa mesma seqüência textual, o uso de *estar* e *ser* em duas *Cartas* “feitas” por Antonio Ferraz, que escreveu, como visto, cinco das analisadas; são *Cartas* do rei para o Conde de Castanheira, seu amigo e “Vedor-mor da Fazenda” do reino:

(1) Muito vos encomendo que me escrevaes como aguora *estaes* e vos achaes, por que de saber que *he* tam bem como vos desejaes Receberey muito contentamento (*Carta* 356 de 1551).

(2) Muito vos encomendo que me escrevaes como ficastes depois da sangria, e como *estais* aguora; e espero em Nosso Senhor que *seja* bem tam bem como vos desejaes (*Carta* 367 de 1551).

Ser, expressando a transitoriedade, ainda não morrera na pena de Antonio Ferraz, mas *estar*, por sua vez, está ali presente. Talvez decorrente de um recurso de estilo, o escrivão não repetiu o *estar*, que, como se vê, ocorre em ambas as seqüências em primeiro lugar.

3 *Haver/ter*

Examinarei a seguir, nesta ordem – estruturas possessivas; estruturas de tempo composto e estruturas existenciais – no conjunto selecionado das quarenta e sete *Cartas* de D. João III, de 1514 a 1551, para verificar se confirmam ou não os dados analisados em João de Barros e expostos no estudo *Vitórias de 'ter' sobre 'haver' nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros*.

No total das ocorrências desses verbos, tem-se, na amostra das *Cartas de D. João III*, o que mostra a Tabela 3, cujos dados serão interpretados a seguir:

VERBOS	ESTRUTURA			Total
	Possessivas	Tempo Composto	Existencial	
TER	24	23	01 (?)	48
HAYER	26	00	11	37
TOTAL	50	23	12	85

Tabela 3

3.1 *Haver/ter*: verbo de posse

Considerarei aqui *haver/ter* nas estruturas possessivas em geral, sem distinguir, como o fiz em outros trabalhos (1989, 1995, 1997, 2000), a natureza semântica do complemento do verbo, ou seja, o chamado objeto possuído – posse de propriedades inerentes; de propriedades adquiríveis imateriais e de propriedades adquiríveis materiais – que permitiu verificar que a difusão de *ter* sobre *haver* se iniciou nas últimas para atingir por fim as primeiras, permitindo assim indicar a difusão da mudança ou transição da mudança que substituiu *haver* por *ter* nessas estruturas de posse.

Neste texto apenas quero confirmar ou não se, nessas *Cartas*, documentos não-literários oficiais, coetâneos à *Obra Pedagógica* e às duas primeiras *Décadas da Ásia* do mesmo autor, os usos de *haver* nessa estrutura já podem também ser um resíduo arcaizante, como busquei demonstrar no estudo mencionado no início do item 3.

Sem dúvida, olhando a Tabela 3, surpreende, de saída, a superioridade de ocorrências de *haver* sobre *ter* nas estruturas de posse, o que desconfirmaria o encontrado nos escritos analisados de João de Barros.

Examinadas as vinte e seis ocorrências textuais em que ocorre *haver* como verbo de posse, verificou-se que vinte e uma delas ocorrem em con-

textos claramente formulares, sedimentados pela tradição: quatorze delas na expressão *aver por bem* (*Cartas* 329, 331, 333, 341, 349, 350, 355 (2 vezes), 360, 361 (três vezes), 365, 368); sete vezes em *aver por meus serviços* (*Cartas* 323, 324, 334, 341, 246, 347 e 355), como nos exemplos:

- (3) e lhe direis de minha parte que eu *ey por bem* que ele os tenha, pera lhos dar quando em boa ora ordenar (*Carta* 329 de 1541).
- (4) Como tinha ordenado que fosse, *ouve por bê* de ãcarregar de capitãao do gualeão Sam Miguel (*Carta* 368 de 1551).
- (5) por que assy *averey por muito meu serviço* (*Carta* 323 de 1541).
- (6) *Ey por meu serviço* arrematarse o dito trato por algũs anos (*Carta* 355 de 1552).

Escolhi, como se vê, exemplos nos limites temporais das *Cartas* – 1541 e 1551 – para mostrar que por esse tempo a expressão formular era normalmente utilizada e indiquei o número das *Cartas*, em que ocorrem tais expressões, para que se veja que se espria, em geral, nos escritvães do rei.

Em uma outra *Carta* ocorre *haver* numa seqüência que analisei como expressão fixa – *sancta gloria aja*, na *Carta* 335; expressão arcaizante que até hoje se usa, por exemplo – *que Deus o haja na santa glória*, variando com *que Deus o tenha*. A ocorrência na *Carta* 335 é a seguinte, em seu contexto:

- (7) Devemos de lembrar o que me dizieis pera me dever de cõsolar do falecimẽto da princesa, minha filha, que *santa gloria aja* (*Carta* 335 de 1548).

Explicáveis assim vinte e duas ocorrências das vinte e seis ocorrências arcaizantes de *haver*, como verbo de posse, restaram, de fato, quatro ocorrências residuais de *haver*, à moda antiga. São elas:

- (8) trabalhey por se *aver* a nau Capitanya (*Carta* 325 de 1541).
- (9) e *aja* sua morada e soldo (*Carta* 327 de 1541).
- (10) de maneira que não possa *aver* detença nem dillaçam (*Carta* 330 de 1541).
- (11) nom levaram provisões minhas, e que nom sabeis se am d'aver ordenado nesta viagem (*Carta* 331 de 1541).

Note-se que as quatro ocorrências arcaizantes, eliminadas as expressões formulares e fixas, estão todas em *Cartas* de 1541, ano mais recuado entre as *Cartas* analisadas.

A partir dessa avaliação qualitativa dos dados, tem-se, portanto, apenas quatro ocorrências de *haver* para as vinte e quatro de *ter*, o que, em número de ocorrências e percentuais, mostra a Tabela 4:

VERBOS	estrutura	possessiva
	N	%
TER	24	86
HAYER	04	14
TOTAL	28	100

Tabela 4

Esse recorte das *Cartas* coetâneas de D. João III, comparado com os dados do estudo referido no início do item 3, sobre a obra analisada de João de Barros, permite confirmar que, também nessa documentação não-literária oficial, o uso arcaizante de *haver* como verbo de posse, quatro ocorrências, é residual, estabelecido já o verbo *ter* como verbo de posse. Deve-se destacar o fato de que as expressões formulares arcaizantes caracterizam, em geral, a documentação de natureza jurídica, desde o período arcaico mais recuado (cf., por exemplo, Mattos e Silva 1997) e, persiste, mesmo que, eventualmente, até hoje.

3.2 *Haver/ter* em estruturas de tempo composto

No estudo referido no início do item 3, no item 2.2 – ‘*Ter/’haver’ nos tempos ‘per maneira de rodeo’: uso e teoria em João de Barros*, examinada a *Obra Pedagógica* no seu total e uma amostra da *Primeira Década da Ásia*, os dados evidenciaram a coerência notável de João de Barros quando preceitua que *ter* é o verbo dos “tempos per rodeo” de passado, ou seja, os tempos compostos, enquanto *haver* formará os “tempos per rodeo vindorio”, ou seja, o futuro. João de Barros só usa, no *corpus* referido, o verbo *ter* na formação de tempos compostos de verbos transitivos. Evidenciaram também esses dados de João de Barros a predominância do tempo composto já gramaticalizado, ocorrendo também estruturas não gramaticalizadas com verbo transitivo, em que o particípio passado concorda com o complemento direto, numa taxa de 11% que baixa para 3% na análise qualitativa ali feita. Evidenciaram ainda a variação de ‘*ter/ser*’ com verbos de particípio passado não-transitivos, estrutura que não ocorre na *Obra Pedagógica*, mas na amostra das *Décadas*, em que há cinco ocorrências dessas estruturas com o verbo *ser* e duas com *ter*.

Nas quarenta e sete *Cartas* coetâneas de D. João III, encontrei os seguintes dados sobre as estruturas de tempo composto, vinte e três ocorrências, sumarizadas na Tabela 5:

VERBOS	OCORRÊNCIAS
Haver + PP	0
Ter + PP (s/ concordância)	07
Ter + PP (c/ concordância)	05
Ter + PP (concordância impossível)	09
Ser + PP [- transitivo]	02
TOTAL	23

Tabela 5

O primeiro fato a destacar é que, tal como João de Barros preceitua e usa, os escrivães de D. João III não selecionaram nem uma vez *haver*, como auxiliar de tempo composto, mas sempre *ter*, com participio passado de verbo [+ transitivo].

Além disso, ressalte-se logo que as duas ocorrências de *ser* se apresentam com participio passado de verbos [- transitivo], ergativos. São elas:

(12) Fernam d'Alvarez me deu conta que a armada da Malageta *era chegada* a essa cidade (*Carta* 323 de 1541).

(13) Vi a carta que me escrevestes de XI d'este mes de março, e por ella soube como *erã partidas* as quatro naos pera a Índia (*Carta* 363 de 1551).

As datas de 1541 e de 1551 indicam que por esse período, que são os limites cronológicos das cartas analisadas, a seleção de *ser* com verbo [- transitivo] era usual. Essas *Cartas* “foram feitas” por Fernan d'Alvarez e por Andre Soarez, respectivamente. Não ocorreu nenhum caso de variação com *ter* com verbo [- transitivo], nessa amostra, como vimos acontecer na *Década Primeira* de João de Barros, conforme se pode verificar no item 2.2 do estudo referido em 3, deste texto, sobre os usos de *ter* / *haver* em João de Barros, nos tempos “per rodeo” do passado.

As nove ocorrências de “concordância impossível” decorrem do fato de: ou o complemento não estar explícito (14), ou é um sintagma nominal masculino singular (15), ou pode ser um pronome neutro, recuperável pelo contexto (16) ou, ainda, uma sentença como complemento direto (17), como por exemplo:

(14) como volo *tenho escrito* (*Carta* 371).

(15) Agora *tenho nomeado o bispado* do Brasil (*Carta* 344).

(16) Porque, como *tereis sabido [isso]*, João da Silva do Camto adoeceo (*Carta* 368).

(17) E está ã tal disposiçã que nam pode ir servir nas Ilhas Terceiras, como *tinha ordenado que fosse* (*Carta* 368).

Das cinco ocorrências arcaizantes, ou seja, com concordância do participípio passado com o complemento direto, tratarei em seguida:

- (18) *tendo* por *assentada a gente* (Carta 326 de 1542).
 (19) que vos deve *teer apresentada* [sua provisom] (Carta 331 de 1541).
 (20) *artelharia* que pode ser que os mouros *tenham posta* (Carta 333 de 1545).
 (21) pois já *tendes dadas* a Vosso Senhor *as graças* (Carta 335 de 1548).

Note-se que nessa mesma última *Carta*, mais adiante, ocorre, no mesmo contexto semântico, o tempo composto sem concordância:

- (22) o que Nosso Senhor quis que fosse feito, e de que elle vos já *tendes dado* por isso *muytas graças* (Carta 335 de 1548).

Essa *Carta*, em que a variação aparece na pena de um mesmo escrivão, está entre as que não traz escrivão explícito.

Também na *Carta* 326, “feita” por Fernam d’Alvarez em 1542, numa mesma seqüência textual aparece o tempo composto com e sem concordância do participípio passado:

- (23) ... e que, *tendo* jaa *assentada a gente* que *tenho mandado* que vaa nella, vão algũus cõ allvaraes meus pera se assentarem.

Esses dados, embora reduzidos, confirmam:

- a. o que tenho observado no estudo do tempo composto desde o século XIII aos meados do XVI (1989, 1996, 1997, 2000), ou seja, que não é muito freqüente a seleção do tempo composto nesse período da história do português;
- b. também que, tal como João de Barros, o *ter* é o auxiliar do tempo composto e não varia com *haver*, que o sobrepuja na documentação mais recuada do português;
- c. ainda confirma que nos meados do século XVI é o verbo *ser* o selecionado para o tempo composto de verbos [- transitivos], sem variação com *ter* como já ocorre nas *Décadas* de João de Barros;
- d. por fim, que já predomina o uso do participípio passado de verbos [+ transitivos] sem a concordância do participípio passado, ou seja, já gramaticalizado e, numa mesma pena, em seqüências seguidas, os escrivões variavam entre as duas possibilidades. O número de ocorrências da forma não-gramaticalizada é mais alto que o encontrado em João de Barros, como se pode verificar no estudo referido no início do item 3;

e. Assim, as *Cartas* indicam um uso mais arcaizante no que se refere à forma não-gramaticalizada e também na seleção de *ser* como verbo [-transitivo] que não varia com *ter*.

3.3 *Haver/ter* como verbo existencial

Durante todo o período arcaico é o verbo *haver* que, predominantemente, preenche como “operador funcional” (Franchi *et alii* 1998: 110) as orações existenciais em variação com o etimológico *ser* (lat. *esse*), estando o verbo *ser* sempre em taxas mais baixas, como relatado no estudo referido no início do item 3. Nesse estudo, no item 2.3 – *O despontar de ‘ter’ existencial em João de Barros* – encontraram-se, considerados o conjunto da *Obra Pedagógica* e amostras da *Primeira e Segunda Décadas*, cinco ocorrências de *ter* existencial, duas delas ambíguas, interpretáveis também como verbo de posse e uma, em que o *haver* existencial concorda com o sintagma nominal subsequente. Esses indícios de *ter* existencial nos meados do século XVI, buscarei confirmar ou não nas quarenta e sete *Cartas* de D. João III analisadas.

No total, cf. Tabela 6, as estruturas existenciais ocorrem nas *Cartas* da seguinte forma:

VERBOS	SER	HAYER	TER
OCORRÊNCIAS	0	11	01 (ambígua)

Tabela 6

O primeiro fato a notar é que os escrivães do rei não usam o *ser* existencial, o que ocorreu no conjunto examinado da obra de João de Barros, cinco vezes.

O verbo existencial, por excelência, tal como ocorre por todo o período arcaico, é o verbo *haver*.

O uso ambíguo de *ter*, tal como se encontra em uma passagem da *Carta* de Pero Vaz de Caminha (Mattos e Silva 1996), que aqui repito:

(24) ... se metiam em almadias duas ou tres que *hy tiinham* (CPVC – fol. 5, 31-32).

E, em duas ocorrências, em João de Barros, uma na *Gramática* e outra na *Primeira Década*, repito aqui a última:

(25) Concertou-se com o infante dom Anrique sobre o que *nellas tiinha*, e elle passouse a ilha de Madeira onde assentou sua uiuenda (Déc. I, 46-48).

é o seguinte, encontrado na *Carta* 323 de 1541, “feita” por Fernam d’Alvarez:

(26) por que tenho Recado que *no Cabo de Geez* nō he necessaria mais gente da que *tem*

Na seqüência (26), como na (24) e (25), tanto pode ser interpretado o *ter* como verbo de posse, elíptico o sujeito pronominal, ou como verbo existencial com \emptyset sujeito, marcado sempre um locativo, próprio às estruturas existenciais: em (24) *hy*; em (25) *nellas*; em (26) *no cabo de Geez*.

Note-se também que nas onze ocorrências de *haver* existencial, não está presente a concordância com o complemento direto, muito corrente hoje no vernáculo brasileiro, pelo menos, e que foi documentada, tanto na *Carta* de Caminha, uma vez,

(27) nō duuido que per esse sertão *ajam muitas aves* (CPVC – fol. 10-11).

como na *Segunda Década*, também uma ocorrência,

(28) Cá neste tempo era em Lisboa tã grãde peste q̄ *ouveram muitos dias de cêto e vinte pessoas* [morrerem] (Déc. II, 4, 5)

Vale informar que, extrapolando o recorte feito nas *Cartas de D. João III*, coetâneas ao analisado em João de Barros, encontrei na *Carta* seguinte a esse recorte, datada de 1557, de n.º. 370, a última antes das duas *Cartas* autógrafas do rei, uma ocorrência de *ter* existencial, “feita” por um outro escrivão, Manuel Fernandez, para Tomé de Sousa:

(29) Mandovos que ffaçais asentar o dito dom Pedro de Sousa no livro da dita matricula, no titolo dos fidalgos cavaleyros, com a dita moradia e cevada, Riscandose primeiro o asento d’escudeiro que *tem no dito livro* (*Carta* 370 de 1557) [tem = *há/está/ocorre/existe*].

Se essa interpretação estiver correta, o *ter* existencial já aponta também nas *Cartas* de Dom João III, tal como em João de Barros.

4 Observações sobre as duas *Cartas* autógrafas do rei

As duas cartas autógrafas do rei Dom João III são as últimas da edição de J. D. M. Ford, têm os n.ºs. 371 e 372 e não são datadas, portanto podem ter sido escritas entre 1521 e 1557, período do seu reinado.

A primeira é para a rainha e é muito curta: sete linhas impressas. A outra, para Lopo de Souza e perfaz um total de vinte e seis linhas impressas. Considerei um fato histórico-lingüístico curioso verificar o uso do próprio rei, no que se refere aos verbos examinados nos itens anteriores, na escrita de seus escrivães.

Na breve Carta à rainha encontrei uma estrutura que expressa “propriedades temporalmente limitadas de individual”, preenchida pelo verbo *ser* e duas que expressam “propriedades de individual”. Com o verbo *ser*; a ocorrência arcaizante, onde poderia ocorrer *estar*, é a seguinte:

(30) Poys o lhe peço por merçe que me perdoe, e eu ho pagarey ã *ser* la segũda feira (*Carta* 371).

Na *Carta* a Lopo de Souza o *ser* arcaizante ocorre na seqüência:

(31) E gradecermosey avisardeme de como vẽ, e do que vos parece, e quãdo esperais *ser* ca

na seqüência seguinte usa *estar*:

(32) E se porventura tornar a não querer vir, e detryminadamente *estar* ã seu preposyto, precurai quanto poderdes polo trazer.

Também, mais adiante:

(33) Lẽbrandolhe cã hobrigado he a fazer o quanto lhe Rogo e mãdo por obydyẽcya; e quãdo todavia quyserẽ seu preposito *estar*.

Nessas trinta e três linhas do texto real, usa o rei duas vezes *ser* e duas vezes *estar* como expressão de “propriedades temporalmente limitadas de individual”, ou seja, varia no uso do *ser/estar* semanticamente transitório.

Quanto a *haver* e *ter* como verbo de posse, usa duas vezes essas estruturas com o verbo *ter*; nenhuma com o verbo arcaizante *haver*. É portanto, neste caso, inovador.

Quanto às estruturas com participio passado, só usa o verbo *ter*, nunca *haver*, nas três ocorrências atestadas, tal como João de Barros e os escrivães do rei. Uma delas, em que seria possível a concordância, não a faz, é portanto inovador:

(34) eu nã *tenho Recebydo nova* de nenhuma pesoa.

Quanto à estrutura existencial, não ocorre ela nas cartas autógrafas do rei.

Essa breve avaliação sobre os verbos em foco nas duas cartas autógrafas do rei indica que ainda varia Dom João III no uso do *ser/estar*, semanticamente transitório, mas seleciona a possibilidade inovadora, ou seja, com o verbo *ter*, na expressão da posse e prefere o tempo composto gramaticalizado.

5 Breve síntese conclusiva

O que busquei verificar no exame das *Cartas* de Dom João III, coetâneas à *Obra Pedagógica* e à *Primeira e Segunda Décadas da Ásia* de João de Barros, exposto no item 1, pode ser assim sumarizado, considerando os dados analisados nos itens anteriores:

- a. no que se refere à oposição *ser/estar* (cf. 2), como expressão de atributos transitórios, as quarenta e sete *Cartas* indicam, nessa documentação não-literária oficial, um uso mais freqüente do *ser* arcaizante: dez nas *Cartas*, enquanto quatro na *Obra Pedagógica* (não na *Gramática*) e cinco nas *Décadas*. Desses dados se pode inferir que a escrita notarial se apresenta mais arcaizante que a do erudito polígrafo João de Barros, mas se pode afirmar que a oposição já estava definida, mas a variação ainda era possível. Veja-se como indício dessa afirmativa o exemplo (2), em que o escrivão Antonio Ferraz (*Carta* 367), numa seqüência textual, seleciona primeiro *estar* e, em seguida, *ser*, talvez para evitar, por razão estilística, a repetição de *estar*;
- b. quanto a *ter/ haver* como verbo de posse (cf. 3.1), pode se afirmar que o uso de *haver*, cinco ocorrências, é residual, como em João de Barros. *Haver* só se destaca nas expressões formulares *aver por bem*, *aver por meu serviço*, *aver a santa gloria*;
- c. nas estruturas com particípio passado (cf. 3.2), tal como João de Barros preceitua e usa, o auxiliar é sempre *ter*, nunca *haver*; o verbo *ser*, como auxiliar de tempo composto de verbos [-transitivos] é o selecionado, como em João de Barros, embora nele apareça já o verbo *ter* com esses verbos; quanto à forma gramaticalizada do tempo composto, ou seja, sem concordância do particípio passado com o complemento direto, a taxa de uso é mais baixa que em João de Barros, sendo ele, portanto, mais inovador;
- d. quanto ao *ter* existencial (cf. 3.3), que aponta em três ocorrências não-ambíguas em João de Barros e duas outras ambíguas (verbo de posse ou existencial?), ocorre uma única vez nas quarenta e sete *Cartas*, numa seqüência ambígua, sendo *haver* o verbo existencial selecionado, nunca *ser*, como ocorria no período arcaico. Serão, provavelmente, essas seqüências ambíguas que virão desencadear o uso futuro do *ter* existencial, tão freqüente no vernáculo brasileiro, pelo menos, mas ainda recusado pela gramática prescritiva. Sendo esse o lugar do “encaixamento” para usar o conceito laboviano, que possibilitou a mudança anunciada nesses dados do século XVI.
- e. sobre as duas *Cartas* escritas pelo punho do rei D. João III (cf. 4), embora sejam dados restritos, tem-se: varia ele no uso de *ser/estar*, semantica-

mente transitórios; o verbo *ter*, contudo, é o verbo de posse que seleciona e também é o auxiliar do tempo composto, usado já gramaticalizado, sem a concordância do particípio passado, na seqüência em que esse recurso seria possível. Não se utilizou o rei de estruturas existenciais.

Em geral, para finalizar, pode-se afirmar que as quarenta e sete *Cartas* analisadas, em comparação com a obra coetânea de João de Barros, são mais arcaizantes no uso variável de *ser/estar*, semanticamente transitórios, do que nos usos de *ter/haver*, excluído *haver* como verbo de posse e nas estruturas com particípio passado. Permitem elas, portanto, inferir que a oposição *ser/estar* já estava definida, embora a variação não fosse excluída e que *ter* é o verbo vitorioso como verbo de posse e nas estruturas com particípio passado, divisando-se no cenário histórico do português o apontar do *ter* existencial.

Referências bibliográficas

- BAIÃO, Antonio. (1988[1952]). *Ásia de João de Barros. Primeira Década*. Lisboa: IN-CM.
- BAIÃO, Antonio. (1988[1953]). *Ásia de João de Barros. Segunda Década*. Lisboa: IN-CM.
- BUESCU, M. L. C. (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor de nossa linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Edição crítica. Lisboa: Faculdade de Letras.
- BUESCU, M. L. C. (1984). *Historiografia da língua portuguesa. Séc. XVI*. Lisboa: Sá da Costa.
- FORD, J. D. M. (1931). *Letters of John III. King of Portugal (1521-1557). Edição e introdução*. Cambridge/Massachusetts: Harvard University Press.
- FRANCHI, C. et alii. (1998). Sobre a gramática das orações impessoais com *ter* e *haver*. *D.E.L.T.A.*, 14 (nº. especial): 105-131.
- MATEUS, M. H. M. (1983). *Gramática da língua portuguesa. Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1989). *Estruturas trecentistas. Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1995). Variação e mudança no português arcaico: *ter* e *haver* em estruturas de posse. In: PEREIRA, C. e PEREIRA, P. (Orgs.). *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários 'in memoriam' Celso Cunha*. Rio: Nova Fronteira. p. 299-311.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1996). “Ter” e “haver”. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *A ‘Carta de Caminha’: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA/UFBA/CNPq/EGBA. p. 181-194.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1997). Observações sobre a variação no uso dos verbos *ser*, *estar*, *haver*, *ter* no galego-português ducentista. *Estudos lingüísticos e literários*, 19: 253-285.

- MATTOS E SILVA, R. V. (1999). Resíduos arcaizantes em 1540: a propósito do uso variável de *ser/estar* em estruturas atributivas e de *haver/ter* em estruturas possessivas no período arcaico do português. In: DUARTE, L. P. (Org.). *Para sempre em mim. Homenagem à Professora Ângela Vaz Leão*. Belo Horizonte: CESPUC. p. 234-245.
- MATTOS E SILVA, R. V. (2000). A variação *ser/estar* e *haver/ter* em 1540. *Revista Portuguesa de Filologia*, XXIII: 71-96.

ABOUÇIDO/



*Observações sobre as conjunções
no século XVII*

Therezinha Maria Mello Barreto



Introdução

Este trabalho representa a continuação de três pesquisas anteriores: a dissertação de Mestrado intitulada: “Conjunções: aspectos da sua constituição e funcionamento na história do português” (1992), que analisa conjunções e correlações conjuncionais em 3158 períodos retirados de textos de tipos diversos, dos séculos XIII a XV; o trabalho intitulado “Perseguindo as conjunções”, de Barreto e Olinda (1992), publicado na revista *Estudos lingüísticos e literários*, nº 13, que analisa os citados conectores, num texto de 1500, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* (CC); a tese de Doutorado “Gramaticalização das conjunções na história do português” que tenta explicar a origem dos itens conjuncionais portugueses, tomando por base um *corpus* constituído por textos dos sécs. XIII, XIV, XV, XVI e XVII e textos de língua falada do português contemporâneo. Desse modo, apresentará os itens conjuncionais que: 1. já empregados em séculos anteriores, experimentaram mudanças no século em estudo; 2. só foram empregados até o séc. XVI; 3. começaram a ser empregados no séc. XVI; 4. só foram detectados em textos do referido século; 5. aparentemente já em desuso, voltaram a ocorrer nesse século.

O *corpus* escolhido para a pesquisa foi constituído de textos de tipos diversos, todos do séc. XVI, pertencentes, pois, ao período moderno da língua:

Textos de caráter epistolar:

22 *Cartas de D. João III* (CDJIII) – 1523 – 1557

173 *Cartas da corte de D. João III* (CCIII) – 1524 – 1562

30 da Rainha Catarina (CR)

49 do Infante Luis (CIL)

40 de Jaime, Duque de Bragança (CJ)

41 de Theodosius, filho do Duque (CT)

13 Cartas Miscelâneas (CM)

Textos pedagógicos de João de Barros, de 1540:

*Cartinha (C)**Gramática da língua portuguesa (GLP)**Diálogo da Viçosa Vergonha (DVV)**Diálogo em louvor da nossa linguagem (DLNL)*

Texto histórico, também de João de Barros:

As *Décadas da Ásia (DA)* – 1ª e 2ª Décadas (1000 linhas de cada), 1552 – 1553

Da coniuçãam.

SE ouuſemos de tratár de quantas eſpeçias hy á de coniuçãam, ſeria curioſidáde enoióſa aos ouuintes: báſta ſaber que temos duas coniuções mais comũus, A hũa chamam copulatiua, que quer dizer aiuntador, por que aiunta as pártes antre ſy, e a outra, diſiuntiuua, aquál mais propriamente ſe deue chamar diſiuçãam que con-

e iunçãam,

Fragmento do fólio 33r da *Grammatica* de João de Barros

Foram encontrados, no *corpus* consultado: 29 itens conjuncionais coordenativos (22 conjunções, 7 correlações) e 63 subordinativos (43 conjunções, 20 correlações) que serão analisados de acordo com a subdivisão anteriormente proposta.

1 Itens conjuncionais que, já empregados em séculos anteriores, experimentaram mudanças no séc. XVI

Os itens conjuncionais encontrados no *corpus*, na sua maior parte, já haviam sido detectados em textos mais antigos, entretanto alguns fatos merecem destaque:

Entre os itens coordenativos:

1.1 **E**, conectivo aditivo empregado repetitivamente em textos do século XIII ao século XV e nos Diálogos de João de Barros, já não é tão empregado dessa maneira, nos demais textos do século XVI, embora ainda apareça repetido em alguns períodos. Ocorre ligando:

a) itens lexicais:

... tenho entendido a muita parte que naquele Reino vam tendo os ministros da secta luterana sequaces, e o crédito e autoridade... (CR, nº 75, l. 04-6).

b) sintagmas:

... e apos esto beixarlhe as mãos por cousas que mādou dezer a el Rey, meu senhor **e** a my sobre negocjos d'Yngalaterra e de Milã. (CIDL), nº 8, l. 11-6).

c) sentenças:

... vos agradecerey muito escreverdesme com tal brevidade se o devo fazer, e o que em tal materia lhe devo de mandar dizer, **e** se sera por pessoa propria que a isso envie, **e** quẽ devo para isso escolher, **e** de que calidade deve ser (CR, nº 75, l. 21-5).

Levando lá sete velas menos das cõ que partira deste reyno, as duas ã trouxe Antônio de Saldanha **e** de Ruy Pereira, **e** a de Joam Gomes Dabreu ã ficou em a jlha sam Lourenço; **e** as duas que mandou a Sosala, **e** a de Alvaro Telez Barreto ã o estava esperãdo no cábo guardasse (DA, 2º vol, cap. III, l. 55-9).

É ainda constante o seu emprego como encadeador da narrativa;

a) quer em posição inicial absoluta:

E disse que se consolasse porã mulheres e filhos lhe seriam entregues... (DA – cap. II, l. 203).

b) quer precedendo uma outra conjunção:

... **e porque** o dia dantes ouveram vista das nossas náos... (DA, 1º vol. Cap. I, l. 165).

... **e ca** lhe mãdey que todas posese por escryto e o asynase... (CIDL, nº 17, l. 8).

E tanto que as naos foram pousadas e ancoradas vieram os capitães todos aesta naao do capitam moor... (CC, fol. 3v, l. 07-9).

1.2 **Nem** ~ **neem** aparece, em todos os textos, como conjunção aditiva negativa:

... mas, como vos muy beẽ sabéis eu nom tenho outra Renmda de que possa soprir as despesas de minha casa, **neem** de que pagar as moradias aos que me servem... (CR, nº 51, l. 04-7).

Nos Diálogos de João de Barros, aparece também funcionando como advérbio de negação:

E q[ue] assi seja **nem** por isso julgam os lavradores q[ue] provém isto da maldade da terra mas da sua grossura. (DVV, p. 429, l. 22-3).

Nem por eu Ter dirigido a su' alteza o trabalho que dizes, devo esperar mais que, por me fazer mercê, o mandar examinar; e, sendo taes, que pössam aproveitar aos minimos, mandará que se leam em as escolas. (DLNL, p. 390, l. 12-5).

Como se pode verificar, nos dois parágrafos acima, o **nem** funciona como modificador da ação verbal e não como um conectivo, ligando sentenças em que são somadas ações de caráter negativo.

1.3 O item **todavia** parece ter finalizado, nesse século, o seu processo de gramaticalização ao nível da escrita e ao nível semântico, uma vez que já é empregado nos textos, com a forma justaposta e como conjunção, estabelecendo uma relação de contrajunção:

E caso que estas palavras cõ as obras de que outros podem dar testemunho, mostrem aver em mÿ a obediencia que digo, **todavia** não me acabo de satisfazer, por que mayor he e muito mays conte em sy do que posso escrever. (CT, CLXXI, l. 14-7).

1.4 **Que** – aditivo, cujo emprego parece ter sido corrente até o séc. XV, pois é empregado sete vezes na *Carta de Caminha*, ocorre também na GLP, mas apenas uma única vez, no *Diálogo da Viçiosa Vergonha*:

E quando esta ordem natural se trôca, **que** os servos envergonham aos senhores e os que haviam de temer ficam temidos, podemos entám arguir ãa de duas coisas... (DVV, p. 451, l. 04-9).

Quanto às conjunções subordinativas, pode-se afirmar que:

1.5 A conjunção **que** empregada, no português arcaico, como integrante, causal, comparativa, modal, concessiva, condicional, temporal e final, apresenta o seu campo semântico reduzido, ocorrendo apenas como integrante, causal, final e concessiva:

Integrante

E verdade é que se vos podesse fallar, eu confio bem **que** nesta materia que me culpaes, me fiquasseis devendo dinheiro. (CJ 101, l. 03-5).

Causal

... e os conselhos de seus amigos acabarem, se poder ser, **que** nam se parta, pobrycãdo escandalo, **que** nam he seu servyço em tal tempo, aynda que seja sem Rezam. (CDJIII, XXII, l. 08-11).

Final

E daqui te dou licença **que** âs possa alegár, quando te ocorrerem a prepósito da matéria. (DVV, p. 415, l. 04-6).

Concessiva

Que eu tenha todos os descontentamentos do mundo das merces que neste caso me ffazees tenho muito contentamento, porque bem sey que aynda que m'as ffazzees grandes todavia laa vão leys. (CT LXXXIX, l. 01-4).

1.6 A conjunção **como** continua a expressar relações de causa, finalidade, modo, comparação e tempo que já expressava desde o séc. XIII e passa a expressar também a relação de conformidade:

Causa

Como faleceo João Moniz, eu pedi a elRey, meu senhor, que me fizesse merce da sua comêda para Luis de Saldanha. (CIDL, XL, l. 01-3).

Finalidade

“Como”, disse el, “nom vos poderei eu aver se nom por morte de vosso padre? “Certas, nom”, disse ela. “Pois eu me trabalharei, **como** moira, disse el. (DEM, Cap. DCXVII, l. 20-2).

Modo

Tervosey ã merce mandarme a provisão **como** vos mandey pedir. (CT, 152, l. 11).

Comparação

E por qu'eu nã posso cuydar que a tezã de sua alteza a de sser fazerme tamanha desomrra **como** mãdarme tornar preso, quãdo a este tempo nã vyr Recado ylo ey esperãdo polo camynho, e dygostos que os prepostos cõ que vou já oje derã gosto d'este pequeno trabalho que levey. (CIL, XVIII, l. 10-4).

Tempo

E **como** sober que isto he feito, o mandarei logo mudar e, isto feito, sera hũ pedaço de descanso por agora para mi... (CIDL, XLVI, l. 48-9).

Conformidade

Como diz David em espirito (sal. XVII): Em toda térra saiu o som deles, e nos fins da térra as suas palavras. (DVV, p. 438, l. 14-5).

Deve-se ressaltar que, com a acepção de 'quando', **que** e **como** foram detectadas, anteriormente, apenas na *Demanda do Santo Graal* (ms. do séc. XV, tradução do original do séc. XIII).

1.7 Continua a ocorrer, ainda nos textos da 2ª metade do século XVI, a conjunção temporal **tanto que** 'logo que':

Vendo Tristam da Cunha a determinação delles, **tanto que** amanhaceo elle per hũa parte e Afonso Dalboquerq̃ per outra juntamente foram demandar a terra... (DA, 2º vol., cap. III, l. 159-61).

Tanto que apresenta a variante **ẽ tanto que**:

Êtanto que o mandar treladar, o mandarei logo ao Regedor, e nõ podera muito tardar. (CJ, CIII, l. 23-5).

No séc. XVII, em que já não é tão freqüente, além do sentido temporal, **tanto que** ocorre, uma única vez, com o valor semântico condicional:

Ainda a VSª tem mais que admirar: António de Brito, irmão do provedor da Alfândega, matou ao alcaide-mor, na rua de trás da Sé, às dez horas do dia; **ẽ tanto que** o soube o governador, deixando na galeria o arcebispo, com quem estava, se foi furiosamente à Secretaria, e depois de muitos nomes afrontosos mandou meter o secretário na enxovia, com a proibição de que ninguém falasse com ele, nem escrevesse. (CVB, CXCII, l. 76-83) – temporal.¹

Também aqui soube que tinha mandado S.M. ao mesmo navio o padre bispo do Japão e o capitão do Pará; o bispo, para que me trouxesse, e o capitão com ordem que, **tanto que** eu lá não estivesse, partisse logo o navio. (CVM, LV, l. 183-6) – condicional.²

A partir do séc. XVII, essa conjunção deixou de ser empregada e a conjunção **logo que** assumiu o seu lugar (Said Ali 1921:217).

1.8 A forma **segundo que**, no séc. XIII, apresentava-se seguida de **que**, **como** ou **em como**, começa a aparecer isolada nas *Cartas de D. João III*:

Luis Vaneguas he chegado à aldea Galega, **segundo** oje soube por hũu criado seu e passara esta noite. (CR, LXXI, l. 02-3).

No que diz respeito às correlações conjuncionais, pode-se afirmar que:

1.9 Das correlações comparativas de superioridade e inferioridade que ocorrem desde o português arcaico, apenas **mais... que** apresenta a variante em que o segundo termo é **do que** ainda nesse mesmo período; as demais: **maior... que**, **melhor... que**, **menos... que** e **pior... que**, só no séc. XVI começam a apresentar esse tipo de variante:

... assi eu fora mais seu serviço ser o castiguo **mor do que** he, e a culpa nã ser mor do que foi. (CT, CXXXV, l. 35-7).

Elle seja muito louvado, que ordena tudo **mylhor do que** omẽ cuyda e merece. (CIL, XXXIX, l. 01-7).

... ele que eu jaagora tenho muito **menos** esperança **do que** teve... (CT, C, l. 20-4).

... e fiquem em **pior** estado **do que** d'amtes estavã pella carta da marca. (CDJIII, XXII, l. 144-5).

1.10 A correlação proporcional **quanto... tanto**, utilizada no português do séc. XIII, e que apresenta, no séc. XIV, as variantes:

quanto... mais... tanto mais
 quanto... mais... tanto... meos
 tan... mais pouco... quanto moor
 quanto mais... tanto mais pouco
 quanto mais... tanto... mais
 quanto... mais... tanto... meor

No séc. XVI, ocorre sob as formas **quanto... tanto**, **quanto... tanto mais** e **quanto... mais... tanto... mais**.

... e aõs de el-rei Dom Afonso de Castéla, eleito imperador, e de el-rei Afonso de Nápoles e aõs de muitos príncipes e grâves barões que **quanto** me levãram em lêteras e magestade de estãdo **tanto** na ocupaçom dos negocios. (DVV, p. 436, l. 16-23).

E terás esta régra: **Quanto** o requerimento te chegar à alma, **tanto mais** ousadamente responde. (DVV, p. 461, l. 14-5).

Assi **quanto** o mançebo é **mais** nobre em sangue e creaçam e composaçam de bons humores segundo os médicos, tanto naturalmente sam **mais** benévolos, clementes, mansos e piadosos que aqueles que carêcem desta nobreza de sangue e compleissam (DVV, p. 430, l. 03-6).

Quanto... tanto apresenta ainda, no séc. XVII, as variantes **quanto... mais... tanto mais** e **tanto mais ... quanto... mais** em que se pode notar a inversão dos termos, procedimento que já não se verifica no português contemporâneo.

... porque **quanto** as setas são **mais** agudas **tanto mais** facilmente se despontam na pedra. (SS, l. 289-90).³

As correlações proporcionais do português contemporâneo, citadas pelos gramáticos consultados são:

quanto mais... mais
 quanto mais... tanto mais
 quanto mais... menos
 quanto mais... tanto menos
 quanto menos... menos
 quanto menos... mais
 quanto menos... tanto mais

1.11 Do mesmo modo, a correlação aditiva **não só... mas também**, do português contemporâneo, vem apresentando, desde o séc. XIV, quando começou a ser empregada, formas diversas:

Séc. XIV – nom solamente... mas

Nom solamente foi depois abade de muitos monges, **mas** morou com muytas monjas. (DSG, 1.5, 56).

Séc. XV – nom come... mas come

... he nossa intençom n'este prologo muito curtamente falar **nom come** buscador de novas rrazões, per própria invençom achadas, **mas come** ajuntador em hũu breve moolho dos ditos d'algũuns que nos prouguerom... (CDP, Prólogo, l. 06-9).

Séc. XVI – nam somente... mas
 nam... mas
 nã somente... mas ainda ~ nam somente... mas ainda.

Assi, négar a execuçam deste desejo de bem fazer, com reço de repreensões, **nam somente** seria viciosa vergonha, **mas** eternál confusam. (DVV, p. 445, l. 15-7).

Aqui deste modo e em outros **nam** tomamos as térras per o elemento da térra, **mas** per a diversidade das provençias déla. (GLP, 343-4).

Porque **nõ somente** he necessario cuydallas huã vez bê, assy como a vosso serviço compre, **mas ainda** depois que o caminho que eu ordeno he desprezado, ainda de tornar a cuydar como se desfaraão os barrancos e corregos e se faraa mais chaão ho que outras pessoas ordenam pera que menos dano faça a vosso serviço. (CDJIII, CVI, l. 03-8).

E máus mestres/leixam os discípulos danádos per toda sua vida, **nam somente** com viçios d'alma, de que poderemos dár exemplos, **mas ainda** no módo de ôs ensinár. (DLNL, p. 406-7, l. 23-6).

Outras variantes aparecem ainda no séc. XVII e no português contemporâneo:

Séc. XVII: não... mas
 não só... senão
 não só... senão também
 não só... mas
 não só... mas também

Português contemporâneo: não...mas
 não somente... como
 não só... mas
 não só... como
 não somente... como também
 não só... mas até mesmo.

Como se pode observar, esse item conjuncional não está ainda totalmente gramaticalizado, uma vez que ainda apresenta variações no primeiro e segundo termos.

1.12 A correlação **nẽ... nẽ** que era empregada para ligar mais de dois sintagmas ou mais de duas sentenças, em textos do séc. XIII e XIV, tem o uso repetitivo reduzido, passando a ligar, no máximo, três sentenças ou três sintagmas:

... ainda que algũa cousa d'isto pareça nõ se cumpra - **nẽ** alvaras de promessas, **nẽ** dividas, **nẽ** cousa nenhuã. (CJ, CXIX, l. 144-6).

Mostrou que folguara muito cō a carta de sua alteza; nō na pode ler, **nem** soube preguntar a Luis Afonso por sua alteza como estava, **nē** Responder a sua carta. (CT, CXXXI, l. 04-6).

1.13 O mesmo ocorre com as correlações **ou... ou** e **quer... quer** que passam a ligar apenas duas ou três sentenças ou dois ou três sintagmas.

Vestígios desse emprego da correlação **ou... ou** são encontrados ainda em textos do séc. XVII:

Deixará de frutificar a sementeira, **ou** pelo embaraço dos espinhos **ou** pela dureza das pedras, **ou** pelos descaminhos dos caminhos. (SS, l. 240-2).

1.14 A forma **senão**, constituída da justaposição da conjunção condicional **se** à forma negativa **não**, que ocorre no português arcaico expressando uma relação de condição, ocorre, no séc. XVI:

(i) com valor preposicional de 'exceto':

... e que ficara o que eu digo – sempre em segredo **senã** das pessoas a que eu nã pude deixar de o dizer, que he o que por o confessor, o Bispo de Portalegre, por quē muito disto passou, e ho secretario por quē passa tudo. (CT, CLVII, l. 33-6).

(ii) com valor conjuncional:

– fazendo parte da correlação adversativa **nã... senã** ~ **nō... senō** ~ **não... senão**, já empregada no português arcaico, a qual, no português moderno, assume também as formas: **nēhuu... senam** ~ **nē... senão** ~ **sem... senam**:

E porque ysto he cousa tã fora de toda rezam, e mais estamdo vos no em que estaaes, e tratando negocio tall que **nēhuu** outro fim teem **senam** a amizade que eu tanto precuro de ter cō el Rey de França... (CDJIII, XXI, l. 17-20).

... e mostrando vos do geyto que a caledade do descontētamēto Requere, **nē** falareys **senão** o menos que vos seja posyvell. (CDJIII, VI, l. 328-30).

... ficava a navegaçam dos mares **sem** nele poder aveer outro periguo **senam** de huñ ladram, que muy pouco nojo pode fazer. (CDJIII, XXII, l. 68-70).

1.15 A correlação modal **bem como...** assi, empregada em textos do século XIII, apresenta, no séc. XVI, a forma **como... assi**:

E **como** ele afirma que ao aváro nunca feléçe cáusa pera negár, **assi** ao vergonhoso para conçeder. (DVV, p. 432, l. 05-7).

2 Itens conjuncionais que só foram empregados até o séc. XVI

2.1 **Pero** e **porem** ocorrem, no séc. XVI, não só estabelecendo relações de conclusão e explicação, mas também já estabelecendo relação de contrajunção, sendo entretanto, nesse caso, **pero** ainda a forma mais usada:

Como diz Foçilides, as paixões sam comūas. **Peró**, tem esta deferença que, segundo pessoa, assi é o vicio estranhado, donde desse Juvenal Saty. VIII : “Todo viço do ânimo, tanto tem mais crime, quanto é maior aquele que ô comete”. (DVV, p. 450, l. 12-5).

Peró, em o módo de provár esta criaçom, confundiram e destruíram a verdade, donde déram matéria aos poétas pera fabulárem quantas composturas e feções vemos, como conta Ovidio Ovid I libro, Metamorph, que Prometeu formou o hómem da Terra. (DLNL, p. 391, l. 13-7).

Assi [há] i ũas afeições do ânimo q[ue] per si nam sam boas. **Porém** sam como ũa semente i frol de boa índole e sojeito. (DVV, p. 439, l. 24-5).

Nas DA, as formas **pero** e **porém** são empregadas apenas como conjunções contrajuntivas.

Nas demais obras do séc. XVI, **pero** já não ocorre e o item **porem** é empregado como conjunção, para expressar a relação de contrajunção, sendo, entretanto, ainda mais freqüente o seu emprego como reforço adverbial conclusivo-explicativo:

E **porem** vos mando que lhas despejees e entreguees sem nenhũa duvida que a ello ponhaaes. (CJ, XCI, l. 03-4).

... **porẽ** ainda he vivo Pero d’Acunha Coutinho que me parece que ffoy huñ dos capitaães de meu pay.. (CJ, XCIV, l. 97-8).

... depois de lhe falardes, me avizay por correo secretamēte e com toda posyvell deligēçia, sem por isso, **porẽ** deixardes de fazer nada do que vos aquy mando, nẽ de seguir a ordem que vos nesta instrução dou. (CDJIII, VI, l. 290-3).

Reunindo os dados obtidos por Mattos e Silva (1984) nos *Diálogos de S. Gregório* (DSG), na *Crônica de D. Pedro* (CDP), na *Imitação de Cristo* (IC), em *Os Lusíadas* (LUS), os dados obtidos por Barreto (1992), no *Foro Real* (FR), na *Demanda do Santo Graal* (DEM) e na *Lenda do Rei Rodrigo* (LRR) e os dados da presente pesquisa, podem-se estabelecer os seguintes estágios para a mudança do conteúdo semântico dos itens **pero** e **porem** através dos séculos:

Pero		Porém
Estágio I		
Concl.-expl.	+	+ (estágio hipotético)
adv.	O	O
Estágio II		
concl.- Expl.	+	+ (= FR)
adv.	+	O
Estágio III		
concl.- Expl.	-	+ (= DSG)
adv.	+	O
Estágio IV		
concl.-expl.	-	O (= DEM)
adv.	-	+
Estágio V		
concl.- expl.	O	+ (= LRR, DE, CDP, IC)
adv.	+	-
Estágio VI		
concl.- expl.	Arc.	+ (= C, GLP, DVV, DLNL, DA)
adv.	+	+
Estágio VII		
concl.- expl.	O	O (= CDJIII, CR, CM, CT, CJ, LUS)
adv.	O	+

2.2 Pero e empero, isoladas ou associadas à conjunção **que**, constituem também conjunções concessivas em textos do séc. XIII ao XV:

O cardial, **pero** lhe esto parecessen cousas desarrazoadas, disse que prazia tomar carrego de hir falar a el-rrei d'Aragom sobr'ello... (CDP, Cap. XXIII, l. 34-6).

Empero qual ome quer que outro algũa cousa der, nõ lha possa poys tolher, pero se lho descõhecer e nõ lho gracir aquelho que lhy deu assi como se o ferir ou destoar ou desonrrar... (FR, liv. III, l. 853-6).

O marido da molher qual quer nõ possa uender nõ alhear arras que der a as molher, **pero que** ella outorgar. (FR, liv. III, l. 145-6).

Empero que algũa molher faça algũa cousa destas que sõ suso ditas, nõ perça seu dereyto do herdamêto que lhy uija da outra parte quer seus yrmaos quer doutros parentes ou de stranhos. (FR, liv. III, l. 42-4).

Como concessivas, **empero** ou **empero que** já não aparecem nos textos do séc. XVI, **pero** e **pero que**, entretanto, ainda são empregadas:

E **peró que** algũas vezes, em materias graves, deçessem as cousas jocósas e fizéssem degressões, recitando ditos e opiniões gentias, nem por isso õs envergonhou o juízo alheo. (DVV, p. 345, l. 05-8).

2.3 A conjunção explicativa **ca** ~ **qua**, muito freqüente no português dos sécs. XIII a XV, aparece, ainda, em todos os textos do séc. XVI consultados para esta pesquisa, porém numa freqüência já bem menor. Nas DA o seu emprego já é raro:

Dom Antonyo amigo. **Qua** me derã cartas vossas e, querendovos responder a ellas por este correo... (CIDL, l. 01-2).

... mandoulhe dizer pelo Xéque que tinha consigo, que seguramente podiam alguũs sair em terra se vinham buscar suas molheres e filhos **ca** elle lhos mandaria resgatar e assy o lugar. (DA, cap. I, l. 185-8).

Ca era empregado também, no português arcaico, como conjunção integrante ou comparativa e como pronome relativo.

Olinda (1991), na dissertação de Mestrado intitulada *Pois e Ca: mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico* (com base em um *corpus* constituído por documentos dos sécs. XIV e XV) afirma que, no séc. XIV, o **ca** era preponderantemente explicativo, depois tornou-se quase que exclusivamente explicativo, enquanto decaiu como comparativo e integrante ou como encadeador da narrativa.

Como encadeador da narrativa, **ca** alternava apenas com o **pois**.

2.4 Inicialmente uma conjunção temporal, já em textos do séc. XIII, **pois** ocorre também como conjunção explicativa:

Pois esto aveo en tal guisa como vos conto, Elaim, que todo vira, foi logo guarido e são de todas suas chagas e de todas suas feridas. (DEM, cap. CL, l. 01-2) – temporal.

‘Eu vo-lo direi’ disse ela ‘**pois** saber avedes de o saber’. (DEM, Cap. XX, l. 17-9) – explicativa.

Quer como temporal, quer como explicativa alternava com **pois que** ~ **poys que** ~ **poisque**:

Pois que Lançarot ouve feito, quanto a cavalleiro convinha, disse: Filho Gallaaz, ora sode cavallero. (DEM, cap. VII, l. 13-4) – temporal.

Pois que offyzio dos escreuas e public(ad)o e comunal pera todas, mandamos que a todos aquelles que demãdarẽ carta pera seus preytos... (FR, liv. I, l. 505-8) – explicativa.

Entam se chegaram os cavalleiros por filhar conselho como fariam, **poisque** achavam tres carreiras partidas, ca a partir lhes convinha porque eram tres da Demanda. (DEM, cap. LXXXII, l. 31-01) – explicativa.

E **pois** vio que era ferido aa morte, meteo mão a espada e foi aa donzella e disse-lhe... (DEM, cap. LXVI, l. 15-7). – temporal.

Olinda (1991), na pesquisa já citada anteriormente, afirma o decréscimo do uso de **pois** e **pois que** temporal, entre a segunda metade do séc. XIV e a segunda metade do séc. XV, quando **pois** passa a ser empregada como conjunção explicativa, isto é, com valor semântico explicativo que se reforça a partir do seu uso como encadeador da narrativa. **Pois que** adquiriu também, na época, o valor explicativo.

A conjunção **pois** passa a ser explicativa, mas não exclui, inicialmente, a conjunção **ca**, que só vai desaparecer em meados do séc. XVI, quando se conclui a mudança:

Ca desaparece

Pois e **pois que** desaparecem como conjunções temporais e firmam-se como explicativas.

2.5 **Desque** ocorre uma única vez ainda nas *Cartas do Infante Luís*, o que parece indicar ser, na época, uma forma já quase em desuso:

... e cõ tudo isto, **desque** a Salvaterra ate bespora de pascoa, não passou mais que hũ so dia que deixasse de Ter grãde trabalho em escrever cousas...

Apesar de Cunha (1991: s.v. **desde**) afirmar que a forma **desde** data do séc. XIV, na documentação analisada, só em textos do séc. XVII, ocorre a forma **desde que**, fruto de uma nova gramaticalização que se processa através de uma nova morfologização:

Des + de > desde

... e na deferença de sua condição, benignidade, inteligência e atenção às obrigações do ofício, assim no militar como no político se prometem todos um felicíssimo governo, não obrando, **desde que** chegou, acção em que não seja grandemente apaudido (CVB, CCII, l. 85-9).

3 Itens conjuncionais que começaram a ser empregados no séc. XVI

3.1 O advérbio **somente** é empregado como item conjuncional contrajuntivo:

E se ouverẽ de mudar meus ossos nõ ho ffacã cõ chamamêto de gente nẽ gasto, **somente** cõ atee mea dozia de crérigos ou Religiosos. (CJ, CXIX, l. 44-6).⁴

... nam avya disso memoria, **somente** escreveome Gonçallo Machado que dezia frey Diogo que nam avya de fallar a S.A. sem ho mandar chamar. (CJ, CI, l. 66-72).

Peró que este divino sacrificio em nenhũa páte seja máis açoitado a Deos que em os tempos, por serem pera isso dedicados a ele, não trataremos das suas pátes e dô que significam: **somente** dos sinos que nos chamam a orár a Deus, per os quães podemos entender as trombetas do Vêlho Testamento e a pregaçom do Novo que chama os povos à fé. (C, l. 01-6).

Embora não conste no elenco das conjunções coordenativas contrajuntivas, apresentado pelos gramáticos contemporâneos, o item **somente** é ainda empregado na língua portuguesa em frases do tipo:

Ele não me disse tudo, **somente** que os pais vão viajar.

que pode ser reinterpretada como:

Ele não me disse tudo, **mas** (me disse) que os pais vão viajar.

ou

Ele não me disse tudo, (disse-me) **somente** que os pais vão viajar.

3.2 **Contudo**, aparece ainda com a forma não gramaticalizada ao nível da escrita, **cõ tudo**, e até mesmo ao nível semântico, uma vez que ainda conserva o sentido original de: ‘com todas as coisas’ ou ‘com todas essas coisas’:

... mas por mim nã me da nada, antes folguo porque me mostrã a cõta que faz de mim ho mundo, e me desobrigã pera eu fazer a mesma d’ele se podesse. **Cõ tudo** sera pouco trabalho mandar-lhe as cartas a Arraiolos. (CT, CLXVI, l. 20-1).

Tudo leva a crer, assim, que só no final do séc. XVI, ou mesmo no séc. XVII, a forma **contudo**, já gramaticalizada ao nível da escrita, tenha passado a **conjunção** e assumido o conteúdo semântico adversativo.

3.3 Aparece, nas CIL, a conjunção modal **de modo que**, não encontrada em outros textos do mesmo século ou de séculos anteriores:

E para isto convem, primeiro que tudo, darsse conta ao Reitor da rezão d’esta mudança, **de modo que** elle a receba e veja que não tira nada da obrigação... (CIL, XLVI, l. 28-31).

3.4 Outra conjunção modal, **de feição que**, de idêntico teor semântico, ocorre nas CJ:

E se sua alteza tem vōntade que eu Receba d’elle esta merce, seja esta Resposta **de feição que** me pareça a mī que quer sua alteza conclusão; (CJ, LXXXIX, l. 71-3).

3.5 Registra-se a conjunção temporal **já que** grafada **ya que**:

Ruy Lourënço e **ya que** e alem de o elle por sy merecer, eu trabalharey de lhe mostrar em tudo que m’alembra quãto vos tora. (CIL, XIX, l. 48-50).

Só no séc. XVII, esse item conjuncional aparece com a forma **já que** do português contemporâneo:

Já que falo contra os estilos modernos, quero alegar por mi o estilo do mais antigo do prégador que houve no mundo. (SS, l. 393-4).

3.6 O advérbio **logo** ‘imediatamente’ empregado em textos do séc. XV, aparece, no DVV, como conjunção conclusiva:

Todo pecádo é obrár e todo obrár é voluntário, quér seja torpe quer honesto: **logo** todo pecádo é voluntário. (DVV, p. 433, l. 03-5).

o que parece indicar ter ocorrido, no séc. XVI, o processo de gramaticalização:

advérbio > conjunção

3.7 Aparecem as concessivas **por mais... que** e **cõ quanto ~ com quãto**

3.7.1 **por mais que** com a forma ainda não gramaticalizada **por mais... que**:

... e considereis que não sois tanto pai de vossa filha, **por mais** caro **que** vos custe, que não tenha custado mais a quẽ a levou para si. (CIL, XLII, l. 10-3).

A gramaticalização parece ter ocorrido no século seguinte, como atestam os textos consultados:

Acho-me com muitas cartas de V. Ex^a e com mil obrigações em cada uma delas para beijar a mão de V. Ex^a outras tantas vezes, como nesta faço, sem que os termos de agradecimento, **por mais que** se multipliquem, possam igualar o número e muito menos a grandeza de tantas e tão excessivas mercês. (CVB, CCIII, l. 01-6).

É interessante observar que a forma **por mais... que** continua ainda a existir.

3.7.2 **Cõ quanto**, com a forma ainda não gramaticalizada ao nível da escrita, ocorre:

(i) ainda não gramaticalizada ao nível semântico, significando 'com aqueles que' e admitindo as flexões do indefinido:

Eu, Deos seja Louvado, fico de saude **com quãtos** as grandes calmas e os trabalhosos caminhos forão a isto asaz contrairos. (CIL, XLIII, l. 48-50).

(ii) já gramaticalizada, ao nível semântico, significando 'apesar de que', 'embora':

Cõ quanto venho bem desejoso de Repousar, por que desejo mays todos os meynos para a saude e cõtõtãmẽto de sua alteza, nã me pessara de acõpanhar sua alteza ã algũa mays larga jornada... (CIL, XII, l. 06-9).

o que comprova datar do séc. XVI o seu emprego como item conjuncional concessivo.

Percebe-se que, no exemplo acima, o item **cõ quanto** é empregado com o verbo ainda no indicativo. O emprego do subjuntivo parece ter sido posterior.

3.8 Conforme, começa a aparecer como locução prepositiva, seguida da preposição **a** e apresentando as variantes gráficas: **cõforme a**, **confforme a** e **conforme a**:

... e elle me tinha escrito que tudo partiquara cõvosquo, senhor, e me tinha avisado **cõforme a** vossa carta; e asi se fara pois e **cõforme ao** que se deve fazer. (CT, CXXXIV, l. 05-7).

Muyto vos encomendo que, **confforme ao** que se deve esperar de vossa prudentia e de quem vos soeys, asy vos ajaes no sentimento d'este caso, posto que seja cousa tam difficil de fazer. (CR, LXV, l. 08-11).

E trabalhay quanto poderdes por que vos Responça **conforme ao** que peço. (CDJIII, VI, l. 233-4).

Não ocorre, nos textos do séc. XVI consultados, como conjunção, o que indica ter se gramaticalizado no final desse século ou em época posterior.

3.9 Ao lado das conjunções conclusivas **logo** e **portanto** são empregados itens que mais tarde viriam também a ser conjunções e a expressar idêntica relação:

3.9.1 per conseguinte, hoje **por conseguinte**, como reforço adverbial, com o valor semântico de 'em, consequência', 'conseqüentemente':

... Santo Tomás, diz < S. Tho. II. II q. c. VI ar. II >: Pai - Vergonha é um temor de torpeza reprovável, que principalmente ólha ao vitupério e, **per conseguinte**, à culpa, e isto em duas maneiras: çe[s]sando ou encobriendo. (DVV, p. 415, l. 11-4).

3.9.2 por isso, que ocorre nas formas **por isso** ~ **por esto** ~ **por esso**, desde o séc. XIII, também como reforço adverbial ou encadeador da narrativa:

E **por esso** lhe semelhava que se nom ouvesse a sua vontade, que morreria. (DEM, Cap. CX, l. 28-9).

[Por] esto no me chal de atendermos uñ pouco, ca bem sei verdadeiramente que nossa festa nom é ora sem ventura. (DEM, Cap. VIII, l. 35-7).

... e **por isso** nã digo mais senã que praza a Deus que seja verdade o que se por aqui afirma da yda de sua alteza pera la. (CT, CXXXV, l. 05-7).

Pode-se, pois, supor que, nesse mesmo século, ou no início do séc. XVII tenha ocorrido a passagem dos dois advérbios a conjunções conclusivas.

3.10 **Embora** aparece como advérbio, nas *Cartas do Infante Luis*:

Ela sera **embora**, e emtã vos dyrey o mays que nesta fyca por dezer, por m'ó tempo nã dar lugar a mays. (CIL, I, l. 08-9).

Dom Amtonyo amigo. Qua me derã duas cartas vossas e, qyrendovos Responder a ellas por este cooreo, esperando que o secretaryo me fizesse saber sua partyda a tẽpo que podesse mylhor Responder me mãdou dezer agora às dez da noyte, estãdo na cama, quẽste parterya esta noyte, e por yssó nã vos dygo mays, senã que me pesou déstardes mal semtydo e mays en tal tẽpo, porque sempre me pareceo que vossa vỹda podya aproveytar. Ela sera **embora**, e então vos dyrey o mays que nesta fyca por dizer, por m'ó tempo nã dar lugar a mays... (CIDL, nº 1, l. 08-15).

o que indica ter a gramaticalização do item ocorrido em época posterior.

3.11 **Primeiro que**, conjunção temporal, é empregada por João de Barros, uma única vez, no DVV:

E nam te pareça, depois que máis idade teneres pera julgar, ô que óra disse, que usei o modo dos médicos que preambulam cousas **primeiro que** dem suas mézinhas aos enfermos pera lhe[s] ser doce e suave ô que, no seu gosto, é azedo e àspero. (DVV, p. 433, l. 06-10).

Essa conjunção não é citada pelos gramáticos contemporâneos, mas é bastante empregada no português falado do Brasil, especialmente no registro coloquial, em frases do tipo:

Vou viajar **primeiro que** você.

3.12 **Ora**, advérbio, começa a ser empregado repetido, constituindo a correlação coordenativa alternativa:

Ora... ora

Per semelhante módo os pronomes e partiçipios que temos se ajuntam com os nomes sustantivos, ainda que na ordem de preçe derem àçerca de nós tem deferença, cá o nome ajetivo **óra** se antepõe, como os bons hómens **ora** se pospõe, como os hómens bons. (CLP, l. 1766-8)

3.13 **Canto** variante gráfica de **quanto** ocorre associada ao advérbio **mais e** correlacionada a **nã** (não) uma única vez, na carta CLVIII, de Theodosius:

Nã há glutio omrrado, **canto mais** christão sesudo, que nã simta mais a culpa que ho castigo. (l. 26-7).

Apesar de não constar dos elencos de conjunções apresentados pelos gramáticos contemporâneos, essa correlação é bastante empregada no português contemporâneo, na língua falada, em frases do tipo:

Não gosto de sair de dia, **quanto mais** de noite.

4 Itens conjuncionais que só ocorreram em textos do séc. XVI

4.1 Encontra-se uma única vez nas CM, especificamente na carta nº CLXXI, de Frei Duarte, a conjunção final **a que**:

Porem cõsolo me cõ a firmeza d'ela, e esperança que tenho de vida que Nosso Senhor pera seu serviço me dara, e que o tipo e merces que vosa altereza me fara darão ocasião **a que** a declare. (CT, CLXXI, l. 17-20).

4.2 O substantivo **caso** aparece, em um documento do séc. XVI, na CT, CXIX, associado à conjunção **que** constituindo a conjunção subordinativa condicional **caso que** a qual, segundo Said Ali (1921: 219), é uma forma reduzida de **sendo caso que**:

E **caso que** estas palavras cõ as obras, de que outros podem dar testemunho, mostrem aver em mÿ a obidiencia que digo, todavia não me acabo de satisfazer, por que mayor he e muito mays contê em sy do que posso escrever. (CM, CLXXI, l. 10-5).

No português contemporâneo a conjunção **caso que** reduziu-se a **caso**.

Esse item conjuncional ocorre também uma única vez, nas CJ, especificamente na carta CXIX, sob a forma **em tal caso que**, em que a palavra **caso** vem precedida de um determinante, o que parece demonstrar que esse item conjuncional ainda não estava devidamente gramaticalizado.

E **em tal caso que** a terça fica à duquesa, tome sse ã cousa junta e que Renda, assy como em Carnelhaã, se couber. (CJ, CXIX, l. 77-8).

Algumas correlações foram também encontradas, unicamente, em textos do século em estudo:

4.3 **muito... que** ‘tão... que’

que ocorre apenas nas CT:

Depois de Luis Afõso partido, esteve o duque muito mal que me pareceo que esta noirte acabasse. (CT,CXXXII, l. 03-4).

Essa correlação parece ter tido um emprego limitado na língua. Pode-se admitir que tenha, no séc. XVI, coocorrido com a correlação ‘**tão... que**’ de idêntico teor semântico e que, no final desse século, tenha caído em desuso. Pode-se ainda supor tratar-se de uma idiosincrasia do autor acima citado.

4.4 **mais... quanto mais**

Ocorre também uma única vez na carta CII de D. Jayme, duque de Bragança, estabelecendo uma relação de proporção:

E pouco tempo abastaraa pera me S.A. ouvir, que nom quero mais que dos negocios; escusado tenho de cuydar **mais, quanto mays** falhar. (l. 07-9)

Nota-se que, no exemplo acima, o **mais** ocorre numa sentença de sentido negativo, o que parece explicar a forma dessa correlação no português contemporâneo: **não... quanto mais**.

4.5 Nas *Décadas da Ásia*, uma única vez, encontra-se a correlação adversativa **mais... que**, também não detectada no português arcaico:

... e q̄ nã fazia **mais** cõta q̄ de cõprar e vèder e tornasse a sua natureza. (DA, cap. III, l. 86-7).

4.6 Aparece a correlação de valor semântico contrajuntivo **nam... que** ‘não... mas’, ‘não... senão’:

E assi este tel como outras vergas e pontos que tem a nóssa escritura, principalmente ôs da lêtera tiráda, que máis se pôdem chamar atálhos dos escrivães, por **nam** gastárem tempo, e papél **que** [por] outra algũa neçessidade. (GLP, l. 1990-3).

4.7 Ocorre ainda a correlação tanto... como se em que o segundo termo é a conjunção comparativa hipotética:

E com ysto soo de ha sua alteza querer ver toda, me averey agora por satisfeito **tanto como se** me visse agora sem dor de cabeça. (CT, LXXXV, l. 15-7).

5 Itens conjuncionais que, aparentemente já em desuso, voltam a ocorrer no séc. XVI

5.1 A correlação **nom... senon** ~ **nom... senam**, detectada apenas em um texto do século XIII, volta a ocorrer, sob a forma **não... senão**, apresentando também outras variantes, como foi visto anteriormente. O fato de não ter sido encontrada em textos dos séculos XIV e XV permite supor que, conservada, inicialmente, apenas como um arcaísmo, essa correlação tenha tido, a partir dos séc. XVI, o seu emprego generalizado.

... e tendo-se-lhe concedido tudo o que nos limites da justiça era possível **não** lhes fica que pretender **senão** o injusto. (CVM, LXXIV, l. 194-6).

5.2 Volta também a ocorrer a forma **ante** estabelecendo a mesma relação de contrajunção, anteriormente só documentada em textos do séc. XIII.

... e meu filho nõ perde em dar-lho, **ante** ganha e ffaz virtude, e minha bêçam ganha. (CJ, XIX, l. 199-200).

Essa forma é também empregada no português falado contemporâneo, podendo, por vezes, ser interpretada como uma conjunção explicativa, equivalente a 'pois':

Todos, na escola, eram rigorosos, mas ele, não, **antes**, era compreensivo e amável.

Outra possibilidade de interpretação é admitir, para o **antes**, o sentido de '**em lugar disso**'. Nesse caso, no exemplo acima, estaria sendo empregado para substituir a oração 'em lugar de ser rigoroso':

Todos, na escola, eram rigorosos, mas ele, não (era). Em lugar de ser rigoroso, era compreensivo e amável.

A contrajunção temporal **ante que**, entretanto, já empregada desde o séc. XIII continua a ocorrer normalmente no português contemporâneo.

Resumindo, pode-se afirmar que, no que se refere ao emprego de conjunções, caracteriza, de um modo geral, o português do séc. XVI:

- 1) o raro uso do **ca**;
- 2) a ausência de **pois** no sentido temporal etimológico e o seu emprego como item conjuncional explicativo;
- 3) o emprego de **pero** e **porem** como conectivos contrajuntivos;
- 4) a não ocorrência das conjunções **mas pero, ergo, macar que, que** (condicional, modal, temporal, final), **fora se, fora que, en / de/, per guisa que, segundo que, segundo como, almeos que, entre que, cada que, ao tempo que, sol que**, e das correlações **tâben... como, ante... que, quantos... que, segundo como... assi, assi como... bem assi**, detectadas em textos de séculos anteriores, o que ratifica a afirmação de que esses itens conjuncionais caíram em desuso nos séculos XIV ou XV (Barreto, 1992);
- 5) o aparecimento das conjunções: **somente, contudo, de modo que, de feição que, já que, logo, caso que, a que, primeiro que**;
- 6) o emprego de algumas novas correlações: **muito... que, mais... que** e **non... que** (contrajuntivas), **mais... quanto mais** (proporcional), **tanto... como se** (comparativa), **não... quanto mais** (aditiva);
- 7) o aparecimento das conjunções **como** e **segundo**, para estabelecer a relação de conformidade, antes só expressa através de correlações;
- 8) o emprego das conjunções **por quanto, cõ quanto** e **ẽ quanto**, nas formas ainda não-gramaticalizadas;
- 9) o aparecimento de itens adverbiais **que, mais tarde**, seriam conjunções: **por isso, por conseguinte, embora**;

As conjunções empregadas no séc. XVI seriam, pois, as especificadas a seguir:

I Coordenativas:

Aditivas – e ~ y ~ he, nem ~ neem ~ nẽ, que

Adversativas – mas, porém ~ porẽ, però, que = senam, senam ~ senam ~ senõ ~ senã ~ senom, cõ tudo ~ com tudo ~ contudo ~ con tudo, ante ~ antes, toda via ~ todavya ~ todavia.

Alternativas – ou, e = ou

Conclusivas – logo, por tanto ~ portamto ~ portanto, por isso ~ por isso, por conseguinte

Explicativas – però, però que, porém, ca, pois ~ poys, que

II Subordinativas

Causais – perque ~ porque ~ por que, posto que, pois ~ poys, dado que, ca, como, que, como que, ya que ~ já que, uma vez que, por quanto

Concessivas – ainda que ~ aynda que ~ aỹda que ~ imda que ~ ĩda que ~ aimda que, però que, dado que, posto que, que, mais que, cõ quanto ~ com quanta ~ com quanto, por quamta ~ por quanto

Condicionais – se, senõ ~ senã ~ senãa ~ senão, caso que

Conformativas – segundo ~ segũ ~ segũdo, como, cõforme ~ confforme ~ comforme

Comparativas – como, como se ~ como que, assi como

Consecutivas – assi que, se maneira que

Finais – pera que ~ para que, por que ~ porque ~ per que

Modais – como, assi como ~ asy como ~ asi como, de maneira que, que, de modo que, de feição que

Temporais – ã quanto ~ em quanto ~ ã quãto ~ em quãto ~ enquanto, quando ~ quãdo ~ cando, depois que ~ deploys que ~ despois que, tanto que ~ tãto que ~ tamto que, primeiro que ~ prymeiro que, enquanto ~ em quanto ~ ã quanto, em quãto ~ ã quãto, té que ~ até que ~ ata que ~ atee que, ante que ~ ãte que ~ antes que ~ amtes que

Integrantes – que, se

III Correlações conjuncionais

Coordenativas:

Aditivas – nam... mas ~ nam somente ~ como ~ nam somente... mas ~ nam somente... mas ainda ~ ã somente... mas ~ nam somente... mas aynda ~ nam... mas ~ ão... mas ~ ão... mas antes

Alternativas – ou... ou, ora... ora, quer... quer, nem... nem ~ ã... ã ~ nem... ã, mais... que ~ mais... quanto mais

Adversativas – não... senão ~ não... senã, não... que, all... senom

Subordinativas:

Concessivas – por mais... que

Comparativas – mais... que ~ mais que ~ mais... de que ~ mais do que ~ mais... que ~ mais ca, maior... que ~ maior... do que ~ moor... que, menos... que ~ menos de que ~ menos do que ~ menos... do que, assi... como ~ como... assi ~ bem como... assi ~ assy... como ~ asy como, tanto... como ~ tanto como ~ tam... como ~ tã... como, melhor... que ~ melhor... que ~ mylhor do que ~ tanto como ~ tanto como ~ tam como ~ tâto... como ~ tã... como, tanto... quanto ~ tam... quãto ~ quãto... tâto, tal... como

Consecutivas – tam... que ~ tanto... que ~ tanto... qua ~ tã... que, ante... que, assi... que ~ assy... que, nam... que, tanto... que ~ tanto que ~ tanto... que ~ tam... que ~ tã... que ~ tão... que, mais... que, tamanho... que ~ tamanho que, tal... que ~ (tal)... que ~ tall... que, melhor... que, muito... que

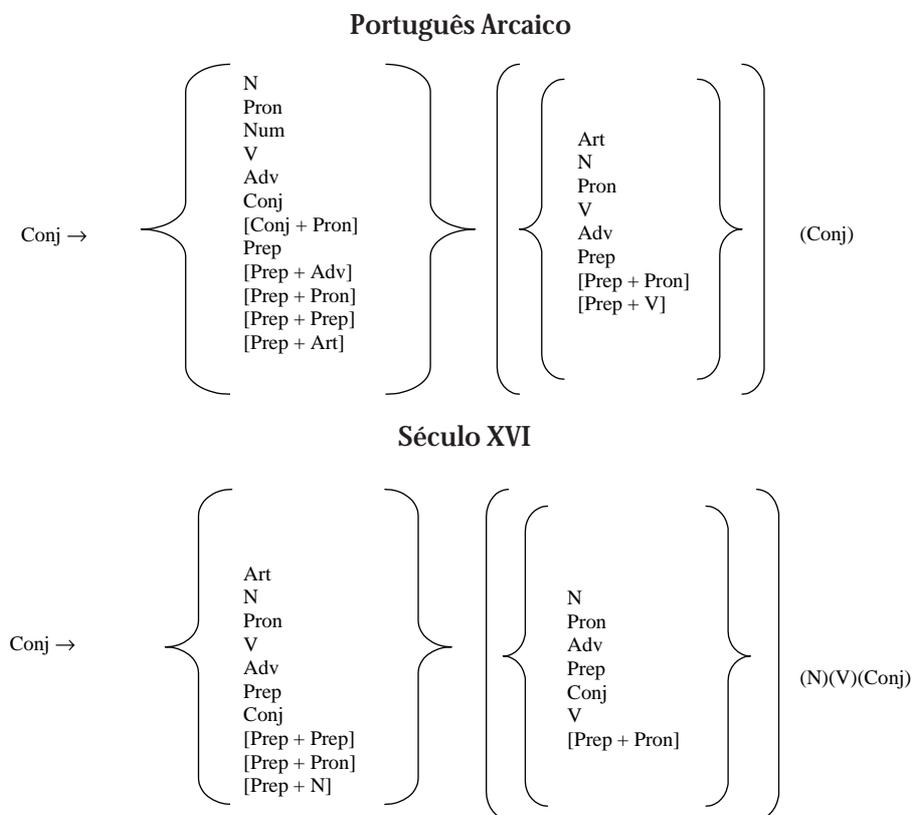
Modais – assi como... assi ~ assi... assi

Proporcionais – quanto... tanto ~ tanto quanto, quanto mais... tanto mais ~ quãto mays... tanto... mays ~ quãto mays... tâto mays, quãto mays... tanto menos

Como se pode observar, o processo de desaparecimento e de aparecimento de itens ocorre continuamente na classe das conjunções a qual não deve ser considerada uma classe de inventário fechado, mas uma classe produtiva, diferente, portanto, dos chamados “instrumentos gramaticais”.

Analisada a constituição mórfica das conjunções detectadas, especificamente, em *corpus* do séc. XVI, verificou-se terem sido conservados muitos dos processos de formação de itens conjuncionais observados no português arcaico; alguns processos, entretanto, não mais se verificaram, enquanto outros surgiram, o que se pode concluir observando a fórmula geral estabelecida por Barreto (1992), para os itens conjuncionais do português arcaico, e a fórmula⁵ ora estabelecida, que apresenta os processos de formação de itens conjuncionais no séc. XVI:

Essas diferentes possibilidades de formação de itens conjuncionais no português do séc. XVI podem ser assim ilustradas:



1. Art + N + Conj.
uma vez que
2. N + Conj.
caso que
3. [Pron + N]
todavia
4. Pron. + Conj.
cada que
tanto que
5. Pron. + N + Conj.
cada vez que
6. V + Conj.
dado que
posto que
salvo se
7. Adv.
mas < mais < magis
somente, logo, antes, ora, pois < post

8. Adv. + Conj.
assim que, assim como, ainda que, mais que, já que, primeiro que, pois que, antes que, tanto que, até que
9. Conj.
e < et, nem < nec, se < si, ou < aut, ca < quia, quando < quando que < que, como < quomodo
10. Conj. + Conj.
como se
como que
11. Prep.
segundo
conforme
12. Prep. + Conj.
até que, porque, para que, a que, salvo que
13. Prep. + Pron.
cõ tudo, por quanto, cõ quanto, em quanto, entre tanto, por tanto, por isso, em tanto
14. [Prep. + Pron.]
pero < per hoc
15. Prep. + N + Conj.
de maneira que
de modo que
16. [Prep. + Pron.] + Conj.
pero que
17. Prep. + Pron. + Conj.
em tanto que
com tanto que
18. Prep. + Pron. + N + Conj.
em tal caso que
19. [[Prep. + Prep.] + Conj.]
desque (des < de ex)
20. [Prep. + [Prep. + Pron.]]
empero
21. [Prep. + [Prep. + Pron.]] + Conj.
empero que
22. [Prep. + Conj.] + Conj.
depois que
23. Prep. + [Prep. + V]
por conseguinte
24. Prep. + Adv. + Conj.
por mais que

Uma vez ciente dos processos mórficos formadores dos itens conjuncionais da língua portuguesa, no séc. XVI, é possível determinar quais os processos mais produtivos. Como se pode verificar, são as prepo-

sições, por excelência, os principais elementos formadores de conjunções, através de processos diversos:

Processos	Nº de conjunções
Emprego isolado do item	2
Justaposição a pronomes	16
Justaposição a uma forma verbal	1
Justaposição a um anafórico	1
Associação ao que ou se	5
Em posição inicial, precedendo uma base nominal	2
Total	27

Depois das preposições, são os advérbios os elementos mais importantes para a constituição de itens conjuncionais, também através de processos variados:

Processos	Nº de conjunções
Emprego isolado do item	6
Associação ao que	8
Associação ao como	1
Em correlações	10
Total	25

Aos advérbios, seguem-se os verbos, quer associados à conjunção **que**, quer em correlação e os nomes associados à conjunção **que**:

Processos	Nº de conjunções
Verbos	
Associação ao que	2
Em correlação	1
Total	3

Nomes	
Associação ao que	1
Em sintagma e associado ao que	1
Justaposição dos termos de um SN	1
Total	3

Os pronomes também são elementos formadores de itens conjuncionais: o pronome **cada** associado ao que constitui a conjunção **cada que** (arc.); vários outros pronomes formam correlações, quer com outros pronomes, quer com intensificadores:

Processos	Nº de conjunções
Pronomes	
Associação ao que	1
Em correlações	4
Total	5

Os adjetivos dão origem apenas a três correlações conjuncionais.

O elemento negativo faz parte da constituição de uma correlação conjuncional:

Processos	Nº de conjunções
Em correlações	1
Total	1

As conjunções provenientes de conjunções latinas, deram origem a três itens conjuncionais, quando associadas a outras conjunções, e a duas correlações, quando repetidas:⁶

Processos	Nº de conjunções
Associação a outras conjunções	3
Em correlações	2
Total	5

Tomando por base o *continuum* apresentado por Hopper e Traugott (1993:104) para a recategorização de categorias lexicais:

Categorias maiores > Categorias medianas > Categorias menores
 [Nome, Verbo, Pronome] [Adjetivo, Advérbio] [Preposição, Conjunção]

e confrontando com os dados obtidos na presente pesquisa, chega-se à conclusão de que existe uma hierarquia de seleção de categorias para a formação dos itens conjuncionais. A categoria menor (preposição) e a mediana (advérbio) são mais selecionadas para a formação de itens conjuncionais do que as categorias maiores (verbos, nomes e pronomes).

Categorias	Nº de conjunções formadas
Menores	
Preposição	27
Conjunção	8
Medianas	
Advérbios	25
Adjetivos	3
Maiores	
Nomes	3
Verbos	3
Pronomes	5

Esse fato pode ser explicado, talvez, pelo caráter gramatical, mais ou menos acentuado, das formas gramaticais. Formas mais gramaticais parecem ter maior facilidade em se tornarem ainda mais gramaticalizadas, enquanto formas menos gramaticais parecem ser mais resistentes à gramaticalização.

¹ CVB – Cartas do Padre Antonio Vieira, escritas na Bahia.

² CVM – Cartas do Padre Antonio Vieira, escritas no Maranhão.

³ SS = Sermão da Sexagésima, do Padre Antônio Vieira.

⁴ Nesse exemplo, pode-se também admitir que **somente** esteja empregado como valor adverbial, estando elíptica a conjunção adversativa.

⁵ Nessa fórmula, as chaves indicam que um dos elementos por elas delimitados pode ser utilizado na constituição das conjunções. Os parênteses, por sua vez, indicam que um dos elementos neles contidos podem combinar-se com qualquer um dos elementos anteriores.

⁶ Conjunções provenientes de conjunções latinas : e < *et*, ca < *quia*, como < *quomodo*, nem < *nec*, ou < *aut*, quando < *quando*, que < *que*, se < *si*.

Bibliografia

- BARRETO, Therezinha Maria Mello. (1999). *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Salvador. UFBA. Tese de Doutorado em Letras. (digitado).
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1997a). A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*, 19: 25-64.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1997b). Língua falada e gramaticalização. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 1: 107-20.
- COROMINAS, Joan. (1991). *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 4 v.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. (1991). *Diccionario etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2^a. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. (1918). *Syntaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica.
- ERNOUT, A., MEILLET, A. (1951). *Dictionnaire etymologique de la langue latine*. 3. ed. Paris: Klincksieck.
- FARIA, Ernesto. (1958). *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike, HÜNNEMEYER, Frederike. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- HEINE, B. (ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. v. 1. p. 17-36.
- HOPPER, Paul e TRAUOGOTT, Elizabeth. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: University Press.
- HUBER, Joseph. (1986). *Gramática do português antigo*. Trad. de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Calouste Gulbenkian.
- MACHADO, José Pedro. (1967). *Diccionario etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Confluência, 3 v.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1984). Pero e porém: mudanças em curso na fase arcaica da língua portuguesa. *Boletim de Filologia*, 29: 129-151.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1993). *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.

NUNES, José Joaquim. (1956). *Compêndio de gramática histórica portuguesa; fonética e morfologia*. 5. ed. Lisboa: Clássica.

OLINDA, Sílvia Rita. (1991). *Pois e ca: mudanças semânticas e sintáticas no português arcaico*. Salvador: UFBA. Dissertação de Mestrado. (mimeo).

SAID ALI, M. (1921). *Lexeologia do português histórico*. São Paulo: Melhoramentos.

SAID ALI, M. (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. melh. e aum. São Paulo: Melhoramentos.

Corpus

BAIÃO, A. & CINTRA, L. F. L. (1974). *Ásia de João de Barros*. Lisboa: IN-CM.

BUESCU, Maria Leonor C. (1971). *Gramática da língua portuguesa, de João de Barros, Cartinha, Diálogo em louvor da nossa linguagem, Diálogo da viçiosa vergonha*. Lisboa: IN-CM.

CORTESÃO, Jaime. (1967). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália (Obras completas de Jaime Cortesão, v. 2, XIII).

FORD, J. D. M. (1931). *Cartas de D. João III*. Cambridge: Harvard University Press.

FORD, J. D. M. & MOFFAT, L. G. (1933). *Cartas da corte de D. João III*. Cambridge: Harvard University Press.



Fárrro



*Adverbiais portuguesas
no século XVII*

Sónia Bastos Borba Costa



Introdução

Com o intuito de contribuir para uma futura mais completa história da língua portuguesa e consciente da escassa disponibilidade de dados sistematizados, atinentes à sua morfossintaxe, concentramo-nos nos últimos dois anos no estudo dos itens adverbiais simples e locucionais de textos portugueses do século XVI, lidos na íntegra ou por amostragem, na tentativa de compulsar e compreender sistematicidades possíveis na sua formação, funcionamento e mudanças que tenham sofrido. A pesquisa continuou estudos antes desenvolvidos sobre textos dos séculos XIV, XV e XVI,¹ e concentrou-se em quatro tópicos, a saber: a) levantamento exaustivo dos itens adverbiais; b) estabelecimento dos seus processos morfossintáticos de formação; c) análise da produtividade desses processos; d) observação de pontos de interesse para seu estudo, sob o enfoque da teoria da Gramaticalização. No período foram produzidos três comunicações (Costa, 2000a, Costa, 2000b, Costa, 2001) apresentadas, respectivamente, nas XVII e XVIII Jornadas de Estudos Lingüísticos do GELNE – 1999 e 2000 – e no II Congresso Internacional da ABRALIN – 2001. A pesquisa motivou ainda a tese de Doutorado, em elaboração, “Adverbiais espaciais e temporais do português: indícios diacrônicos de gramaticalização”.

1 O corpus

O *corpus* com que vimos trabalhando compõe-se dos seguintes textos:

1. **Carta de Pero Vaz de Caminha (CPVC)** – texto de 1500, na edição de Silvio Batista Pereira (1964): texto integral, perfazendo 919 linhas;
2. **Cartas de D. João III (CDJ III)** – as de números 1 a 22, escritas entre 1521 e 1531, na edição de J. D. M. Ford (1931); quota de 1.400 linhas;
3. **Cartas da Corte de D. João III (CCDJ)** – as de número 3, 8, 36, 37, 43, 47 (enviadas pelo Infante Luís); as de número 50 a 79 (enviadas pela rainha);

as de número 84, 85 e 86 (enviadas pelo Duque de Bragança); a de número 162 (enviada pelo Infante Dom Fernando); as de número 163, 164, 165 (enviadas pelo Infante Henrique), textos escritos entre 1530 e 1562, na edição de J. D. M. Ford e L. J. Moffat (1931); quota de aproximadamente 1.000 linhas;

4. **Gramática da Língua Portuguesa (GJB)** – texto publicado em 1540, de autoria de João de Barros, na edição de Maria Leonor Buescu (1971) – texto integral, perfazendo 1.993 linhas;
5. **Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem (DLNL)** – texto publicado em 1540, de autoria de João de Barros, na edição de Maria Leonor Buescu (1971) – texto integral, perfazendo 437 linhas;
6. **Diálogo da Viçiosa Vergonha (DVV)** – texto publicado em 1540, de autoria de João de Barros, na edição de Maria Leonor Buescu (1971) – texto integral, perfazendo 1.266 linhas.

A eleição do século XVI como período de observação justifica-se pelas características culturais de Portugal à época, destacadas por Mattos e Silva, secundando Ivo Castro (Castro, 1996:137, apud Mattos e Silva, 1999:2-3): a) a normatização lingüística progressiva; b) o português como “língua de ensino” e não só apenas o latim; c) o aumento da população letrada; d) a implementação da produção tipográfica, a qual envolve vários agentes (autores, impressores, livreiros, censores, revisores, etc.); e) o português como (meta)linguagem sobre si mesmo. Inclua-se também o fato de ser o português do século XVI o ponto de partida do português no Brasil.

A eleição dos textos, além de submeter-se à confiabilidade do tratamento lingüístico das edições disponíveis, pretendeu diversificar a amostra, incluindo textos narrativos, epistolares e metalingüísticos. A inclusão da CPVC (texto do último ano do século XV) deveu-se, não só à relevância sócio-história do texto, datado, localizado, testemunho vivo de característica tão marcante da história portuguesa dos quinhentos – o confronto com um *outro* cultural – como à sua relevância lingüística: é uma carta-narrativa, escrita à moda de diário em dias seqüenciados, no calor dos acontecimentos. É, portanto, um texto rico na expressão das circunstâncias que cercam os atos de fala ou que delimitam o âmbito das predicções, apresentando, devido ao apuro nos detalhes, demonstrado pelo seu autor, ampla variedade de noções normalmente expressas por itens adverbiais. Tomamo-lo, então, como exemplar do estágio inicial da língua portuguesa do século XVI.

2 Os conceitos de advérbio e locução adverbial

A primeira questão que se pôs à análise foi o estabelecimento de critérios para o isolamento de itens, em síntese, a assunção de uma conceituação de *advérbios*. Julgamos que nosso entendimento da classe dos advérbios pode ser resumido nos seguintes pontos:

- a) sintaticamente, são satélites de um elemento sintático, intra ou extra-sentencial, são intransitivos e bastante deslocáveis na sentença;
- b) morficamente, são, tipicamente, invariáveis e podem ser simples, locucionais, derivados e compostos;
- c) semanticamente, podem ser modificadores ou não do elemento que satelizam.

Concentrando-nos na sintaxe, entendemos que o advérbio é palavra periférica, ou seja, é satélite de um elemento sintático (seu escopo) e admitimos que essa é a única característica sintática identificadora dos advérbios, visto que essa classe parece atualizar diversificados conteúdos que não estão veiculados pelos elementos sintático-semânticos considerados essenciais, como: morfemas derivacionais, o fenômeno da concordância, a ordem sentencial, relações de transitividade ou preenchimento de posições argumentais.

Utilizamos a denominação *adverbiais* para referir conjuntamente os tradicionalmente chamados *advérbios* e as também tradicionalmente chamadas *locuções adverbiais*, renunciando a separá-los em dois grupos, por não nos parecerem viáveis critérios que distingam, seguramente, elementos considerados autônomos, como, por exemplo, *devagar*, *acima* e *debaixo*, de elementos considerados locucionais, como, por exemplo, *de fora*, *em breve*, *em cima*. Assim, os dois tipos serão aqui denominados *itens adverbiais*. Distinguimos itens adverbiais (simples e locucionais) de itens conjuncionais e preposicionais (simples e locucionais), pela natureza não-juntiva dos adverbiais face ao caráter juntivo, quer envolvendo sentenças, quer sintagmas, característico dos dois últimos.

A segunda questão que se pôs foi a precisa caracterização de seqüências constituídas por SPs ou SNs como locuções adverbiais (para nós, seqüências em processo de gramaticalização), distintas de SPs ou SNs que preenchem funções típicas de advérbios, mas não compõem o elenco das formas de adverbiais já consolidadas pelo uso, disponíveis ao falante. Em

DO AVERBIO. 28

ser muy irregular em suas formações nam falaremos mais delle: nem menos daremos regras dos outros tipos e modos, por que basta pera os saber formár as cõu-gações que a olho nos mostrã as letras finâs, em que os uerbo que pôdem ter regra geral se terminam. Por que dos irregulares á hy tanto numero, que seria (como diz o prouerbio) mayor o capelo que a cápa: e por nã carmos nelle ante sciamos breue que prolixo.

DO AVERBIO e suas partes.

Averbio é hũa das nóue partes da óra çã q̄ sepre anda cõuuta e cozeita cõ o uerbo, e daqy tomou o nome: por q̄, ad, quez diz er cerca, e cõpõsto cõ, uer bu, fica a uerbiu q̄ quer dizer, acerca do uerbo. Foy esta parte muy neçesária, cá per ella se demõta a eficaçia ou remissã do uerbo, por q̄ quãdo digo, eu amo a uerdã de, demõstro q̄ simplemẽte fãço esta óbra de amãr, mas dizêdo: tu amo muito a uerdãde, p este auerbio, muito, demõto a cãtidãde do amor q̄ tenbo á coufa. E se disçer amo pouco a uerdãde, cõ este pouco se diminuye o muito de ama, e nã amo a uerdãde, deffãço toda a óbra de amãr. Assy q̄ tem o auerbio este poder, acrecenta, diminuye, e totãlmẽte destruye a óbra do uerbo a que se auinta, e elle é o que dá aos uerbos cãtidãde, ou calidãde acãdẽtal, como o aietiuo ao sustãiuo. E a cada hũ dos

d i i j auerbios

Reprodução do fólio 28r da *Grammatica* de João de Barros

trabalho de 1996 (Mattos e Silva (org.), 1996: 205-207) apresentamos os seguintes critérios de delimitação:

2.1 SPs com função adverbial (ex.: com fome)

- a) Permitem intercalação entre dois elementos;
- b) há ampla possibilidade de comutação do elemento nuclear, que mantém seu significado literal básico;
- c) se SPs iniciados pela mesma preposição e citados em seqüência, dispensam a repetição da preposição que os inicia;
- d) apresentam baixa ocorrência (freqüência).

2.2 Locuções adverbiais (ex.: em cima)

- a) Não permitem intercalações;
- b) há baixa possibilidade de comutação do elemento nuclear, que, em geral, está afastado do seu significado literal;
- c) se citados em seqüência, não dispensam a repetição de todos os seus elementos constituintes, inclusive a preposição, no caso dos SPs;
- d) ocorrem com freqüência;
- e) continuam sendo consideradas locuções contemporaneamente ou são análogas a locuções ou advérbios atuais quanto à estrutura morfossintática.

Esses critérios, nem sempre exaustivamente aplicáveis, foram estabelecidos como instrumentos de análise, sobretudo mas não exclusivamente, para tentar captar a modificação operada quando uma locução se cristaliza em advérbio, por processo de *reanálise*, entendida como “ processo por meio do qual os falantes mudam sua percepção de como os constituintes de uma língua estão ordenados no eixo sintagmático” (Castilho, 1997:53). Consideramos, assim, itens adverbiais locucionais aqueles que, por sua freqüência e grau elevado de coalescência, constituem itens fixados no léxico da língua (lexia), diferentemente de SNs ou SPs que formam conjuntos não sistemáticos. Para a seleção das preposições que introduzem esses adverbiais locucionais (no caso de SPs), coerentemente com o que expusemos acima, ativemo-nos preferencialmente, às preposições *a, de, em, para/pera, por/per*, pelo seu maior grau de paradigmaticidade, no sentido de Lehmann (1982), a saber, a inclusão dos itens em questão em paradigmas, que se caracterizam por freqüência de uso e coesão interna, refletida na regularidade das distinções intraparadigmáticas, o que produz, a nosso ver, um tipo de previsibilidade. Para ilustrar, observe-se o quadro abaixo, em que preposições incorporam-se aos mesmos núcleos lexicais, formando adverbiais reconhecíveis na oralidade sincrônica e expressando, numa espécie de paradigma, embora por vezes defectivo, casos locativos e temporais clássicos, como o ablativo (lugar de onde); o dativo ou alativo (lugar

para onde); o caso “via” – na denominação de Svorou (1993) – (lugar por onde) e o tempo presente:

aonde	-	-	-
donde	daí	dali	dagora
-	-	-	-
para onde	para aí (prai)	para ali (prali)	para agora (pragora)
por onde (pronde)	por aí (pelai)	por ali	por agora
-	acima	abaixo	
daqui	de cima	de baixo	
-	em cima (ê cima)	em baixo (ê baixo)	
para aqui	para cima (pra cima)	para baixo (pra baixo)	
por aqui	por cima	por baixo	

As preposições *a* e *em*, como se vê, são as responsáveis pelo maior número de defecções. Isso se deve, no nosso entender, ao fato de que *a* vem sendo preterida por *p(a)ra* e *em* parece representar redundância em relação ao conteúdo semântico de muitos itens lexicais, sobretudo os que expressam lugar e tempo, ocorrendo com maior freqüência em locuções formadas com adjetivos, constituindo adverbiais “de modo” (*em breve, em comum*).

2.3 As locuções adverbiais descontínuas

Observação interessante deve-se fazer acerca das locuções adverbiais descontínuas (ex.: *não... mais*). Assim estamos denominando itens adverbiais locucionais que ocorrem intercalados por outro elemento, geralmente um verbo. Incluímo-las entre os itens locucionais, porque são usadas em conjunto e têm significado indivisível. Nos textos analisados, as principais são as seguintes (não registramos as variantes gráfico-fonéticas):

- a) *nom... já* (CPVC);
- b) *nom... mais* (CPVC, CDJ III, CCDJ, GJB);
- c) *nom... ainda* (CPVC, CDJ III, CCDJ);
- d) *nunca... mais* (CPVC).

Observamos que as quatro locuções permanecem em uso. *Não... mais*, bastante usada no Brasil, é o antônimo de *ainda* em pares como:

- (1) Ele *ainda* vem.
- (2) Ele *não* vem *mais*.

Não... já é usado sobretudo em Portugal com o mesmo sentido de *não... mais*, variando com *já não*:

- (3) Ele *não* vem *já* / ele *já não* vem.

Não... ainda varia, no Brasil, com *ainda não*:

(4) Ele *não* veio *ainda* / ele *ainda não* veio.

Uma delas, portanto, mantém-se descontínua; duas têm variantes contíguas, que ganham em coalescência e fixidez sintática (posição pré-verbal), e a última das citadas é atualmente sempre contígua e pré-verbal.

(5) Ele *nunca mais* veio.

3 Os processos de formação

Feito o levantamento exaustivo das formas de advérbiais nos textos indicados (foram encontrados 185 itens advérbiais, além daqueles formados pelo sufixo [-*mente*]), estabelecemos seus processos morfossintáticos de constituição diacrônica, a partir de sua etimologia. Isolamos 31 processos, que apresentamos a seguir, acompanhados de alguns exemplos. A relação completa das formas encontradas está exposta no item 6 deste trabalho:

- (1) ADV < N: *logo, asinha*
- (2) ADV < V: *perto*
- (3) ADV < ADJ: *baixo, certo*
- (4) ADV < ADV: *antes, cedo*
- (5) ADV < SN: *agora, cada dia*
- (6) ADV < PREP + N: *acima, depressa*
- (7) ADV < PREP + SN: *às vezes, pelo contrário*
- (8) ADV < PREP + ADJ: *debaixo, em geral*
- (9) ADV < PRON: *de todo*
- (10) ADV < PREP + V: *de feito*
- (11) ADV < PREP + ADV: *aí, dagora, então*
- (12) ADV < PREP + PREP: *atrás*
- (13) ADV < ADV + ADV: *também, ainda não*
- (14) ADV < ADV ... ADV: *não... mais, não... ainda*
- (15) ADV < REFORÇO + PRON: *mesmo*
- (16) ADV < PRON + ADV: *outrossim*
- (17) ADV < PRON + REFORÇO: *isso mesmo*
- (18) ADV < ADV + REFORÇO: *assim mesmo*
- (19) ADV < PRON + CONJ + PRON: *pouco e poucos*
- (20) ADV < PREP + ADV + REFORÇO: *entonces*
- (21) ADV < PREP + PREP + PREP: *despois*
- (22) ADV < PREP + PREP+ ADV: *por davãte*
- (23) ADV < PREP + ADV + ADV: *per aqui adiante*
- (24) ADV < ADV + CONJ + ADV: *mais e mais*
- (25) ADV < ADV + PREP + PRON: *dhi a pouco*
- (26) ADV < ADV + SP: *oje em dia*
- (27) ADV < PREP + N + PREP + N: *depomta apomta*
- (28) ADV < PREP + SN + PREP + SN: *a hũa mãao pera out^a.*

- (29) ADV < PREP + ADV + PREP + ADV: *de pouco a mais*
 (30) ADV < ADV + ADV + CONJ + (ADV) + ADV: *pouco mais ou (pouco) menos*
 (31) ADV < ADJ + [-MENTE]: *novamente, dereitamente.*

Uma terceira questão que se pôs quando da análise diz respeito à listagem e conceituação das classes das palavras que tomamos em consideração quando analisamos a formação histórica dos itens adverbiais. Visto que não oferecem novidades face à tradição, não discorreremos sobre nossa compreensão de *nomes* (N), *adjetivos* (ADJ), *verbos* (V), *preposições* (PREP) e *conjunções* (CONJ), mas apresentaremos pequena explanação sobre *determinantes* (DET) e *pronomes* (PRON), considerando que já discorreremos sobre *advérbios* (ADV).

Trataremos como *determinantes* (classe não explicitada nos processos de formação, porque sempre incluída em SNs), aliás como certa tradição descritiva, mais recente que a gramática tradicional, os elementos que têm sua distribuição mais natural como precedentes de nomes e que, em geral, são variáveis, concordando em gênero e número com esses nomes. Nos determinantes incluem-se, portanto, as seguintes classes da nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), representante atual brasileira da taxionomia gramatical tradicional: os artigos, parte dos numerais, os pronomes adjetivos e parte dos pronomes substantivos. Excluimos os numerais da NGB que preenchem núcleo de SNs, como nos exemplos:

- (6) A *novena* foi muito bonita.
 (7) Maria ganhou uma *dúzia* de rosas.

Em que temos, a nosso ver, *nomes*; e incluimos os ditos pronomes substantivos da NGB, em exemplos como:

- (8) Você escolhe esta blusa, que eu escolho *aquela*.

visto que o elemento destacado é um determinante que precede núcleo elíptico, entendimento, aliás, já explicitado por Pontes no seu clássico trabalho de 1978.

Tratamos como *pronomes* os elementos endofóricos ou exofóricos que preenchem posição de núcleo de SNs e que rejeitam a co-ocorrência de nomes.

Além disso, esclarecemos que, quando um processo de formação se efetiva, introduzindo um novo item em uma das classes consideradas, esse item é já classificado como elemento dessa classe para a descrição dos processos de formação em que figure. Ou seja, o advérbio *agora*, formado a partir do SN lat. *hac hora* (DET + N) é tratado como adverbial na descrição do processo de formação do item *dagora* (PREP + ADV).

4 A produtividade dos processos de formação

4.1 Processos produtivos

Dos 31 processos formadores de itens adverbiais que foram detectados, 9 mostraram-se mais produtivos, ou porque são representados por muitas formas nos vários textos, embora não se tenham acrescentados itens:

a) ADV < ADV (*bem, hoje, pouco, sempre*)

ou porque são representados por muitas formas nos textos e novas formas vêm se acrescentando:

b) ADV < ADJ + MD [-mente] (*primeiramente, compridamente, largamente*)

c) ADV < SN (*agora, talvez, outra vez*)

d) ADV < ADJ (*pior, melhor, baixo*)

e) ADV < ADV + ADV (*também, aqui*)

f) ADV < PREP + ADV (*dentro, de dentro, assim*)

g) ADV < PREP + N (*depressa, devagar, de cima*)

h) ADV < PREP + ADJ (*debaixo, de novo*)

i) ADV < PREP + SN (*pelo meudo, às vezes, embora*)

Acerca dos processos produtivos de formação de itens adverbiais, observam-se alguns pontos de interesse: a classe dos nomes, quando isolada, não é produtiva como classe matriz (cf. item 5.2); quando comparece nos processos, acompanha-se de determinantes, conformando uma estrutura de SN, ou de preposições, isoladas ou não, em estrutura de SP. A classe dos advérbios, isolada, muito produtiva na passagem do latim ao português, já em língua portuguesa comparece acompanhada de preposição ou de outro advérbio (exs.: *adiante, também, jamais*). A classe dos adjetivos demonstra importância como matriz, quer isolada (exs.: *alto, baixo*); quer como morfema lexical básico associado ao morfema derivacional *-mente* (este, processo tão produtivo que nos permitimos não listar seus itens representantes); quer como advérbio homônimo, de forma “curta”; quer acompanhada de preposição (exs.: *abaixo, debaixo, decerto*). A classe das preposições, com avassaladora predominância de *de*, seguida de *a* e nunca isolada, acompanha-se de advérbios, adjetivos, nomes, SNs e de elementos de sua própria classe (exs.: *adiante, abaixo, através, acima, embora*). A única classe, portanto, que continua gerando advérbios, quando isolada, é o adjetivo, quer criando advérbio homônimo, quer como item primitivo gerando advérbio composto por sufixação.

4.2 Processos poucos produtivos

Os demais 22 processos produziram poucas formas de adverbiais constantes dos textos analisados (cf. item 7):

Acerca dos processos pouco produtivos de formação de adverbiais, os pontos de interesse parecem ser: as classes de verbos e pronomes perderam sua força como matrizes geradoras. A classe dos advérbios, acompanhada de preposições, de outros advérbios e de conjunções, já produziu itens locucionais que se gramaticalizaram em itens adverbiais simples, (cf. item 5.1, processo a), mas não mantém sua força geradora.

5 Índícios do processo de gramaticalização aplicáveis aos adverbiais encontrados

5.1 A dessemantização de núcleos lexicais

Há casos de adverbiais, simples ou locucionais, cujos núcleos semântico-sintáticos sofreram esvaziamento do seu significado referencial. Mantém-se o significante (por vezes com alterações morfo-fonéticas), mas com o significado obscurecido ou tornado “inconsciente” por parte dos falantes (exs. de forma atuais: *logo*, *agora*, *talvez*, *deveras*, *acima*, *defronte*, *devagar*, *através*). Para ilustrar, observe-se o caso da forma *novamente*, que sofre uma mudança semântica, visto que ocorre no *corpus* em dois sentidos correspondentes a “de modo novo, inaugural”, e como adverbial temporal de frequência, enquanto no presente ocorre apenas nesse segundo sentido.

(9) Apresentou-lhe todas as cousas que pera ele criara as quaes Adam conheço, e ás chamou per seu nome, que entám *nòvamente* pôs (DLNL, p.394, ls. 6-7).

(10) Porque, se perguntáies a um hómem de oitenta anos pera que *novamente* começa fundár cásas de mil câmaras e retretes, diz: Para meus filhos (DVV, p. 441, ls. 8-10).

5.2 A fixação sintática

Este passo do processo de gramaticalização caracteriza a composição das locuções e sua consolidação em itens adverbiais simples e é tão evidente que dispensa exemplificação. A esse respeito é muito pertinente verificar a crescente coalescência e fixação pré-verbal das locuções descontínuas (cf. item 3.3).

5.3 A recategorização morfossintática

No percurso diacrônico, podemos visualizar caminhos de algumas formas adverbiais:

5.3.1 *Porém, embora, outrossim* – essas formas, em avançado processo de coalescência, atualmente conjunções, as duas primeiras, e marcador discursivo, a terceira, ocorreram como adverbiais em exemplos como:

(11) E *porém*, porque a prática é contigo, e ordenada aôs de tua idade... (DVV, p. 414, ls. 20-21).

(12) como dito he, vos vos poderes vÿr *em boõa ora* (CDJ III, c. 27, l. 29).

(13) Vÿde vos *emborra* cõ vosa copanhia (CDJ III, c. 2, ls. 4 – 5).

(14) ... como se por mÿ ã pesoa fosse feito. *Outrosy* que posam jurar em minha alma que guardarey e comprirey.. (CDJ III, c. 19, ls. 39-41).

5.4 A recursividade

Nem sempre enfatizada como recurso atuante no processo de gramaticalização, a recursividade dos processos de formação é registrada em processos como os que se vêem abaixo:

a) *i* (ADV) – *aí* (PREP + ADV) – *poráí* (PREP + ADV)
 b) *aqui* (PREP + ADV) – *daqui* (PREP + ADV)

A reutilização de um processo de formação num mesmo trajeto diacrônico produz uma espécie de regularidade, de previsibilidade que, parece-nos, deve ser tomada em conta em estudos de gramaticalização, abordagem que pretende demonstrar alguns tipos de sistematicidades no devir das línguas. Castilho (1997:39) denomina “regramaticalização” a aplicação da recursividade, que produz reforços, e lembra o caso de lat. *mecum* > port. ant. *migo* > port. at. *comigo*.

5.5 O estatuto mórfico do elemento inicial de locuções adverbiais

Referimo-nos ao elemento digamos, preposicional, que inicia a maior parte das chamadas locuções adverbiais. Quando se analisam seqüências como *dali* ou *praquí*, que estatuto mórfico deve-se atribuir à forma de anterior preposição? Em elementos como *donde*, *por onde*, *praí*, *pragora*, *debaixo*, *em cima*, que estatuto atribuir às formas *de*, *por*, *pra*, *em*? A questão se coloca desde antes da aglutinação, ainda na locução: o elemento preposicional que a inicia comporta-se como uma espécie de clítico, pois que é um elemento não-acentuado que se incorpora à estrutura acentual de palavra adjacente, formando com ela uma unidade acentual. A ele cabe, apenas parcialmente, a definição de forma dependente, visto que é, virtu-

almente, uma forma presa, pois não se pode deslocar isolada da palavra que lhe segue. Seriam clíticos? Castilho (1997:39) refere o percurso N>N relacional > preposição secundária > preposição primária > clítico > afixo, que poderia responder à nossa indagação. Ocorrida a afixação, esses elementos tornam-se afixos de que tipo? Derivacionais? Observe-se que não lhes falta a face semântica, visto que mantêm sentidos como *origem*, *percurso*, *direção*, *posição*, ressalvada a forma *de*, que merece abordagem específica, devido a sua ampla utilização e que teria atingido, talvez, etapa de gramaticalização posterior a *afixo*, tornando-se apenas sílaba inicial de novo morfema lexical básico.

Quanto à direção da fixação, dá-se na direção esquerda > direita, do que resulta um prefixo. É interessante notar, contudo, que, numa forma de preposição (*desde*), a afixação deu-se inicialmente na direção esquerda > direita (DE + EX > *des*) e a seguir na direção direita > esquerda (DES + DE > *desde*). Caso semelhante é o da forma contemporânea *dende* (DENTRO + DE), em frases como:

(15) Ele está *dende* casa.

Diacronicamente resultante de anexação da esquerda para a direita (DE + INTRO) apresenta agora outra anexação na direção inversa, como também no exemplo, lembrado por Castilho (1997:38), *por amor de > prumode*. Temos também o clássico caso dos advérbios em [-*mente*], nos quais a afixação se deu na direção direita > esquerda. Se se considerar que clíticos em geral se acoplam, em cada língua, numa dada direção, como se devem categorizar esses elementos?

Lembramos que o possível estatuto de afixo derivacional só cabe para as formas em que a face semântica não está obscurecida. Confrontem-se, para esse efeito, as formações transparentes *daqui* e *debaixo* com as possivelmente transparentes *devagar* e *depressa* e as opacas como *depois* e *demais*. Lembre-se a esse respeito a total opacidade para um falante contemporâneo do elemento inicial de formas como *ali* e *então*, nas quais não mais se percebem as preposições latinas *ad* e *in*, correspondendo esse caminho, da transparência à opacidade, ao gradativo processo de gramaticalização, ou seja, quanto mais gramaticalizado mais opaco.

5.6 A unidirecionalidade do processo

Essa questão, no nosso entender, ainda tão pouco clara nos estudos de gramaticalização, colocou-se, sobretudo, para os seguintes casos:

5.6.1 Aglutinação de sintagmas em itens adverbiais

Na diacronia, temos um exemplo como lat. *hac hora* > port. *agora*. No presente temos *neste instante* > *nestante*. Trata-se de passagem de forma dependente para o nível da morfologia, através do léxico? Devemos

considerar o léxico como uma etapa do processo? Devemos ver aí um paralelo com processos de composição lexical? Se as ditas palavras compostas são quase sempre formadas por aglutinação ou por justaposição de segmentos de sintagmas ou de sintagmas inteiros, não teremos aí importante etapa do processo de gramaticalização? Muitos adverbiais formaram-se por processos paralelos: além do clássico exemplo dos advérbios em [-mente], temos formas como *talvez*, *todavia* (advérbio, até o século XV), *embora* e *sequer* (não atestado no *corpus*, mas identificável na atualidade), cujas formações nos parecem semelhantes a palavras como *segunda-feira* ou *bem-te-vi*. Alguns desses adverbiais prosseguiram no percurso de gramaticalização, como os que são atualmente conjunções. Muito significativa é a forma *embora* que, de sintagma preposicional de função adverbial, fixou-se em locução, aglutinou-se em advérbio e atualmente é uma conjunção, ainda que não prototípica. Lembramos que o único caso de uso adverbial indiscutível dessa forma encontra-se hoje isolado em uma espécie de locução verbal com os verbos de movimentos *ir* e *vir*, ocorrendo, inclusive, uma espécie de composto por aglutinação, a ver:

(16) *Vembora* / *mbora* (vamos embora).

(17) *Simbora* (ir-se embora).

5.6.2 Advérbios e marcadores discursivos

Confrontando-se exemplos como:

(18) Eu cheguei em casa *agora*.

(19) *Agora*, tem sempre (...) numa família grande há sempre um com a tarefa de supervisor (NVRC/SP- D2- 360: 176, apud Neves, 1996: 49).

Vê-se que a forma *agora*, vinda de um sintagma que se cristalizou em advérbio tem sido usada também como marcador discursivo ou, como quer Risso (1993:32-33) “seqüenciador discursivo”, que funciona como “administração do tópico do discurso pelo falante”. Risso cita, entre outras, formas que considera homônimos de advérbios e podem exercer função semelhante (*então*, *depois*, *aí*, *bem*, *enfim*, *finalmente*) às quais acrescentamos *ainda* e *já*.

Como aplicar a unidirecionalidade do processo de gramaticalização nesses casos? Trata-se de recategorização morfossintática, da classe dos advérbios para a classe dos marcadores discursivos? Em que os marcadores discursivos se distinguem de conjunções?

Por oportuno, lembramos que essas formas funcionam nos discursos como espécie de ordenadores, indicando manutenção do assunto abordado (*ainda*); atingimento de um ponto previsível ou apresentação de um contraponto (*já*) e mudança ou introdução de um ponto de vista (*agora*, *bem*); como tratar a homonímia dessas formas sob o enfoque da

gramaticalização? As formas estão na fronteira entre dois níveis? Quais? Sintaxe e discurso? Neste ponto, duas indagações se colocaram: a) como ter acesso ao discurso de épocas pretéritas? Seria esse uso discursivo já antigo? e b) como tratar o nível discursivo na linha unidirecional da gramaticalização? As formas partem do discurso para a morfossintaxe ou o discurso é o ponto final? Ou o ponto de retomada? Talvez quanto ao tratamento do nível discursivo face à unidirecionalidade do processo de gramaticalização, devemos lembrar Castilho (1997: 58) que “gostaria de insistir em que qualquer item lexical contextualizado nos usos da língua preserva, ao mesmo tempo, suas propriedades sintáticas, discursivas e semânticas, sem que precisemos estabelecer correlações de precedência genética entre eles”.

5.6.3 Passagem de elemento sintático satélite para elemento central

Algumas formas como *hoje*, provindas de advérbio latino e, no presente, assim como no século XVI, um adverbial temporal, podem preencher na atualidade posição de argumento verbal, o que para nós, as incluiria na classe dos nomes ou pronomes, mais possivelmente nesta, pela sua condição de não-flexionáveis. Vejam-se exemplos como:

- (20) *Hoje* é o dia da festa.
 (21) *Aqui* é muito bom.

A meu ver, existe homonímia entre duas formas, uma com uso sintático mais periférico e outra com uso mais central, em função do argumento verbal. Caso semelhante flagramos em exemplos como:

- (22) Ele é muito *devagar*.

em que uma forma, tradicionalmente identificada como advérbio, ocorre em posição de adjetivo, quando o mais freqüente e amplamente documentado na diacronia e na sincronia é que o adjetivo gere advérbios. Como entender essas passagens a partir do pressuposto da unidirecionalidade de processo de gramaticalização?

5.6.4 Processo sistemático ou aleatório?

Da nossa pesquisa, incipiente, sobretudo no que toca a investigação de processos de gramaticalização, acreditamos poder depreender algumas sistematizações e, para esse efeito, acreditamos ser muito importante a consideração de processos recursivos, visto que a recursividade se nos afigura como a reafirmação diacrônica de possível previsibilidade do processo. É possível, contudo, que possamos encontrar maior ou menor grau de sistematicidade, a depender do nível em que se inclui o seu resultado. Por exemplo, se o processo promove o deslizamento entre classes de palavras, incidindo portanto sobre o nível gramatical, pode atuar mais sistematicamente que quando aglutina locuções, um processo da área de formação de léxico, este menos penoso à sistematicidade.

6 Relação dos itens adverbiais encontrados no *corpus*

Listamos a seguir os 185 itens encontrados, separados pelos processos morfossintáticos de formação. Devido ao grande número de itens encontrados, não listamos aqueles formados pelos processos ADV < ADJ + MD (processo nº 1). Procuramos listar os demais processos em ordem decrescente de produtividade:

2 ADV < PREP + ADV

- *AINDA* (CDJ III; CCDJ; GJB; DVV; DLNL) ~ *ÁJMDA* (CPVC) ~ *AJNDA* (CPVC) ~ *AIMDA* (CDJ III, CCCDJ) ~ *AYNDA* (CDJ III) ~ *INDA* (CCDJ)
- *ASSAZ* (CPVC) ~ *ASSÁZ* (GJB) ~ *ASAZ* (CPVC; GJB; CDJ III; CCDJ) *AÇAS* (CCDJ)
- *ALI* (CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *ALLI* (CCDJ) ~ *ALY* (CPVC; CDJIII; CCDJ)
- *ASSIM* (DLNL; DVV) ~ *ASSI* (CCDJ; GJB; DVV; DLNL) ~ *ASSY* (CDJIII; CCDJ) ~ *ASI* (CCDJ) ~ *ASY* (CPVC; CDJIII; CCDJ)
- *AÍ* (DLNL; DVV) ~ *AHY* (CDJIII) ~ *AHI* (CCDJ) ~ *AHII* (CCDJ)
- *ATE AGORA* (CCDJ) ~ *ATEGORA* (CCDJ) ~ *ATEE AGORA* (CPVC; CCDJ III; CCDJ) ~ *ATEGORA* (CDJ III; CCDJ) ~ *ATAAGORA* (CPVC) ~ *ATEE AGUORA* (CDJ III)
- *ANTONTEM* (GJB)
- *ADIANTE* (CDJ III; GJB; DLNL; DVV) ~ *DIANTE* (DVV)
- *ATAA LA* (CPVC)
- *ATTAQUY* (CPVC)
- *ATEE ENTÁ* (CDJ III) ~ *ATEE ENTÁ* (CDJIII)
- *ATEE OGE* (CDJ III)
- *DANTES* (CPVC) ~ *D'AMTES* (CDJ III)
- *DIANTE* (CPVC) ~ *DIÁTE* (CPVC) ~ *DIAMTE* (CPVC)
- *DENTRO* (CPVC) ~ *DEMTRO* (CPVC)
- *DAQUY* (CPVC) ~ *D'AQUY* (CDJ III; CCDJ)
- *DALI* (CDJ III; CCDJ; GJB) ~ *DALY* (CPVC)
- *DESI* (GJB; DVV)
- *DAÍ* (DLNL; DVV) ~ *D'AHII* (CCDJ)
- *DE FORA* (CDJ III)
- *DAGORA* (CPVC)
- *DE LLA* (CDJ III) ~ *DELA* (CPVC)
- *DE PERTO* (CPVC)
- *DONTEM* (CPVC)
- *DE CAA* (CDJ III; CCDJ)
- *D'HY* (CDJ III)
- *ENTAM* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *ENTÁ* (CPVC; CDJ III) ~ *EMTAM* (CPVC; CDJ III) ~ *ETAM* (CDJ III) ~ *ENTÁM* (GJB; DLNL) ~ *EMTÁ* (CPVC)
- *PERA LAA* (CCDJ) ~ *PERALA* (CPVC)
- *PERAALY* (CPVC)
- *PERAAQUEM* (CPVC)
- *PERA DETRAS* (CPVC)
- *PER FORA* (CPVC)
- *PERHY* (CPVC)
- *POR AQUI* (CCDJ) ~ *PER AQUY* (CPVC)
- *POR ENTAM* (CPVC) ~ *POR EMTAM* (CPVC)
- *PERA AGORA* (CCDJ)
- *PERA QUA* (CCDJ)
- *POR CA* (CCDJ)
- *DE DENTRO* (CPVC)

3 ADV < ADV

- *AALEM* (CPVC) ~ *ALLEM* (CCDJ)
- *ANTES* (CDJ III) ~ *AMTES* (CDJ III) ~ *ANTE* (CPVC; CCDJ; DVV) ~ *AMTE* (CPVC)

- *BEM* (CPVC; CDJ III; CCDJ; DLNL; DVV) ~ *BÊ* (CDJ III; CCDJ) *BEEM* (CDJ III) *BEÊ* (CCDJ)
- *CEDO* (CPVC; CDJ III; CCDJ)
- *QUASI* (CDJ III; CCDJ) ~ *CAISE* (CDJ III) ~ *CAYSE* (CDJ III) ~ *CASY* (CPVC)
- *FORA* (CPVC; CDJIII; CCDJ) ~ *FÓRA* (GJB)
- *HY* (CPVC; CDJIII) ~ *Y* (CDJIII) ~ *I* (GJB; DLNL; DVV)
- *JÁ* (GJB; DLNL; DVV) ~ *JA* (CPVC; CDJIII; CCDJ) ~ *JAA* (CDJIII; CCDJ)
- *LÁ* (GJB; DVV) ~ *LA* (CPVC; CDJIII; CCDJ; GJB) ~ *LLA* (CDJII; CCDJ) ~ *LAA* (CCDJ)
- *MAIS* (CPVC; CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *MAJS* (CPVC) ~ *MAYS* (CCDJ) ~ *MÁIS* (GJB; DLNL; DVV)
- *MAL* (CPVC; CDJIII; CCDJ) ~ *MÁL* (GJB; DLNL; DVV) ~ *MALL* (CDJIII; CCDJ)
- *MUI* (CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *MUY* (CPVC; CDJIII; CCDJ)
- *MUITO* (CPVC; CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *MUYTO* (CDJIII; CCDJ) ~ *MOJTO* (CPVC)
- *MENOS* (CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL)
- *NUNCA* (CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *NÚCA* (CPVC; CDJIII; CCDJ)
- *HOJE* (DLNL) ~ *OJE* (CPVC; CDJIII; CCDJ) ~ *OGE* (CDJIII)
- *POUCO* (CPVC; CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL; DVV)
- *QUAM* (CDJIII; CCDJ; GJB; DVV) ~ *QUÁ* (CDJIII; CCDJ) ~ *CAM* (CDJIII) ~ *CÃ* (CDJIII)
- *SEMPRE* (CDJIII; CCDJ; GJB; DVV) ~ *SENPRE* (CPVC) ~ *SEPRE* (CCDJ)
- *SI* (DLNL)
- *TÃO* (CCDJ) ~ *TAM* (CPVC; CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *TÃ* (CPVC; CDJIII; CCDJ)
- *TANTO* (CPVC; CDJIII; CCDJ; DLNL; DVV) ~ *TAMTO* (CPVC) ~ *TÃTO* (CDJIII)
- *TARDE* (CPVC; CDJIII)
- *NÃO* (CDJIII; CCDJ) ~ *NOM* (CPVC; CDJIII; CCDJ; GJB) ~ *NÕ* (CPVC; CDJIII; CCDJ) ~ *NAM* (CDJIII; CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *NÃ* (CPVC; CDJIII; CCDJ)

4 ADV < PREP + N

- *ACIMA* (CDJ III; CCDJ) ~ *AÇIMA* (CDJ III; GJB) ~ *ACYMA* (CDJ III)
- *APENAS* (CCDJ)
- *ACASO* (GJB)
- *ATRAVÉS* (DVV)
- *APREPOSITO* (CPVC)
- *A CABO* (CCDJ)
- *A GEITO* (CCDJ)
- *DE MANHAÃ* (CPVC) ~ *DEMANHAÃ* (CPVC)
- *DEPRESA* (CDJ III)
- *DEVAGÁR* (DVV) ~ *DE VAGAR* (CPVC; CDJ III; CCDJ)
- *DE FRECHA* (CPVC)
- *DE NOITE* (GJB) ~ *DE NOUTE* (CPVC) ~ *DENOUTE* (CPVC)
- *DE DIA* (GJB)
- *DE CIMA* (DVV) ~ *DE ÇIMA* (GJB)
- *EM CIMA* (CPVC) ~ *EM ÇIMA* (GJB) ~ *ËCIMA* (CDJ III)
- *EM PESSOA* (CDJ III)
- *EM PARTE* (CDJ III)
- *PER CIMA* (CPVC) ~ *PERCIMA* (CPVC)
- *PERA CIMA* (CPVC) ~ *PERACIMA* (CPVC)
- *PER FORÇA* (CPVC)
- *POR MERCE* (CCDJ)
- *PER RODEO* (GJB; DLNL)
- *PER VENTURA* (DVV)
- *APRESA* (CDJ III)

5 ADV < PREP + SN

- *ABOFFE* (CCDJ)
- *AAPRIMEIRA* (CPVC)
- *AATARDE* (CPVC) ~ *A TARDE* (CCDJ)
- *AO LONGO* (CPVC)
- *A DIÁTE* (CDJ III) ~ *AO DIANTE* (CDJ III; GJB)
- *AO MENOS* (CDJ III) ~ *AO MEENOS* (CDJ III; GJB)
- *ÀS DEREITAS* (CCDJ)

- *ÀS VEZES* (GJB; DLNL; DVV) ~ *AS VEZES* (CCDJ)
- *AO CONTRÁRIO* (GJB)
- *AO PRESENTE* (GJB; DLNL)
- *ÀS VÉSSAS* (GJB)
- *À PRIMEIRA VISTA* (DLNL)
- *DA PRIMEIRA* (CPVC) ~ *DA PRIM^a* (CPVC)
- *EM BOÏA ORA* (CDJ III) ~ *EMBORRA* (CDJ III) ~ *EMBORA* (CCDJ)
- *PELO MEUDO* (CPVC; CDJ III) ~ *PELO MYUDO* (CDJ III)
- *POLA MANHÃ* (CPVC; CCDJ)
- *PELO CONTRÁRIO* (GJB)
- *NEESTE DIA* (CPVC)
- *POR ALGÚAS VEZES* (CCDJ)

6 ADV < PREP + ADJ

- *ABAIXO* (CCDJ)
- *ATAA BAIXO* (CPVC)
- *DEBAIXO* (CPVC) ~ *DEBÁIXO* (GJB)
- *DE LOMGO* (CPVC) ~ *DELOMGO* (CPVC)
- *DE NOVO* (CDJ III)
- *DE SÚBITO* (DVV)
- *EM BREVE* (CDJ III; CCDJ; DLNL)
- *EM GROSSO* (CDJ III)
- *EM ESPICIAL* (CCDJ)
- *EM GÉRAL* (GJB)
- *EM PARTICULAR* (GJB)
- *EM COMUM* (DVV)
- *PERA BAIXO* (CPVC)
- *POR DERADEIRO* (CDJ III) ~ *PER DERRADEIRO* (DLNL)
- *EM CONTRAIRO* (CDJ III) ~ *EM CONTRÁIRO* (GJB)

7 ADV < SN

- *AGORA* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *AGUORA* (CDJ III; CCDJ) ~ *AGÓRA* (GJB; DLNL; DVV)
- *AS MAIS DAS VEZES* (GJB) ~ *AS MAIS VEZES* (DLNL; DVV)
- *CADA DIA* (CDJ III)
- *ESTE DIA* (CPVC)
- *ESTA NOUTE* (CPVC)
- *HUÛ POUÇO* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *UM POUÇO* (DLNL)
- *HUÛ PEDAÇO* (CPVC; CCDJ)
- *MUITAS VEZES* (CCDJ; GJB; DLNL; DVV)
- *OUTRA VEZ* (CPVC; CCDJ) ~ *OUT^a VEZ* (CPVC)
- *OUTRO DIA* (CCDJ) ~ *O OUTRO DIA* (DLNL; DVV)
- *TÁ MALAUES* (CPVC)

8 ADV < ADJ

- *BAIXO* (CPVC; CDJ III)
- *BREVE* (CDJ III)
- *CERTO* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *ÇÉRTO* (DLNL; DVV)
- *LARGUO* (CCDJ)
- *MELHOR* (CDJ III) ~ *MELHÓR* (DVV) ~ *MILHOR* (CPVC; CDJ III; CCDJ; GJB) ~ *MILHOR* (CPVC) *MILHÓR* (GJB; DVV)
- *PIOR* (CPVC)
- *PRIMEIRO* (CPVC; CDJ III; CCDJ; GJB; DLNL) ~ *PRIM^o* (CPVC)
- *PRÓPRIO* (DVV)
- *RRIJO* (CPVC)
- *SÓ* (GJB) ~ *SO* (CCDJ) ~ *SOO* (CCDJ)

9 ADV < ADV + ADV

- *AQUEM* (CPVC)
- *AQUI* (CPVC; CCDJ; GJB; DLNL; DVV) ~ *AQUY* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *QUI* (GJB; DLNL)

- *CA* (CPVC; CDJ III) ~ *CAA* (CDJ III; CCDJ) ~ *QUA* (CCDJ)
- *JÁ NAM* (GJB) ~ *NÃO JÁ* (GJB)
- *TAMBEM* (CDJ III; CCDJ) ~ *TAMBÉM* (GJB; DLNL; DVV) ~ *TAMBÊ* (CDJ III; CCDJ) ~ *TANBEEM* (CDJ III) ~ *TANBEM* (CDJ III) ~ *TANBÊ* (CDJ III) ~ *TÂBEM* (CCDJ) ~ *TÁBÊ* (CCDJ) ~ *TAM BEM* (CPVC) ~ *TAM BÊM* (GJB)
- *AINDA NAM* (CDJ III; DVV) ~ *AYNDA NÁ* (CCDJ)
- *NOM MAIS* (CDJ III) ~ *MAIS NOM* (CPVC)

10 ADV < N

- *ASINHA* (CCDJ) ~ *ASSINHA* (CCDJ)
- *LOGO* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *LOGUO* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *LÓGO* (GJB; DLNL; DVV)
- *ONTEM* (CPVC; CDJ III; GJB) ~ *OMTEM* (CPVC) ~ *ONTE* (CDJ III)
- *ORA* (CPVC; CDJ III; CCDJ; GJB) ~ *ÓRA* (GJB; DLNL; DVV)

11 ADV < PREP + PRON

- *DE TODO* (CPVC; CDJ III; CCDJ) ~ *DETUDO* (CPVC)
- *EM TUDO* (CCDJ)
- *PORÉM* (DVV) ~ *PORÉM* (DVV)
- *PER SI* (GJB)

12 ADV < ADV ... ADV

- *NOM... JÁ* (CPVC)
- *NÃO... AINDA* (CDJ III) ~ *NÃO... AYNDA* (CCDJ) ~ *NÃO... AJNDA* (CPVC) ~ *NÃO... AIMDA* (CDJ III) ~ *NAM... AINDA* (CCDJ) ~ *NOM... AJNDA* (CPVC)
- *NÃO... MAIS* (CDJ III) ~ *NOM... MAIS* (CPVC) ~ *NÁ... MAIS* (CCDJ) ~ *NAM... MAIS* (CDJ III) ~ *NAM... MÁIS* (GJB; DVV) ~ *NOM... MAIS* (CPVC; CDJ III) ~ *NÃO... MAIS* (CPVC)
- *NUMCA... MAIS* (CPVC)

13 ADV < PREP + N + PREP + N

- *DEPOMTA APOMTA* (CPVC)
- *DE FUMDO ACJMA* (CPVC)
- *DE GRÁU EM GRÁU* (DLNL)

14 ADV < PREP + PREP

- *ATRÁS* (GJB; DVV) ~ *ATRAS* (CDJ III)
- *AVANTE* (CDJ III) ~ *AVANTE* (GJB; DLNL)
- *DETRAS* (CPVC)

15 ADV < PRON + ADV

- *OUTROSY* (CDJ III)
- *QUANTO MAIS* (CCDJ)

16 ADV < V

- *PERTO* (CPVC; CCDJ) ~ *PRETO* (CCDJ)

17 ADV < PREP + V

- *DE FEITO* (CDJ III) ~ *DE FEYTO* (CDJ III)

18 ADV < REFORÇO + PRON

- *MEESMO* (CPVC) ~ *MESMO* (CDJ III; GJB)

19 ADV < PRON + REFORÇO

- *YSO MESMO* (CDJ III)

20 ADV < ADV + REFORÇO

- *ASY MESMO* (CDJ III)

21 ADV < PRON + CONJ + PRON

- *POUCOS E POUÇOS* (CPVC)

22 ADV < PREP + ADV + REFORÇO

- *ENTONCES* (CCDJ) ~ *ETONCES* (CCDJ)

23 ADV < PREP + PREP + PREP

- *DEPOIS* (CPVC; CDJ III; CCDJ; GJB; DLNL) ~ *DESPOIS* (CVPC; CDJ III; CCDJ; DLNL)

24 ADV < PREP + PREP + ADV

- *POR DAVÁTE* (CDJ III)

25 ADV < PREP + ADV + ADV

- *PER AQUI ADIANTE* (DVV)

26 ADV < ADV + CONJ + ADV

- *MAIS E MAIS* (CPVC)

27 ADV < ADV + PREP + PRON

- *DHI A POUÇO* (CPVC)

28 ADV < ADV + SP

- *OJE EM DIA* (CDJ III)

29 ADV < PREP + SN + PREP + SN

- *DHÚA MÁAO PERA A OUT^a* (CPVC)

30 ADV < PREP + ADV + PREP + ADV

- *DE POUÇO A MAIS* (DLNL)

31 ADV < ADV + ADV + CONJ + (ADV) + ADV

- *POUÇO MAIS OU (POUÇO) MENOS* (CPVC)

¹ Projetos de pesquisa intitulados “A língua portuguesa do período arcaico para o moderno: advérbios e locuções adverbiais” e “Aspectos morfossintáticos do português quinhentista: advérbios e locuções adverbiais”, ambos integrados ao Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPROR) nos períodos de 1995 – 1997 e 1997 – 1999, respectivamente.

Referências bibliográficas

- BARROS, J. de (1971[1540]). *Gramática da Língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viçosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ed. Crítica de Maria Leonor Carvalhão Buescu.
- CASTILHO, A. de. (1997). A gramaticalização. *Estudos: lingüísticos e literários*, 19: 25-63.
- COSTA, S. B. B. (1996). Advérbios. In: MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA. p. 195-212.
- COSTA, S. B. B. (2000a). Advérbios no português dos séculos XV e XVI: indícios de gramaticalização. *Anais da XVII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste*. Fortaleza: UFCE – CHC/ GELNE. p. 342-345.
- COSTA, S. B. B. (2000b). Advérbios locativos e temporais no português dos séculos XV e XVI: proposta de análise. *Comunicação apresentada à XVIII Jornada de Estudos Lingüísticos do Nordeste*. Salvador, 3 a 6.09.2000. (inédito).

- COSTA, S. B. B. (2001). Adverbiais espaciais e temporais em Fernão Lopes. *Comunicação* apresentada ao II Congresso Internacional da ABRALIN. Fortaleza: 14 a 16.03.2001. (inédito).
- FORD, J. D. M. (Ed.). (1931). *Letters of John III, King of Portugal: 1521-1557*. Cambridge: Harvard University Press.
- FORD, J. D. M e Moffat, L. G. (Eds.). (1931). *Letters of the court of John III, King of Portugal*. Cambridge: Harvard University Press.
- LEHMANN, C. (1982). *Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch*. Arbeiten des Kölner Universalien – Projekts 48. Cologne: Universität zu Köln, Institut für Sprachwissenschaft.
- MATTOS E SILVA, R.V (1999). Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR) – terceira fase. *Projeto de pesquisa* apresentado ao CNPq. (digitado).
- MATTOS E SILVA, R.V (Org.). (1996). *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: EDUFBA.
- PEREIRA, S. B. (1964). *Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro: INL/MEC.
- PONTES, E. (1978). Os determinantes em português. In: LOBATO, L. *et alii*. *Lingüística e ensino do vernáculo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. p.145-167.
- RISSO, M. S. (1993). Agora... o que eu acho é o seguinte: um aspecto da articulação do discurso no português culto falado. In: CASTILHO, A. de. (Org.). *Gramática do Português Falado: as abordagens*, v III. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, p.31-60.
- SVOROU, S. (1993). *The grammar of space*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Co.



Raposa,



*Comparação entre algumas preposições
portuguesas documentadas no século
XVII e no século XVIII*

Rosauta Maria Galvão Fagundes Poggio



1 Introdução

Este trabalho é parte de um projeto coletivo do Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR), intitulado “Português quinhentista: estudos lingüísticos”, sob a coordenação da Profa. Dra. Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Os *corpora* básicos analisados constituem-se da versão mais antiga, em português arcaico (século XIV), dos dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório* (D.S.G.) e de algumas obras de João de Barros (século XVI), a saber: *Gramática da língua portuguesa e ortografia*, *Diálogo em louvor da nossa linguagem* e *Diálogo da viçiosa vergonha* (J.B.), bem como sessenta e uma das *Cartas de D. João III* (Cartas) referentes ao período de 1523 a 1533, contemporâneas da obra de João de Barros, com o objetivo de estudar o uso das preposições do século XIV ao XVI.

Sabe-se que as preposições já existiam no sistema latino, embora sendo pouco usadas no período clássico, uma vez que a relação entre vocábulos era marcada, quase sempre, pelas flexões casuais. À medida que os casos morfológicos foram desaparecendo, generalizou-se o emprego das preposições, o que se ampliou nas línguas românicas.

A heterogeneidade das preposições tem provocado uma série de discussões entre os lingüistas, no que se refere à identificação de seu estatuto categorial. Além do mais, existe a questão da expressão do caso pelas preposições, uma vez que, como já se observou, ao desaparecer o caso morfológico latino, as preposições assumiram esse papel.

Nos estudos funcionalistas mais recentes, percebe-se um interesse cada vez maior pela investigação histórica dos fatos lingüísticos.

Para se interpretar as mudanças, propõem-se explicações funcionais, comunicativas e/ou cognitivas, postulando-se tendências naturais e não leis rígidas. A sincronia e a diacronia não podem estar separadas. Para compreender-se o processo de gramaticalização, torna-se fundamental a interação e interdependência sincronia/diacronia, uma vez que se procura examinar a

origem das formas gramaticais, as trajetórias das mudanças dessas formas, além do exame das mesmas como um fenômeno discursivo-pragmático.

Com efeito, para se investigar a mudança lingüística, intrínseca à gramaticalização, devem-se estudar e comparar estágios lingüísticos diferentes, empregando-se modelos e teorias desenvolvidos nas pesquisas sincrônicas. Esses modelos deverão ser tratados a partir de dados históricos e a gramaticalização será considerada como completa, quando houver incorporado a mudança na gramática. Trata-se de uma abordagem pancrônica do estudo da língua, onde se combinam a informação sincrônica e diacrônica para se ter uma descrição mais densa, dispondo de compreensão mais consistente dos fenômenos pesquisados.

Segundo S. Svorou (1993: 62), olhar de perto a história das formas gramaticais, especialmente os morfemas lingüísticos espaciais e seu desenvolvimento posterior, é necessário não só porque explica a grande quantidade de variação, mas também porque reflete aspectos mais profundos de interação social e aspectos da construção cognitiva dos seres humanos. Os caminhos que os elementos gramaticais das línguas percorrem no tempo refletem as crenças e os processos de raciocínio da “mente coletiva” dos grupos lingüísticos que as usam, como também os padrões de discurso pertinentes às interações lingüísticas entre membros de um grupo. Quaisquer semelhanças observadas na comparação dos percursos de mudança de morfemas lingüísticos interlinguais, assinala a autora, refletiriam não apenas a natureza de uma língua humana, nem somente a natureza de uma cultura, mas a natureza da cognição humana, como se manifesta acima e além de línguas e culturas específicas.

Recentemente, muitos trabalhos têm mostrado o interesse dos estudiosos pelos processos através dos quais uma forma ou função se transforma em outra. Sabe-se que, durante muito tempo, uma estrutura pode substituir completamente outra e que a nova e a antiga estruturas podem coexistir, por um certo período de tempo. Algumas vezes, elas se encontram em variação e essa variação é uma conseqüência necessária do aspecto gradual da mudança lingüística.

Conforme assinala A. de Castilho (1997), para estabelecer os estágios de gramaticalização, o discurso foi considerado como ponto inicial desse processo, estando o mesmo assim constituído:

- **alterações gramaticais:** sintaticização (recategorização, categorização funcional e relações intersentenciais); morfologização; fonologização; e estágio zero;
- **alterações semânticas:** metáfora e metonímia.

Em termos diacrônicos, a teoria da gramaticalização, como foi desenvolvida, nesses últimos anos, por inúmeros pesquisadores, pressupõe que

as formas gramaticais originam-se e desenvolvem-se de material léxico, atravessando vários estágios, durante os quais, elas perdem, progressivamente, suas características lexicais e adquirem, simultaneamente, cada vez mais, características gramaticais.

Das preposições examinadas nos *Diálogos de São Gregório*, na versão portuguesa do século XIV, a mais antiga conhecida em português, foram encontradas, do ponto de vista da sua significação, desde formas intensamente gramaticalizadas, como **a** e **de**, o que dificulta a análise semântica desses elementos, até formas transparentes, como: **ata/atees** ('limite final de um movimento'), **ante** ('situação anterior'), **antre** ('situação intermédia'), **con** ('companhia'), **contra** ('oposição'), **depois/depos** ('situação posterior'), **des** ('ponto de partida'), **empós** ('situação posterior'), **en** ('localização'), **per** ('percurso'), **pera** ('percurso com direção definida'), **por** ('causa'), **segundo** ('adequação'), **sen** ('exclusão'), **sô** ('situação inferior'), **sobre** ('situação superior'), **tirado** ('exclusão parcial') e locuções prepositivas, como: **a cabo de/ cabo de**, **a cima de**, **arredor de**, **de antre**, **de cima de**, **dentro ao**, **dentro en**, **derredor de**, **en cima de**, **en logo de**, **fora de**, **longe de**, **per cima de**, **por amor de** e **preto de/apreto de**.

Com o objetivo de dar continuidade à pesquisa, iniciada na tese de Doutorado (1999), sobre os processos de gramaticalização de preposições do latim para

o português arcaico, parte-se da análise das preposições documentadas nas obras de João de Barros citadas, inicialmente, e nas *Cartas de D. João III*, contemporâneas daquele autor, estabelecendo-se comparações com esses elementos no português do século XIV (*Diálogos de São Gregório*), estudado anterior-

mente, na tese referida, que tem como *corpus* os dois primeiros livros dos *Diálogos de São Gregório* e a sua versão em latim do século VI, a fim de investigar mudanças que ocorreram com algumas preposições que introduzem adjuntos adverbiais e complementos locativos de verbos circunstanciais. Conseguiu-se um número significativo de segmentos para a

DA PREPOSICAO

De aiuntár: iuntamente, em soma.

De apartár: Aparte, afóra.

De iurár: Certo, em uerdade.

De despertár: Eya, sus, asinha.

De comparár: Assy, assy como, bem como.

De acabár: Em conclusám, finalmente.

Per outra maneira soprinos gram diuersidade de auç bios, aiuntãdo a hum nome aietiuo feminino esta paláura, mente: e dizemos. Boamente, mámente, escásamente, grandemente. &c. que quçr dizer boa, má, escás, grand de, uontáde.

Fragmento do fólio 29r da *Grammatica* de João de Barros

realização deste trabalho: 2.298 segmentos de texto foram selecionados dos *Diálogos de São Gregório*, 2.291 da obra de João de Barros e 3.235 das *Cartas de D. João III*.

No século XVI, João de Barros (1971: 347e 355) define a preposição como uma parte da gramática que se põe entre as outras por ajuntamento ou por composição. Além das preposições propriamente ditas, ele considera como preposições aquelas que são usadas como prefixos, no processo de formação de palavras. Observa que esses elementos possuem figuras singelas ou simples e dobradas ou compostas, salientando que essas últimas são mais eficazes. Também trata da regência das preposições, focalizando o papel das mesmas na marcação dos casos, como: **de** e **do** para o genitivo; **a**, **ao** e **para** para o dativo; **a**, **ante**, **diante**, **antre**, **contra**, **per** e **por** para o acusativo; e **com**, **em**, **no**, **na** e **sem** para o ablativo.

2 Análise comparativa dos usos das preposições nos séculos XIV e XVI

Ao estabelecer comparação entre os *corpora* dos dois séculos, observa-se que as preposições podem ser agrupadas de formas diversas.

2.1 Preposições com formas e sentidos equivalentes

No primeiro grupo, há preposições que aparecem com formas e sentidos equivalentes, nos séculos XIV e XVI. É o caso, por exemplo, das preposições: **ante**, **contra**, **de**, **des**, **em**, **segundo**, **sem** e **sobre**, exemplificadas a seguir:

ANTE: 'espaço: diante de'

(1)[...] apanhou todos os pedaços da lampada que pôde apanhar e pose-os todos **ante** o altar (D.S.G., 1, 14, 3).

(2)A epístola sinifica o ofício de Sam Joám, precursor de Cristo que veo **ante** a sua fáce e a dizer: [...] (J.B., p. 268, l. 45).

(3)E como fordes **ante** elle, depois de lhe beixardes a mão e lhe dardes minha carta, [...] (Cartas, p. 7, l. 148).

CONTRA: 'noção: oposição'

(4)E non te nembra que o profeta David, por hũas paravoas mentideiras [...] **contra** o filho Jonata, deu sentença de noite contra el (D.S.G., 1, 8, 5).

(5)[...] e diz-se **contra** o Aquilám pera evitar os mãos espíritos e imitar os bons, [...] (J.B., p. 284, l. 152).

(6)[...] pois craramête fora de toda ordem de justiça e tanto **contra** toda Rezão de direyto e d'amizade se pasou (Cartas, p. 9, l. 241).

DE: 'espaço: afastamento'

- (7)[...] viinha cada ano **do** logar en que morava ao moesteiro de San Beento (D.S.G., 2, 13, 2).
 (8)E assi se árma com òrações e çerimónias divinas que diz e fáz **do** princípio té o fim dela (J.B., p. 263, l. 22).
 (9) [...] e esta naao que veo **das** Antilhas, [...] (Cartas, p. 11, l. 285).

DES: 'tempo: afastamento'

- (10) Aqueste **des** sa mininice sempre ouve coração de velho (D.S.G., 2, 1, 3).
 (11) A quinta feira das Endoenças, **des** a quinta feira à missa, [...] (J.B., p. 286, l. 183).

EM: 'espaço: localização'

- (12) Tu debes saber [...] que **no** moesteiro [...] faleceu o azeite velho (D.S.G., 1, 15, 3).
 (13) [...] conversám de cinquenta e sete mil álmãs **na** térra do Malabar (J.B., p. 240, l. 31)
 (14) [...] por graça de Deus Rey de Portugal e dos Alguarves d'aquem e d'alem mar **em** Africa, [...] (Cartas, p. 6, l. 110).

SEGUNDO: 'noção: adequação'

- (15) E esto fazia cada dia **segundo** o custume que naquel tempo era (D.S.G., 2, 23, 14).
 (16) A lei de Cristo, **segundo** nóssa fé, é à que [h]á-de salvár a todos (J.B., p.367, l.1431).
 (17) [...] fazer sempre o que eu de cada hũ d'elles espero, cõmais ou menos palavras **segundo** a calidade da pessoa que for (Cartas, p. 16, l. 490).

SEM: 'noção: exclusão'

- (18) [...] mostrou que o seu recebimento **sen** culpa non foi (D.S.G., 1, 25, 21).
 (19) [...] parece-nos que ficáva ésta **sem** fundamento, [...] (J.B., p. 292, l. 18).
 (20) [...] ou que onde mais convêniete parecer se faça, **sem** nenhũa memorea do já julgado, [...] (Cartas, p. 10, l. 276).

SOBRE: 'espaço: situação superior'

- (21) Vai e deita desta agua beenta **sobrelo** corpo daquel que jaz enfermo (D.S.G., 1, 28, 38).

(22) Água benta que se aspérge **sobre** o povo é [...] (J.B., p. 265, l. 17).

(23) [...] e de feito faço, do officio camareira moor da Rainha, minha **sobre** todas muyto amada e preçada molher, [...] (Cartas, p. 4, l. 57).

A preposição **des** continuava em uso no século XVI, pois Duarte Nunes de Leão, na *Ortografia e origem da língua portuguesa*, publicada nos inícios do século XVII, corrige **desdeque** para **desque** (Leão 1983: 164).

Vale acrescentar que, entre as cartas examinadas, nas *Cartas de D. João III*, não se encontra documentada a preposição **des**.

2.2 Preposições com formas equivalentes e novos sentidos no século XVI

Algumas preposições apresentam formas equivalentes nos dois períodos enfocados, porém, no século XVI, aparecem com novos sentidos. Observa-se, ainda, que, nesse último século, a obra de João de Barros apresenta-se mais inovadora com relação às mudanças semânticas das preposições. É o que ocorre com as preposições **a**, **com**, **per** e **por**.

Assim, a preposição **a**, nos séculos XIV e XVI, além de estar documentada nos sentidos de “Espaço: direção, localização”, “Tempo: localização pontual”, “Noções de: modo, fim, lugar abstrato”, aparece, no século XVI, com o sentido de “Noção: causa”, como nos exemplos abaixo:

(24) E **a** ésta razám filosofál ajudam os médicos [...] (JB, p. 239, l. 10).

(25) [...] e se o quer veer por sy, o que lhe peço [...] que o faça e nõ queira cometer **a** seu conselho; pois o elle há de entender milhor que todos (Cartas, p. 26, l. 845).

Na obra de João de Barros, registra-se, ainda, como traço inovador do sentido dessa preposição, não só em relação ao século XIV, mas também em relação às *Cartas de D. João III*, a conotação de “Noção: meio”, exemplificada a seguir:

(26) [...] como temos África e Ásia, **à** conquista das quáes nos máis demos [...] (J.B., p. 401, l. 250).

Do mesmo modo, a preposição **com**, além de estar documentada nos sentidos de “Espaço: companhia, oposição” e “Noção: modo, meio, instrumento e oposição”, aparece no século XVI com o sentido de “Tempo: adição”, como nos exemplos:

(27) O Natal, **com** três dias, jejuar e guardár (JB., p. 287, l. 216).

(28) [...] ecomemdvos muyto que ho mamdes fazer prestes, pera ir nessa armada **com** a moor brevidade que for possivell (Cartas, p. 63, l. 2.190).

Na obra de João de Barros, registra-se, ainda, o emprego da preposição **com** no sentido de “Noção: fim”, como no exemplo que se segue:

(29) Caridade **com** Deos e **com** o próximo (J.B., p. 260, l. 75).

A preposição **per**, além de estar registrada nos dois séculos citados nos sentidos de “Espaço: percurso”, “Tempo: duração” e noções abstratas de “modo, meio, instrumento e causa”, aparece no sentido de “Noção: fim”, apenas na obra de João de Barros, como exemplificada a seguir:

(30) [...] nam sábem rezár ùa oraçám **per** éla, e pela tirada sem máis correntes [...] (J.B., p. 419, l. 416).

Vale acrescentar que, apenas nas *Cartas de D. João III*, a preposição **per** apresenta o sentido inovador de “Noção: assunto”, como se vê na seguinte passagem:

(31) [...] porque o sprevo a Framdes ao feitor **pello** que toca á veemda das especiarias, [...] (Cartas, p. 30, l. 1009).

E finalmente, a preposição **por**, que aparece nos dois séculos estudados com os sentidos de “Espaço: percurso” e noções abstratas de “fim, instrumento, causa e modo”, apresenta, no século XVI, apenas na obra de João de Barros, o sentido de “substituição ou permuta”, como no exemplo abaixo:

(32) [...] dizemos fidálgo **por** filho de álgo, a mó de falár **por** a módo de falár (J.B., p. 359, l. 1265).

2.3 Preposições que apresentam formas modernas no século XVI

Um terceiro grupo está constituído de preposições que, no século XVI, apresentam formas modernas, embora ocorram variações entre a forma antiga e a nova. São elas: **depois**, **entre**, **até** e **após**. Confirmam-se os exemplos a seguir:

DEPOIS

(33) [...] ca **despolo** apostolo San Pedro non ouvira que tal cousa fosse feita (D.S.G., 2, 7, 7).

(34) Todo verbo que sinifica comprazer, obedeçer [...] quer **depois** de si dativo [...] (J.B., p. 352, l. 1124).

(35) E posto que, aos Reys o que sempre deve de ser primçipall, **depois** de Deus, he o que toqua a seu povoo, [...] (Cartas, p. 9, l. 233)

ENTRE

Entre as formas desse grupo, nas *Cartas de D. João III* apenas, a preposição entre encontra-se documentada na sua forma antiga **antre**, enquanto na obra de João de Barros aparecem as formas **entre** e **antre**, como nos exemplos:

- (36) [...] que leixou alguen **antre** tantos monges que o seguisse en fazer vertudes e maravilhas assi como el fazia ? (D.S.G., 1,5, 22).
 (37) Ésta dificultáde máis é **entre** os Latinos e Gregos pola variaaçám dos casos [...] (J.B., p. 314, l. 434).
 (38) [...] mandou pasar carta de marca, da qual nõ pode deixar de seguyr **antre** nos e nosos vasallos o que diguo; (Cartas, p. 10, l. 264).

ATÉ

No que se refere à preposição **até**, que, no século XIV, aparece sob as formas **atee**, **ata** e **atees**, no século XVI, encontra-se uma variação entre **até** e **té**, sendo essa última a forma mais empregada por João de Barros. Esse autor (1971: 358) defende o uso da forma **té**, considerando **até** como um tipo de barbarismo que denomina prótesis e observa que ocorre esse “vício”, quando se acrescenta alguma letra ou sílaba ao princípio de qualquer dicção, como acontece quando se diz **até qui** em lugar de **té qui**. Nas *Cartas de D. João III*, documentam-se, além da forma **ate**, as formas **te** e **tee**. Confira os exemplos:

- (39) E viindo assi com grandes choras **ata** o logar hu jazia o corpo do homen morto (D.S.G., 1, 31, 10).
 (40) [...] ca viron hũa carreira escontra ouriente e começava-se na cela e estendia-se **atee**-no ceo (D.S.G., 2, 37, 8).
 (41) E acreçentou daquele lugar laudamus te, **até** o fim déla (J.B., p. 267, l. 19).
 (42) É tam grande que chega **té** o çéo (J.B., p. 367, l. 1436).
 (43) [...] asy como vay deçarado no Regimento que apos esta lhe ira, e **ate** o tẽpo cõtido no dito Regimento, [...] (Cartas, p.73, l. 2.546).
 (44) [...] e o dito Duarte Coelho ficara cõ a dita armada **te** o dito tempo (Cartas, p. 74, l.2.566).
 (45) [...] se, chegando o aviso antes do tempo que há d'andar na costa, se partira lloguo pera as ditas Ilhas, ou se esperara **tee** os ditos XV dias d'abryll, [...] (Cartas, p. 82, l. 2.853).

APÓS

A preposição **após** substitui a forma **empós**, documentada no século XIV, uma vez que essa última não está registrada nas obras do século XVI. Confirmam-se os exemplos abaixo:

(46) [...] querendo tirar o pee **empós** si, empeçou-lhi o çapato en hũu paao da sebe e jouve assi (D.S.G., 1, 5, 36).

(47) E, a rogo de Sam Jerónimo, Damaso, Papa, instituiu que, **após** os sálmos, se repetisse este glória patri [...] (J.B., p. 267, l. 7).

(48) [...] este coreo, a vos avysar que nam façaes nehũa cousa mais no negocio atee chegar o outro meu Recado, que **apos** esta vos mãdarey (Cartas, p. 41, l. 1380).

No século XVI, Duarte Nunes de Leão, na *Ortografia e origem da língua portuguesa*, recomenda o uso de **para** em lugar de **pera** (Leão 1983: 164), o que comprova que, apesar de, naquela época, as duas formas coexistirem na língua, já havia indício de mudança. Nas obras examinadas, encontra-se registrada apenas a forma **pera**.

2.4 Preposições gramaticalizadas no português do séc. XVI

Há preposições documentadas no século XVI que não foram encontradas no **corpus** do século XIV. É o que ocorre, por exemplo, com as formas **mediante** e **conforme**, ambas gramaticalizadas no português, por meio do processo de recategorização sintática. Dessas duas formas, apenas a preposição **conforme** está registrada nas *Cartas de D. João III*, ao passo que as preposições **mediante** e **conforme** encontram-se na obra de João de Barros.

MEDIANTE

Segundo A. G. Cunha (1991: s.v. **médio**), a preposição **mediante** vem do latim “medians,-antis”, particípio presente do verbo “mediare” (‘mediar’), datando o verbo como do século XV. Encontrou-se documentada essa preposição no século XVI.

E. Dias (1970: 165) assinala que a preposição **mediante** é uma forma do antigo particípio presente empregado, oracionalmente, com um sujeito, que passou a funcionar em português como preposição.

Como já se observou, inicialmente, **mediante** possuía a função de particípio, tratando-se, portanto, de um adjetivo verbal. Como adjetivo, o particípio concorda com o substantivo a que se refere. Entretanto, à medida que **mediante** desempenha a função de preposição, passa por uma mudança, estabelecendo entre seus complementos uma relação não mais de concordância, mas de regência.

A preposição **mediante** é empregada na acepção de ‘por meio de’, ‘por intermédio de’, ‘com auxílio ou intervenção de’, mantendo o seu sentido de base do latim, como se vê no seguinte exemplo:

(49) [...] e que depois de si nam quérem caso senám **mediante** preposicám [...] (J.B., p. 353, l. 1140).

Como já se observou, ocorreu o processo de recategorização sintática, quando foi usada a forma verbal de participio presente **mediante** como preposição **mediante**.

CONFORME

Segundo A G. Cunha (1991: s.v. **conformar**), **conforme** vem do latim “conformare” (‘dar forma’, ‘conformar’), empregado, em português, como adjetivo de dois gêneros, advérbio e conjunção, no sentido de ‘conformado’, ‘em conformidade’, ‘segundo as circunstâncias’, desde o século XIV.

C. Cunha e L. Cintra (1995: 543) assinalam que **conforme** é uma preposição accidental porque, embora pertencendo a uma outra classe gramatical, funciona, às vezes, como preposição.

No século XVI, encontram-se documentados tanto o adjetivo **conforme** como a preposição **conforme**, dele proveniente.

Como adjetivo, registram-se os seguintes exemplos:

(50) [...] pois tem preceitos de vida e lêteras que lhe ordenará os princípios **confórmes** à sua idade e magestade do seu sangue? (J.B., p. 390, l. 11).

(51) [...] e mando que os que ele pera isso pasar se cumprão e guardem inteiramente como se por mim fosẽ asinados, posto que não sejam **confórmes** a meu Regimento (Cartas, p. 116, l. 4.020).

Como preposição, conforme aparece no sentido abstrato de ‘adequação’, como exemplificada a seguir:

(52) [...] mas tomarei um meio **confórme** a tua idade e minha possibilidãde (J.B., p. 444, l. 730).

(53) Darlhaeis, e **conforme** a ella lhe direis todas as boas palavras que vos mais parecerem que servem, [...] (Cartas, p. 16, l. 506).

Todas as preposições provenientes de verbo foram, primitivamente, adjetivos, deixando depois de concordar com o substantivo, ao assumir a função de preposição (*Novo manual de língua portuguesa* 1926: 506).

2.5 Locuções prepositivas – primeiro estágio do processo de gramaticalização

Finalmente, observa-se, na obra de João de Barros e nas *Cartas de D. João III*, a presença de um grande número de locuções prepositivas, o que denuncia, segundo S. Svorou (1993:38) e outros autores, o primeiro passo para o processo de gramaticalização, estágio em que os elementos encontram-se enlaçados. Nesse caso, o morfema lingüístico espacial e o seu complemento constituem unidades fonológicas independentes, embora

componham uma unidade maior, figurando em formas estereotipadas com tendência à cristalização. Entre as locuções prepositivas documentadas, no século XVI, algumas já vêm sendo usadas desde o português arcaico.¹

A maioria delas inicia o seu processo de gramaticalização através da recategorização sintática, quando alguns elementos, como nomes, verbos ou advérbios, entram na constituição dessas locuções. Por um lado, os nomes **causa**, **cerca**, **cima**, **favor** e **virtude** passam a compor, respectivamente, as locuções **por causa de**, **acerca de**, **em cima de/ por cima de**, **em favor de** e **em virtude de/ por virtude de**, exemplificadas a seguir:

- (54) Mas, **por cáusa da** bõa composiçám das lêteras, o u pequeno [...] (J.B., 379, l. 1673).
- (55) [...] por algũuas naaos, que por guarda d'estes mares e costa **por causa de** grandes e conthynos Roubos que se nela faziã, [...] (Cartas, p. 11, l. 293).
- (56) Ésta dificultáde máis é entre os Latinos e Gregos pola variaçám dos cásos que **àcerca de** nós e dos Hebreos (J.B., p. 314, l. 435).
- (57) [...] vos Responderey, asy **acerqua d'**aqueles tres pontos que me sprevestes, [...] (Cartas, p. 23, l. 725).
- (58) [...] e o m final poemas **em çima da** vogál preçedente e fica refléxa (J.B., p. 318, l. 475-476).
- (59) E se **por cima de** tudo o que nesta carta vos diguo, asy no que toca a vosa vinda, [...] (Cartas, p. 50, l. 1.737).
- (60) Essa autoridade de Séneca [...] que alegáste **em favor dô** que padeçes, [...] (J.B., p. 432, l.457).
- (61) [...] pera detryminarê os casos da carta de marca que elle teem pasada **em favor de** Joam Augo [...] (Cartas, p. 35, l. 1.174).
- (62) [...] mas, **em virtude déla**, respondamos [...] (J.B., p. 276, l. 130).
- (63) [...] sam tomadas na Rochela a meus vasallos de Viana de Foz de Lyma certas mercadorias, que vallem seys myll cruzados, **por virtude de** mesma carta; (Cartas, p. 54, l. 1881).

Como se pode verificar, todas essas locuções encontram-se documentadas nos textos do século XVI. Há, entretanto, locuções desse grupo, constituídas de substantivo, que aparecem apenas na obra de João de Barros, tais como: **a destra de**, **a maneira de**, **defronte de**, **per razão de/ por razão de**, **per vontade de**, **por amor de** e **por galardám de**, algumas delas exemplificadas abaixo:

- (64) Subio aos çéos e está **a destra de** Deos Pádre todo poderoso (J.B., p. 281, l. 72).
- (65) [...] diz éstas palávras a que [h]avemos de responder suas respóstas que vam **de fronte délas**: [...] (J.B., p. 273, l. 75)
- (66) E assi temos algũas lêteras dobrádas **à maneira dos** Hebreos: [...] (J.B., p.296, l. 58)

(67) [...] quando te ocorrerem **a prepósito da** matéria (J.B., p. 415, l. 48).

Do mesmo modo, há locuções desse grupo que estão documentadas apenas nas *Cartas de D. João III*, como: **a bem de/ por bem de, a custa de, a vista de, em busca de, em mercê de, em respeito de/ por respeito de, por guarda de e sem embargo de**. A seguir, citam-se exemplos de algumas dessas locuções:

(68) [...] por que nã quero que fales neles como e capitulos que vinhã antre os outros que mandastes, [...] mas como cousa que vos metes por vos parecer que compre **a bẽ do** negoçio (Cartas, p. 51, l. 1699)

(69) [...] no quall tẽpo todos elles foram mantidos sempre **a custa de** minha fazenda (Cartas, p. 11, l. 308).

(70) [...] e que cada hũa per sy podiam ir **á vista do** Cabo de Gardafuy ate a parajem de Dio (Cartas, p. 76, l. 1.647).

(71) E vos, de vosa parte, lhe direes que, se mãda de vos algũu serviço, lhe teres **em mercee de** vollo mãdar (Cartas, p. 55, l. 1914).

Por outro lado, os advérbios **debaixo, dentro, diante e trás** entram, respectivamente, na formação das locuções **debaixo de, dentro de/ dentro en/ per dentro de, deante de, de trás de/ por detrás de, algumas delas** abaixo exemplificadas:

(72) Epíteton quér dizer postura **debáixo de** nome (J.B., p. 366, l. 1419).

(73) [...] e que ha carta da marca avia de ficar em mão do Almirãte, e que **dentro de** huu termo comvynhavel se desem ao almirãte [...] (Cartas, p. 42, l. 1.419-1.420).

(74) [...] que iam cantando **deante** de Cristo o dia de Ramos (J.B., p. 269, l. 61).

(75) [...] sempre acharemos o artigo **detrás do** nome que ele rége [...] (J.B., p. 379, l. 1664).

Além das locuções prepositivas citadas acima, nas *Cartas de D. João III*, registra-se o emprego da locução **tocante a**, que apresenta uma formação diferente das demais. A forma **tocante**, do mesmo modo que a preposição **mediante**, é oriunda da forma do antigo particípio presente que passou a funcionar em português como preposição. Exemplifica-se essa locução na seguinte passagem:

(76) Eu scprevo a Dom Martinho de Portugal, meu muyto amado sobrinho e meu embaixador, sobre hũu negocio **tocante a** Dom Antonio d'Ataide do meu conselho, [...] (Cartas, p. 6, l. 116).

Outro processo de formação de locuções prepositivas ocorre através da combinação de preposições essenciais.

Segundo A. Meillet (1948: 523), muitas preposições encontram-se combinadas diante do regime. Esse reforço de preposições é, em grego e em latim, característica da língua popular, correspondendo a uma necessidade de comunicação. Aparecem numerosos exemplos na baixa latinidade ou em escritores latinos nos quais a língua é pouco cuidada, como por exemplo: *decontra, deinter, depost, desub* (Columela e Florus), *desuper, detrans, exaduersum, expost, incoram* (Apuleio), entre outros. Esse processo foi desenvolvido nas línguas românicas.

Conforme assinala M. Bassols de Climent (1956: 233-234), a língua literária latina não admite esse uso, embora, excepcionalmente, apareçam *insuper, desuper, incircum*, entre outras. Essas aglutinações têm grande importância nas línguas românicas, já que elas derivam muitas formas de junção de preposições e advérbios, como em espanhol: *detrás < de trans, delante < de in ante, después < de ex post, en contra < in contra*.

O grego também apresenta essa tendência de combinar várias preposições, como se pode observar na língua do *Novo Testamento* e na prosa ática. Em geral, trata-se de uma antiga preposição indo-européia que se torna mais precisa e é reforçada por uma preposição de data mais recente (Meillet 1948: 526).

Esse fato também foi observado, na língua portuguesa, por E. Dias (1954: 167), ao assinalar que as preposições **de, para, por** combinam-se com **entre, sobre e sob; de, para e por**, com **ante**; registra também a combinação **para com**. Além disso, as preposições **de, para, por** e **sobre** combinam-se com certas locuções prepositivas. Ele apresenta, para esse último caso, o seguinte exemplo:

(77) Passando acaso Alexandre Magno **per junto a** hum cemeterio (Vieira, XI, 262).

Nos *Diálogos de São Gregório*, encontram-se algumas combinações de preposições, como: a locução **atee en**, expressando ‘espaço’: ‘limite final’, que traduziu a expressão latina *in ... usque*, como documentada na passagem abaixo:

(78) ca viron hua carreira escontra ouriente e começava-se na cela e estendia-se **atee-no** ceo (D.S.G., 2, 37, 8).
(*via recto orientis tramite ab eius cella in caelum usque tendebatur* (D.S.G., 2, 132, 20-21));

a locução **de antre**, denotando ‘espaço’, em substituição à preposição latina *ex*, que desapareceu, como se vê no exemplo:

(79) Contou depós esto San Gregorio que huu tempo, lavando [...] as lampadas do vidro que estavam na eigreja, caeu hua delas **d'antre** sas mãos (D.S.G., 1, 14, 2).

(alio quoque tempore cum isdem venerabilis vir lampades vitreas in oratorio lavarit, una ex eius manibus cecidit (D.S.G., 1, 454, 11-12);

e a combinação **per sobre** exprimindo 'espaço', equivalendo à preposição **per**, como por exemplo em:

(80) E el tomou agiha a beeçon e foi correndo per cima da agua ben come se fosse correndo **per sobre** terra (D.S.G., 2, 7, 6).

(adque usque ad eum locum, quo ab unda ducebatur puer, per terram se ire exaestimans, super aquas cucurrit (D.S.G., 2, 90, 8-10)).

Na combinação **per sobre**, observa-se que sobre desprende-se do seu sentido original de um 'ponto fixo na superfície', passando a ser um 'elemento localizador da trajetória'.

Também nos textos do século XVI, estão documentadas locuções prepositivas constituídas por duas preposições, como ocorre nas formas **em sobre**, **d'antre**, **pera com**, exemplificadas abaixo:

(81) [...] e que eu estou **ẽ sobre** este neguoçio muy imteiramẽte fazer todo o que devo a meu Reyno e vassalos, [...] (Cartas, p.14, l. 411-412).

(82) E neste caso fares concerto sem embargo do rompimeto **d'antre** o emperador, meu irmão, e el Rey de França, [...] (Cartas, p. 49, l. 1.698).

(83) [...] que loguo mande a dilligençia que lhe escrevy que mamdase ao corregidor Gaspar de Carvalho, **pera cõ** ella o mãdar lloguo despachar (Cartas, p. 74, l. 2.585-2.586).

Vale acrescentar que a gramaticalização dessas locuções não se dá apenas mediante mudança sintática, quando nomes, verbos e advérbios passam a ser usados em novo contexto, mas também através de mudança semântica, uma vez que, ao comporem as locuções, eles, por um lado, perdem parte de sua substância semântica e, por outro lado, adquirem-na no novo ambiente sintático. Além do mais, a gramaticalização de tais elementos foi seguida de reanálise, eles passaram a ser empregados em novo ambiente sintático, assumindo o papel de preposição e estabelecendo, então, relação de regência.

2.6 Breve comentário sobre os processos de gramaticalização das preposições encontradas no *corpus* do século XVI

Após a análise e confronto das preposições encontradas no *corpus* do século XVI, verificou-se que, como já foi assinalado, a gramaticalização

desses elementos ocorreu tanto mediante alterações gramaticais como mediante alterações semânticas.

No que se refere às alterações gramaticais, nota-se a predominância do processo de recategorização sintática, conforme se pode observar nos itens analisados neste trabalho.

Ainda com referência às alterações gramaticais, observa-se que há preposições que, além de relacionar vocábulos, foram empregadas para relacionar sentenças, funcionando, portanto, como conjunções, fato que ocorria desde o latim e que se encontra documentado no português do século XIV, nos *Diálogos de São Gregório*. Assim, por exemplo, as preposições **ante**, **en**, **por**, **segundo**, **ata**, **pera** e **depois** são empregadas como introdutoras de sentença, sendo algumas delas exemplificadas a seguir:

(84) [...] e esto fazia ele **por** perlongar os tormentos que lhi davan (D.S.G., 2, 31, 5)

(85) feze-o traer per totalas eigrejas dos martires que eran en seu bispado **pera** gaanhar saude daquel mal que avia, [...] (D.S.G., 2, 16, 3).

Do mesmo modo, nos textos do século XVI, algumas preposições são empregadas para relacionar sentenças, como se observa nos exemplos que se seguem:

(86) [...] **pera** evitar os pecádos vindoiros e me dê graça pera bem obrar [...] (J.B., p. 288, l. 227-228).

(87) [...] folguaria de seer tentado por vos asy secretamēte, e buscare desimulaçam **pera** falar a Joham Ango; (Cartas, p. 27, l. 897).

(88) Però [h]avemos de consirár que a uns relativos chamamos de sustância **por** fazerem lembrança de nome sustantivo, [...] (J.B., p. 302, l. 180-181).

(89) Déstas cousas foram os Latinos tam curiosos **por** apurár a sua língua [...] (J.B., p. 404, l. 302).

(90) [...] nos quaes nam deve aver duvyda pera lloguo se êtregarẽ **por** serem da mesma qualidade (Cartas, p. 54, l. 1.882).

(91) [...] a quáil está em caso acusativo, **segundo** móstra este artigo a, [...] (J.B., p. 326, l. 619).

(92) E a fazeemda que hia na urca sam dezanove myll cruzados, **segundo** me spreve o meu feitor de Framdes, [...] (Cartas, p. 54, l. 1.877).

No que diz respeito às alterações semânticas, as preposições estudadas, na maioria das vezes, evidenciam um processo de extensão metafórica, embora ocorram também processos metonímicos.

M. Bassols de Climent (1956: 238-239) assinala que o significado originário das preposições era material e concreto, uma vez que elas expressavam relações de caráter local ('separação' ou 'movimento' no espa-

ço). Essas relações se aplicaram logo ao tempo e a noções mais abstratas, destinadas a precisar o significado da frase, para indicar a ‘causa’ (**por, por causa de, de**), o ‘modo’ (**de, a, em, com**), o ‘fim’ (**para, por, a**), o ‘resultado’ ou ‘conseqüência’ (**até, de tal modo que**), a ‘referência’ (**referente a**), a ‘comparação’ (**em comparação com, ante**), o ‘meio’ ou o ‘instrumento’ (**por, com, em**), a ‘conformidade’ (**segundo, conforme, de acordo**), a ‘preferência’ (**antes, sobre**), entre outras.

Todas as preposições documentadas nos *corpora* deste estudo foram empregadas, basicamente, em seu sentido espacial, estendendo seu uso pelas acepções temporais e outras noções abstratas.

Observa-se também que, num processo metafórico, nomes, verbos e advérbios foram usados para formar locuções prepositivas. Conforme assinala F. Borba (1971: 44), o uso freqüente de unidades no mesmo tipo de sintagma acaba por fixá-las e torná-las estereotipadas, provocando a perda total ou parcial de sua autonomia. Tal fato leva as unidades a terem valor apenas no conjunto. Assim, a associação sintática dos itens lexicais acarreta o surgimento de nova forma gramatical, seguida de reanálise no sintagma. Por exemplo, a alteração de sentido do nome **amor** na locução **por amor de**, assimila de por a acepção de ‘causa’ que não era sua. Esse é também um caso não apenas de metáfora, mas também de metonímia que afetou a gramática da língua, provocando o surgimento de uma expressão prepositiva. Essa locução está exemplificada nas obras dos séculos XIV e XVI, sendo exemplificada a seguir:

(93) [...] e, non querendo el comer as carnes que os outros comian [...] **por amor de** Deus, o padre e a madre escarnecian del (D.S.G., 1, 2, 6).

(94) Pera tua salvaçam, ôs da doutrina de Cristo te convêm e nam outros e deles, **por amor de** mi, [...] (J.B., p. 433, l. 495).

Ainda com relação aos processos metonímicos que atuam sobre as preposições, pôde-se observar, nos *corpora* analisados, que algumas preposições foram estendidas da sua função básica de relacionar vocábulos para a função conjuntiva de relacionar sentenças.

3 Considerações finais

À guisa de conclusão, pode-se dizer que, ao comparar as preposições documentadas nas obras dos dois séculos estudados, foram encontrados os seguintes grupos: manutenção da preposição latina (com o mesmo sentido e com extensão de sentido); preposições com formas modernizadas; gramaticalização de novas preposições; e formação de locuções prepositivas.

Desse modo, com relação às preposições, pôde-se observar que elas se constituíram por vários tipos de processos de gramaticalização (recategorização, morfologização, fonologização), além de se encontrarem em

estágios diferentes. Ainda foram verificadas mudanças semânticas naquelas preposições que mantiveram suas formas ao longo dos dois séculos.

Vale acrescentar que, ao se comparar os textos do século XVI, percebe-se também certa diferença entre eles. As preposições empregadas por João de Barros apresentam oscilação entre formas novas e arcaicas, indício de mudança, ao passo que, nas *Cartas de D. João III*, elas se apresentam mais conservadoras, em relação ao português arcaico, como seria de se esperar, já que se tem conhecimento de que a linguagem jurídica é mais conservadora.

Esses fatos observados demonstram que as preposições continuaram seu processo de gramaticalização no português arcaico e nos inícios do português moderno, o que continua ocorrendo no português atual.

¹ Para uma visão de conjunto das locuções prepositivas no período arcaico há a dissertação de Mestrado de Nolasco de Macêdo (1997).

Referências bibliográficas

- BARROS, João de (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa; Cartinha, gramática, Diálogo em louvor da nossa língua e Diálogo da viçosa vergonha*. Lisboa: Publ. da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BASSOLS DE CLIMENT, Mariano (1956). *Sintaxis latina*. Madrid: C. Bermejo, t. 1. 408 p.
- BORBA, Francisco da Silva (1971). *Sistemas de preposições em português*. Tese apresentada ao Concurso de Livre-Docência do Departamento de Linguística e Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 230 p. (mimeo).
- CASTILHO, Ataliba T. de (1997). A gramaticalização. *Estudos lingüísticos e literários*, Salvador, v. 19, p. 25-64, mar.
- CUNHA, Antônio Geraldo da (1991). Assistentes: Cláudio Mello Sobrinho et alii. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. rev. e cresc. de um suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 839 p.
- CUNHA, Celso, CINTRA, Luis Felipe Lindley (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 714 p.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva (1954). *Syntaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica. 442 p.
- FORD, J. D. M. (1931). *Letters of John III - King of Portugal 1521-1557. The portuguese text edited with an introduction*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. P. 1-102.
- F.T.D. (1926). *Novo manual de língua portuguesa. Grammatica historica*. Rio de Janeiro São Paulo / Belo Horizonte: Francisco Alves.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1983[1603]). *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda. 335 p.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório*. Tese de Doutorado, Universi-

dade de São Paulo. 4 v. (mimeo).

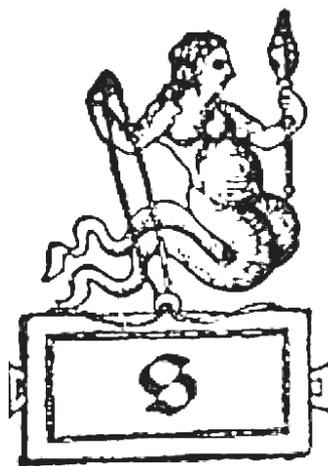
MEILLET, Antoine (1948). *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Honoré Champion. 334 p. [1. Ed. 1912].

NOLASCO DE MACÊDO, Anna Maria. (1997). *Locuções prepositivas no português arcaico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2 v. (digitado).

POGGIO, Rosauta Maria Galvão Fagundes (1999). *Relações expressas por preposições no período arcaico do português em confronto com o latim*. Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia. 3 v. (digitado).

SVOROU, Soteria (1993). *The grammar of space*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins. 277 p.

Screa/



*Locuções prepositivas nas Cartas de
D. João III em comparação com
documentos notariais particulares coetâneos
portugueses e galegos*

Anna Maria Nolasco de Macêdo



Introdução

Este texto analisa as ocorrências de *locuções prepositivas* em documentação portuguesa de natureza não-literária, cartas não-pessoais e documentação notarial, correspondente à primeira metade do século XVI, referente, portanto, ao português quinhentista. Resolveu-se examinar documentos não-literários, das modalidades indicadas, vale frisar, porque esses tipos de escritura encontram-se, naturalmente, subordinados a fórmulas ou modelos preestabelecidos, o que concede à pesquisa uma certa uniformização, dentro dos *corpora* examinados. Aporta-se, ademais, para a confrontação, amostra de documentação notarial coetânea produzida em território que, na atualidade, constitui a Galícia – Espanha.

Fundamentada em contextos coligidos nas *Cartas de D. João III* (372 cartas)¹, elegeu-se o que se denominou de conjunto documental *C-DJIII*, base de análise deste trabalho. As *Cartas*, editadas por Ford (1931), estão datadas e localizadas. Foram escritas por distintos copistas, entre 1523 e 1557, praticamente, portanto, na primeira metade do século XVI, visto que, do total analisado, apenas vinte e cinco cartas (345 a 369) estão datadas de 1551 e somente uma aponta o ano de 1557 (370) como aquele de sua produção. A maioria das correspondências foi elaborada em Évora (320 cartas), região do Alentejo. Do conjunto, duas cartas foram escritas de próprio punho pelo rei D. João III, uma delas sem indicar o local, nem a data, de sua feitura e a outra apresentando 22 de junho, como data, mas não revelando, entretanto, o ano de sua elaboração. Na sua quase totalidade, as *Cartas de D. João III* revelam a autoria do copista que as preparou, excetuando dezenove cartas (3, 14, 16, 17, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 140, 142, 143, 144, 180, 199, 205 e 208) nas quais se encontra somente “O secretario”, como marca de identificação da pessoa que a escreveu. Em doze cartas (5, 155, 221a, 231a, 335, 336, 338, 339, 341, 342, 343 e 369) não há presença da identidade do seu copista.

O conjunto documental denominado *DN-M*, formado por recolha realizada em documentação editada por Martins (1994), reúne *locuções prepositivas* situadas em dezesseis documentos produzidos entre 1504 e 1548, todos identificados, datados e localizados, de carácter jurídico (documentos notariais). Nove dos documentos apontados são provenientes de Chelas, região de Lisboa e sete de Vilarinho, noroeste de Portugal. Realizou-se, portanto, um amplo recorte para a composição deste *corpus*, uma vez que, no seu somatório, são duzentos e dez os documentos portugueses editados por Martins (1994:VII-XV), “uma coleção organizada de modo a constituir uma base de trabalho para estudos de linguística histórica, possibilitando enfoques comparativos de pendores diversos”, cuja datação alcança três séculos, percorrendo desde meados do século XIII até meados do século XVI.

O conjunto documental *CM-G* construiu-se com base em ocorrências de *locuções prepositivas* levantadas em quatro documentos notariais particulares galegos, cuja datação situa-se entre 1500 e 1515. Tais documentos encontram-se entre aqueles editados por Maia (1986:40), que explica a motivação e a importância de seu trabalho pela afirmação de que sua edição, “ao mesmo tempo que fornece os materiais que servem de base ao estudo lingüístico sobre o antigo galego-português, vem preencher uma lacuna no domínio da filologia portuguesa”. Os documentos selecionados foram elaborados em distintas regiões, localizando-se em cada uma das quatro províncias galegas² em que se divide, hodiernamente, a Comunidade Autónoma de Galícia, vinculada politicamente ao Estado espanhol, cuja língua, entretanto, na sua origem, está, histórica e intrinsecamente, entrelaçada com a língua portuguesa.

Convém salientar que o conjunto documental *CM-G*, apesar de submeter à apreciação parcela pouco numerosa e bastante limitada do uso de *locuções prepositivas* no galego medieval, foi escolhido por se tratar de amostragem de texto notarial, do mesmo tipo, portanto, do conjunto documental *DN-M*, constituindo-se, outrossim, na única documentação notarial particular galega coetânea de que dispunha a pesquisadora.

Neste trabalho, relacionam-se as ocorrências de *locuções prepositivas*, que, dagora em diante, podem também ser denominadas, simplificadaamente, como LPrep’s (ou LPrep), recolhidas nos três *corpora* antes mencionados, visando-se a identificar os diversos processos de formação de *locuções prepositivas* que podem ser detectados de algum modo, em maior ou menor intensidade, na trajetória constitutiva das LPrep’s. Desse modo, aplica-se aos *corpora* já referidos, representativos do português quinhentista, repita-se, na modalidade de cartas não-pessoais e documentos notariais, nestes últimos também incluída amostragem de documentação galega, fórmula composicional³ que reúne todas as possibilidades encontradas, anteriormente, por Nolasco de Macêdo (1997),⁴ para a formação das *locuções prepositivas* no português arcaico e onde propôs-se

um elenco de vinte e oito processos responsáveis pela constituição das locuções prepositivas:

(p~ø)(p~ø)(p~ø) X {adv, nome, prep, vpp} (p~ø)(p~ø)

Sete são os processos em que o centro, núcleo da locução prepositiva, surge como um nome. Do mesmo modo, sete são os processos em que o centro mostra-se preenchido por uma preposição. Em doze dos processos o centro aparece como um advérbio e dois são os casos em que o centro da locução prepositiva está ocupado por um verbo em participio passado.

1 A complexa definição de locuções prepositivas

A maioria dos autores que pesquisam o funcionamento da gramática latina na época clássica, quando explicam o fenômeno do surgimento do uso das preposições em latim, referem-se ao sincretismo dos casos como causa da necessidade do uso de palavras em *prae positio* para suprir a eficácia da comunicação.

❧ *D A P R E P O S I C A M.* ❧

P Reposiçã, ç hũa páрте das nóue que tê a nóssa grãmática: aquál se põem antre as outras pártes per aiütamêto ou per cõpo siçã. Quãdo ç per aiütamento, ordena se per este módo: eu vou á escola. Esta letra, ú, pôsta ante da escola, se chama preposiçã: aquál rege o caso accusatiuo, e neste está o nome escola. E se disser, eu apróuo tua doutrina, ç per composiçã: ca se compõem esta letra, a, com próuo e dizemos, apróuo.

❧ *D a f i g u r a.* ❧

A Preposiçã nã tê espeçia como o auçrbio, mas tem figura Singçla e dobráda: Singçla, como quãdo dizemos, cerca, e cõpõsta, acreçetãndolhe, esta preposiçã, a, diz

Fragmento do fólio 29r da *Grammatica* de João de Barros

(1998), com locuções prepositivas formadas por preposição + preposição: *ab ante, circumcirca, de ex, de post, de sub, de super, de trans, in ante, in circum, in contra, in super, procul ab, sub ante*; preposição + preposição + preposição: *de abante, in contra de*; preposição + advérbio: *a intus, a foris, adillie, ad prope, de foris, de retro, de subtus, ex inde, de inde, apres, insimul*.

Desde a Antiguidade constata-se que os gramáticos chamavam a atenção para a influência da preposição sobre os elementos que a acompanham, sendo considerada, do ponto de vista lógico, como um termo de união. Nessa transformação, o sistema latino de casos e preposições foi substituído por um sistema puro de preposições e de locuções prepositivas. Assim, pode-se constatar que, desde a época latina, já se depara o estudioso da matéria, como apresenta Varela

Locuções prepositivas encontram-se relacionadas em gramáticas históricas, em histórias da língua portuguesa e em estudos filológicos clássicos que, nas suas análises, não exaurem completa e profundamente como ocorrem os processos de formação das LPrep's. Do mesmo modo procedem as gramáticas normativas do português e do galego contemporâneos, que evidenciam a presença das locuções prepositivas, mas, em geral, não analisam os seus processos de formação na diacronia do português e/ou do galego. Coetaneamente, na *Gramática galega*, editada pelo Instituto da Língua Galega e sob a responsabilidade de Rosário Álvarez, Henrique Monteagudo e Xosé Luiz Regueira (1993:477-514) vê-se que as locuções prepositivas são estudadas no capítulo referente às preposições.

Observe-se que vários estudiosos da matéria sob exame denominam as locuções prepositivas de “preposições compostas”. Outros dão testemunho da existência de formas sintáticas mais complexas, que têm funções gramaticais e significados “parecidos” com aqueles das preposições. Enfatizam que essas construções, que chamam de locuções prepositivas, gramaticalmente, funcionam como preposições. Alguns outros, ainda, conceituam locuções prepositivas generalizando ser a reunião de um grupo de palavras com valor e emprego de uma preposição, onde seu último componente será sempre uma preposição, representando, portanto, no enunciado, o papel reservado para a preposição.

Verifica-se que, as variadas definições do que seja uma locução prepositiva, passam por aproximações conceituais que apresentam, entretanto, em comum, o fato de que todas elas referem-se às preposições que nomeiam, afinal, a uma locução chamada de prepositiva, mas que apresenta a possibilidade de ter seu núcleo constituído não só pela preposição, mas também por outros elementos como o advérbio, o nome, ou verbo em particípio passado.

As gramáticas da língua portuguesa repetem-se ao tratarem dos valores semânticos das preposições, sem aprofundarem-se, sistematicamente, sobre a sua estrutura e isto também ocorre quando se enfocam as locuções prepositivas. Observe-se que Varela (1998)⁵ denomina, em língua galega, de *sobrepreposición* ao fenómeno que Bechara (1999:301) chama de “acúmulo de preposições”.

Um dos ângulos pelo qual se pode pesquisar LPrep's é aquele que as reúne em grupos, conforme expressem valores locativos, temporais ou nocionais. As locuções de valor locativo ou espaciais podem dar idéia de movimento ou não. No primeiro caso, referem-se à direção, à origem ou à procedência de algo ou de alguém. Aquelas LPrep's locativas que não indicam idéia de movimento informam localização em determinado espaço. Por exemplo, no interior (*dentro de*) /no exterior (*fora de*); localização superior (*em cima de*) / localização inferior (*em baixo de*); proximidade (*perto de*) /distância (*longe de*); localização frontal (*cara a, frente a*); localização medial (*em meio de*); anteposição (*antes de*) /posposição (*depois de*), etc.

2 Gramaticalização: primeiras incursões

O despertar da atenção para o fenômeno da gramaticalização não é objeto de estudo só da atualidade, tendo sofrido, através dos tempos, naturalmente, diversas interpretações. Com Meillet (1948:131), no início do século XX, surge pela primeira vez o termo *gramaticalização*, tendo sido definido por ele tal processo como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma (...)”.

Pesquisar o fenômeno da gramaticalização significa, assim, detectar mudança(s) nos itens enfocados, quer-se dizer, observar a modificação por eles experimentada na forma, no sentido e/ou no comportamento sintático. Estudam-se, dessa maneira, mudanças que acarretam conseqüências para as classes de palavras da língua e, por extensão, para a sua gramática.

Nesse enfoque, as formas gramaticais são vistas como entidades em processo e não como entidades estáticas. É, como afirma Heine, B. & Reh, M. (1984), *apud* Ataliba Castilho (1997:25-64) “(...) a evolução em que as unidades lingüísticas perdem em complexidade semântica, liberdade sintática e substância fonética.”

Observar a língua em seu funcionamento significa apreender que a língua existe a serviço das necessidades de seus usuários e em constantes adaptações, como diz Martinet (1994:17) – para quem não se pode confundir sincronia com estaticidade –, todo estado de língua está sempre em curso de evolução. Os fatos da evolução, então, têm de ser observados “sem outro *a priori* que a utilização da língua para comunicar a experiência”.

Constata-se que se podem detectar palavras funcionais originadas de itens lexicais, como, por exemplo, ocorre nas locuções prepositivas *apesar de, a par de, a fim de, etc.*, sendo esses casos considerados como prototípicos do fenômeno da gramaticalização.

Tenha-se em conta que o processo de regularização gramatical, que é uma das características do que se convencionou denominar de gramaticalização, é mais detectável, como mais facilmente pode-se depreender, no campo da morfossintaxe, levando-se em consideração que atinge, sem dúvida, às vezes, a sintaxe, como ocorre nos casos em que uma ordem de palavras pragmaticamente motivada se fixa em construções sintáticas.

Percebe-se, de um modo geral, que a gramaticalização, que se apresenta como um processo dinâmico e histórico na sua essência, percorre normalmente um caminho unidirecional, partindo de uma unidade menos gramatical em direção a uma unidade mais gramatical, o que conduz a nova codificação, envolvendo, inevitavelmente, a morfologia. Há uma passagem de menor para maior regularidade e de menor para maior previsibilidade, o que torna o falante, em certo ponto do percurso, mais sujeito a imposições do sistema e menos livre para praticar sua criatividade. Ressalte-se a noção de que as gramáticas oferecem os mecanismos de codificação mais econômicos para aquelas funções da linguagem que são mais efetivamente utilizadas.

3 Um breve excuro sobre a documentação notarial

É interessante relembrar um pouco da construção histórica desta modalidade de documentos de natureza não literária.

Na Roma imperial, século III, começa o desenvolvimento de um tipo de escriba profissional, *tabellio*, dedicado a escriturar os negócios jurídicos particulares. O *tabellio* era um *scriptor* profissional, quer dizer, um técnico ou *peritus* e o seu exercício profissional tinha que ser pessoal e efetivo. A sua formação levava-se a cabo na escola de notários – *schola notarium* – da Chancelaria Imperial, na qual havia, ademais dos quatro *scrinia*, os *tribuni et notarii*, encontrando-se o *primicerius notariorum* à frente de todos eles. Trabalhavam num lugar fixo ou “escritório” permanente – *statio*, que podia ser propriedade dos tabeliães ou de terceiros, pelo que tinham de pagar não uma renda – *merces*, senão as ganâncias – *lucra*.

O trabalho que realizavam tinha aspecto jurídico, participavam do *scribere* dos juristas práticos e assumiam o caráter de assessores em Direito; não tinham, entretanto, a consideração de funcionários públicos, como na atualidade acontece, pois que não gozavam da faculdade de formar e autorizar autos ou expedientes com valor probatório – *ius actorum conficiendorum*, nem podiam conceder a conseqüente *publica fides*, isto é, autenticidade e força probatória.

O documento do *tabellio* é o *instrumentum*, e desde o princípio tinha que ter as seguintes condições: ser um documento profissional e técnico (isto é, ter sido feito por um *peritus*, sendo necessário passá-lo a limpo); haver a subscrição de três testemunhas; possuir a autorização do *Tabellio* ou *completio*; e a entrega da conformidade entre as partes do documento ou *absolutum*, quer dizer o documento estar “perfeito e concluso” e estar “conforme entre as partes”. Esta declaração constituía a “fórmula” de perfeição na qual está o gérmen da *cláusula de autorização* do notário medieval. Os tabeliães romanos sobrevivem à queda do Império do Ocidente e começam a utilizar o título de *Notarius* (denominação que procedia da Chancelaria Imperial), conservando até a Idade Média as tradições profissionais e documentais antigas.

Um ponto importante a não deixar de lembrar, outrossim, é que o limite inicial do período arcaico da língua vernácula prende-se, e está condicionado, a um fato de sua história externa: o aparecimento de documentos escritos em língua portuguesa. A fronteira terminal desta fase sinaliza-se em torno do fim do século XV e começo do século XVI, sendo esta a ocasião na qual os historiadores da língua detectam a ocorrência de significativas mudanças lingüísticas, com referência à documentação anterior, embora características do português arcaico perdurem ao longo do século XVI.⁶

Verifica-se, sem dúvida, que as modalidades de documentação com as quais se vem trabalhando neste momento (cartas não pessoais, mas decorrentes, do poder real e documentação notarial particular) por serem espe-

cíficas para “proteger”, “amparar” ou mesmo regulamentar *direitos* particulares ou de outra qualquer natureza, ou melhor exemplificando, por se tratar de documentação que espelha situações do cotidiano, até hoje vigentes, tais como, tornar reais e efetivos *arrendamentos, aforamentos, emprazamentos, vendas, câmbios, partilhas, doações, quitações, renúncias, vedorias, posses, confirmações, procurações, recebimentos, testamentos, sentenças, demandas, relatos de contendas, avenças, composições, acordos*, etc., traz consigo a característica de conservar inalteradas ou pelo menos sem alterações relevantes, principalmente no linguajar jurídico, extremamente conservador, muitas das LPrep's que já atuavam na língua desde o século XIII.

Apartados dos *corpora* completos, referentes aos conjuntos de recolhas denominados *DN-M* e *CM-G*, pesquisados para a tese de doutoramento em curso, denominada *Gramaticalização das locuções prepositivas na história do galego e do português*, apresentam-se, adiante, algumas informações sobre a produtividade de LPrep's nos séculos XIII ao XV, através do exame de alguns exemplos, a seguir trazidos, recolhidos do *corpora* em que se trabalha para a Tese de Doutoramento, representativos de LPrep's que permanecem produtivas até o momento:

*DN-M*⁷

(01) (1277), Pendorada 018 021
presen/²¹ foy e **a rogo de** hua parte e da ootra esta composiçon
p Xnome p

(02) (1278), Pendorada 025 002
a herdade de vila uerde **dáálem** Doyro uenha da nossa auoéga
[pXadv]

(03) (1279), Pedroso 033 004
con seus termos no Couto de Pedroso e **fora do** Couto
Xadv p

(04) (1279), Pedroso 033 009
quite por seu pera senpre **saluo da** Leyra daGro couo que damos
Xvpp p

(05)(1279), Pedroso 034 022
a que /²² aam de ficar **depos** nossa morte.
[pXprep]

(06) (1272), Chelas 076 010
Eu Johane menendiz pulbico Tabelliõ **per rogo** /¹¹ **das** partes
p Xnome p

- (07) (1296), Chelas 116009
e holiuar bẽ nõ /⁹ for **a cabo de** tres anos
p Xnome p
- (08) (1308), Vilarinho 163 013
salago /¹³ publico Tabaliõ de Guimarães **a rrogo das** partes.
p Xnome p
- (09) (1318), Vilarinho 180 003
eu ey no Ribeyro **da parte do** dito meu padre.
p Xnome p
- (10) (1329), Vilarinho 195 034
ffaffiam cauleyro da outra **por razõ de** mãdas do dito Pero ãnes
p Xnome p
- (11) (1339), Vilarinho 201 004
Joham rrodriguiz fferraz scudeiro da outra/⁴ **por rrazõ das** herdades
p Xnome p
- (12) (1342), Vilarinho 207 001
El Rej **por prol** /² dos Momsteiros. e Igreias do sseu Senhorio
p Xnome p
- (13) (1342), Vilarinho 207 005
e os posessem **ffora dessa** terra.
Xadv p
- (14) (1365), Vilarinho 236 020
Casa de Martjn Lourenço **de cyma do** dito burgo./²¹
p Xnome p
- (15) (1408), Vilarinho 387 007
a qual a mj /⁷ ficou **da parte de** gonçalle estevez
p Xnome p
- (16) (1411), Vilarinho 391 016
sam crisptouam de Riba de selho **do termho da** villa de guimarães
p Xnome p
- (17) (1414) Vilarinho, 401 029
que o dicto escãbo Era feito **A prol do** dicto mosteiro
p Xnome p
- (18) (1414), Vilarinho 401 030
todo escreuer E **despois desto** Ciquo dias do mês de Setembro
[ppXprep]p

(19) (1426), Chelas 479 004
per mj dito tabeliam **ẽ Razom** dappellaçõ
p Xnome p

(20) (1417), Chelas 47 1 017
nomear **ante de** sua mor/¹⁸ todollo bẽs de rraiz
Xprep p

CM-G⁸

(21) Doc. 55, (1281), Caldelas 133025
iaz en Çamora en ca f de Ferrnã Truã por xxij.mr o metã
em prol de mina alma.
p Xnome p

(22) Doc. 34, (1310), Lorenzana 085 004
|⁴ no f f o terreo **que** iaz **çerca a** malataria do Burgo de Ribadeu
Xadvp

(23) Doc. 12, (1344), Santiago de Compostela 056 010
en jur τ en mao τ po f i f om ú¹⁰ **por razõ de** hũ concãbeo
p Xnome p

(24) Doc. 12, (1344), Santiago de Compostela 056 010
fezera **en nome dos** dïtos abbade τ conuêto cõlo |¹¹ dïto Loppo
p Xnome p

(25) Doc. 14, (1367), Monfero 059 018
a tome τ entre o dïto moe f teyro **ao tempo de** meu fjnamento
p Xnome p

(26) Doc. 15, (1385), Anca 061 022
Eu Johan Peres clerigo d'Áca, **en lugar de** |²³ Pedro Fernandes,
p Xnome p

(27) Doc. 16, (1399), Monfero 063 037
era fobre dïto **eno lugar dou** |³⁸ Freyxo **que** he couto de Mõfero.
p Xnome p

(28) Doc. 42, (1414), Lugo 101 017
atado cõ hũa cadea de ferro et cõ hũ cadeado **ao pe do** altar
p Xnome p

(29) Doc. 17, (1434), Barracido 064 020
el τ eu |²⁰ somos teudos **dentro enno** dïto moe f teyro
[p Xadv] p

(30) Doc. 44, (1450), Viveiro 112 048
 nẽ de (̂baratar nẽ concabear, **saluo por** outras melhores.
 [Xvpp] p

Surge, então, a oportunidade de verificar a trajetória percorrida por algumas LPrep's que se modificaram ou que deixaram de ser utilizadas, já durante o período arcaico da Língua Portuguesa.

No decurso da investigação das LPrep's em **DN-M** comprovou-se o uso, no Noroeste de Portugal, no século XIII, de *apres de*. No século XV, na região de Lisboa, ocorreu *d'apres de*.

Esse fato despertou a atenção porque, embora já se houvesse visto em Huber (1986:267), a referência a *d'apres* de entre as LPrep's, na ampla relação de LPrep's coligidas, levantada em pesquisa anterior por Nolasco de Macêdo (1997:55), não havia sido localizada nenhuma ocorrência de *apres de* ou de (*d'*) *apres de* nos amplos *corpora* analisados, por ocasião da Dissertação de Mestrado da pesquisadora.

Também se observara o uso de *d'apres de* com o exemplo de Machado (1973:284) no verbete *Apres*:⁹ Séc. XV:

(31)E jaz sepultado em o seu mosteiro de Sam Denis d'Odiuellas,
d'après da cidade de Lixboa..., *Crónica Breve do Arquivo Nacional*,
 em *Script.*, p.23".

Quanto a Cunha (1991:634), no verbete “preto *adj.* ‘ant.’ perto, próximo’ XIII; ‘negro’ XIII, do lat. **pretus*, por *pressus*” afirma que “pode perfeitamente indicar que *apres de* pode ser entendido como significando *junto de*, uma vez que sua etimologia tem relação com o particípio passado do verbo *premere*.

Corominas (1980:240)¹⁰ salienta, significativamente, no verbete “APRÉS ser difícil asegurar se era forma enteramente autóctona, o de influxo galorromânico (según cree A. Castro, *RFEV*, 25), aunque los monumentos en que aparece podrían sugerir la primera alternativa.”¹¹

Ao observar os dados recolhidos em **DN-M** encontramos no século XIII, em documentação do Noroeste de Portugal:

(32) (1278), Pendorada 023 021
 aquisto foy **apres das** Egleygas
 [pXprep]p

E na região de Lisboa no século XV ocorre:

(33)(1426), Chelas 479 003
 e cõuento dachellas **dapres da** dita çidade
 [pXprep] p

Surpreendeu, outrossim, a produtividade de *ensenbra con* nos documentos notariais, pois também não se havia encontrado antes nenhuma ocorrência nos *corpora* examinados, nem alguma menção a *ensenbra con* nas gramáticas históricas do português ou nas pesquisadas gramáticas normativas do galego e do português. Detectou-se seu uso tanto na região Noroeste de Portugal, como na região de Lisboa, mas isso somente ocorreu no século XIII. Comprovou-se, também o uso no século XIV, com o exemplo apresentado por MACHADO (1973:886) no verbete “Ensembra”, adv. do lat. in s̄imul, ‘em conjunto’, que apresenta a seguinte ocorrência, datada de 1301, encontrada na Rev. da Universidade de Coimbra, XI, p.602:

(34) ...eu Dom Denis pella graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue **emsembra com** a raynha Domna Ysabel.
[p Xadv] p

Nos dados referentes ao século XIII, recolhidos em *DN-M*, foram encontradas, entre outras, em documentação do Noroeste de Portugal e na região de Lisboa, respectivamente, as seguintes ocorrências:

(35)(1279) , Pedroso 037021
E eu Domigas perez **ensēbra cõ** meu marido Joham
[p Xadv] p

(36)(1294), Chelas111002
prioressa dachelas **enssenbra cono** cõuento desse
[p Xadv] p

Analisando-se o conteúdo semântico das ocorrências de LPrep's acima recolhidas, partiu-se em busca de uma explicação. Em relação a *apres de* ou *d’apres de* por tratar-se de LPrep locativa, poder-se-ia admitir a hipótese de significar tanto *perto de* ou *depois de*, como *junto con/de*.

No que respeita a LPrep *ensenbra con* vê-se que seu significado também indica proximidade espacial, podendo ter sido substituída por *junto con/de* que foi encontrado em *DN-M* nos séculos XIV e no século XVI, no Noroeste de Portugal, como se comprova, respectivamente, com os seguintes exemplos:

(37) (1341), Vilarinho205008
en posse do. Cassal que esta. **junto cõna.** quintáa
Xvpp p

(38)(1528), Vilarinho 581021
/21 outros vynte allmudes item **Junto** desta vinha
Xvpp p

Verificada a ocorrência das LPrep's locativas *apres de* e *ensembra con* no conjunto documental *DN-M*, editado por Martins (1994), repita-se, observou-se que a primeira LPrep citada ocorre no século XIII, na região Noroeste de Portugal e no século XV, na região de Lisboa. Quanto à segunda, só foi encontrada no século XIII, tanto na região de Lisboa, como no Noroeste de Portugal. Saliente-se que prevaleceu sempre o valor locativo dessas LPrep's. A partir do século XIV, entretanto, predomina *junto con/de*, também com valor espacial, e desaparece (*d'*)*apres de*, provavelmente, no século XVI. Quanto a *ensembra con* até o momento desta pesquisa, só foi encontrada sua ocorrência pela pesquisadora, no século XIII.

Observa-se no verbete de Machado (1973:284) que (*d'*)*apres de* pode apresentar, também, o significado de *junto de*, e apesar de permanecer produtiva no século XV, não ocorreu no século XVI, substituída, possivelmente, por *junto con/de*.

Tomando-se os *corpora* da Dissertação de Mestrado como confronto foi possível propor a hipótese de que *ensembra con* deixa de ser usado no século XIV, seu conteúdo semântico substituído por *junto con/de*.

4 Análise dos dados referente ao século XVI

Com as investigação das LPrep's em *C-DJIII*, verificou-se que os mesmos processos de formação de LPrep's, já identificados por Nolasco de Macêdo (1997) permaneciam produtivos, pois foram detectadas ocorrências que assim o comprovaram. Observe-se que este *corpus* foi pesquisado exaustivamente, uma vez que examinadas e analisadas todas as 374 cartas editadas por Ford (1931).

4.1 Dados gerais em *C-DJIII*

Cartas com ocorrência de LPrep's	Cartas sem ocorrência de LPrep's	Total de cartas analisadas
155	219	374

Quadro 01: Resumo geral do corpus *C-DJIII*

4.2 LPrep's que ocorrem em *C-DJIII* segundo os processos de formação

Nas cartas pesquisadas, em termos estatísticos, constatou-se a prevalência do *advérbio*, com cento e trinta e nove ocorrências, como principal elemento de formação do centro ou núcleo das LPrep's em *C-DJIII*. Em seguida encontra-se a *preposição*, seguida do *nome* e por último, como era previsível, em face do comportamento desse elemento, já estudado em diversos outros *corpora* formados por textos de variadas modalidades,

encontra-se o *verbo*. Saliente-se que o exemplo com o elemento *verbo* como núcleo da LPrep's, apesar de ser único em *C-DJIII* torna possível sustentar a hipótese de que a fórmula proposta por Nolasco de Macêdo (1997), já referida, permanece válida no português quinhentista, até meados do século XVI.

Núcleo da LPrep	Ocorrências
Adv	139
Prep	85
Nome	42
Vpp	01
Total	267

Quadro 02: Distribuição das LPrep's em *C-DJIII* por tipo de núcleo ou centro

Para comprovação das ocorrências das LPrep's nas *Cartas de D. João III*, acrescenta-se, a seguir, um exemplário, em que se selecionou uma ampla amostragem das principais LPrep's recolhidas em *C-DJIII*, escritas por diversos copistas ao longo do período pesquisado (1523-1557), que serve para demonstrar os vários tipos de LPrep's com as quais se deparou esta análise, além de elucidar a tipologia dos processos formadores de LPrep's encontradas no *corpus* em foco, e que constitui suporte concreto para pontos que vêm sendo pesquisados ao longo dos estudos sobre *locuções prepositivas* a que se dedica a autora deste trabalho.

(39) Carta nº 55(1533), Evora 094 008 Manuel da Costa^{1 2}
 não comprão, **sallvo na** maneira e ordem que nesta carta
 Xvpp p

(40) Carta nº 01(1523), Tomar 003 005 Antonio Afonso
 que nos apontará, **allem d'**outras [causas] que dizem que há,
 Xadv p

(41) Carta nº 04(1525), Evora 005 002 Antonio Paiz
 que, **por parte de** dom Diogo de Menesses do meo cõselho,
 p Xnome p

(42) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 007 017 Andre Pirez
 E como fordes ante elle, **despois de** lhe beixardes a mão
 [ppXprep] p

(43) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 007 019 Andre Pirez
 estam tam **perto d'**elle outras pessoas
 Xadv p

- (44) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 008 031 Andre Pirez
eu **por cima de** tudo,
p Xnome p
- (45) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 009 035 Andre Pirez
pois craramẽte **fora de** toda ordem de justiça
Xadv p
- (46) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 011 022 Andre Pirez
para mayor justificaçom e **a fym de** lhe fazer bem,
p Xnome p
- (47) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 013 005 Andre Pirez
estam como estavõ **ante d'**esta sem Rezão.
Xprep p
- (48) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 013 014 Andre Pirez
e soma fareis **acerqua d'**iso todo o que mais for necesario.
[pXadv] p
- (49) Carta nº 06(1531), Mõte Moor o Novo 007 016 Andre Pirez
esta Reposta he tam **fora da** que eu d'ele esperava
Xadv p
- (50) Carta nº 11 (1531), Evora 022 014 Pero d'Alçaçova Carneiro
que vos seria loguo dada, **e dentro ã** quatro dias
[pXadv] p
- (51) Carta nº 13(1531), Evora 024 000 Pero d'Alçaçova Carneiro
E **antes d'**estas tinha vistas as que trouxe luis Afonso
Xprep p
- (52) Carta nº 22 (1531), Evora 042 006 O secretário
e que **despois de** muytas praticas e debates
[ppXprep] p
- (53) Carta nº 38 (1533), Evora 073 014 Fernam d'Alvarez
toparem co ellas **llonge das** ditas Ilhas,
Xadv p
- (54) Carta nº 49(1533), Evora 086 006 Duarte Gonçalves
soldos ou moradias, **segundo de** qua fforem asentados;
Xprep p
- (55) Carta nº 50(1533), Evora 086 006 Duarte Gonçalves
pagamento de suas moradias **do tempo de** Manoel Velho,
p Xnome p

(56) Carta nº 55(1533), Evora 093 013 Manuel da Costa
os vinhos se carreguem **depois das** naaos terem tomada carga
[pXprep] p

(57) Carta nº 64(1533), Evora 103 012 Fernam d'Alvarez
Aallem d'isto lhe mandareis entregar dozentos millreis
[pXadv] p

(58) Carta nº 64(1533), Evora 103 025 Fernam d'Alvarez
Por virtude d'esta carta delRey noosso senhor
p Xnome p

(59) Carta nº 77(1533), Evora 117 003 Fernam d'Alvarez
segundo a a navegaçam que as naaos e navios d'esta armada
Xprep p

(60) Carta nº 87(1533), Evora 130 031 Pero Amrriquez
ter a esa cidade **dentro** neste tempo algũa naao,
[pXadv] p

(61) Carta nº 123 (1534), Evora 167 006 Fernam d'Alvarez
e se fose poer **davante da** dita çidade;
[ppXprep] p

(62) Carta nº 147 (1534), Evora191002Pero Emrriques
vos o mandeis ãprimir **per vertude do** meu alvara
p Xnome p

(63) Carta nº 150 (1536?), Evora 192 011 Fernam d'Alvarez
eram segundas vias das que vos vistes **ao tempo de** vosa partida
p Xnome p

(64) Carta nº 168 (1535), Evora 208 026 Fernam d'Alvarez
e ensayo dos ducados **de fora de** este Reyno,
p Xadv p

(65) Carta nº 168 (1535), Evora 209 003 Fernam d'Alvarez
nõ llevarẽ juntos **pera fora do** Reyno;
[pp] Xadv p

(66) Carta nº 175 (1535), Evora 214 005 Pero Amrriquez
pouco mais ou menos, **a Rezaõ de** sesemta reis por dia
p Xnome p

(67) Carta nº 182 (1535), Evora 220 013 Fernam d'Alvarez
esperandose tanto pello contrayro **em tempo de** tantas
p Xnome p

- (68) Carta nº 186 (1535), Evora 224 001 Pero Amriquez
lavrado cadano, **por tempo d'algūs anos**
p Xnome p
- (69) Carta nº 221^a (1536), Evora 255 014 não consta o copista
vindo **per fora da** ilha de Sam Lourenço
p Xadv p
- (70) Carta nº 231 (1536), Evora 265 003 O secretário
Vy a carta [...] **acerqua de** nam teer Respondido ao emperador
[pXadv] p
- (71) Carta nº 287 (1537), Evora 318 001 Pero Amriquez
por ser mais meu serviço virẽ **de fora do** Reigno ã ouro
p Xadv p
- (72) Carta nº 302 (1537), Evora 331 003 Manuel da Costa
e mandã dinheiro de contado **pera fora do** Reino
[pp] Xadv p
- (73) Carta nº 334 (1545), Evora 368 006 Fernam d'Alvarez
e que **ao pee do** dito contrato
p Xnome p
- (74) Carta nº 338 (1550), Evora 370 010 não consta o copista
Depois de asy o ter aentado
[pXprep] p
- (75) Carta nº 353 (1551), Evora 381 005 Antonyo Ferraz
a verdadeira levar **pera fora do** Reynno
[pp] Xadv p
- (76) Carta nº 372 (?.....), Lisboa 394 005 Rey D.João III
serviço quato podia ser, **alem do** gosto e do prazer
Xadv p

4.3 Dados gerais em *DN-M*

Documentos do Noroeste de Portugal	Documentos da região de Lisboa	Total de documentos analizados
07	09	16

Quadro 03: Resumo geral do *corpus DN-M*

4.4 LPrep's que ocorrem em *DN-M* segundo os processos de formação

No *corpus DN-M*, em termos estatísticos, diferentemente do que ocorreu em *C-DJIII*, constatou-se a prevalência do *nome*, com oitenta e duas ocorrências, como principal elemento de formação do centro ou núcleo das LPrep's em *DN-M*. Depois encontra-se o *advérbio*, seguido da *nome* e por último, aparece o *verbo*, comprovando-se mais uma vez ser esta a classe de palavra menos produtiva na formação de *locuções prepositivas*, no período pesquisado.

Centro	Noroeste de Portugal	Lisboa	Total
Nome	45	37	82
Adv	12	22	34
Prep	4	7	11
Vpp	6	1	7
Total	67	67	134

Quadro 04: Distribuição das LPrep's em *DN-M* por tipo de centro

A comprovação das principais ocorrências das LPrep's em *DN-M*, pode obter-se através das ocorrências do exemplário que se segue, em que foram selecionadas ocorrências das principais LPrep's recolhidas em *DN-M*, escritas por diferentes punhos, ao longo do período pesquisado (1514 - 1548), que serve para demonstrar os vários tipos de LPrep's encontradas no *corpus* em foco.

(77)(1514), Vilarinho 571 006
Jurdyçõ... cydade do porto **ẽ** **presenca** de mjm tabelioam
p Xnome p

(78) (1514), Vilarinho 571 010
Jull/¹⁰guado daguyar de souza **do termo** da dicta cydade,
p Xnome p

(79)(1514), Vilarinho 572 030
ẽ elle cõteudas ẽ /³⁰ parte nẽ ẽ todo ẽ Jujzo nẽ **fora della**
Xadv p

(80)(1522), Vilarinho 574 001
Em nome de deus Amem
p Xnome p

- (81)(1522), Vilarinho 575 013
lhes aprazia em seus Mones e **em nome do** /¹³ dicto mosteiro
p Xnome p
- (82)(1522), Vilarinho 577 051
E **despois** desto dous dias
[ppXprep] p
- (83)(1528), Vilarinho 582 027
e trres de /²⁷ linhaça item **Junto** das casas do casall do souto
Xvpp p
- (84)(1528), Vilarinho 582 027
sta hũa llata **ante** a porta
Xprep p
- (85)(1534), Vilarinho 586 003
oito dias do mes de dezembro **dentro** no moesteiro
[p Xadv] p
- (86)(1534), Vilarinho 588 035
Item hũa leira **abaixo** das casas
[pXnome] p
- (87)(1538), Vilarinho 594 034
não chamem /³⁴ ... outro algum senhorjo **saluo** ao dito prior
Xvpp p
- (88)(1540), Vilarinho 603 044
item a leyra **de cima de** trasfoios/⁴⁵
p Xnome p
- (89)(1504), Chelas 630 015
e podese nomear a segunda **ante** /²⁴ de sua morte
Xprep p
- (90)(1510), Chelas 631 029
e posto **dentro** na adega do dicto moesteiro
[pXadv] p
- (91)(1520), Chelas 638 010
tinha hũas terras de pam **acer**/¹⁰**ca** do moesteiro dodiuellas
[pXadv] p
- (92)(1540), Chelas 657 063
dyta galynha de fforo **despoys** do ffaçemto da dyta /⁶⁴ molher
[ppXadv] p

(93)(1544), Chelas 662 112
esta vemda he em paz e **em salluo da** sisa / pera ella
p Xvpp p

(94)(1544), Chelas 666 307
lhe hirem Respom / der, e pagar **a pee de** Juizo e dessi fazerem
p Xnome p

(95)(1544), Chelas 668 363
pesoa pubryca stipulamte e acceptâte / **em nome da** dita donna
p Xnome p

(96)(1548), Chelas 672 027
perante os corregedores ... sobre e **per** ^{/27} **razam da** fazenda
p Xnome p

4.5 Dados gerais no *corpus CM-G*

Origem do documento analisado	Ocorrências
Padrín (A Coruña)	03
Lugo	08
Ribadavia (Ourense)	07
Pontevedra	11
Total	29

Quadro 05: Resumo geral do *corpus CM-G*

4.6 LPrep's que ocorrem em *CM-G* segundo os processos de formação

Núcleo	Origem do documento				Totais
	Padrín	Lugo	Ribadavia	Pontevedra	
Nome	02	01	02	05	10
Adv	–	03	02	03	08
Prep	01	04	03	02	10
Vpp	–	–	–	01	01
Totais	03	08	07	11	29

Quadro 06: Distribuição das LPrep's em *CM-G* por tipo de núcleo ou centro

Apresentam-se em seguida alguns exemplos de LPrep's recolhidas em *CM-G*:

(97) Doc. 18, (1515), Padrín 066 004
et a todas vojas vozes et heredeiros que **despoys de** vos vieren
[pp X_{prep}] p

- (98) Doc. 18, (1515), Padrín 066 020
 et ley *que fala* **en rrazon do** engañõ do aber ñobrado nõ
 p X_{nome} p
- (99) Doc. 51, (1502), Lugo 126 002
 Giomar *Rodrigues* frayras del velo **preto do** dito moſteyro,
 [p X_{adv}] p
- (100) Doc. 51, (1502), Lugo 126 003
 en nõo capitulo **dentro enno** dito moſteiro
 [p X_{adv}] p
- (101) Doc. 90, (1500), Ribadavia 180 032
que peite a parte agardante **por nome de** pēna
 p X_{nome} p
- (102) Doc. 90, (1500), Ribadavia 180 035
 en juyzio **fora del** cõ o dicto noo notario.
 X_{adv} p
- (103) Doc. 90, (1500), Ribadavia 180 036
 vozes *que de* **pois de** nos bierẽ
 [pp X_{prep}] p
- (104) Doc.136, (1506), Pontevedra 243 021
que e **çerca da** dĩa villa de Rre²² dondela
 X_{adv} p
- (105) Doc.136, (1506), Pontevedra 243 021
e **çerca da** dĩa villa de Rre²² dondela
 X_{adv} p
- (106) Doc.136, (1506), Pontevedra 243 021
 τ jaz **junto da** fonte dos dizjmos
 X_{vpp} p
- (107) Doc.136, (1506), Pontevedra 245 058
 enno dĩa capitulo **de dentro do** dĩa moo ſteyro a
 p [p X_{adv}] p
- (108) Doc.136, Pontevedra 243 021
que e **çerca da** dĩa villa de Rre²² dondela
 X_{adv} p

5 Conclusões

Como ficou demonstrado, através do exaustivo levantamento das ocorrências de LPrep's, realizado nos *corpora C-DJIII, DN-M e CM-G*, pode-se concluir que permanece válida a fórmula composicional anteriormente proposta por Nolasco de Macêdo (1997) para abrigar as possibilidades de formação das LPrep's no período arcaico da língua portuguesa, pois, nos *corpora* enfocados foram encontrados os mesmos processos de formação de locuções prepositivas antes verificados.

Quanto ao aspecto morfológico das LPrep's, praticamente, ocorrem no português quinhentista e no galego medieval as mesmas formas, havendo poucos casos em que só numa das duas línguas comparadas ocorreu determinada LPrep, o que não invalida a possibilidade de seu aparecimento em outros textos, de diferentes modalidades, que não aqueles sobre os quais se estudou neste trabalho.

Nas *Cartas de D. João III* há o predomínio bastante significativo do advérbio na posição de centro ou núcleo das LPrep's, enquanto em *DN-M* esta preponderância correspondeu ao nome e em *CM-G* estão presentes em igualdade de números o nome e a preposição. No que respeita à existência do verbo na posição central da LPrep, constata-se sua existência, mesmo que em grau mínimo.

¹ No total, procedeu-se à análise de 374 docs., uma vez que duas outras cartas encontram-se enclausuradas àquelas de nºs 221 e 231, respectivamente, nºs 221a e 231a.

² 01 doc. de Padrin, Província de A Coruña; 01 doc. de Lugo, província de mesmo nome; 01 doc. de Ribadavia, Província de Ourense; e 01 doc. de Pontevedra, província de igual denominação.

³ Chegou-se à descrição da existência de um centro e de margens, direita e esquerda, em que as *chaves* { } abrigam um elenco de possibilidades X (igual a centro, núcleo da locução prepositiva) no qual só uma das formas indicadas pode aparecer. Os *parênteses* () expressam a possibilidade de combinações entre as formas apontadas e o *zero* significa, naturalmente, a ausência de preposição.

⁴ Cf. Anna Maria NOLASCO DE MACÊDO (1997). Nessa Dissertação, a autora disponibiliza uma análise minuciosa sobre o comportamento das LPrep's em amplos *corpora*. Século XIII: Prosa notarial: (1214, Lisboa - AN/TT) *Testamento de Dom Afonso II - TDA* (ms.A); (1214, Toledo, Arquivo da Catedral) *Testamento de Dom Afonso II TDA* (ms.A1); Poesia (religiosa): (ms. da segunda metade do século XIII - documentação galego-portuguesa) *Cantigas de Santa Maria - CSM*; Século XIV: Prosa (religiosa) - traduzida: (ms. da segunda metade do século XIV) *Diálogos de São Gregório - DSG* (pesquisados três dos quatro livros); Século XV: Prosa (religiosa) traduzida (ms. do primeiro quartel do século XV) *Livro de Soliloquio de Sancto Agostinho - LSSA*; (ms. da primeira metade do século XV) *Crónica de Dom Fernando - CDF*; Século XVI: (ms. autógrafa de 1500) *Carta de Pero Vaz de Caminha - CPVC*; e (texto impresso em 1540) *Gramática da língua portuguesa* - J. de BARROS - *GLP*.

⁵ Prof. Dr. Francisco Xavier VARELA Barreiro, da Universidade de Santiago de Compostela, co-orientador da autora na parte galega de sua Tese de Doutoramento, em curso, denominada *Gramaticalização das locuções prepositivas na história do galego e do português*.

⁶ Cf. Rosa Virgínia MATTOS E SILVA (1994: 247-276): "[...] considero que se pode aceitar, como hipótese a ser trabalhada, seguindo Leite de Vasconcelos e Lindley Cintra, que o período arcaico se inicia com os primeiros documentos em português e que, muitas de suas características se estendem até, pelo menos, 1536-1540, datas dos inícios da normatização da língua."

⁷ Informa-se que o mecanismo de identificação usado é o seguinte: – (1277) corresponde ao ano em que foi elaborado o documento; Pendorada é o local em que foi escrito; **018** é o número da página em que se encontra a ocorrência em Martins (1994) e 021 significa a linha na qual se localiza a LPrep enfocada. E assim funciona, sucessivamente, o processo de identificação das recolhidas de LPrep's. Observe-se que foram recolhidas 729 ocorrências de LPrep's nos documentos notariais editados por Martins (1994) que perfazem 674 páginas do *Apêndice documental* da Tese de Doutoramento de Ana Maria Martins.

⁸ O mecanismo de identificação usado é o seguinte: – Primeiro aparece o n^o do documento – Doc.55, apontado por Maia (1986). (1281) corresponde ao ano em que foi elaborado o documento; Caldelas é o nome da localidade em que foi escrito; **133** é o número da página em que se encontra a ocorrência e 025 significa a linha na qual se localiza a LPrep enfocada. No total, 136 são os documentos notariais galegos editados por Maia (1986).

⁹ Cf. **Apres**, *adv. Arc.* “Deve tratar-se de galicismo, do fr. *après* ou prov. *apres*. Do lat. tardio *ad pressum*, “junto de”, loc. adv. formada com *pressum*, neutro tomado adverbialmente do p.p. *pressus* “apertado, comprimido”; cf. o it. *apresso* (*Block-Wartburg*, s.v.). [...] Vj. *apriscar*. **Apriscar**, v. Do lat. **apressicāre*, “apertar, comprimir” de *ad* + *pressu-*, part. de *premere* (vj. *apres*); o significado daquela forma da latinidade vulgar seria “meter, recolher ao aprisco”, pois as ovelhas, quando recolhem ao redil, comprimem-se, agrupando-se e aconchegando-se umas às outras. Cf.: Francisco Torrinha, no *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, III, p.139. Séc. XVI: “Porque os Gentios são gados / Mui esquivos de guardar, / E tão bravos de *apriscar*, / Que a terra que os tem, / Não a subirá ninguém”, Gil Vicente, *Auto da Cananeia*, na *Copilaçam*, fl. 79 vs.”

¹⁰ **Aprés**, ‘cerca’, ‘después’, ant., del lat. vg. AD PRESSUM ‘apertadamente’ de PRESSUS, participio de PREMERE ‘apertar’. E adiante: “Vocablo bien conservado em los romances del Este y Norte (cat. *après*, *després*, fr. *après*, *près*) y perdido en fecha muy temprana en castellano. Tradução: APRÉS, ‘cerca’, ‘depois’, ant. do lat. vulgar. AD PRESSUM, ‘apertadamente’, de PRESSUS participio PREMERE ‘apertar’ [...] E adiante: Vocabulo bem conservado nos romances do Leste e do Norte (cat. *après*, *després*, fr. *après*, *près*) e cedo perdido no castelhano.

¹¹ Tradução: É difícil assegurar se era forma inteiramente autóctona, ou de influência galorromânica (segundo crê A. Castro, *RFE* V, 25), ainda que os monumentos em que aparece poderiam sugerir a primeira alternativa.

¹² Número da Carta; ano de sua produção; local da escritura; número da página; número da linha na respectiva carta, sem contar o número correspondente à carta e o nome do copista.

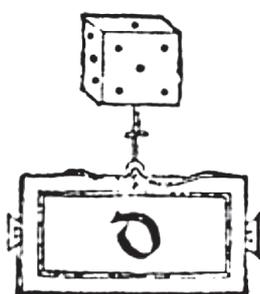
Referências bibliográficas

- ÁLVAREZ, Rosario, MONTEAGUDO, Henrique, REGUEIRA, Xosé Luis. (1993). *Gramática galega*. 4. ed. Vigo: Galaxia. [Instituto da Língua Galega]
- BECHARA, Evanildo. (1999). *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna.
- CASTILHO, A. T. de. (1997). A gramaticalização. *Revista Estudos Lingüísticos e Literários*, 19:25-64.
- COROMINAS, Joan, PASCUAL, José A. (1983). *Diccionario crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos.
- CUNHA, Antônio Geraldo da *et alii*. (1991). *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. 2. ed. revista e acrescida de suplemento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FORD, J. D. M. (1931) *Letters of John III: king of Portugal (1521-1557)*. The portuguese text edited with an introduction. Cambridge: Harvard University Press.
- HUBER, Joseph. (1986) *Gramática do português antigo*. Lisboa: Gulbenkian.
- MACHADO, José Pedro. (1973). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Confluência.

- MAIA, Clarinda de Azevedo. (1986). *História do galego-português. Estado lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI* (com referência ao galego moderno). Coimbra: INIC.
- MARTINET, André. (1994). Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle? *ALFA: Revista de Lingüística*, 38:11-19.
- MARTINS, Ana Maria. (1994). *Clíticos na história do português*. Apêndice documental. *Dissertação de Doutorado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (digitado)*
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1994). Para uma caracterização do período arcaico do português. *Revista D.E.L.T.A.*,10:247-276.
- MEILLET, Antoine. (1948 [1912]). L'évolution des formes grammaticales. In: MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, p.130-148.
- NEVES, Maria Helena de Moura. (1997). *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes.
- NOLASCO DE MACÊDO, Anna Maria. (1997). *Locuções prepositivas na constituição histórica da língua portuguesa: período arcaico*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. (digitado).
- VARELA BARREIRO, Francisco Xavier (1998). As locuções prepositivas e a sobrepreposição do galego medieval ó moderno. In: *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística - APL (Aveiro-Portugal)*. [no prelo].



Dado



*A natureza do texto como um dos fatores
que condicionam o sistema de
demonstrativos nos séculos XV e XVI*

Silvia Santos da Silva Gonçalves



Introdução

A motivação primeira para a pesquisa sobre o sistema de demonstrativos¹ foi desencadeada a partir da observação do uso alternado, na contemporaneidade brasileira, das formas demonstrativas *este* e *esse*, com preferência para a forma *esse*, fato já observado por Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1971 e 1975), Paul Teyssier (1981) e Odirce Cid *et alii* (1986).

Neste texto enfocam-se as comparações entre os séculos XV e XVI, a partir, respectivamente, dos textos: a) *Crônica de Dom Pedro*, escrita por Fernão Lopes, *Carta de Pero Vaz de Caminha* (1500), escrita por Pero Vaz de Caminha; b) *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* (1540), *Diálogo da Viçiosa Vergonha* (1540) e o *Livro Quinto da Primeira Década da Ásia* (1552), todos de autoria de João de Barros. Na medida do possível, far-se-ão também analogias desses séculos com trabalhos feitos sobre o assunto no português contemporâneo. Outra comparação que se fará é entre os autores dos textos sob análise, relacionando-os com o tipo de texto, além disso, comparar-se-á João de Barros “narrador” com João de Barros “ensaísta”.

1 Carta de Pero Vaz de Caminha *versus* Décadas da Ásia de João de Barros

O objetivo principal em confrontar esses dois textos é observar se, mesmo narrando conteúdos semelhantes, eles apresentam resultados distintos, e, se isso proceder, tentar verificar qual seria o fator condicionante, apesar de se estar consciente de que cinquenta e dois anos os separam, ou se os resultados coincidem apesar da referida distância temporal.

O número de demonstrativos encontrado no recorte feito do *Livro Quinto da Primeira Década da Ásia*, que narra a viagem de Pedro Álvares Cabral às Índias, é três vezes superior ao encontrado na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que narra a viagem de Cabral até o Brasil. Isso se deve ao fato do primeiro ser um texto bem maior que o segundo, conseqüentemente, o número de ocorrências de demonstrativos será maior. Entretanto, ver-se-á que

em relação às funções desempenhadas pelos demonstrativos, a função anafórica é a mais utilizada pelos dois autores. Como se pode verificar no gráfico a seguir:

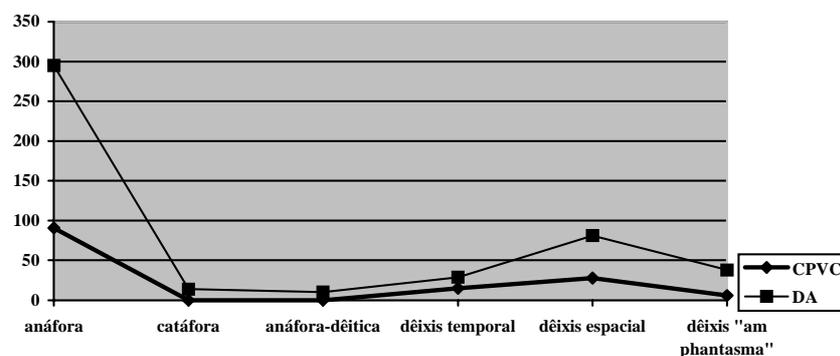


Gráfico 01 — Carta de Pero Vaz de Caminha versus Décadas da Ásia

Como se nota no Gráfico 01 acima, poder-se-ia afirmar que a curva das ocorrências das funções desempenhadas pelos demonstrativos nos dois textos sob análise é de certa forma igual, pois inicia-se com um pico de ocorrências na função anafórica², cai na catáfora³ e mantém-se na anáfora-dêitica⁴, tendo uma ligeira elevação na dêixis temporal⁵ e com um aumento em seguida na dêixis espacial⁶, caindo logo depois na dêixis “am phantasma”⁷.

A diferença entre os *endofóricos* – *anáfora*, *catáfora*, *anáfora-dêitica* – e os *exofóricos* – *dêixis espacial*, *dêixis temporal* e *dêixis “am phantasma”* – pode ser feita através de traços semânticos, sintáticos e pragmáticos, cuja visualização é feita a partir do Quadro 01 a seguir:

Funções	anáfora	catáfora	dêixis espacial	dêixis temporal	dêixis “am phantasma”	anáfora-dêitica
Traços semânticos						
Referência textual	+	+	-	-	-	+
Referência textual já referida	+	-	-	-	-	+
Espacialidade	-	-	+	-	-	+
Presença do referido no texto	+	+	-	-	-	+
Temporalidade	-	-	-	+	-	-
Generalidade	-	-	-	-	+	-
Compartilhamento	+	+	+	+	+	+
Determinação	+	+	+	+	-	+

Quadro 01: Funções dêiticas e anafóricas

Esses dados parecem revelar que em uma narrativa-histórica existe a predominância da função anafórica, que evita a repetição de termos, frases, orações e até de parágrafos inteiros, ou seja, é uma função importante para dar a coesão textual. A função catafórica é menos usual, mas, para (Fávero, 1997:19-23), a catáfora, assim como a anáfora, está inserida na coesão referencial do tipo substituição, ou seja, a autora coloca essas duas funções dentro da mesma classificação, entretanto, acredita-se que elas não representem o mesmo papel dentro do texto, haja vista a diferença do número de ocorrências em todos os tipos de texto e entre os séculos, ou melhor, em todos os textos, como se verá, existe a prevalência da função anafórica e um uso bastante reduzido, quando não nulo, como é o caso da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, da função catafórica.

Na anáfora-dêitica ocorre quase a mesma situação da função catafórica, pois há um número pequeno de ocorrências, em relação às demais funções, no caso das *Décadas*, e nenhuma ocorrência no caso da *Carta*. Isso leva à conclusão de que a função anáfora-dêitica não é muito utilizada, porém deve-se considerar em relação à *Carta* o fato de Caminha estar escrevendo sobre o que estava vendo, ou seja, estava espacialmente

no mesmo local do que estava relatando. Isso permitia que não lançasse mão desse recurso, de que, na verdade, ele não precisava, pois, como se sabe, para utilizar essa função é preciso que se esteja espacialmente distante do que se vai enunciar, e, como Caminha utilizou um sistema do tipo tricotômico não clássico⁸, não houve a necessidade de uso de tal função. Já nas *Décadas*, apesar do baixo número, se comparada às demais funções, existem alguns casos, que se justificam por João de Barros narrar fatos já ocorridos, e que tanto temporalmente como espacialmente estavam distantes dele. As ocorrências de dêixis temporal nesses dois textos são utilizadas a partir de um sistema dicotômico, todavia com diferenças: na *Carta*, a distinção é entre tempo presente e tempo passa-

DO PRONOME.

da lingua g̃ra, a qual tem estes seis acídentes: Especie, G̃nero, Numero, Figura, Pessoa, e Declinaçã per cãfos.

Da Especie.

Como é o nome uimos que tinha duas especies, Primitiua, e Deriuada, asy temos pronomes primitiuos e deriuados. Os primitiuos ou primeiros sam estes seis eu, tu, sy, este, esse, elle. Os deriuados sam cinco: me, te, seu, nõsso, uõsso. Chamamse deriuados por q̃ se deriuã dos primeiros em o cãfo g̃to: onde diz de my, se deriuã, me, e de ty, te, e de sy, seu. E no plural nõsso uõsso. E u, nõs, tu, uõs, este, estes, sam demõstratiuos: por q̃ cãfy demõstrã a cousa, per semelhante exẽplo. Este liuro ç do príncipe nõsso senhor. Elle, esse cõ seus plurales chamã relatiuos: por faz erẽ relaçaõ e lãbrança da cousa dita, posto q̃ o seu príncipal ofiçio seia demõstratiuo.

Da figura.

Das figuras tem o pronome, Simplex, e Compõsta. Figura simplex ç, eu, tu, este, esse. Compõsta chamamos, eu mesmo, tu mesmo, aqueste, aqueste. etc. Esta cõposiçã de estas duas partes, eu mesmo, nõ faz mais, que acreçentãr hũa eficaçia e uehemẽcia ao pronome, a que os gregos chamã, Emphasi: por que, mayõr eficaçia tem dizer, eu mesmo escreuy esta arte, que eu escreuy esta arte. E per esta mesma figura, dizemõs, nõs outros, e outras composições a este modo.

Do

Reprodução do fólio 15v da *Grammatica* de João de Barros

do, utilizando *este* e *esse* no primeiro caso e *aquela* no segundo; nas *Décadas* também o sistema é baseado em tempo presente e tempo passado, só que utilizando *este* no primeiro caso e *aquela* no segundo. Outro fator importante é que os temporais em Caminha são, em sua maioria, referentes a dia e noite, e nas *Décadas* a noção de tempo é metade referente a dia e noite e a outra metade a tempo e ano, isso pode ter influenciado na escolha de qual demonstrativo utilizar.

Como se pode depreender do Gráfico 01 a função dêitica espacial é a segunda mais utilizada em ambos os textos. Mas isso pode ser explicado pelo conteúdo dos textos: no caso da *Carta* o autor estava relatando a seu interlocutor, definido, elementos de uma terra distante com objetos desconhecidos, cuja referência no espaço, geralmente era especificada, já nas *Décadas* o autor estava referindo-se, na maioria das vezes, a lugares distantes de Portugal. Essa obra tem por objetivo contar os “feitos” dos portugueses no continente asiático, isso lhe impõe situar/transportar os interlocutores indefinidos, nos espaços a que se está referindo.

Pode-se concluir, então, que o aumento no uso da função dêitica espacial se dá nos textos por motivos distintos, no caso da *Carta* pelo que estava perto ou longe dele e do seu interlocutor definido, e nas *Décadas* pela distância espacial dos fatos que narrava. O número de ocorrências de dêixis “am phantasma” na *Carta* é o quarto mais freqüente, diferente das *Décadas*, em que essa função é a terceira mais freqüente, isso aparentemente pode ser contraditório, pois, se se observar o gráfico, a curva é idêntica. Contudo, não se deve esquecer que esses textos, apesar de serem narrativas históricas, têm uma diferença crucial, que fica visível nessa função. O fato de a *Carta* ter um destinatário específico e nas *Décadas* ter-se um destinatário geral, indefinido, ou seja, por Caminha conhecer o receptor e estar contando sobre outra cultura, pessoas e lugares desconhecidos para seu receptor, não se utiliza muito dessa função, em que os interlocutores devem, para que a comunicação se efetue com sucesso, compartilhar dos mesmos assuntos, e, no caso da *Carta*, Caminha tinha consciência do que era compartilhado por ele e Dom Manuel. Nas *Décadas*, contudo, João de Barros não tinha conhecimento sobre seus interlocutores, por isso podia utilizar-se mais dessa função porque partia-se do princípio de que alguns assuntos eram de domínio público, logo o emprego da dêixis “am phantasma” se fazia aproveitável mais para ele do que para Caminha.

2 Comparação entre os séculos XV e XVI

A *Carta de Pero Vaz de Caminha* e *A Crônica de Dom Pedro*, apesar de serem narrativas, têm uma diferença que se considera decisiva para o entendimento dos sistemas de demonstrativos utilizados pelos autores, a mesma diferença já referida entre a *Carta* e as *Décadas*: um tem interlocutor definido e o outro não. No caso da *Crônica*, Fernão Lopes não tem um

interlocutor único, ou seja, o autor tem a consciência de que está escrevendo um texto histórico sobre a vida de um rei que será lido por várias ou para várias pessoas, interlocutores indefinidos, como se pode depreender na citação do próprio autor a seguir:

*(...) he nossa entençom n'este prologo muito curtamente fallar, nom come buscador de novas rrazoões, per propria invençom achadas, mas come ajuntador em hũ breve moolho dos ditos d'algũs que nos prouguerom: **a hũa por espetar os que ouvirem que entendam parte d'o qué falla a estoria, a outra por seguirmos enteiramente a hordem do nosso rrazoado, no primeiro prologo ja tangida.** E porquanto el-rrei dom Pedro, cujo rregnado se segue, husou da justiça - de que a Deus mais praz que cousa boa que o rrei possa fazer, segundo os santos escrevem - **e algũs desejam saber que virtude he esta, e, pois he necessaria ao rrei,** se o he assi ao poboo, nós n'aquelle stillo que o simprezmente apanhãmos o podees leer per esta maneira. (CDP, 1418- 1451, l.4-13) [grifo nosso].*

As diferenças que podem contrapô-los são: o tipo de assunto abordado, a distância temporal, quase cinqüenta anos, e, por fim, o tipo de interlocutor. No século XVI, tem-se os dois *Diálogos* e as *Décadas*, todos esses textos são de João de Barros, porém, a sua natureza é distinta, pois de um lado tem-se dois diálogos imaginários, que não se sabe se são baseados na realidade, se são transposição da mesma ou, ainda, se são um misto das duas situações, do outro lado uma narrativa-histórica. Acredita-se que essa diferença possa influenciar na utilização e até mesmo na escolha do sistema de demonstrativo a ser empregado, pois, nesse caso, está um mesmo autor em situações distintas de uso dos demonstrativos. Isso pode dar indícios se a natureza textual, realmente, altera o uso do autor em relação às funções fóricas. A seguir analisar-se-ão os textos dentro do século em que estão inseridos, de acordo com a sua natureza, além de textos de naturezas distintas do mesmo autor.

3 João de Barros narrador *versus* João de Barros ensaísta

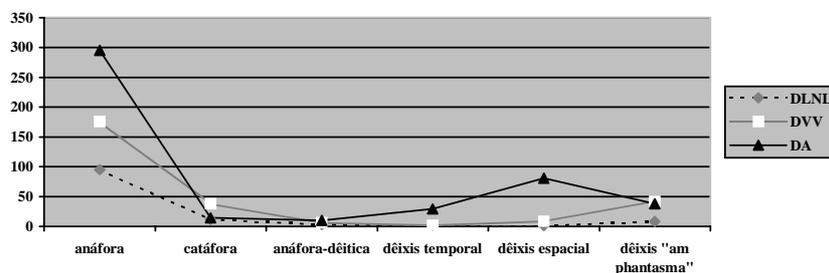


Gráfico 02 — João de Barros narrador *versus* João de Barros ensaísta

No Gráfico 02, percebe-se que os diálogos têm a mesma disposição, guardadas as devidas proporções, que é distinta da narrativa, cuja curva é muito diferente, podendo-se assegurar, a partir disso, que a natureza do texto é um dos fatores condicionantes no emprego dos demonstrativos em cada uma das funções encontradas. Os diálogos, na dêixis temporal, têm o número de ocorrências inferior ao da anáfora-dêitica, contrariamente, ao que ocorre nas *Décadas*, em que as ocorrências da dêixis temporal são superiores às ocorrências de anáfora-dêitica, isso mostra que em um diálogo não há tanta necessidade de se estar utilizando da função dêitica temporal, pois os interlocutores compartilham a mesma situação temporal. Já nas *Décadas*, o maior número de ocorrências, em relação à anáfora-dêitica, se justifica pela distância entre o espaço de tempo do narrador e o tempo dos fatos narrados, ou seja, João de Barros não é contemporâneo aos fatos que narra, levando-o a ter de valer-se da referida função.

Na dêixis espacial, o número de ocorrências é igual às de dêixis temporal no *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, no *Diálogo da Viçiosa Vergonha* e, nas *Décadas da Ásia*, as ocorrências de dêixis espacial são três vezes superiores às ocorrências na função dêitica temporal. Isso pode ser intrigante a partir do momento em que se visualiza no Gráfico a curva parecida para os diálogos também, mas não se deve esquecer que, no caso do *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, é apenas uma ocorrência. Isso impede que se saiba qual seria, na verdade, a tendência curvilínea, já que esses dados mostram a manutenção em relação à dêixis temporal. A diferença entre esses dois tipos de textos faz-se realmente presente na função dêitica “am phantasma”, em que o número de ocorrências nos diálogos cresce sensivelmente, em relação à dêixis espacial, e nas *Décadas* ocorre exatamente o contrário, o número de ocorrências de dêixis “am phantasma” é quase duas vezes menor em relação à dêixis espacial. A partir desses dados, pode-se entrever que, na narrativa histórica, o autor tem maior cautela na utilização de dados genéricos, pois ele sabe que está escrevendo para um número muito vasto de pessoas, as quais podem não compartilhar das informações por ele utilizadas, e nos diálogos o emprego dessa função faz-se presente pelo fato de que, de alguma forma, a “presença” do interlocutor sinaliza que a referência ao genérico é possível, ou melhor, o locutor sabe quais os elementos fazem parte da memória compartilhada por ambos, precisamente, pela presença de seu receptor no momento da enunciação.⁹

Se se cotejar essa explicação com a dada, anteriormente, para justificar a diferença de uso na função dêitica “am phantasma” entre a *Carta* e as *Décadas*, poder-se-á chegar à conclusão que são contraditórias. Porém, fundamentam-se as duas porque, no primeiro caso, a intenção foi mostrar que, quando se tem um locutor definido e esse não compartilha das informações pelo locutor prestadas, a tendência, pelo que foi constatado, é um número baixo de dêixis “am phantasma”, mesmo que seja uma narrativa histórica. Já no segundo caso, tem-se em confronto um diálogo com uma

narrativa histórica, em que, no primeiro, a presença do locutor, não se tem como saber se física ou imaginária, no caso desses textos e o fato de o assunto ser comum aos dois, favorecerem o emprego da referida função em oposição a uma narrativa histórica, em que o fato de ter um interlocutor indefinido, mesmo com um assunto que seja de domínio público, favorecerá menos do que quando se tem um interlocutor definido.

A relação é de mais ou de menos probabilidade, que será empregada, de acordo com as peculiaridades do texto, e não apenas com a natureza do texto, podendo-se, nesses casos, utilizar argumentações distintas para explicar o maior ou menor uso da dêixis “am phantasma” no mesmo texto, porém, frente a textos de naturezas diferentes. Constata-se, também, que a situação em que o texto foi escrito pode influenciar mais do que o contexto. Resumindo, se se fizer uma escala de favorecimento para a utilização da função dêitica “am phantasma” ter-se-ia:

- 1) diálogo;
- 2) narrativa histórica com interlocutor indefinido e assunto conhecido;
- 3) narrativa histórica com interlocutor definido e assunto novo.

4 Caminha *versus* Dom Pedro

A seguir pode-se visualizar o Gráfico 03 em que se confrontam os resultados das funções desempenhadas pelos demonstrativos nos dois textos que pertencem ao mesmo século, *Carta de Pero Vaz de Caminha* e *Crônica de Dom Pedro*:

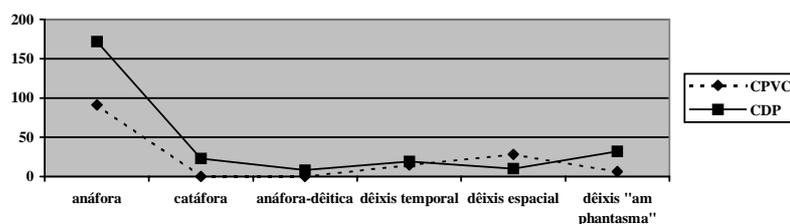


Gráfico 03 — Caminha *versus* Dom Pedro

Através do Gráfico 03, pode-se inferir que as curvas dos textos são simétricas. Até a dêixis temporal, apesar de não se ter nenhuma ocorrência das funções catafórica e anáfora-dêitica na *Carta*. Já nas funções dêitica espacial e dêitica “am phantasma” acontece o inverso, ou melhor, as curvas tomam tendências distintas. Como se pode observar, a *Carta* tem um aumento no número de ocorrências na dêixis espacial em relação à dêixis temporal, e a *Crônica* tem o número de dêiticos espaciais inferior ao dos dêiticos temporais.

A partir disso conclui-se que a *Crônica*, mesmo sendo uma narrativa histórica, possui a natureza distinta da *Carta*, além disso pode-se explicar o baixo número de dêiticos espaciais da *Crônica* em relação à dêixis temporal por causa do próprio conteúdo do texto, o qual não precisava de tantas referências espaciais, pois o texto trata da história de vida de Dom Pedro e as poucas referências espaciais reportam-se ou ao mundo em que o autor está inserido ou a partes do próprio discurso que está escrevendo, distintamente do uso dêitico espacial da *Carta* que, além de possuir um emprego peculiar dessa função, o autor escreve para alguém que está espacialmente muito distante, contribuindo, dessa maneira, para a utilização em maior número dessa função em relação à dêixis temporal. Nota-se a partir disso que o emprego das funções não depende apenas do tipo de texto, mas, também, a quem está endereçado: se esse interlocutor é definido ou indefinido, se o conteúdo é compartilhado ou totalmente novo, ou seja, estão em jogo fatores pragmáticos e estilísticos. Na dêixis “am phantasma” a curva dá-se, mais uma vez, de forma inversa, à *Carta* que teve um número mais elevado de dêiticos espaciais tem uma redução na dêixis “am phantasma”. Na *Crônica*, que teve um número menor de dêiticos espaciais, há uma aumento significativo na dêixis “am phantasma”. Essa inversão parece confirmar o que foi dito acima. Pode-se explicar o número reduzido de dêiticos “am phantasma” na *Carta* pelo mesmo motivo já exposto, ou seja, a maioria dos elementos descritos por Caminha não era conhecida por seu interlocutor – Dom Manuel –, e Caminha sabia disso, então não se utilizou muito do recurso que está diretamente ligado à memória compartilhada.

Já a *Crônica*, apesar de se tratar da vida específica de um rei, aborda assuntos que são do conhecimento de todos tais como: a justiça e a bondade, isso possibilita a utilização em maior número dessa função, já que o conteúdo permeia a memória de todos. Acredita-se que os resultados foram divergentes, tanto nos tipos de funções mais utilizadas por eles, com exceção da anáfora e da catáfora, como no tipo de sistema usado em cada função por causa das situações em que os textos foram escritos e os conseqüentes objetivos de cada um deles.

5 Narrativas históricas

A seguir observa-se o Gráfico 04 com as ocorrências de demonstrativos nas respectivas funções e nos textos que estão sendo aqui classificados, grosso modo, como narrativas históricas. Esses textos estão sendo colocados um ao lado do outro para verificar se existe alguma sistematicidade de uso entre eles, e, também, verificar se existe peculiaridade em cada um, e qual fator seria responsável por isso, são eles: *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, *A Crônica de Dom Pedro* e *As Décadas da Ásia*, vejam-se abaixo os resultados encontrados:

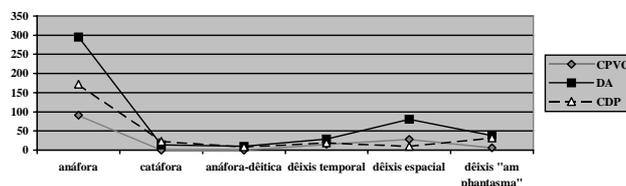


Gráfico 04 — Narrativas históricas

No Gráfico acima, nota-se que as curvas de todos os textos em análise são semelhantes até a função dêitica temporal, guardadas as devidas proporções. Depois na função dêitica espacial as curvas modificam-se. A *Carta de Pero Vaz de Caminha* e a *Décadas da Ásia* têm um aumento na dêixis espacial em relação à dêixis temporal e a *Crônica de Dom Pedro* tem uma queda. Já na dêixis "am phantasma" tem-se o oposto, menor número de ocorrência nas *Décadas da Ásia* e na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, em relação à função anterior, e um sensível aumento, também em relação a dêixis espacial, na *Crônica de Dom Pedro*.

Essa constatação, *a priori*, difere do resultado que se esperava, pois, como as *Décadas da Ásia* e a *Crônica de Dom Pedro* são textos em que os autores tinham conhecimento de que estavam escrevendo para várias pessoas e Caminha para um único interlocutor, acreditou-se que isso poderia influenciar no uso das funções, ou melhor, conjecturava-se que as curvas das *Décadas da Ásia* e *Crônica de Dom Pedro* fossem iguais, diferindo da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, e não as *Décadas da Ásia* e a *Carta de Pero Vaz de Caminha* com curvas semelhantes, distinguindo-se da *Crônica de Dom Pedro*. Pode-se tentar explicar essa inversão pelo fato de a *Crônica de Dom Pedro* ser uma narrativa histórica distinta das outras, pois além das transcrições de cartas, o texto tem um estilo vivo e elaborado intelectualmente, características marcantes do autor do texto, Fernão Lopes.

6 Século XV versus século XVI

A seguir, no Gráfico 05, observa-se a comparação das funções desempenhadas pelos demonstrativos nos dois séculos sob análise, veja-se:

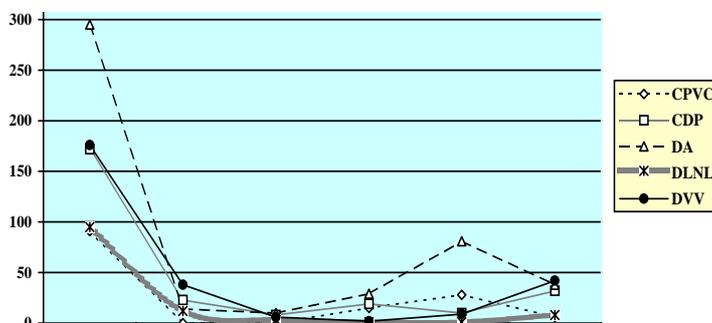


Gráfico 05 — Século XV versus século XVI

A partir do Gráfico 05 acima, percebe-se que em todos os textos a função que tem maior índice de ocorrências é a anafórica, contrariando as expectativas, já que nos *Diálogos* esperava-se uma maior utilização da função dêitica. Todavia não se pode esquecer que o processo de anaforização, que nada mais é que a substituição de um nome por um pronome ou de uma frase, parágrafo por um pronome, no caso desta pesquisa, o demonstrativo, para evitar a redundância, está inserido em outro segmento, o da economia lingüística. André Martinet (1978: 181-183) define economia lingüística como a busca permanente de equilíbrio entre necessidades contraditórias que é preciso satisfazer: necessidades comunicativas por um lado, inércia memorial e inércia articulatória por outro, segundo ele as últimas estão em permanente conflito, sendo que a primeira gera a economia paradigmática e a última a economia sintagmática. Esses dois tipos de economia podem ser utilizados a depender da necessidade que a situação comunicativa exija. Para André Martinet, em princípio, é a frequência de emprego dos termos que determina a escolha do tipo de economia.

A curva da *Carta de Pero Vaz de Caminha* e do *Livro V da Primeira Década da Ásia* são idênticas, como já foi assinalado acima. Nos dois *Diálogos* as curvas, também, são perfeitamente iguais, o único texto que tem uma curva diferente dos demais textos é a *Crônica de Dom Pedro*, que, no início e no final, tem a curva parecida com a dos *Diálogos*, mas no meio assemelha-se com a *Carta* e com as *Décadas* com um aumento de ocorrências na dêixis temporal e, logo em seguida, com uma queda desta última função em relação à dêixis espacial, esse último dado distingue a *Crônica* de todos os outros textos. Dessa forma, a *Crônica de Dom Pedro* não se identifica com nenhum dos tipos de texto em estudo, por que será que isso acontece?

Para responder a essa questão tem-se que relacionar esses dados com a situação de escritura de cada texto, ou seja, onde o autor estava no momento em que escreveu o texto, se ele possuía um interlocutor definido ou indefinido, se estava presente no momento em que os fatos narrados aconteciam, se o conteúdo do texto é contemporâneo ao autor. Diante disso traça-se o perfil de cada texto baseando-se nos aspectos supracitados:

TEXTO	PERFIL
<i>Crônica de Dom Pedro</i>	[- presença do locutor] [- receptor definido]
<i>Carta de Pero Vaz de Caminha</i>	[+ presença do locutor] [+ receptor definido]
<i>Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem</i>	[+ presença do locutor] [+ receptor definido]
<i>Diálogo da Viçosa Vergonha</i>	[+ presença do locutor] [+ receptor definido]
<i>Décadas da Ásia</i>	[- presença do locutor] [- receptor definido]

Quadro 02: Perfil dos textos analisados

Todos os textos têm em comum o número bastante elevado de ocorrências da função anafórica com uma queda, logo em seguida, da função catafórica, mostrando, dessa forma, que, independente de o texto ser uma narrativa ou um diálogo, no qual se esperaria um emprego maior de dêixis

pela presença do interlocutor, o uso da função anafórica predomina. Isso contradiz, de certa maneira, a etimologia dos demonstrativos, pois, segundo Lyons (1980), a função primeira desses elementos é a dêitica. Contudo, se se levar em consideração a recomendação de João de Barros, na sua *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), onde assevera que o demonstrativo *este* é essencialmente dêitico, referência extratextual, e *esse* é essencialmente anafórico, ou melhor, faz a referência dentro do texto, e pondera-se que, em todos os textos, o demonstrativo mais utilizado na função anafórica foi o *este*, chegar-se-á à conclusão de que a prescrição desse autor não corrobora os dados, mas ressalta-se, mais uma vez, que ele não segue sua prescrição à risca. Na função anáfora-dêitica em todos os textos há uma queda em relação à função anterior, a catáfora, exceto a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, na qual essas duas funções não têm nenhuma ocorrência. A partir disso pode-se aventar a hipótese de que essa função, detectada em alguns textos, não era, pelo menos nos textos em análise, muito utilizada, já que seu número de ocorrências é o menor em todos os textos, indicando, assim, que essa função só foi empregada pelos autores nas situações especiais.

As ocorrências de dêixis temporal são mais elevadas na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, *Crônica de Dom Pedro* e *Décadas da Ásia* em relação a anáfora-dêitica, indicando, nessa função, a união das narrativas históricas frente aos Diálogos, em que o número de ocorrências de dêiticos temporais é inferior ao da anáfora-dêitica. A maior utilização da dêixis temporal, pelas narrativas históricas, demonstra a necessidade que há nesse tipo de texto de situar o leitor/receptor temporalmente dentro do texto e dos assuntos por ele abordados. Nos diálogos não é tão necessária a presença de muitos demonstrativos nessa função, visto que, teoricamente, em um diálogo os interlocutores compartilham da mesma situação temporal e as ocorrências de dêiticos temporais nesses textos referem-se à época em que os interlocutores estavam inseridos.

Na função dêitica espacial há um aumento em relação à função anterior, dêixis temporal, na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, *Diálogo da Viçosa Vergonha* e *Décadas da Ásia*, no *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* existe a manutenção e na *Crônica de Dom Pedro* há uma queda. Esses resultados parecem revelar que na referida função, distintamente da anafórica, independente do tipo de texto e da situação em que o texto foi escrito, é sempre majoritária, porque, como se argumentou acima, essa função está ligada à economia lingüística, está relacionada, diretamente, com a situação em que foi escrito o texto, ou melhor, na função dêitica espacial a sua maior ou menor utilização depende do conteúdo do texto: se o autor está próximo ou distante dos fatos que narra, se o interlocutor é definido ou indefinido, sendo definido, se ele está próximo ou distante do seu interlocutor e/ou dos fatos por ele narrados. Nem todos esses critérios, acima descritos, são utilizados pelos autores, eles vão variar de acordo com o tipo de texto, autor, conteúdo e objetivo. Na função dêitica “am

phantasma” existe um aumento, em relação à função anterior, dêixis espacial, na *Crônica de Dom Pedro*, no *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, *Diálogo da Viciosa Vergonha*, e uma queda significativa, na *Carta de Pero Vaz de Caminha* e *Décadas da Ásia*. Esses dados colocam de um lado duas narrativas-históricas e do outro os dois Diálogos, já a *Crônica* tem uma curva igual à dos Diálogos, contrariando as expectativas, pois, sendo narrativa histórica, esperar-se-ia, também, uma queda. Entretanto, isso mostra que além dos fatores levantados para a escolha da função, relacionados com a natureza do texto e o tipo de receptor, se definido ou indefinido, outros fatores podem estar atuando, tais como: o conteúdo, que pode exigir ou não mais ou menos demonstrativos em determinada função. Não se quer afirmar com isso que a natureza do texto não interfira na escolha das funções mais ou menos usadas, apenas conclui-se, com o comportamento diferenciado da *Crônica*, que não se pode assegurar que a natureza do texto é o fator determinante, ele apenas contribui, claro que aliado a outros. Além disso, a função dêitica “am phantasma” deve ser utilizada quando o locutor tem, de alguma forma, consciência se o que ele está falando é ou não compartilhado por seu(s) interlocutor(es). No caso dos textos em estudo, sabe-se que nos Diálogos essa função pode ser usada sem maiores problemas, justamente pela presença do interlocutor, como já se discutiu, seja ela imaginária ou não, legitimando o aumento de dêiticos “am phantasma” em relação à dêixis espacial nesse tipo de texto.

A conclusão a que se chega após incursão no sistema de demonstrativos na *Crônica de Dom Pedro*, na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, no *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, *Diálogo da Viciosa Vergonha* e *Livro V da Primeira Década da Ásia* é a de que fatores intralingüísticos e extralingüísticos atuam concomitantemente na escolha do sistema a ser utilizado, às vezes uns atuando mais do que os outros, não se podendo afirmar que apenas um seja determinante. Entretanto, a simetria entre os textos de 1500 em diante e a diferença da *Crônica*, que é da primeira metade do século XV, parece ser, também, determinada pelo fator tempo.

Considerações finais

Após as comparações feitas entre os textos, tem-se várias ponderações a fazer, de acordo com a função desempenhada. Na **função anafórica** a *Carta de Pero Vaz de Caminha* e o *Livro Quinto da Primeira Década da Ásia* têm um sistema dicotômico clássico, no qual existe a variação entre as formas de *este* e de *esse*, e a oposição dessas duas formas em relação às de *aquele*; a *Crônica de Dom Pedro* apresentou, nessa função, um sistema tricotômico não clássico, em que a escolha para se referir ao que está mais perto é a forma *este*, mas se o demonstrativo for seguido ou mesmo se referir a alguma palavra que tenha a consoante sibilante surda /s/ a escolha será pelas formas de *esse*, mas se o referente estiver distante o demonstrativo empregado será *aquele*.

No *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* e no *Diálogo da Viçosa Vergonha* o sistema de demonstrativos, na referida função, é tricotômico não clássico, porém, distinto do da *Crônica*. Nos diálogos usa-se *este* para a referência dentro do discurso do próprio locutor, *esse* para a referência a qualquer elemento no discurso do interlocutor e *aquela* para a referência a um elemento mais distante no texto. Esses resultados, na função anafórica, colocam, como nos gráficos acima foi demonstrado, a *Carta* e as *Décadas* de um lado, os diálogos de outro e a *Crônica* com um sistema peculiar. Na **função catafórica** a *Crônica de Dom Pedro* e o *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* parecem ter um sistema “monotômico”, pois os autores utilizam apenas, nessa função, o demonstrativo *este*; no *Diálogo da Viçosa Vergonha*, dos trinta e oito demonstrativos que desempenharam essa função, três são da forma *esse*, contudo, nesses três casos podia-se tanto interpretar como anáfora ou como catáfora, decidiu-se pela última. Todavia, nessa conjuntura, não se pode afirmar que o sistema é “monotômico” já que se tem a presença da outra forma demonstrativa, mas é nítida a preferência do autor pelo demonstrativo *este*. Nas *Décadas da Ásia*, o sistema empregado nessa função é dicotômico não clássico, porque existe a variação entre as formas *este* e *esse*, mas a escolha da última dá-se quando existe a precedência de uma preposição, entretanto, ressalta-se que só acontece uma ocorrência da forma *esse*, cuja forma é neutra, e esse fator pode ter sido determinado pela antecedência da preposição. A partir desses dados nota-se que, em todos os textos em que a função catafórica ocorreu, a preferência pelas formas de *este* mostrou-se clara, revelando, assim, que nesses dois séculos, em estudo, o demonstrativo que era majoritariamente empregado nessa função era a forma *este*.

Na **dêixis espacial**, a *Carta de Pero Vaz de Caminha* possui um sistema tricotômico não clássico, no qual a diferenciação é estabelecida na distância ou proximidade das pessoas e/ou objetos em relação ao campo mostrativo de Caminha, não tendo a distinção clássica, que considera além do campo mostrativo do locutor o do interlocutor, ou seja, o primeiro campo refere-se ao que está próximo de Caminha, o segundo campo refere-se ao que está no Brasil, mas não próximo a Caminha, e, por fim, o terceiro campo que se refere ao que está distante de Caminha e de Dom Manuel. Na *Crônica de Dom Pedro* e no *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* o sistema é “monotômico”, pois os autores utilizam apenas, como na função catafórica, as formas de *este*, mas no último texto é apenas uma única ocorrência, que pode não estar refletindo a realidade da época. No *Diálogo da Viçosa Vergonha* há indícios de um sistema tricotômico clássico, em que o autor utiliza o demonstrativo *esse* para o que está próximo de seu interlocutor, entretanto, salienta-se que a forma *esse* tem apenas uma única ocorrência. Esse tipo de texto é mais propício ao emprego de um sistema tricotômico clássico, pela presença do interlocutor, a qual faz com que o locutor “respeite” o campo espacial do outro. Nas *Décadas da Ásia* o sistema é dicotômico clássico, porque a

distinção feita é entre o lugar em que o narrador se encontra, Portugal, e os demais lugares, que estão distantes dele.

Pode-se concluir a partir do exposto que na função dêitica espacial: primeiro, existe a preferência pelas formas de *este*, em todos os textos; segundo, o sistema empregado nessa função parece depender da localização espacial do locutor em relação aos fatos que narra, dando, dessa maneira, indícios de que a depender da função exercida pelo demonstrativo o fator extra-lingüístico ou situacional será determinante, ao menos, na função dêitica espacial.

Na **dêixis temporal**, o sistema da *Carta de Pero Vaz de Caminha* é dicotômico não clássico, em que *este* e *esse* variam, representando o tempo presente, e se opõem a *aquele*, que representa o tempo passado. Na *Crônica de Dom Pedro* o sistema é tricotômico não clássico, porque fundamenta-se na não confusão entre o ponto dêitico temporal de Fernão Lopes e o ponto dêitico temporal dos acontecimentos por ele narrados, apesar do autor utilizar o demonstrativo *aquele* para se referir a distâncias temporais maiores. Salienta-se que nesse texto, ao contrário das outras funções, o número de ocorrências de *esse* foi superior às de *este*. Acredita-se que isso acontece porque as formas *este* foram utilizadas para a referência ao espaço temporal de Fernão Lopes, e *esse* para o espaço temporal dos fatos narrados.

No *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem* aconteceu uma única ocorrência de *este*, não se podendo, nesse caso, tecer maiores considerações, pois, nessa função, é preciso uma outra forma demonstrativa para, quando menos, fazer a oposição entre tempo presente e tempo passado, observando-se o tipo de sistematização feita pelo autor. No *Diálogo da Viçosa Vergonha* o sistema dêitico temporal, como o do *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, não se pode fazer grandes conjecturas, pois trata-se apenas de duas ocorrências, ambas as formas demonstrativas são de *este*. Já nas *Décadas da Ásia* os dados indicam um sistema dicotômico não clássico, porque a oposição dá-se entre tempo presente e tempo passado, para o primeiro a forma *este* e para o segundo a forma *aquele*. Nesse texto ocorre uma única forma de *esse*, que varia com a forma *este*, acredita-se que seu emprego ocorreu devido a precedência do anafórico *hy*, que, segundo alguns autores seria a forma etimológica do advérbio locativo de segunda pessoa *aí* e que, como prescrevem as gramáticas normativas, seria o advérbio de lugar que se relacionaria com o demonstrativo, de segunda pessoa, *esse*. Esses dados mostram que as distinções temporais são feitas em dois campos: o do presente e o do passado, utilizando *este* para o primeiro caso e *aquele* para o segundo, e quando se emprega a forma *esse* é por algum condicionamento. Nos diálogos a única forma demonstrativa utilizada foi *este*, explica-se isso pelo fato de, nesse tipo de texto, os interlocutores dividirem o mesmo espaço de tempo, que só utilizarão, então, a forma *aquele* para se referirem a um espaço de tempo em que eles não estejam inseridos.

Na função **dêitica “am phantasma”**, na *Carta de Pero Vaz de Caminha*, não se pode definir qual o sistema utilizado, já que Caminha, nessa função, só emprega as formas de *aquele*. Na *Crônica de Dom Pedro*, assim como na *Carta*, o autor emprega apenas as formas de *aquele*, há uma ocorrência de *esse*, porém não pode ser atribuída a Fernão Lopes porque essa ocorrência é parte de uma carta que o autor transcreve. No *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, no *Diálogo da Viçiosa Vergonha* e nas *Décadas da Ásia*, só ocorrem, também, as formas de *aquele*, não se podendo falar em tipo de sistema utilizado, a não ser que se assuma a postura de que essa forma demonstrativa é a que melhor reflete esse tipo de função, e se afirme que o sistema é, em todos os textos, “monotômico”.

Na função **anáfora-dêitica**, na *Crônica de Dom Pedro*, no *Diálogo em Louvor de Nossa Linguagem*, no *Diálogo da Viçiosa Vergonha* e nas *Décadas da Ásia* ocorre o mesmo que na função dêitica “am phantasma”, há apenas o emprego das formas de *aquele*. A conclusão a que se chega é a mesma dita acima: as formas de *aquele* parecem que são as que melhor traduzem a noção tanto de generalidade e compartilhamento, dêixis “am phantasma”, como de referência ao que já foi dito com expressão semântica dêitica espacial. Contudo, se se cotejarem as ocorrências das formas neutras de *aquele* na dêixis “am phantasma” e anáfora-dêitica, ver-se-á que elas só desempenham, nos textos em que essas formas ocorrem, função de dêitico “am phantasma”. Isso corresponde aos traços encontrados na classificação dessa função, pois a referida função tem, pelo menos, dois traços que favorecem a utilização das formas neutras de *aquele*, são eles: [-espacialidade] e [-determinação]; esses dois traços precisam de lexias que tenham a marca de especificação, no caso dos demonstrativos, a desinência de gênero que é não marcada, indicando a referência ao masculino, e/ou o acréscimo do *-a* à raiz, indicando referência ao feminino.

Após essas considerações, acredita-se que o estudo sobre o sistema de demonstrativos não se esgota aqui, pois deu-se apenas uma pequena amostra de como uma classe gramatical, considerada de fácil aplicação sintática, pode esconder vários tipos de sistematizações, as quais estão diretamente ligadas a fatores intralingüísticos, extralingüísticos, à pragmática, à estilística, e até às associações paradigmáticas e sintagmáticas saussurianas.

Sabe-se que todos os elementos que figuram no âmbito dos signos (Ullmann, 1987: 32) perpassam por dificuldades de interpretação, pois tem-se que considerar todos os fatores supracitados, e, como se viu nas análises e na comparação dos dados, os fatores podem influenciar na escolha do tipo de função e sistema utilizado para cada uma das referidas funções, ou todos eles, conjuntamente ou separadamente, pois, como se viu, a situação comunicativa aliada aos referidos fatores pode, também, influenciar no emprego desses signos. Mattoso Câmara (1990: 190), baseando-se em Morris, afirma que a Lingüística deveria ser dividida em: semântica, pragmática e sintática ou gramática. Neste trabalho viu-se que melhor se-

ria se não se dividisse, mas sim, que se somasse, porque, só com a união do que foi desenvolvido por cada uma dessas partes, citadas por Mattoso Câmara, é que se pode ter uma visão mais ampla do funcionamento e das mudanças das línguas.

¹ Este artigo é parte da minha dissertação de Mestrado defendida em agosto de 2000, na Universidade Federal da Bahia, intitulada *Demonstrativos, dêiticos e anafóricos: duas sincronias em confronto (séculos XV e XVI)* sob a orientação da Professora Doutora Rosa Virginia Mattos e Silva.

² Denominou-se de ANÁFORA a identificação da referência, anteriormente, no próprio texto.

³ Denominou-se de CATÁFORA a identificação da referência, posteriormente, no próprio texto.

⁴ Denominou-se de ANÁFORA-DÊITICA a identificação da referência, no próprio texto, mas com expressão semântica dêitica espacial.

⁵ Denominou-se de DÊIXIS TEMPORAL à situação do autor no tempo.

⁶ Denominou-se de DÊIXIS ESPACIAL à situação do autor no espaço.

⁷ Denominou-se de DÊIXIS 'AM-PHANTASMA' a situação de compartilhamento do conhecimento pelos interlocutores da referência espacial.

⁸ A definição tricotômico não-clássico é fundamentada na escolha dos demonstrativos baseando-se em outros fatores que não a maior ou menor distância na referência no texto, ou seja, *este* para uma referência imediata, *esse* para uma referência não muito distante, e *aquela* para uma referência mais distante.

⁹ Sabe-se que no caso dos diálogos em estudo não se tem certeza da presença ou ausência do interlocutor na situação comunicativa, pois se trata de uma criação/recriação escrita, o que leva a outro tipo de situação. Todavia, de alguma maneira, essa presença, mesmo sendo um texto escrito, é marcada porque João de Barros tem de, todo o tempo, escrever ou transcrever a fala do filho, tornando viva a presença do seu interlocutor.

Bibliografia

- BAIÃO, António, CINTRA, Luís Filipe Lindley. (1974[1552]) *Ásia de João de Barros*. Lisboa: Instituto Nacional/Casa da Moeda.
- BARROS, João de. (1971[1540]) *Gramática da Língua Portuguesa*; Cartinha, Gramática, Diálogo em Louvor de nossa Linguagem e Diálogo da Viçosa Vergonha. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BENVENISTE, Émile. (1988). *Problemas de lingüística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. 2. ed. Campinas: Pontes.
- CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. (1971). Uma evolução em marcha: a relação entre *este* e *esse*. In: *Sprache und geschichte*, Festschrift für Harri Meier. Munchen: Wilhelm Fink.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. (1975). *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. (1990). *História da Lingüística*. Trad. Maria do Amparo Bardosa de Azevedo. 5. ed. Petrópolis: Vozes.
- CARDOSO, Silvia Helena Barbi. (1994). *Demonstrativo, dêixis e interdiscurso*. Campinas, 1994. Tese de Doutorado. (digitado).
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1978). Análises preliminar dos demonstrativos na norma culta de São Paulo. *Estudos Lingüísticos*, 2: 3-10.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (1993). Os mostrativos no português falado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado*. v.

3. São Paulo: UNICAMP/FAPESP.

CID, Odirce, COSTA, Maria Cristina, OLIVEIRA, Célia T. (1986). Este e esse na fala culta do Rio de Janeiro. *Estudos Lingüísticos e Literários*, 5: 195-208.

CORTESÃO, Jaime. (1967). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugalia.

DUCROT, Oswald. (1977). *Princípios de semântica lingüística: dizer e não dizer*. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix.

FONSECA, Fernanda Irene. (1992). *Deixis, tempo e narração*. Porto: Fundação Engº António de Almeida.

FREI, Henri. (1971). *La grammaire des fautes: introduction a la linguistique fonctionnelle assimilation et differenciation brevété, invariabilité et expressivité*. Genève: Slatkine Reprints.

LAHUD, Michel. (1979). *A propósito da noção de deixis*. São Paulo: Ática.

LAPA, Manuel Rodrigues. (1959). *Estilística da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica.

LOPES, Fernão. (1966). *Crónica de D. Pedro: edição crítica, com introdução e glossário a cura di Giuliano Macchi*. Roma: Ateneo.

LYONS, John. (1980). *Sémantique linguistique*. Trad. Jacques Durand et Dominique Boulonnais. Paris: Larousse.

MARTINET, André. *Elementos de Lingüística Geral*. (1978). Trad. Jorge Morais Barbosa. 8. ed. Lisboa: Sá da Costa.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM, 1989.

MONTEIRO, José Lemos. (1994). *Pronomes pessoais: subsídios para uma gramática do português do Brasil*. Fortaleza: UFC.

NASCENTES, Antenor. (1965). Este, esse. In: *Miscelânea a Clóvis Monteiro*. Rio de Janeiro: Professor.

PAVANI, Sílvia. (1987) *Os demonstrativos este, esse e aquele no português culto falado em São Paulo*. Dissertação de Mestrado. (mimeo).

POTTIER, Bernard. (1958). Les démonstratifs portugais. *Revista Brasileira de Filologia* (número comemorativo do jubileu da Livraria Acadêmica dedicado ao centenário de nascimento de José Leite de Vasconcellos - 1858-1942). v. 4, t. I e II. Rio de Janeiro: Acadêmica.

TEYSSIER, P. (1981). Le système des déictiques spatiaux en portugais aux XIV^e, XV^e et XVI^e siècles. *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale*, 6: 5-39.

ULLMANN, Stephen. (1987[1964]). *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Trad. J. A. Osório Mateus. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.



Hómẽ



*O uso do artigo definido diante de
nome próprio de pessoa e de possessivo do
século XIII ao século XV*

Iraneide Costa



1 Introdução

Antes de mais nada, creio ser importante deixar bem claro que os dados que aqui discutiremos fazem parte da dissertação que apresentamos ao final do Mestrado. Nossa proposta foi a de analisar os fatores morfossintáticos que favoreceriam a presença (ou ausência) do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa no período arcaico.

Visando a nortear a nossa pesquisa, elegemos como prioritários alguns objetivos. Foram eles:

- a) estabelecer fatores morfossintáticos responsáveis pela variação no uso do artigo definido diante de possessivo e de nome próprio de pessoa;
- b) observar e analisar os já citados fatores em documentação do período arcaico;
- c) confrontar estruturas do período arcaico com o que ocorre no português contemporâneo no que se refere ao uso facultativo do artigo definido nos referidos contextos.

Na busca desses nossos objetivos, uma das tarefas que nos coube inicialmente foi a escolha dos textos com que trabalharíamos. Alguns critérios foram, então, bastante relevantes na seleção das obras que viriam a constituir o nosso *corpus*.

Preocupamo-nos, em primeiro lugar, em selecionar textos que cobrissem todo o período arcaico da língua – século XIII a meados do século XVI, portanto.

Além do que, decidimos que teria que haver uma diversidade de estilos nos escritos que seriam objeto de nosso estudo. Para tanto, optamos por escolher textos de natureza diferente, a saber:

- a) 32 documentos notariais editados por Clarinda Maia (TCM). Trata-se de documentos de caráter particular, não literários, provenientes

autor reafirma a intenção pedagógica do mesmo, depois passando a ocupar-se da origem das línguas, buscando, nesse aspecto, respaldo principalmente nas Escrituras. Propõe-se a analisar o problema da diferenciação das línguas, o qual explica, precipuamente, levando em conta o mito da Torre de Babel. Admite, todavia, a noção de evolução e filiação lingüística, muito embora confundindo essas noções com a idéia de corrupção. Reconhece a paternidade latina do português, considerando essa, inclusive, a língua mais perfeita, pois afirma ser a que mais conserva características do latim. A primeira e segunda edições desse *Diálogo* foram conjuntas com a da *Gramática*, ocorrendo, respectivamente, em 1540, por Luís Rodrigues, e em 1785, essa dos monges cartuxos.

O *Diálogo da Viçiosa Vergonha*, que parece ter sido composto antes do *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, é, na verdade, um diálogo entre o autor e seu filho, no qual aquele pretende estabelecer regras sãs de vida para a juventude.

Deixa bem claro o autor, desde o início, o seu caráter complementar em relação à *Gramática*. Depois, então, define as diferentes espécies de vergonha, em relação à sua origem, causas e efeitos morais, a partir de três conceitos latinos: *pudor*, *verecundia*, *erubescencia*.

A primeira edição do *Diálogo da Viçiosa Vergonha* é de 1540, de Luís Rodrigues. A segunda edição só veio aparecer em 1785, por iniciativa dos monges cartuxos, num volume intitulado de *Compilação de varias obras do insigne portuguez Joam de Barros*, do qual fazem parte ainda a *Cartinha*, a *Gramática* e o *Diálogo em louvor de nossa linguagem*.

Em cada um dos supracitados textos, foram levantadas as ocorrências de possessivo e de nome próprio de pessoa. A seguir, elas foram divididas em dois grupos distintos, a depender de estarem as estruturas (ou não) antecedidas de artigo definido.

Detivemo-nos, então, a estudá-las em seus aspectos morfossintáticos, visando interpretá-los e assim estabelecer o que fomentaria a presença (ou ausência) de artigo definido nos já referidos contextos. Os resultados alcançados na análise de cada texto foram, então, confrontados entre si, a fim de serem detectadas possíveis diferenças e/ou semelhanças ocorridas ao longo do período arcaico, considerando os documentos notariais e a *Crônica de D. Pedro* de Fernão Lopes.

Faremos agora um breve relato dos resultados a que chegamos. Utilizaremos alguns gráficos bem como algumas tabelas, que nos ajudarão a dar uma visão mais clara dos dados.

Observando os gráficos 01 e 02, retirados do trabalho de Callou e Silva (1996), chegamos a algumas conclusões:

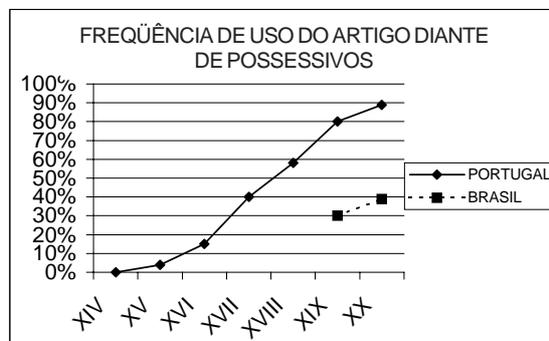


Gráfico 01: Freqüência de uso do artigo diante de possessivos (In: Callou e Silva, 1996:3)

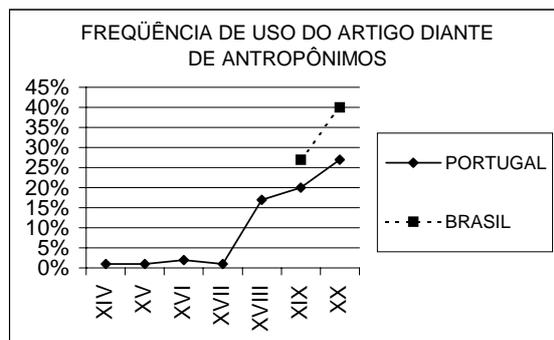


Gráfico 02: Freqüência de uso do artigo diante de antropônimos (In Callou e Silva, 1996:3)

- 1 No que se refere ao uso do artigo definido diante de possessivo, o percentual de ocorrência no Brasil no século XX equivale ao percentual de uso em Portugal no século XVII, vindo essa informação a reforçar a corrente dos que afirmam ser o português do Brasil mais conservador, no que se refere à ausência do artigo diante de possessivo.
- 2 O uso do artigo definido diante de antropônimos apresenta percentual equivalente ao do uso do artigo definido diante de possessivo no século XX.
- 3 Há um aumento nos percentuais de ocorrência de artigo definido nos dois contextos.

2 Artigo definido diante de possessivo

Inicialmente analisaremos as ocorrências de artigo definido diante de possessivo. A Tabela 01 e o Gráfico 03 nos fornecem os seguintes dados:

	TCM		CDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%
Poss. c/ art.	54	12,64	53	7,12	52	28,57	25	37,87	184	12,96
Poss. s/ art.	340	79,62	689	92,60	130	71,42	41	62,12	1200	84,56
Art. + det. + poss.	33	7,72	2	0,26	0	0	0	0	35	2,46

Tabela 01: Ocorrências de artigo definido diante de possessivo

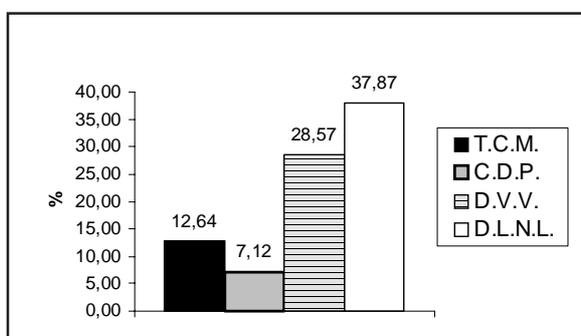


Gráfico 03: Ocorrências de artigo definido diante de possessivo

- 1 A percentagem de **poss. c/ art.** é maior nos textos representativos do limite final do período arcaico (DVV: 28,57%; DLNL: 37,87%).
- 2 É incontestável a superioridade dos percentuais alcançados pelas ocorrências de **poss. s/art.** em todos os textos.
- 3 De um total de 1384 ocorrências (desprezando-se os casos em que ocorre a estrutura art. + det. + poss.) analisadas, 1200 (86,70%) foram de **possessivo não antecedido de artigo**, havendo apenas 184 (13,29%) de **possessivo antecedido de artigo**.

Os gráficos 04 e 05 nos mostram que os percentuais de **poss. c/ art.** se aproximam dos valores de **poss. s/ art.** em DVV e DLNL.

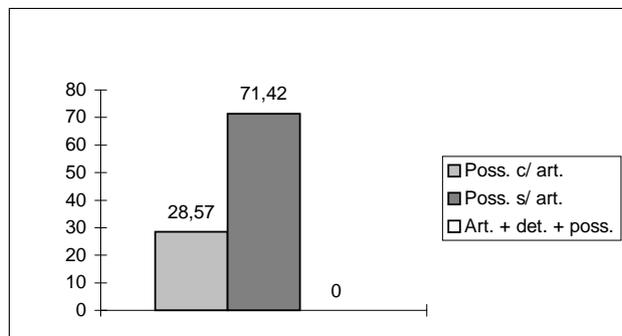


Gráfico 04: Ocorrências de artigo definido diante de possessivo em DVV

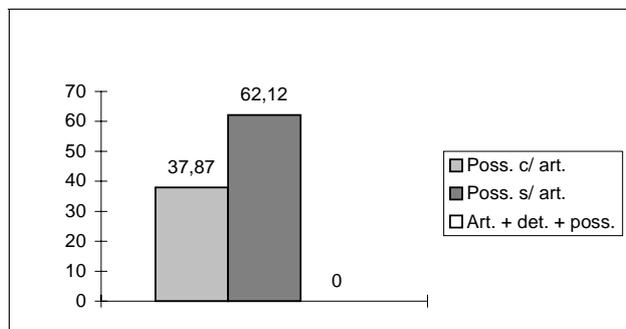


Gráfico 05: Ocorrências de artigo definido diante de possessivo em DLNL

Foram estudados, em todo o *corpus*, conforme já mencionado anteriormente, os contextos morfossintáticos em que se observou a variação no uso do **artigo definido diante do possessivo**. Em decorrência disso, foram selecionadas as seguintes variáveis condicionadoras:

- a) tipos de possessivo;
- b) número;
- c) tipos de sintagma;
- d) formas como a preposição se apresenta;
- e) função sintática do sintagma nominal.

a) Tipos de possessivo

O Gráfico 06 e a Tabela 02 nos fornecem as seguintes informações:

	TCM		CDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%
meu(s), minha(s)	10	18,51	2	3,77	8	15,38	1	4,00	21	11,41
nosso(s), nossa(s)	10	18,51	6	11,32	4	7,69	10	40,00	30	16,30
teu(s), tua(s)	0	0	2	3,77	11	21,15	0	0	13	7,06
vosso(s), vossa(s)	6	11,11	5	9,43	1	1,92	0	0	12	6,52
seu(s), sua(s)	28	51,85	38	71,69	28	53,84	14	56,00	108	58,69

Tabela 02: Possessivos detectados nas obras pesquisadas

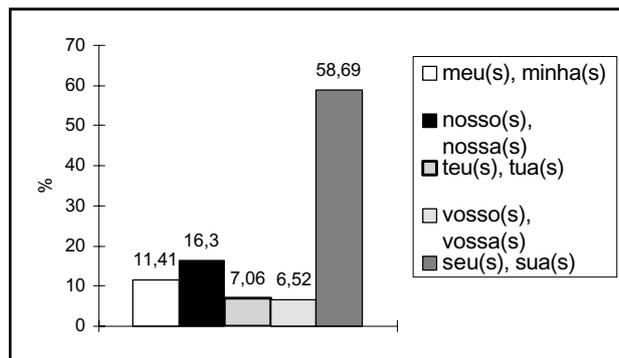


Gráfico 06: Possessivos detectados nas obras pesquisadas

- 1) É marcante a supremacia dos percentuais de ocorrências dos possessivos seu(s), sua(s) frente aos alcançados pelos demais possessivos.
- 2) Foram os pronomes vosso(s), vossa(s) seguidos dos pronomes teu(s), tua(s) que mostraram um rendimento menor.

O Gráfico 07 nos informa que, em DVV, embora as percentagens superiores sejam dos possessivos seu(s), sua(s), os possessivos meu(s), minha(s) e teu(s), tua(s) apresentam desempenhos relevantes.

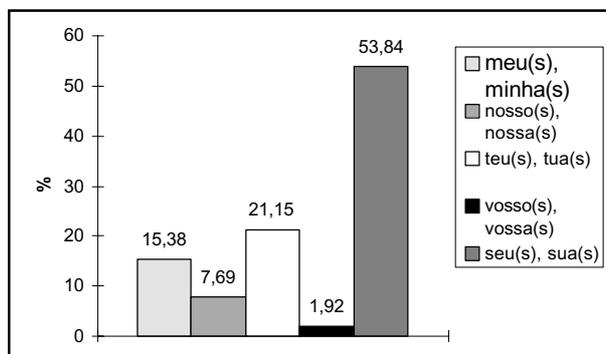


Gráfico 07: Possessivos detectados em DVV

O Gráfico 08 mostra que, apesar do mais alto percentual referir-se também aos possessivos **seu(s)**, **sua(s)**, os possessivos **nosso(s)**, **nossa(s)** apresentam um percentual muito significativo em DLNL.

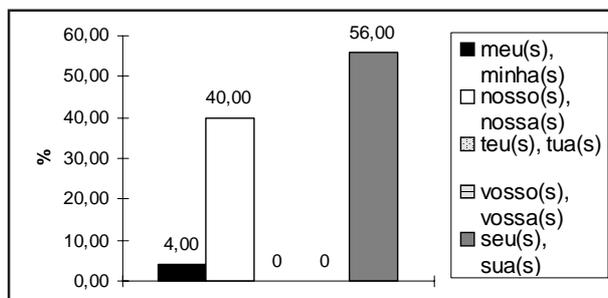


Gráfico 08: Possessivos detectados em DLNL

b) Número

O Gráfico 09 e a Tabela 03 informam que há superioridade absoluta de ocorrências no singular no uso do **possessivo com artigo** em todos os textos. O percentual de variável singular chega a atingir 96% em DLNL.

	TCM		CDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC.	%	OC.	%	OC.	%	OC.	%	OC.	%
Singular	42	77,77	41	77,35	36	69,23	24	96,00	143	77,71
Plural	12	22,22	12	22,64	16	30,76	1	4,00	41	22,28

Tabela 03: Ocorrências de singular e plural no uso dos possessivos nas obras pesquisadas

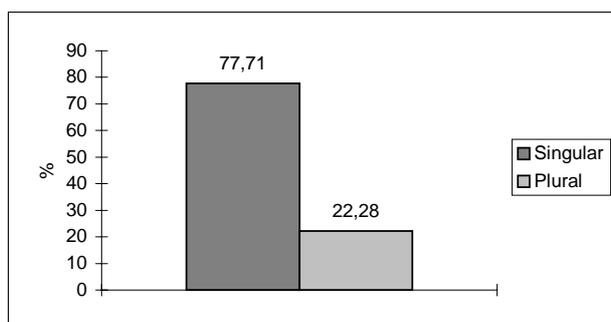


Gráfico 09: Ocorrências de singular e plural no uso dos possessivos nas obras pesquisadas

Os gráficos 10 e 11 confirmam a supremacia da variável singular nas ocorrências de **poss. c/ art.** também em DLNL e em DVV.

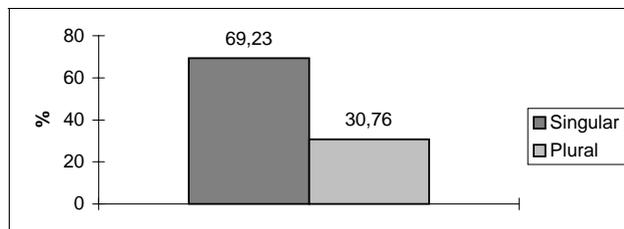


Gráfico 10: Ocorrências de singular e plural no uso dos possessivos em DVV

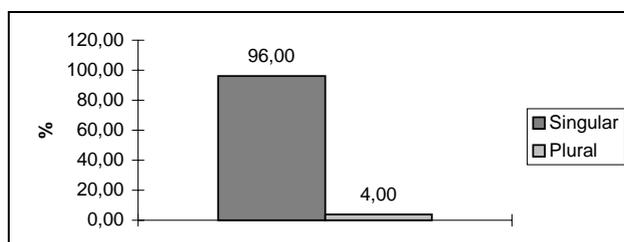


Gráfico 11: Ocorrências de singular e plural no uso dos possessivos em DLNL

c) Tipos de sintagma

O Gráfico 12 e a Tabela 04 indicam que a proeminência do sintagma preposicionado nas ocorrências de **possessivo com artigo** é irrefutável em todos os textos analisados.

Reforça-se assim a idéia de que a preposição vem a ser estímulo ao uso do artigo definido.

	TCM		CDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%
Preposicionado	43	79,62	34	64,15	30	57,69	15	60,00	122	66,30
Nominal	11	20,37	19	35,84	22	42,30	10	40,00	62	33,69

Tabela 04: Ocorrências de possessivo com artigo em SNs e SPreps

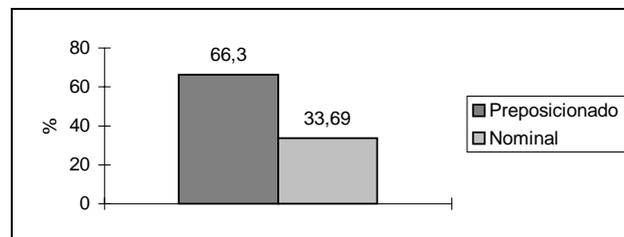


Gráfico 12: Ocorrências de possessivo com artigo em SNs e SPreps

Os gráficos 13 e 14 exibem dados que comprovam a superioridade do sintagma preposicionado nas ocorrências de **poss. c/ art.** em DVV e em DLNL.

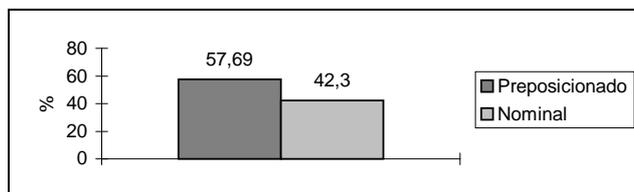


Gráfico 13: Ocorrências de possessivo com artigo em SNs e SPreps em DVV

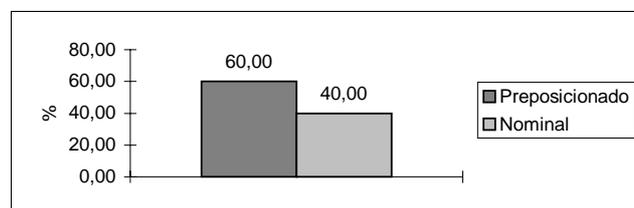


Gráfico 14: Ocorrências de possessivo com artigo em SNs e SPreps em DLNL

d) Tipos de preposição

O Gráfico 15 e a Tabela 05 nos mostram que o percentual total de uso da preposição de em ocorrências de **poss. c/ art.** é superior ao somatório total de todas as outras preposições no referido contexto.

	TCM		CDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%
de	32	74,41	19	55,88	15	50,00	11	73,33	77	63,74
a	6	13,95	10	29,41	9	30,00	2	13,33	27	22,13
em	2	4,65	3	8,82	4	13,33	2	13,33	11	9,16
perante	1	2,32	0	0	0	0	0	0	1	0,81
com	1	2,32	1	2,94	0	0	0	0	2	1,63
por	1	2,32	0	0	0	0	0	0	1	0,81
ante	0	0	0	0	1	3,33	0	0	1	0,81
até	0	0	1	2,94	0	0	0	0	1	0,81
conforme	0	0	0	0	1	3,33	0	0	1	0,81

Tabela 05: Ocorrências de preposições em contexto de possessivos com artigo

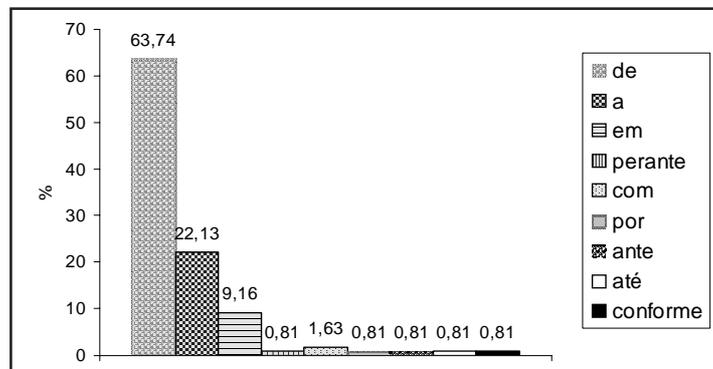


Gráfico 15: Ocorrências de preposições em contexto de possessivos com artigo

Os gráficos 16 e 17 vêm reforçar o dado de que a preposição **de** é a que mais contribui para o uso do **artigo diante de possessivo** em DVV e em DLNL. Não podemos deixar de mencionar, porém, que a preposição **a** apresenta desempenho significativo em DVV.

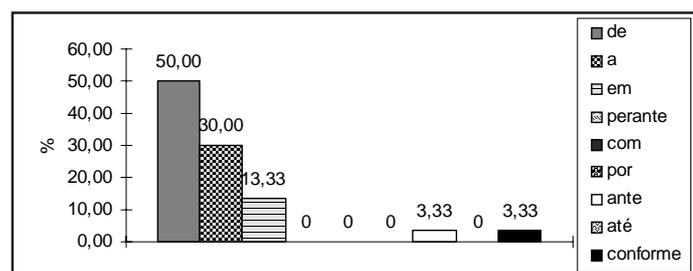


Gráfico 16: Ocorrências de preposições em contexto de possessivos com artigo em DVV

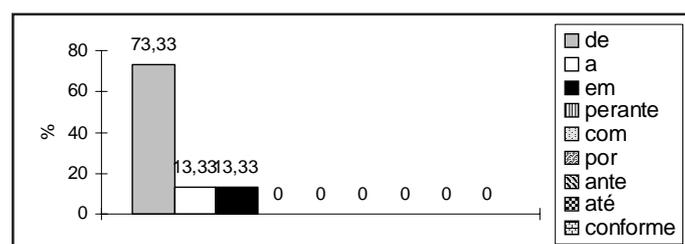


Gráfico 17: Ocorrências de preposições em contexto de possessivos com artigo em DLNL

e) Formas como a preposição se apresenta

A Tabela 06 e o Gráfico 18 evidenciam o fato de que **preposições que se contraem** fomentam muito mais o uso do **artigo definido diante de possessivo**, ocorrendo isso em todos os textos.

Confirma-se a tese de que **preposições contraídas** fomentam mais o uso do artigo definido, uma vez que a tendência aí é preposição e artigo serem vistos como único morfema.

	TCM		GDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%
Contraídas	38	88,37	32	94,11	27	90,00	14	93,33	111	90,98
Não contraídas	5	11,62	2	5,88	3	10,00	1	6,66	11	9,01

Tabela 06: Ocorrências de preposições contraídas e não-contraídas no contexto pesquisado

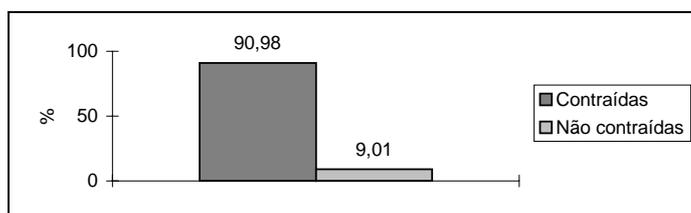


Gráfico 18: Ocorrências de preposições contraídas e não-contraídas no contexto pesquisado

Os gráficos 19 e 20 comprovam que a supremacia de uso do artigo com preposições contraídas é muito alta em DVV e em DLNL.

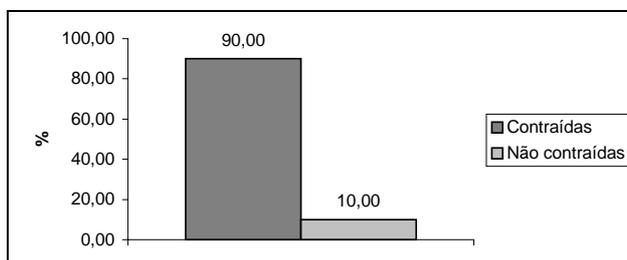


Gráfico 19: Uso de artigo com preposições contraídas e não-contraídas em DVV

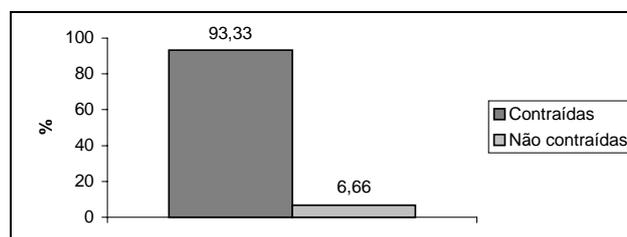


Gráfico 20: Uso de artigo com preposições contraídas e não-contraídas em DLNL

f) Função sintática do sintagma nominal

A Tabela 07 e o Gráfico 21 nos apresentam dados que demonstram que as funções de sujeito e de objeto direto foram as que obtiveram maior índice no uso do **artigo diante de possessivo** em todos os textos, sendo que a primeira função (SUJ) apresentou resultado superior em CDP, enquanto a segunda (OD) apresentou resultados superiores em TCM, DVV e DLNL.

	TCM		CDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%
Objeto direto	8	72,72	8	42,10	13	59,09	5	50,00	34	54,83
Sujeito	3	27,27	10	52,63	8	36,36	4	40,00	25	40,32
Predicativo	0	0	1	5,26	1	4,54	1	10,00	3	4,83

Tabela 07: Função sintática do SN no contexto de emprego de artigo diante de possessivo

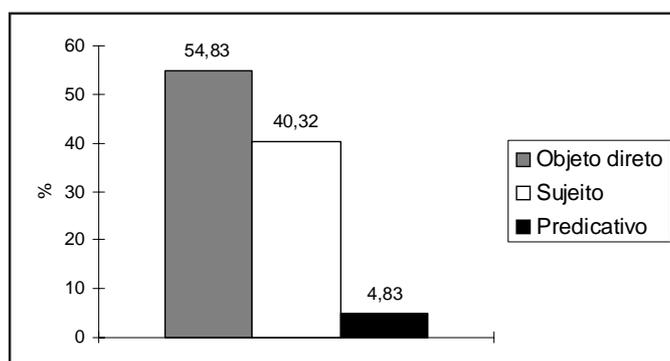


Gráfico 21: Função sintática do SN no contexto de emprego de artigo diante de possessivo

Os gráficos 22 e 23 informam que a função de objeto direto foi a que apresentou um melhor desempenho no que se refere ao uso do **artigo definido diante de possessivo** em DVV e em DLNL.

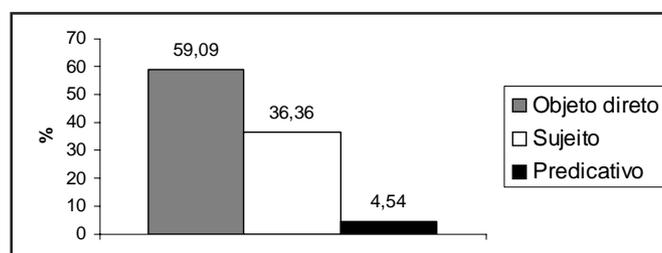


Gráfico 22: Função sintática do SN no contexto de emprego de artigo diante de possessivo em DVV

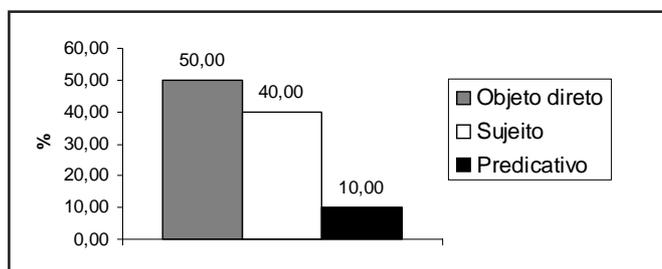


Gráfico 23: Função sintática do SN no contexto de emprego de artigo diante de possessivo em DLNL

3 Artigo definido diante de nome próprio de pessoa

Passemos agora a analisar o uso do **artigo definido diante de nome próprio de pessoa**.

A Tabela 08 e o Gráfico 24 mostram que há ocorrência de artigo definido no referido contexto apenas em DVV e em DLNL.

	TCM		CDP		DVV		DLNL		TOTAL	
	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%	OC	%
NPP c/ art.	0	0	0	0	1	0,49	1	1,96	2	0,13
NPP s/ art.	488	85,31	727	99,73	199	99,00	50	98,04	1464	94,27
Art. + det. + NPP	84	14,68	2	0,27	1	0,49	0	0	87	5,60

Tabela 08: Artigo definido diante de nome próprio de pessoa

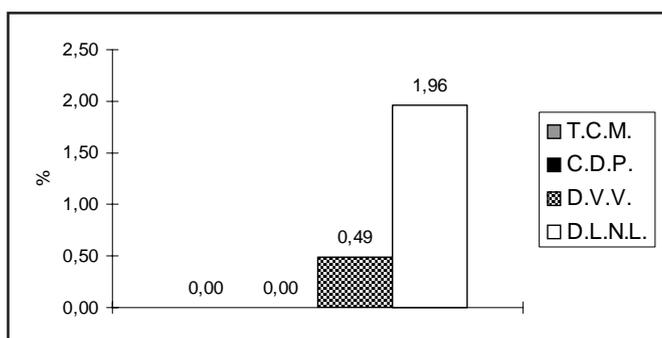


Gráfico 24: Artigo definido diante de nome próprio de pessoa

O Gráfico 25, apesar de comprovar a predominância da estrutura **NPP s/ art.**, informa que em DVV encontramos uma ocorrência de **NPP c/ art.**.

Analisando, todavia, a referida ocorrência, percebemos que nela o nome próprio ganha conotação de nome comum, uma vez que é usado no sentido genérico, para designar um certo tipo de indivíduo:

(...) *Este perdám, conseguiu el-rei Ezequias, David, e a Madalena em casa de Simám leproso (...)*

Madalena aí representaria a figura da pecadora arrependida.

Encontramos em DVV ainda uma ocorrência que preferimos não computar como ocorrência de nome próprio antecedido de artigo, tendo em vista que nela encontramos um nome próprio no plural, referindo-se a vários elementos da mesma família, ou seja, sendo usado com uma conotação de nome comum:

(...) *como a madre dos Zebedeos (...)*

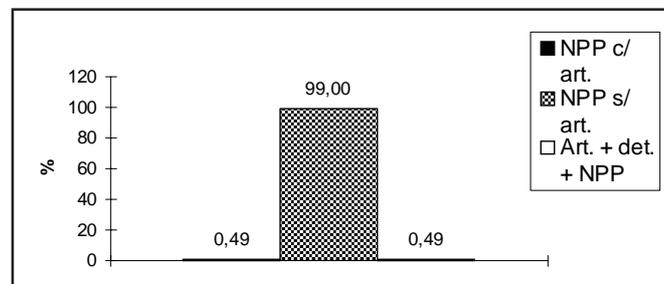


Gráfico 25: Artigo definido diante de nome próprio de pessoa em DVV

Observando o gráfico 26, percebemos que, embora em DLNL haja também um percentual maior no que se refere à estrutura **NPP s/ art.**, foi aí que a estrutura **NPP c/ art.** apresentou um maior desempenho em relação a todo o *corpus* por nós analisado.

É interessante, contudo, que analisemos a ocorrência de **NPP c/ art.**:

(...) *Peró, com aquéla majestade e alteza, falou, no quarto de sua Eneida, tam alta e mimôsamente do amor, que, lhe nam chegaram as garrediços de Ovídio, e as doçuras de Petrarca, que, nestes brincos, muito se esmeraram. Foi o Vergílio naquele seu livro (...).*

Fica evidente que o artigo definido foi aí utilizado com um objetivo: destacar o elemento (Vergílio) dos demais (Petrarca e Ovídio).

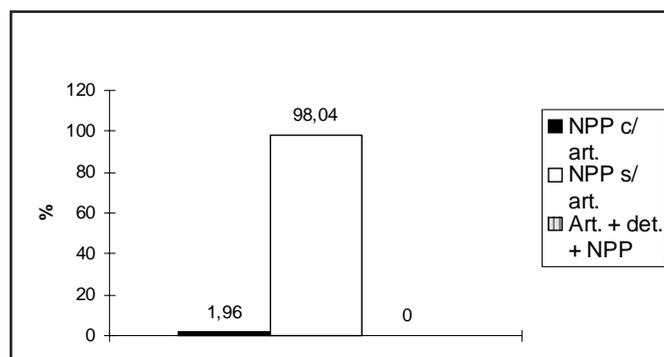


Gráfico 26: Artigo definido diante de nome próprio de pessoa em DLNL

4 Conclusão

No que se refere ao uso do artigo definido diante de possessivo, observamos que, embora tenham sido encontradas ocorrências em todos os textos analisados, esse uso intensificou-se nos textos pertencentes ao final do período arcaico (séc XVI), ou seja, no *Diálogo da Viçosa Vergonha* e no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, sendo inclusive o percentual apresentado por cada um deles superior ao somatório dos percentuais dos outros textos analisados (TCM e CDP). Isso nos leva a concluir que esse uso vem intensificando-se ao longo do tempo.

Algumas variáveis destacaram-se bastante como estímulo ao uso do **artigo definido diante de possessivo** em todos os textos analisados: a variável **singular**, o **sintagma preposicionado** (embora essa torne-se menos significativa em DVV e DLNL) e a **preposição contraída**. Não podemos deixar de assinalar, todavia, o fato de as diferenças apresentadas pelos percentuais das diferentes variáveis tenderem a diminuir em DVV e em DLNL.

Notamos que foi grande a regularidade no uso do **possessivo antecedido de artigo**: a influência das variáveis condicionadoras tende a ocorrer no mesmo sentido em todo o *corpus*.

Embora o foco do nosso estudo tenha sido o uso do **artigo definido diante de possessivo seguido de substantivo**, houve, em todos os textos analisados, ocorrências de **artigo + pronome possessivo substantivo** (TCM: uma oc.; CDP: 15 oc.; DVV: uma oc.; DLNL: 6 oc.)

Já em se tratando do uso do **artigo definido diante de nome próprio de pessoa**, é imprescindível que se chame atenção para as seguintes informações:

a) de um total de 1466 ocorrências analisadas, 1464 (99,86%) foram de **nome próprio de pessoa não antecedido de artigo definido**, ocorrendo apenas dois casos (0,13%) de **nome próprio de pessoa antecedido de artigo**. Confirma-se, assim, a informação de Silva (1996:138) de

que o uso desta estrutura em linguagem escrita é muito baixo, já que ela é tida como própria da linguagem oral;

b) as primeiras ocorrências só têm lugar nos textos que pertencem ao final do período arcaico: DVV e DLNL;

c) mesmo nos textos em que ocorre, esse uso apresenta percentuais bastante baixos, além de ocorrer em situações bastante singulares, conforme já vimos.

d) nos dois únicos casos de **nome próprio de pessoa antecedido de artigo**, a função sintática exercida é a de **sujeito**. Callou e Silva (1997:199), em suas pesquisas, já haviam observado não só que até o século XVII era esta a posição em que era freqüente essa estrutura, como também que foi assim que se registrou pela primeira vez o seu uso.

Bibliografia

- AFONSO X, o Sábio. *Foro Real*. (1987). Edição crítica de José de Azevedo FERREIRA. Lisboa: I.N.I.C.
- ARNAULD, Antoine, LANCELOT, Claude. (1992). *Gramática de Port-Royal ou gramática geral e razoada*. Tradução de Bruno Fregni BASSETTO e Henrique Graciano MURACHCO. 1.ed. brasileira. São Paulo: Martins Fontes.
- BARROS, João de. (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da Viçosa Vergonha. Leitura, introdução e anotações de Maria Leonor Carvalhão BUESCU. Lisboa: Faculdade de Letras.
- CALLOU, Dinah Maria Isense. (1992). *A variação no português do Brasil: o uso do artigo definido diante de nome próprio de pessoa*. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras 1992. (Conferência inédita).
- CASTRO, Ivo *et alii*. (1991). *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- COUTINHO, Ismael de Lima. (1958). *Gramática histórica*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- COUTINHO, Ismael de Lima. (1976). *Pontos de gramática histórica*. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- DIAS, Augusto Epiphânio da Silva. (1954). *Sintaxe histórica portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Livraria Clássica.
- HAUAY, Amini Boainain. (1989). *História da língua portuguesa: Séculos XII, XIII e XIV*. v. 1. São Paulo: Ática. (Série Fundamentos).
- HUBER, Joseph. (1933) *Gramática do português antigo*. Tradução de Maria Manuela Gouveia Delille. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LOPES, Fernão. *Crónica de D. Pedro*. (1966) Edição crítica de Giuliano MACCHI com introdução e glossário. Roma: Ateneo.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. (1986). *História do galego-português: estudo lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao XVI (com referência ao galego moderno)*. Coimbra: I.N.I.C..

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1989) *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (1993). *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. (1976). *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Padrão.
- MEIER, Harri. (1973). Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português. *Littera*, Rio de Janeiro. (Artigo publicado em alemão em *Syntactica den Stilistica Festschrift für Ernst Gamillschegz. 70 Geburtstag*, Tübingen, 1957. Tradução dos Drs. Wilhelm Potters e Annegret Alsdorf Bolée, revista pelo autor.).
- MOREIRA, Júlio. (1907). *Estudos de língua portuguesa: subsídios para a sintaxe histórica e popular*. Lisboa: Livraria Clássica.
- NUNES, José Joaquim. (1930). *Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia*. 2. ed. Lisboa: Clássica.
- PAIVA, Dulce de Faria. (1988). *História da língua portuguesa: Século XV e meados do século XVI*. v. 2. São Paulo: Ática.
- SAID ALI, Manuel. (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3. ed. melhorada e aumentada de lexeologia e formação de palavras e sintaxe do português histórico. São Paulo: Melhoramentos.
- SILVA, Giselle Machline de O. (1982). *O estudo da regularidade na variação dos possessivos no português do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, Tese de Doutorado. (digitado).
- SILVA, Giselle M. de O, CALLOU, Dinah. (1994). O uso do artigo definido diante do possessivo. IN: *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Colibri / APL.
- SILVA, Giselle Machline de O. (1996a). Realização facultativa do artigo definido diante de possessivo e de patronímico. In: SILVA, G. M. & SCHERRE, M. M. P. (Org.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- SILVA, Giselle de O. (1996b) Emprego do artigo diante de possessivo e de patronímico: resultados sociais. In: SILVA, G. M. & SCHERRE, M.M.P. (Org.). *Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- SILVA, Giselle M. O., CALLOU, Dinah. (1997). O uso do artigo definido em contextos específicos. IN: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia.
- SILVA NETO, Serafim da. (1942). *Manual de gramática histórica portuguesa*. São Paulo: Nacional.
- SIQUEIRA, F. J. Martins. (1936). *Gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Popular.

Anexo

I. Ocorrências de possessivo com ou sem artigo

1. *Diálogo da Viçiosa Vergonha*

Levantamento:

Possessivo antecedido de artigo 52

Possessivo não antecedido de artigo 130

Ocorrências:

Possessivo antecedido de artigo:

- 01 ...prólogo da Cartinha e Gramática da nossa linguagem... (412,1)
 02 ...sem olhar a nossa ordem... (412,8)
 03 ...vai à minha livraria... (413,1)
 04 ...As causas do teu tratado... (413,19)
 05 ...o título ao teu tratado... (413,22)
 06 ...[h]ájas a sua bênçã... (414,4)
 07 ...das tuas perguntas e minhas respostas... (414,10)
 08 ...Senhor,ouvi a tua voz... (416,9)
 09 ...esperára na sua misericórdia... (416,16)
 10 ...vergonha de mi, [h]á dos meus sermões... (420,24)
 11 ...não está o sojeito da nóssa prática... (421,2)
 12 ...Máis clara [h]á mister o meu entendimento... (421,20)
 13 ...assi os seus defeitos lhe(s) causam máior vergonha... (422,3)
 14 ...do seu entendimento... (422,15)
 15 ...discorrendo per muitos dos seus filhos... (425,7)
 16 ...se a minha mam ou pé me escandalizar... (425,10)
 17 ...se o meu olho me escandalizar... (425,12)
 18 ...Convértem a sua perfeição... (425,18)
 19 ...mandáva Sócrates aos seus deçipulos... (426,2)
 20 ...que tevéram os seus defeitos... (429,10)
 21 ...da sua p[ro]pria natureza... (429,20)
 22 ...da sua grossura... (429,23)
 23 ...amóesta ao seu vício... (431,3)
 24 ...do que diz a tua epístola... (431,17)
 25 ...ainda o seu segredo faça máis santo... (432,13-14)
 26 ...té concluir a sua epístola... (432,18)
 27 ...salvaçã dos seus hebreos... (435,8)
 28 ...compôs a sua Ásia... (437,6)
 29 ...morier-se-ã ante os teus olhos... (437,19)
 30 ... terra, sãiu o som deles; e nos fins da terra as suas palavras... (438,16)
 31 ...a ordem da sua vida... (438,18)
 32 ...apaçenta as minhas ovelhas... (439,2)
 33 ...e aos seus sucessores... (439,2-3)
 34 ...zelár a sua lei... (439,18)
 35 ...que me tolhe[s]se dár a multiplicaçã o meu talento... (440,3)
 36 ...ô que, no seu gosto, é azedo... (443,10)
 37 ...um meio conforme a tua idade... (444,13-14)

- 38 ...proçéde da minha boa tençám... (446,6)
 39 ...mandou mostrár todolos seus tesouros... (447,2)
 40 ...assí da tua parte como de quem te cometer... (447,10)
 41 ...Adám encorreo por comprazer a sua companheira Éva... (448,14-15)
 42 ...sam de todolos nóssos defeitos do ânimo... (450,9-10)
 43 ...imitár a Xérxes na sua passágem... (453,7)
 44 ...levantár está, da tua páрте... (454,13)
 45 ...aos seus çidadãos... (458,2)
 46 ...mandou ao seu tesoureiro... (458,12)
 47 ...respondo às tuas ligas ou línguas... (460,8)
 48 ...e o vóssó galardám será grande... (460,21)
 49 ...na sua Canônica... (461,9)
 50 ...nô que tocáva à sua humanidáde... (461,16)
 51 ...que recolhesse os seus apótemas... (464,2)
 52 ...Esta é a sua resposta... (467,18)

Observação: art. + pron. poss. substantivo: 1...que um príncipe dos nóssos mandou... (462,15)

2. *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*

Levantamento:

Possessivo antecedido de artigo 25

Possessivo não antecedido de artigo 41

Ocorrências:

Possessivo antecedido de artigo

- 01 ...da Gramática da nóssa línguagem... (390,8)
 02 ...Que importa o meu trabalho... (390,9)
 03 ...os princípios confórmes à sua idade... (390,11)
 04 ...e magestáde do seu sangue?... (390,11)
 05 ...sejam recompensádos com louvármos a nossa línguagem... (391,3-4)
 06 ...na sua arquitetura... (392,11-12)
 07 ...à verdade da nossa fé... (393,4-5)
 08 ...a língua do nosso primeiro padre Adam... (393,12-13)
 09 ...e o seu pecado lhe(s) trocou os significados... (395,15)
 10 ...em louvor da nossa pátria... (397,18-19)
 11 ...o louvor da nóssa línguagem... (398,19)
 12 ...em a sua Árte Poética... (401,6)
 13 ...andaram como o seu próprio português... (402,3)
 14 ...a natureza da nóssa línguagem... (402,10)
 15 ...por apurar a sua língua... (404,3)
 16 ...da sua eloqüência... (404,4)
 17 ...que a sua língua tinha... (404,13)
 18 ...ao jugo do seu império... (404,14)

- 19 ...que falássem senám a sua língua latina... (404,16-17)
 20 ...póde dár ser Espanha sudita ao seu império... (404,18-19)
 21 ...aprenderem a nossa linguagem... (405,18-19)
 22 ...em os preçeitos da nossa fê... (405,19-20)
 23 ...é danár a sua péle... (406,22)
 24 ...da nossa fê... (407,5)
 25 ...Estes sam os seus preçeitores... (409,5)

Observação: art. + pron. poss. substantivo
 ...[H]ájas tu a bênçam de Deos e a minha, e, quanto... (393,9)
 ...tratemos da nossa, quero... (391,8)
 ...que fazem ao propósito da nóssa as quães... (396,15-16)
 ...saber primeiro o seu que o alheio... (403,16)
 ...que a nóssa é ao povo de Lisboa... (403,20)
 ...saberem as regras da nossa,lhe(s) era ... (406,8)

II Ocorrência de nome próprio de pessoa com ou sem artigo

1. *Diálogo da Viçiosa Vergonha*

Levantamento:

Nome próprio de pessoa antecedido de artigo: uma ocorrência

Nome próprio de pessoa não antecedido de artigo: 199

Art. + det. + NPP: uma ocorrência

Ocorrências:

NPP antecedido de artigo

1...Este perdám, conseguiu (...) a Madalena em cása... (416,12-13)

Art. + det. + NPP

1...fáz o mesmo Séneca... (433,3)

Observação:

Há uma ocorrência de artigo antecedendo nome próprio de pessoa no plural para designar uma coletividade familiar:

1 ...como a madre dos Zebedeos... (466,14)

2. *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem*

Levantamento:

Nome próprio de pessoa antecedido de artigo: uma ocorrência

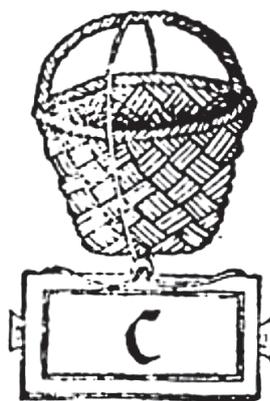
Nome próprio de pessoa não antecedido de artigo: 50

Ocorrências:

NPP antecedido de artigo

1 ...Foi o Vergílio naquele seu livro... (399,21)

Cesto,



*Verbos de padrão especial no
português do século XVII*

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro



1 Apresentação

O português do século XVI tem sido caracterizado como estável em relação ao quadro de variação fônica expresso pelas grafias não normatizadas do português arcaico (PA). A seleção entre variantes representadas na escrita desse período levou a uma relativa uniformidade na escrita do português clássico ou moderno. Fato esse que é atribuído às evoluções fonético-fonológicas e aos processos analógicos.

Neste trabalho, apresentaremos um estudo sobre os verbos de padrão especial (VPE), também denominados de “irregulares”, no português do século XVI. A hipótese é que mudanças fônicas ou analógicas anteriores os tornaram menos irregulares ou regulares nessa fase do português, conforme demonstram vários estudos históricos clássicos sobre a formação da língua portuguesa, entre esses, os de Nunes (1960), Williams (1986), Coutinho (1976), Huber (1986) e Piel (1989). Em uma pesquisa detalhada sobre esse tipo de verbo no português arcaico, Mattos e Silva (1989) mostra a relevância de fenômenos morfofonológicos na caracterização da estrutura dos VPE a partir da proposta de análise desenvolvida por Mattoso Câmara (1972).

O confronto entre dados do português do século XVI e dados do PA tem como objetivo verificar como as mudanças fônicas ou analógicas se refletiram na morfologia desses verbos e quais foram mais suscetíveis a essas mudanças.

Os resultados da pesquisa são baseados em dados do século XVI extraídos do *corpus* do PROHPOR (Programa para História da Língua Portuguesa), especificamente, de dois conjuntos de documentos, cujo período abrange pouco mais da primeira metade do século XVI e que retratam, ainda, a transição entre o período arcaico e o período clássico ou moderno do português. As *Cartas de D. João III*, rei de Portugal, escritas por diversos escrivães entre 13 de outubro de 1523 e 20 de fevereiro de 1557 e a obra pedagógico-gramatical de João de Barros de 1540, composta pela *Gramática da Língua Portuguesa* e dois diálogos, o *Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem* e o

Diálogo da Viçosa Vergonha (de agora em diante GLP, DLNL e DVV, respectivamente).¹

A idéia de contrapor cartas a textos pedagógicos tem como propósito a diversificação das fontes. Como se sabe, essa gramática de João de Barros é a primeira gramática normativa da língua portuguesa. Os dois diálogos que compõem esse conjunto, em especial o DLNL “surge, antes, como correspondendo a uma necessidade de Barros se completar e se esclarecer a si próprio como autor da *Gramática*” (Buescu, 1971: XXX). O DVV, grosso modo, é um texto que discute conceitos morais e cristãos expressos

através de um diálogo entre o autor e o seu filho Antônio. Os dados do PA são de Mattos e Silva (1989/1994) que teve como base principal a versão trecentista dos *Diálogos de São Gregório* na sua edição, intitulada *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório* (1971).

O trabalho está organizado da seguinte forma: na parte 3, após essa apresentação e uma breve análise da estrutura VPE em 2, apresentaremos o paradigma desses verbos no século XVI, seguido de uma descrição dos fenômenos que caracterizam os seus lexemas. Na parte 4, faremos uma retomada dos dados desse período e os confrontaremos com os VPE da sincronia anterior, como já dito. Na parte 5, a conclusão, apresentaremos um quadro-resumo das mudanças ocorridas com esses verbos de uma fase para outra do português.

DO VERBO. 11
Sou — s — s Somos — fotes — sam

Tempo Passado nam acabádo.

Singulár.

Amáua — amáuas — amáua
Lia — lias — lia
Ouua — ouuias — ouuia
Era — eras — era

Plurár.

Amáuamos — amáuayes — amáuam
Liamos — liayes — liam
Ouuiamos — ouuiayes — ouuiam
Éramos — erayes — eram

Tempo passado acabádo

Singulár.

Amey — amáste — amou
Ly — leste — leo
Ouuy — ouuiste — ouuio
Fuy — foste — foy

Plurár.

Amámos — amástes — amáram
Lemos — lestes — leram
Ouuiamos

Reprodução do fólio 22r da *Grammatica* de João de Barros

2 A estrutura dos verbos de padrão especial ou irregulares

Sob a perspectiva tradicional são considerados irregulares aqueles que se afastam do modelo de conjugação a que pertencem, apresentando variação tanto no lexema, quanto na flexão. Os critérios formulados para a

definição do conceito de irregularidade verbal, apresentados pelas gramáticas normativas,² são baseados, portanto, na análise da estrutura do verbo formado por um tema (radical/lexema + vogal temática) e pelas desinências. Assim, verbo irregular “é o verbo cujo radical sofre modificação no decurso da conjugação, ou cujas desinências se afastam das desinências do paradigma, ou ainda, o que sofre modificações tanto no radical quanto nas desinências” (Almeida, 1994:260).

A denominação verbos de padrão especial é usada como alternativa por Mattoso Câmara Jr. (1972) para a terminologia “verbos irregulares”, porque nesses se podem depreender características mórficas comuns. O agrupamento desses verbos é feito com base na noção de aspecto verbal, o de ação acabada, tempos ou radicais do perfeito (RP), o pretérito perfeito (IdPt₂), pretérito mais-que-perfeito (IdPt₃), imperfeito do subjuntivo (SbPt) e futuro do subjuntivo (SbFt) e ação não-acabada, tempos ou radicais do imperfeito (RI), ou não-perfeito, tempo divergente.

A análise proposta por Mattoso Câmara (1972) é desenvolvida por Mattos e Silva (1989) que destaca a especificidade ou divergência das formas do perfeito. Os agrupamentos considerados pela autora para o VPE do português arcaico são os seguintes:

Subgrupo 1: Verbos que apresentam variação no lexema das formas do não-perfeito e têm lexema específico para as formas do perfeito, com ou sem variantes cujo subgrupo é formado por 14 verbos (*dizer, trager, fazer, aver, teer, viir, pôer, veer, estar, poder, jazer, querer, ir e ser*) e subcategorizados, de modo geral, de acordo com os processos fônicos comuns, a saber:

i) Lexemas dos tempos do não-perfeito (TNP):

- a) variação na consoante final ou seu apagamento;
- b) variação travamento nasal/vibrante no final do lexema;
- c) diferença de vogal do lexema e/ou por seu alongamento por palatal <j>, resultado de palatalização histórica;
- d) variação da consoante que trava o lexema de acordo com a etimologia;
- e) variação na ditongação do lexema;
- f) lexemas heteronímicos do verbo *ir* - *vadere e ire*;
- g) variações vocálicas e consonânticas nos lexemas heteronímicos do verbo *seer* < lat. “sedere” e “esse”.

ii) Lexemas dos tempos do perfeito (TP):

- a) lexema próprio aos tempos do perfeito e distinto dos lexemas do não-perfeito;
- b) variação do lexema que opõe por alternância vocálica <i:e> P₁ a P₃ do pretérito perfeito;

- c) variação do lexema que opõe por alternância vocálica <u:o> P₁ a P₃ do pretérito perfeito;
- d) verbo *seer* que opõe por alternância vocálica <u:o> P₁ e P₃ do pretérito perfeito;
- e) e tem como base lexical de todos os TP a forma P₃ *fo-*;
- f) o verbo *veer* que em todos os TP apresenta o lexema *vi-*.

Subgrupo 2: Verbos que apresentam lexema invariável para as formas do não-perfeito e têm lexema específico para as formas do perfeito. Esse subgrupo é constituído pelos verbos *saber, prazer, caber* e *dar*:

- i) Lexemas dos tempos do não perfeito (TNP):
 - a) lexema invariável (*sab-, praz-, cab-*);
 - b) verbo *dar* que se apresenta com vogal temática *a* - Vta.
- ii) Lexemas dos tempos do perfeito (TP):
 - a) lexema com ditongação herdada de sua história: *saib-, proug-* e *coub-*;
 - b) verbo *dar* que se apresenta com vogal temática *e* - VTe.

Subgrupo 3: Verbos que apresentam variações nos lexemas do não-perfeito, sendo o lexema das formas do perfeito a variante mais generalizada do lexema do não-perfeito:

- i) Lexemas dos tempos do não-perfeito (TNP).
- ii) Lexemas dos tempos do perfeito (TP) – do indicativo presente, P₁ e Subjuntivo presente, P₁ a P₆:
 - a) verbos que têm o lexema do indicativo presente, P₁ e subjuntivo presente fechados por sibilante |ts| > ficativa |s|, grafada <ç> decorrente do étimo latino, em que as formas correspondentes apresentam uma semivogal anterior, seguindo a consoante final do lexema;
 - b) verbos que terminam seu lexema pelo sufixo derivacional incoativo do latim (-“scere”).

Subgrupo 4: Verbos de PP especial, tradicionalmente chamado de participio forte:

Esse subgrupo, por sua vez, é formado por verbos em que o participio passado (PP) não segue o padrão geral - *LEX + VT + do*, e estão subdivididos em dois grupos:

- a) verbos que têm um lexema específico de acordo com seu étimo latino para o PP;
- b) verbos que têm um lexema único próprio ao verbo.

Essa proposta de análise para os VPE desenvolvida por Mattos e Silva (1989) para o PA aplica-se de modo geral aos dados do português do século XVI, considerando-se, entretanto, as especificidades próprias desse período, como veremos adiante.

3 Os verbos de padrão especial no século XVI

3.1 Os dados

As 7.041 ocorrências registradas no *corpus* que se referem a vinte e três verbos de padrão especial: *arder*, *caber*, *daar* ~ *dar*, *dizer*, *estár* ~ *estar*, *fazer* ~ *ffazer*, *aver* ~ *haver* ~ *[h]aver*, *hyr* ~ *ir* ~ *yr*, *jazer*, *medir*, *ouvir* ~ *ouvyr*, *poder*, *por* ~ *poer*, *prazer* ~ *praser*, *pedir* ~ *pidir*, *perder*, *querer*, *saber*, *ser* ~ *seer*, *ter* ~ *teer*, *trazer*, *vir* ~ *vyr*, *ver* ~ *veer*. Desse total, 144 ocorrências referem-se às formas derivadas: *maldigo*, *bendigo*, *contradizer*, *contrafaço*, *refaço*, *desfaço*, *avenho*, *convinha*, *proponho*, *componho*, *proveer*, *comprazer*, *aprazer* e *compuséram*.

O quadro 1, a seguir, indica o número de ocorrência dos VPE nos dois conjuntos de documentos.

Nº	VERBOS	OBRA PEDAGÓGICO-GRAMATICAL DE JOÃO DE BARROS (JB)	CARTAS DE D. JOÃO III (DJ)	SUB-TOTAL
01	ser ~ seer	898	616	1.514
02	fazer ~ ffazer	211	641	852
03	ter ~ teer	458	273	731
04	dizer	410	201	611
05	aver ~ [h]aver ~ haver	145	408	552
06	poder	188	241	429
07	querer	204	145	349
08	ir ~ hyr	50	305	355
09	dar ~ daar	99	189	288
10	ver ~ veer	102	152	254
11	vir	86	172	258
12	estar	96	98	194
13	por ~ poer	111	18	129
14	ouvir	100	11	111
15	saber	56	141	197
16	pedir ~ pidir	20	51	71
17	prazer	20	27	47
18	trazer	25	27	52
19	perder	18	13	30
20	jazer	6	1	07
21	arder	02	1	03
22	caber	02	1	03
23	medir	02	—	02
TOTAL GERAL		3.309	3.732	7.041

Quadro 1: O total e a origem dos dados analisados

Além desses, constam da documentação os verbos que têm participio passado especial, que não estão incluídos nos resultados acima porque, à

exceção do PP especial, nos demais modos, tempos e pessoas, se comportam de acordo com o paradigma dos verbos de padrão geral. Somam um total de 198 ocorrências (50 em JB e 148 em DJ), *aberto (abrir)*, *aceito (aceitar)*, *cinto (cingir)*, *coberto (cobrir)*, *coverto (cubrir)*, *cozeito (cozer)*, *colheito (colher)*, *dito (dizer)*, *escrito (escrever)*, *expresso (expressar)*, *feito ~ ffeyto (fazer)*, *impresso (imprimir)*, *morto (matar)*, *morto (morrer)*, *nado (naçer)*, *pago (pagar)*, *posto (poer ~ por)*, *preso (prender)*, *solto (soltar)* e *visto (ver ~ veer)*.

Usamos convenções para designar os modos e os tempos, agrupados com base na variação dos lexemas dos *tempos do não-perfeito* (TNP), indicativo presente (IdPr), imperfeito (IdPt₁), futuro do presente (IdFt₁), futuro do pretérito (IdFt₂), presente do subjuntivo (SbPr), imperfeito (Imp.), infinitivo flexionado (Inf. fl.), infinitivo (Inf.), e gerúndio (Ger.) e os dos *tempos do perfeito* (TP), pretérito perfeito (IdPt₂), pretérito mais-que-perfeito (IdPt₃), imperfeito do subjuntivo (SbPt) e futuro do subjuntivo (SbFt). As seis pessoas gramaticais foram representadas pela letra P, numerada de 1 a 6. As abreviaturas de P₁ a P₃ se referem às pessoas do singular e as de P₄ a P₆ às pessoas do plural.

3.2. Paradigma dos verbos de padrão especial

3.2.1 Subgrupo 1: Verbos que apresentam variação no lexema das formas do não-perfeito e têm lexema específico para as formas do perfeito, com ou sem variantes

Os verbos do subgrupo 1 são os que apresentam o maior número de variação nos seus lexemas, principalmente nos TNP. E, embora haja uma oposição entre a P₁ e a P₃ de IdPt₂ em parte dos verbos desse subgrupo, que caracterizaria a princípio também uma variação nos TP, é a forma de P₁ o lexema específico para os outros TP.

No português do século XVI, os verbos que se realizam dessa forma são: *dizer*; *trazer*; *fazer ~ ffazer*; *haver ~ aver*; *ter ~ teer*; *vir*; *por ~ poer*; *ver ~ veer*; *estar*; *poder*; *jazer*; *querer*; *saber*; *ir ~ hyr* e *seer ~ ser*. Esses verbos estão subagrupados, abaixo, a partir fenômenos fônicos comuns em cada grupo de lexema, os do tempo do não-perfeito e os do tempo do perfeito. A análise dos lexemas será desenvolvida adiante.³

I - Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Dizer</i> :	DIG-	DIG - (IdPr - P ₁ ; SbPr - P ₁ , a P ₆)
	DIZ-, DEZ-	DIZ - (IdPr - P ₂ a P ₆ ; IdPt ₁ - P ₃ e P ₆ ; Imp - P ₂ e P ₅ ;
	DI- ~ DY-	Inf.Fl. - P ₅ e P ₆ ; Inf. e Ger.)
		DEZ - (IdPt ₁ - P ₃ e P ₆)
		DI - (IdFt ₁ - P ₁ a P ₆ , e Imp - P ₂)
		DY - (IdFt ₂ - P ₁ ; Imp. - P ₂)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Dizer:</i> DIS-	~ DES-	DIS - (IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ , IdPt ₃ - P ₃ ; SbPt - P ₂ a P ₆ e SbFt - P ₁ a P ₆)
~ DISC-		DES- (SbPt - P ₃)
DIX-		DISC - (SbPt - P ₃)
		DIX - (IdPt ₂ P ₃)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Trazer:</i> TRAG-		TRAG- (IdPr - P ₁ , SbPr - P ₆)
TRAZ-		TRAZ - (IdPr - P ₂ , P ₃ , P ₄ e P ₆ ; IdPt ₁ - P ₃ ; Imp. - P ₂ ; Inf. Fl - P ₂ e P ₆ ; Inf. e Ger.)
TRA-		TRA - (IdFt ₁ - P ₃)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Trazer:</i> TROUX-		TROUX- (IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ , P ₄ e P ₆ ; SbPt - P ₆ e SbFt - P ₃)
-----------------------	--	---

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Fazer:</i> FAÇ-	~ FFAÇ-	FAÇ- (IdPr - P ₁ e SbPr - P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₅ e P ₆)
FAZ-	~ FFAZ-	~ FFAZ- (IdPr - P ₁ e SbPr - P ₅)
~ FAZZ-		FAZ- (IdPr - P ₂ a P ₆ ; IdPt ₁ - P ₃ e P ₆ ; Imp. - P ₅ ; Inf. Fl. - P ₄ , P ₅ e P ₆ ; Inf. e Ger.)
FA-	~ FFA-	FFAZ- (Inf. fl. - P ₅ , Inf. e Ger.)
		FAAZ - (IdPr - P ₃)
		FAZZ - (Ger.)
		FA - (IdFt ₁ - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ e IdFt ₂ - P ₃ , P ₅ e P ₆)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Fazer:</i> FIZ-	~ FYZ-	~ FFIZ-	FIZ- (IdPt ₂ - P ₁ , P ₅ e P ₆ , IdPt ₃ - P ₁ e P ₃ , SbPt - P ₃ e P ₆ ; SbFt - P ₁ , P ₃ , P ₅ e P ₆)
FEZ-	~ FFEZ-		FYZ- (SbFt - P ₃)
			FFIZ- (IdPt ₃ - P ₃ e SbFt - P ₅)
			FEZ- (IdPt ₂ - P ₃ , P ₅ e P ₆ ; SbPt - P ₃ e P ₆ ; SbFt - P ₃ , P ₅ e P ₆)
			FFEZ- (IdPt ₂ - P ₃)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Aver.</i> AV- ~ [H]AV , HAV AJ- ~ [H]AJ A- ~ [H]A , HA	AV- (IdPr - P4 e P5 ; IdPt1 -P3, P5 e P6 ; IdFt1 -P1, P3 e P6; IdFt2 -P1 e P3 ; Inf. fl. - P6 Inf. e Ger.)
	[H]AV- (IdPr - P4; IdPt1 - P2, P3 e P6; IdFt1 - P3 e P5; IdFt2 - P3 Inf. e Ger.)
	HAV- (IdFt2 - P3)
	AJ - (SbPr - P3, P5 e P6)
	[H]AJ- (SbPr - P2 e P3)
	A - (IdPr - P1 e P6)
	[H]A - (IdPr - P1, P2, P3 e P6)
	HÁ - (IdPr - P1, P2, P3 e P6)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Aver.</i> OUV- ~ HOUV- [H]OUV-	OUV- (IdPt2 - P3 e P6; IdPt3 - P3; SbPt - P1 ; P3, e P6; SbFt - P3, P5 e P6)
	HOUV- (IdPt2 - P6; SbFt - P3)
	[H]OUV- (IdPt2 - P3, P4 e P6; IdPt3 - P3 e P4; SbPt - P3 e P4, SbFt - P3)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Ter ~teer:</i> TEN-, TÉ -- TEM -- TEEM - ~TÉ- ~ THEM- TENH- ~ TEENH- TER- ~ TEER- TINH-	TEN- (IdPr - P5 e Imp. - P5 e Ger.)
	TÉ- (IdPr - P3 , P5 e P6)
	TEM- (IdPr - P3, P4 P5 e P6 e Ger.)
	TEEM - (IdPr - P6)
	THEM - (IdPr - P6 (tempo derivado))
	TENH- (IdPr - P1 ; SbPr - P1, P2, P3, P5 e P6)
	TEENH- (IdPr - P1)
	TER - (IdFt1 - P1, P2, P3, P5 e P6, IdFt2 - P3; Inf. Fl. - P4, P5 e P6 e Inf.)
	TEER - (IdFt1 - P5 e P6 e Inf. Fl. P1 e P6 e Inf.)
	TINH- (IdPt1 - P1, P3, P5 e P6)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Teer ~ Ter:</i>	TIV-	TIV- (IdPt ₂ - P ₁ , P ₄ , e P ₆ ; IdPt ₃ - P ₁ , a P ₆ , SbPt - P ₃ ; SbFt - P ₃ , P ₄ e P ₅)
	TEV-	
		TEV- (IdPt ₂ - P ₃ , P ₅ e P ₆ ; IdPt ₃ - P ₃ ; SbPt - P ₂ , P ₃ e P ₆ ; SbFt - P ₂ , P ₃ , P ₅ e P ₆)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Vir ~ vyr:</i>	VE- ~ VEEM -	V Ê - (IdPr - P ₃ e P ₆)
	VEE -	VEEM - (IdPr - P ₆)
	VENH- ~ VEENH-	VEE - (IdPr - P ₆)
	VI- ~ VY -	VENH - (IdPr - P ₁ e SbPr - P ₃ a P ₆)
	VINH- ~ VYNH - Vÿ	VEENH- (SbPr - P ₃ e P ₅)
	VIN- ~ VYN- ~ VIM	VI - (IdFt ₁ - P ₃ e P ₆ , IdFt ₂ - P ₃ ; Inf. Fl. - P ₃ , P ₅ e P ₆ e Inf.)
		VY- (IdFt ₁ - P ₃ e P ₅ ; Inf. Fl. P ₁ , P ₂ , P ₅ e P ₆ e Inf.)
		VINH- (IdPt ₁ - P ₃ e P ₆)
		VYNH- (IdPt ₁ - P ₃ e P ₆)
		Vÿ - (IdPt ₁ - P ₃)
	VIN- (Ger.)	
	VYN - (Ger.)	
	VIM- (Ger.)	

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Vir ~ Vyr</i>	VIM	VIM - (IdPt ₂ - P ₁)
	VE- ~ VEE-	
	VY- ~ VI- ~	VE- (IdPt ₂ - P ₃)
	VEE-	VEE- (IdPt ₂ - P ₃ e P ₆)
		VY- (IdPt ₂ - P ₆ ; SbPt - P ₃ e P ₅ ; SbFt - P ₃ e P ₆)
		VI - (IdPt ₂ - P ₆ , IdPt ₃ - P ₃ ; SbFt-P ₃ , P ₅ e P ₆)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Por ~ poer:</i>	POM-, PÕ-	PÕ- (IdPr - P ₃ e P ₆ e Ger.)
	PONH-	PONH - (IdPr - P ₁ e SbPr - P ₃)
	PUNH-	PUNH- (IdPt ₁ - P ₃ e P ₆)
	PO-	PO- (IdFt ₂ - P ₃ , Inf. Fl. - P ₆ e Inf.)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Poer:</i>	POS-	POS- (IdPt ₂ - P ₃ , P ₄ (P ₄ no tempo derivado) e P ₆ , IdPt ₃ - P ₃)
	PUS-	PUS- (IdPt ₂ - P ₁ e P ₄ e P ₆ (A P ₆ aparece somente no tempo derivado)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Ver – veer:</i>	VE- ~ VEE	VE- (IdPr - P ₂ , P ₃ , P ₄ e P ₅)
	VI- ~ VY	IdFt ₁ - P ₂ a P ₆ e Inf.
	VEJ-	Fl. - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ ; Imp. - P ₂ ; Inf. e Ger.)
		VEE- (IdPr - P ₃ e Inf.)
		VI- (IdPt ₁ - P ₃)
		VY- (IdPt ₁ - P ₃)
		VEJ- (IdPr - P ₁ , SbPr - P ₂ , a P ₆)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Ver – Veer:</i>	VI- ~ VY-	VI- (IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ , SbPt - P ₃ , SbFt - P ₅ e P ₆)
	VEE-	VY- (IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ e P ₅ e SbFt - P ₅)
		VEE- (SbFt - P ₁)

I – Tempos do não- perfeito (variação nos lexemas)

<i>Estar:</i>	EST-	EST- (IdPr - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ ; IdPt ₁ - P ₃ , P ₅ e P ₆ ; IdFt ₁ - P ₅ ; SbPr - P ₆ ; Inf. Fl. - P ₅ e P ₆ , Inf. e Ger)
---------------	------	--

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Estar:</i>	ESTIV-	ESTIV- (IdPt ₂ - P ₁ ; SbPt - P ₆ e SbFt - P ₃ , P ₅ e P ₆)
	ESTEV-	ESTEV- (IdPt ₂ - P ₃ , SbFt - P ₂ , P ₃ e P ₅)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Poder:</i>	POS-	POS- (IdPr - P ₁ ; SbPr - P ₂ , P ₃ , P ₅ e P ₆)
	POD-	POD- (IdPr - P ₂ a P ₆ ; IdPt ₁ - P ₁ , P ₃ , P ₄ e P ₆ ; IdFt ₁ - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ ; IdFt ₂ - P ₃ e P ₆ ; Inf. Fl. - P ₄ , P ₅ e P ₆ , Inf. e Ger)
	POOD-	POOD- (IdPt ₂ - P ₃)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Poder:</i>	PUD-	PUD- (IdPt ₂ - P ₁)
	POD-	POD- (IdPt ₂ - P ₃ e P ₆ ; IdPt ₃ - P ₁ , P ₃ , P ₄ e P ₅ ; SbPt - P ₁ , P ₃ , P ₄ e P ₅ ; SbFt - P ₁)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Jazer:</i>	JAC-	JAC-	(IdPr - P ₁)
	JAZ-	JAZ-	(IdPr - P ₃ e P ₆ e Inf.)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Jazer:</i>	JOUV-	JOUV-	(IdPt ₂ - P ₁)
---------------	-------	-------	---------------------------------------

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Querer:</i>	QUER-	QUER-	(IdPr - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ ; IdPt ₁ - P ₅ e P ₆ ; IdFt ₂ - P ₁ e P ₃ ; Inf. Fl. - P ₁ e P ₆ , Inf. e Ger.)
	QUEIR- ~ QUEYR-	QUEIR-	(SbPr - P ₁ , P ₂ , P ₃ , P ₅ e P ₆)
		QUEYR -	(SbPr - P ₃)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Querer:</i>	QUIS- ~ QUIS-	QUIS-	(IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ , P ₄ e P ₆ ; IdPt ₃ - P ₃ ; SbPt - P ₃ , P ₄ e P ₆ ; SbFt - P ₁ a P ₆)
	QUYS-	QUYS-	(IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ e P ₆ ; IdPt ₃ - P ₁ ; SbFt - P ₃)
		QUIZ -	(IdPt ₂ - P ₆ , SbFt - P ₃)

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Saber:</i>	SAB-	SAB-	(IdPr - P ₁ a P ₆ ; IdPt ₁ - P ₃ e P ₆ ; IdFt ₁ - P ₁ , P ₃ , P ₅ e P ₆ ; IdFt ₂ - P ₃ e P ₅ ; Inf. fl. - P ₂ a P ₆ ; Inf. e Ger.)
	SAIB-	SAIB-	(SbPr - P ₁ , P ₃ , P ₅ e P ₆)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Saber:</i>	SOUB-	SOUB-	(IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ e P ₆ ; IdPt ₃ - P ₁ ; SbFt - P ₁ , P ₂ e P ₃)
---------------	-------	-------	--

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Ir ~ hyr ~ yr:</i>	VA- ~ VAA- I- ~ [H]I-, HI- ~Y- ~ HY IN- ~ IM- ~ YN- VÃ- ~ VAM-	VA- (IdPr - P ₁ , e P ₃ ; Imp. - P ₂ e SbPr - P ₅) VAA - (SbPr - P ₃) I- (IdFt ₁ - P ₂ , P ₃ e P ₆ ; IdFt ₂ - P ₃ e P ₆ , Inf.FI - P ₅ e P ₆ ; Inf.) [H]I- (Inf. FI. - P ₄) HI- (IdPt ₁ - P ₃ , P ₅ e P ₆ e Inf.) Y- (IdFt ₁ - P ₅ , Inf. fl. - P ₅ e P ₆ e Inf.) HY- (IdPt ₁ - P ₃ e P ₅ ; Inf.) IN (Ger.) IM (IdPr - P ₄ e Ger) YN (Ger.) VÃ (IdPr - P ₆) VAM (IdPr - P ₆)
-----------------------	---	--

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Ir:</i>	FO- ~ FFOR -	FO- (IdPt ₂ - P ₃ , P ₅ e P ₆ ; IdPt ₃ - P ₃ e P ₆ ; SbPt - P ₁ , P ₃ , P ₅ e P ₆ ; SbFt - P ₁ , P ₃ , P ₅ e P ₆) FFO- (IdPt ₂ - P ₃ e P ₆ e SbFtP ₃ e P ₆)
------------	--------------	--

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Ser ~ Seer:</i>	SO- ~ SÕO- E- ~ HE- ER- SOM- SÃ- ~ SAM- SE- ~ SEE- ~ SY- SEJ- SEN- ~ SEM-	SO- (IdPr - P ₁ e P ₅) SÕO- (IdPr - P ₅) E- (IdPr - P ₂ e P ₃) HE- (IdPr - P ₃) ER- (IdPt ₁ - P ₁ a P ₆) SOM- (IdPr - P ₄ e P ₆) SÃ- (IdPr - P ₁ e P ₆) SAM- (IdPr - P ₆) SE- (IdFt ₁ - P ₁ a P ₆ ; IdFt ₂ - P ₁ a P ₆ ; Imp. - P ₂ e P ₅ ; Inf. FI. - P ₃ , P ₄ e P ₆ e Inf.) SEE- (Inf.) SY- (IdFt ₂ - P ₃) SEJ- (SbPr - P ₁ a P ₆) SEN- (Ger.) SEM- (Ger.)
--------------------	--	---

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Ser ~ Seer:</i>	FU- FO- ~ FFO-	FU- (IdPt ₂ - P ₁) FO- (IdPt ₂ - P ₂ a P ₆ ; IdPt ₃ - P ₁ a P ₆ ; SbPt - P ₁ a P ₆ e SbFt - P ₁ a P ₆) FFO- (IdPt ₂ - P ₃ ; IdPt ₃ - P ₃ ; SbPt - P ₃ e SbFt - P ₃)
--------------------	-------------------	--

3.2.1.1 – Lexemas dos verbos do subgrupo 1 e os tipos de processos morfofonológicos – Tempos do não-perfeito

Vimos que há um contraste morfofonológico entre os TNP e os TP em relação às possibilidades de realizações dos lexemas de cada item verbal. As diferenças que ocorrem entre os dois tipos de tempos são expressas no Quadro 2, abaixo, que mostra a distribuição dos mesmos, a partir das

características morfofonológicas próprias, formando as sete subcategorias (tipos verbais) para os TNP em JB e em DJ.

DOCUMENTOS PERÍODOS VERBOS	LEXEMAS DOS TEMPOS DO NÃO-PERFEITO NO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI	
	OBRA PEDAGÓGICO- GRAMATICAL DE JOÃO DE BARROS GLP, DVV e DLNL 1540	CARTAS DE D. JOÃO III 1523/1557
a. DIZER	dig- diz- di-	dig- diz- ~ dis- ~ dez- di- ~ dy-
TRAZER	trag- traz- tra-	trag- traz- tra-
FAZER ~ FFAZER	faç- faz- fa-	faç- ~ ffaç- faz- ~ ffaz- ~ faaz- ~ fazz- fa- ~ ffa-
AVER - HAVER, [H]AVER	[h]av- [h]aj- [h]a-	av- ~ hav- aj- a- ~ ha-
b. TER ~ TEER	ten- tenh- tinh- ter-	ten- ~ tem- ~ tê- ~ teem- ~ them- tenh- ~ teenh- tinh- ter- ~ teer-
VIR ~ VYR	ven- vim- venh- vinh- vi-	ven- ~ vé- ~ veen- vin- ~ vim- venh- ~ veenh- vinh- ~ vynh- ~ vÿ- ~ vyn- ~ vym- ~ vi- ~ vy-
POER ~ POR	pon- ~ pô- po- ponh- punh-	pom- ~ pô- po- ponh- punh-
c. VER ~ VEER	ve- vej- vi-	ve- ~ vee- vej- vi- ~ vy-
ESTAR	est-	est-
d. PODER	pos- pod-	pos- pod- ~ pood-
JAZER	jaç- jaz-	— —
e. QUERER	quer- queir-	quer- queir- ~ queyr-
SABER	sab- saib-	sab- saib-
f. YR, IR - HYR	i- ~ [h]i- va-	hi- ~ hy- ~ i- ~ y- va- ~ vaa-
g. SER ~ SEER	so- e- er- sam- se- sej-	so- ~ soo- he- ~ e- er- sã- ~ sam- ~ som- se- ~ sy- sej-

Quadro 2: Lexemas do subgrupo 1 dos TNP em JB e em DJ

Observando os dois grupos de documentos do século XVI, vemos que, embora haja variações gráficas e/ou fônicas, de modo geral, não implicam em diferenças de lexemas entre os verbos dos textos de JB e DJ.

Tipo a – Variação e/ou apagamento da consoante final do lexema

Esses aspectos são verificados nos verbos *dizer*, *trazer*, *fazer* ~ *ffazer* e *aver* ~ *[h]aver* ~ *haver* e podem ser explicados com base em processos

mais gerais de variação e/ou mudança no sistema fonético-fonológico na formação da língua portuguesa. Vejamos:

i) variação na consoante final do lexema

A análise de Piel (1989:224) sobre a variação na consoante do lexema procura explicar esse processo como decorrente da inflexão da semivogal *i* [y] sobre a consoante, palatalizando-a, como, por exemplo, no contexto fonético em que *ci* > *ç/z*, respectivamente, “facio” > *faço*, “facis” > *fazes*. As variações que se observam nos lexemas “dico” > *digo* / “dices” > *dizes*, “traho” > “traco” > *trago* / “tracis” > *trazes*, entre outras, devem-se, segundo ainda esse autor, à perda da unidade primitiva da consoante, e, nesses casos, a oclusiva [k] > [g] e [k^{i.e}] – [dZ] > [Z] e [z].

Os lexemas *dig-*, *trag-* e *faç-* caracterizam IdPr P₁ e SbPr P₁ a P₆, tempo derivado. E embora *trag-* não apareça em DJ na P₁ de IdPr, a P₆ de SbPr (*tragam*) confirma o uso dessa forma nesse tempo e pessoa. O lexema do verbo apresenta pouca variação, como *haj-* (SbPr - P₁ a P₆) e *há-* na P₁ de IdPr - [h]ei, *hey* ~ *ey*. Em contrapartida, o lexema *av-* ~ *hav-* se generaliza nos demais TNP.

A variante *dez-* somente foi registrada em DJ, e, mesmo assim, em número percentual relativamente baixo: 23,80%.

(1) que vos escreveo Jorge de Barros do que se *dezia* da armada do Turquo; (C109 PA I; 40/41 p.154)

ii) apagamento da consoante final do lexema

Os lexemas *di- di-* ~ *dy-*, *tra- tra-* e *fa- fa-* ~ *ffa-*, que correspondem aos verbos *dizer*, *trazer* e *fazer*, caracterizam as formas de IdFt₁ e de IdFt₂ e resultam das formas divergentes do infinitivo do latim: *dire*, *fare* e **trare* (Piel, 1989: 36).

Os lexemas *ha-* ~ *a-* ~ [h]a-, que resultam das transformações ocorridas com *haver*, aparecem nas P₁, P₂, P₃ e P₆ de IdPr,⁴ respectivamente, [h]ei - *hei* ~ *ey* < *a^f* < *habeo*. Nunes (1960:304-305) considera que a permanência da semivogal na P₁ se deve à atração da vogal tônica, ao contrário do que ocorreu com as demais pessoas, que ficaram reduzidas à vogal tônica, *hã* ~ *hã* ~ *am* ~ [h]am ~ *ham* < “*ant” < “habent”. Nas *Cartas*, a P₆ aparece como: *ham* ~ *am* ~ *hã* ~ *hã*.

(2) e os poderem trazer as que *ham* de vyr, o *ey* asy por meu serviço. (C325 FA I; 22/23 p.360).

As variantes mais usadas são *ham* ~ *am*, foram documentadas em 77% das ocorrências. Em JB não há variação aparecendo sempre como *ham*.

Tipo b – Variação da vogal e travamento nasal/vibrante no final do lexema

A variação por travamento da vibrante apresenta apenas um lexema verbal, *ter*, *vir* e *por* para o IdFt₁, IdFt₂, Inf. e Inf. fl.

O travamento por nasal varia entre |n| e |ø| entre os outros TNP e até mesmo entre um mesmo tempo, como, por exemplo, a P₁ de IdPr, respectivamente, *tenh-*, *venh-* e *ponh-*, diferindo das demais pessoas, *ten*, *vin-* e *pon-*.

As formas variantes em JB e DJ podem ser percebidas claramente pela própria evolução desses verbos. A coexistência de variantes indica que a mudança de lexema não havia sido concluída.

(3) e de todas as cousas de voso descareguo ey de teer aquela lēbrança que Requer o amor e muyto boã vôtade que vos *teenho* (C28 S I; 29/31 p.62).

As formas variantes com vogais contíguas do verbo *ter-*, (*teer*, *teereis*, etc), *ver* (*veer*) e *ser* (*seer*) juntas correspondem a 9,34%; *teem* (*ter*) e *veer* (*vir*), a 7,14%.

(4) e *veenhaes* com elle. (C143 S I; 8 p.187).

A variante *poer* com VT etimológica, considerada por Fernão de Oliveira como um arcaísmo (Williams, 1960:235 *apud* Mattos e Silva, 1994:53), é muito usada, tanto em JB, quanto em DJ. Nesse contexto equivale a mais de 90% dos dados, em detrimento de *por*.

(5) Diéresis quér dizer apartamento, cá per éla apartamos ãa sílaba em duas pártes, como quando dizemos *poemos* por *pomos*. (GLP - JB I; 49/50 - Das Figuras - p. 359).

Tipo c – Variação por mudança de vogal do lexema e alongamento pela palatal <j>

A diferença de vogal diz respeito às formas *ve-* e *vi-* de *ver*. O lexema *ve-* é próprio de P₂ a P₅ de IdPr e de P₁ a P₆ de IdFt₁, IdFt₂, Inf. fl., do Ger. e do Inf. Em DJ, aparece a variante *vee-* em P₃ de IdPr. A forma *vi-* *vi-* ~ *vy-* não é exclusiva aos TNP, pois é também o lexema específico dos TP. Na documentação aparece, apenas, a P₃ de IdPt₁ - *via*, *via-* e *vya*.

O lexema *est-* de *estar* opõe-se ao lexema *estef-* do SbPr. Nos dados analisados não foi encontrado registro dessa forma. Entretanto, ocorrem em P₆ de SbPr as variantes *estem* ~ *esteem*,⁶ que foram substituídas por *estef-*, por analogia com *seja* (Williams, 1960:228 e Coutinho, 1976:306).

6) os mandeis proveer de maneira que *esteem* nelles dous mill quintaes de bizcoutho sobejos (C330 FA 1; 24 P.363).

O alongamento por palatal <j> foi registrado apenas no verbo *ver* - “video” > *vejo - vejo* (P1 de IdPr) “uideam” > *vej- veja ~ veja* e P₂ a P₆ de SbPr. (*vejas, veja, vejamos e veja, vejaes ~ vejaes ~ vejais e vejiam*).

Tipo d - Variação da consoante e travamento do lexema

Os verbos que apresentam essa variação nos TNP são: *poder* e *jazer*. O verbo *jazer* tem um uso muito restrito, aparece apenas seis vezes em JB e uma vez em DJ.

O lexema *pod-* (“potere” > *poder*) nos TNP é próprio de P₂ a P₆ de IdPr, P₁ a P₆ de IdPt₁, IdFt₁, IdFt₂, Inf. fl. e no Inf. e Ger. A consoante <d> nesse verbo tem sua origem na mudança <t> > <d> do latim clássico para o latim vulgar na România Ocidental. O verbo *jazer* < “iacere” foi documentado com o lexema *jaz-* apenas em JB (P₃ e P₆ de IdPr) - *jaz jazem* (Inf.) e *jazer*.

(7) Tiram-se desta régra muitos que séguem diferentes formações como: (...); *jazer* (...), *jaço* (GLP - JB 1; 28/33 - Das Formações - p. 344).

O lexema *jaç-* (*jaço*) (< “iaceo”) aparece na P₁ de IdPr. Posteriormente houve a regularização de *jaç-* para *jaz-*. Esse verbo sobrevive no português moderno em casos muito específicos, como nas expressões de *jazigos* “Aqui jaz.” (no sentido de ‘estar morto, estendido’, ‘deitado’) e no termo *jazida* (‘sítio arqueológico’). O uso do verbo *jazer*, entretanto, foi bastante comum em obras literárias.

O lexema do verbo *poder*, *pos-* (< “possum”) é próprio da P₁ de IdPr (*póssio, posso ~ poso*) e das P₂, P₃, P₅ e P₆ de SbPr. (*póssas, póssa, póssam ~ posam ~ posão e posa ~ possa, posais, posaaes ~ posaes ~ possaes, possam ~ posação, posam e posão*).

Tipo e - Variação na ditongação do lexema

Nos verbos *querer* (< “quaerere”) e *saber* (< “sapere”), se apresentam os lexemas *quer-* e *sab-* na maior parte dos lexemas do não-perfeito. A forma divergente de P₁ de IdPr, *sei* < *sai* (< “sapio”) de *saber*, formou-se, segundo os estudos históricos, por analogia com *hei* de *haver*.

Esse tipo de verbo apresenta, também, lexemas ditongados, *queir-* < “quaeram” - (*queira, queiras, queiráies e queira* (P₁), *queira* (P₃), ~ *queyra, queirões e queirão*) e *saib-* < “sapiam” - (*saiba* (P₁) *saibam, saiba* (P₃) *saibaes ~ saibaes ~ saibais e saibam*). Com relação ao verbo *caber*, esse fenômeno não foi registrado, possivelmente, em decorrência

da metátese da semivogal <i> para o lexema também do verbo *caber* na P₁ de IdPr “capiro” > *caibo* ~ *caybo* e, também, no subjuntivo.

Tipo f – Lexemas heteronímicos de *ir*: “vadere” e “ire”

A variação nos seus lexemas que não se restringe apenas à evolução fonética, mas à origem distinta desses. O lexema *i-* provém do verbo latino “ire”, e o lexema *va-* de “vadere”. O uso dos lexemas alterna-se no IdPr. A forma *va-* é própria da P₁ (*vou, vo*), P₂, e nesse caso, P₃ (*vái, váy* ~ *vae*) e P₆ (*vam, vam, vão* ~ *vãão* ~ *vãao* ~ *vãoo* e *vã* ~ *vãe*), assim como de P₄ (*vimos*). Entretanto, a P₄ foi documentada em JB como *imos* (< “imus”) possivelmente um processo de analogia com a P₄ dos TNP. Embora essa forma não tenha se mantido no português contemporâneo, nesse o lexema *i-* mantém-se no IdPr apenas na P₅. O uso dessa forma no século XVI já havia sido atestado antes (Coutinho 1976:316).

O lexema *va-* aparece ainda em P₂ de Imp. afir. (*vai* ~ *vaỹ* em P₃ e P₅ de SbPr (*vaa, vades*), respectivamente.

Nos demais TNP, o lexema *i* é a forma que prevalece no português, ao contrário do espanhol, em que o lexema que mais se generalizou foi *va-* (Piel, 1989: 226).

Tipo g – Variações vocálicas e consonânticas nos lexemas heteronímicos de *ser*

A exemplo do verbo do tipo anterior, *seer* ~ *ser* também possui dois lexemas heteronímicos, mas, ao contrário daquele, suas formas apresentam ainda variações consonânticas (*sen-*, *son-* e *sej-*) e vocálicas, nos lexemas surgidos dos verbos latinos “sedere” e “esse”. No português do século XVI, prevalecem também, para os TNP, as formas derivadas de “sedere”: *so-*, *son-*, *sen-*, *se-*, *sã-*, *sam-* e *sej-*. No IdPr P₁, houve o registro das formas *são* ~ *sam* (< “sum”), documentadas em DJ. Essa forma constitui-se numa das quatro variantes (*som, são, sou* e *so*) referidas por Fernão de Oliveira (Oliv. 103, *apud* Williams). Em JB, a P₁ de IdPr ocorre apenas como *sou*, indicando a analogia com a P₁ dos verbos: *estou, vou* e *dou*, fenômeno bastante citado nos estudos históricos. Uma outra explicação foi dada por Piel (1989:226), a de que esse lexema poderia ter surgido da variante *são* (PA), embora ele considere a desinência *o* também como um processo analógico com os verbos *estou, vou* e *dou*. A maior variação no IdPr dá-se com a P₆ nos dados de DJ, *sam, sã, são* e *som*. Em JB, essa pessoa está registrada apenas como *sam*. O IdPr é, dentre os TNP, o que oferece maior variação, com a confluência de formas dos dois verbos latinos (P₁ *so* ~ *sã*, P₂ *és*, P₃ *é* ~ *he*, P₄ *somos*, P₅ *sois* ~ *soes* ~ *soees* ~ *soes* e *sooes* e P₆ já referida acima. No imperativo, em P₂, foi documentada a forma analógica *sê*.

O lexema *er-* é a forma própria de IdPt₁ (*éra ~ era, éras ~ eras, éra, ~ era, éramos, ereies ~ éreies e eram ~ eram, erã, erão*), a exemplo do que ocorria com o latim (“eram”, “eras”, “erat”, “eramus”, “eratis” e “erant”).

A variante *syria* de IdFt₂ P₃ foi registrada em DJ, o lexema próprio desse tempo, assim como, de IdFt₂ P₁ a P₆, é *se-*.

3.2.1.2 – Lexemas dos verbos do subgrupo 1 e os tipos de processos morfofonológicos – Tempos do perfeito

No quadro 3, a seguir, estão representados os cinco tipos verbais formados pelos lexemas desses mesmos verbos nos TP (IdPt₂, IdPt₃, SbPt e SbFt), que basicamente são constituídos no tempo passado, à exceção de SbFt, que, ainda assim, possui o lexema específico desses, porque é um tempo derivado do “perfectum”.

DOCUMENTOS PERÍODOS VERBOS	LEXEMAS DOS TEMPOS DO PERFEITO NO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI			
	OBRA PEDAGÓGICA DE JOÃO DEBARROS GLP, DVV e DLNL 1540		CARTAS DE D. JOÃO III 1523/1557	
	IdPt ₂ P ₁	IdPt P ₃ e outros	IdPt ₂ P ₁	IdPt P ₃ e outros
a. DIZER QUERER AVER TRAZER JAZER SABER	dis- ~ des-, dix quis- [h]ouv- ~ houv-	troux- jouv- soub-	dis- ~ disc- quys- ~ quis- ~ quiz- ouv- ~ houv- troux- — soub-	
b. FAZER ~ FFAZER TEER - TER VIIR - VIR ESTAR	fiz- (tiv-) vin- (estiv-) ⁷	fez- tev- ve- (estev-)	fiz- ~ fyz- ~ ffiz- tiv- — estiv-	fez- ~ ffez- tev- ve- estev-
c. PODER PÔER - POER ~ POR IR	— pus-	pod- pos- fo-	pud- — —	pod- pos- fo- ~ ffor-
d. SEER	fu-	fo-	fu-	fo- ~ ffo-
e. VEER		vi-		vi- ~ vy

Quadro 3: Lexemas do subgrupo 1 dos TP em JB e em DJ

Sob o ponto de vista diacrônico, esses verbos são classificados em três tipos diferentes: i) os de perfeito em *-si* (denominados sigmáticos – *dixi* (*disse*) e *quaesi* (*quis*); ii) os de perfeito em *-ui*, “habui” (*houve*), “sapui” (*soube*), “tracui” > “*traxui” (fusão de ambos, *trouxe*), “iacui” (*jouve*), “*posi” (*pus/pos*), “tenui” (*tive/teve*), “potui” (*pude/pode*); iii) os de perfeito em *-i* – “feci” (*fiz/fez*), “vidi” (*vi*), “steti” (*stede*, as formas *estive* e *esteve* (sofreu influência de *tive/teve*) *fui* (*fui/foi*) de *ser ~ seer*. E ainda “vidi” (*vi*), considerado como pseudo-forte. (Piel, 1989: 231-234 e Nunes, 1960: 323-324). Piel destaca ainda, baseado em outros critérios, outras três classes para esses verbos, aplicadas nesse caso, às formas contemporâneas dos mesmos: pretéritos monossilábicos e dissilábicos, pretéritos terminados por consoantes e/ou vogais e pretéritos com semelhança em P1 e P3 (que corresponde aos de tipo *a* ou com diferença de vogal, aos tipos *b* e *c*).

Tipo a - Lexema próprio aos tempos perfeito, distinto dos lexemas do não-perfeito

Os lexemas dos verbos desse tipo são: *dis-* (*disse*), *quis-*, *[h]ouv-*, *troux-*, *jouv-* e *soub-*. Essas formas compõem o conjunto dos denominados passados fortes e também são próprias dos demais tempos. Piel (1989:228) e Nunes (1960:323-324) descrevem-nos e os classificam a partir das formas latinas em: perfeito em *-si (-xi)* - *dix-*, perfeito em *ui*, “habui”, “capui”, “sapui”, “*tracui” (*trouxí*), “placui”, “jacui”, dentre outras, além dos de perfeito em *i*, citando, nesse caso, apenas os lexemas que se enquadram dentro da proposta dos verbos do tipo *a*.⁸

Na documentação, o lexema mais empregado do verbo *dizer* para os TP é *dis-*. A variante *dix-* ocorre em JB apenas duas vezes, quando o autor a utiliza como exemplo de uma figura de linguagem. A variação *dixe* ~ *disse* ainda não havia caído em total desuso.

(8) Antítesis quer dizer postura de lêtera ãa por outra, como quando dizemos *dixe* por *disse*. A qual figura é à cerca de nós mui usáda, principalmente nesta lêtera *x* que tomámos da pronunçiação mourisca, ainda que alguns digam que devemos dizer *dixe* porque no pretérito latino este vérbico dico faz *dixi* (JB - GLP I; 63/67 - Das Figuras - p. 359).

O lexema *quis* (< “*quaesi”) é a forma própria de todos os TP, tanto em JB, quanto em DJ, assim como “*tracui”, “*traxui” > *trouxe* (*troux-*); “habui” > *houve* (*houv-*), “sapui” > *soube* (*soub-*) e “iacui” > *jouve* (*jouv-*). A ditongação (-*ou* [ow]) que se verifica nos lexemas específicos desses verbos TP deve-se à atração da semivogal < *u* > [w] para o radical.

Essas são as formas que prevalecem no português do século XVI. E, diferentemente do que ocorre no português contemporâneo, a forma dos TP de *jazer* é *jouv-*, e não *jaz-*. A forma *jouv-* surgiu possivelmente por analogia com *houve*. Assim ocorreu também com *trouxe*. (Coutinho, 1976: 308; Williams, 1986: 231).

Os tipos *b*, *c* e *d*, a seguir caracterizam-se pela oposição de P_1 a P_3 de $IdPt_2$, embora a partir de fenômenos distintos que decorrem da evolução e da história própria de cada forma verbal.

Tipo b - Variação do lexema e alternância vocálica pela oposição de < *i:e* > P_1 a P_3 de $IdPt_2$

Os lexemas *estiv-* < *esteve* < “steti” e *estev-* foram registrados em DJ. E como variantes em SbFt (*estevéres*, *estivér* ~ *estevér*; *estivese*, *estiver*; *estiverdes* ~ *esteverdes* ~ *estiverem* e *estivere*) nos dois grupos de texto. Embora em JB não haja oposição entre P_1 e P_3 de $IdPt_2$, ocorre a variação *estev-* ~ *estiv-* em SbFt P_3 *estivér* ~ *estevér*; em DJ, aparece

apenas estiver e P₆ (*estiverem ~ estiverem*), embora essa variação se confirme também em DJ na P₅ desse tempo (*estiverdes ~ esteverdes*) e em SbPt P₆ (*estivese*).

(9) E per ésta semelhança está claro q[ue], quanto a planta ou hérvá *estevér* em máis gróssa térra (...) (JB - DVV I; 417/419 p. 429/430).

(10) e enviareis a iso quaesquer caravelas e navios que hy *estiverem* armados, (C109 PA I; 91/92 p.155).

A variante *estiverem* “em formas não acentuadas se tornou *i* por dissimilação” (Williams, 1960:228 § 184), assim como as variantes de IdPr₂ - P₅ (*fizestes ~ fezeistes*) P₆ (*fizerão ~ fezeram ~ fezerã ~ fezerõ ~ fizeraão ~ fizerã, fezeram ~ fizeram*) SbPt - P₃ (*fizésse, fizese ~ fezeise ~ fizesse*) e P₆ (*fezessem ~ fizéssem*) e SbFt - P₁ (*fizer*) e P₃ (*fizer ~ fyzer ~ fizer ~ fezer*) e P₅ (*fezerdes, fizerdes ~ ffizerdes*) e P₆ (*fizérem ~ fizerem ~ fizere ~ fezerem*).

(11) em que me daees conta do que os cosayros *fizeram* na parajem das Ilhas (...) (C315 FA I; 3/4 p.344)

(12) e segundo o caso tambem que vos d'iso *fezerem* mais ou menos grave (C8 JR I; 42/43 p.18)

No IdPt₃ não houve variação desse tipo: P₁ (*fizera*) e P₃ (*fizera ~ fizera ~ ffizera*).

A variação <e> ~ <i> ocorre com *ter*, tanto em JB quanto, em DJ, em todos os TP, por exemplo, em IdPt₂ - P₆ (*teverám ~ tiveram e teveron*) IdPt₃ (*tevera ~ tivéra ~ tivera*) SbFt - P₃ (*tever ~ tiver*), etc.

(13) quando *tiverdes* novas d'armados que amdem pera esa costa das Berlemgas atee o cabo de Sam Vincente . . . (C109 PA I; 89 p.155).

Nos outros lexemas, essa oposição é bastante nítida, de acordo com a evolução de cada forma verbal – *fiz*- (< “feci”) e *fez*- (< “fecit”), *tiv*- e *tev*- (< “tenui”). A P₃ conservou o *e*-, ao contrário das demais, devido de um processo analógico, *vim* (< “vii” < “*vei” < “veni”) e *ve*- (“veni”). (Coutinho, 1976: 313 § 606 e 319 § 625, respectivamente).

A forma *veo*- ~ *vẽo*- aparece em JB 5 vezes e 5 vezes também em DJ. As variantes ditongadas ocorrem duas vezes em JB apenas como exemplo do uso de *y* *veyo* e do *v* *veio*. Em DJ prevalece o uso das formas ditongadas *veyo* ~ *veio* ~ *veeo* em 98,03%.

O lexema *vi*- ~ *vĩ* ~ *vy* generaliza-se nos demais TP. Ocorre, entretanto a variante *veerám* em JB.

(14) se quiséssemos buscár o fundamento e raiz donde *veérram* os nóssos vocábulos... (JB - GLP I; 4/5 - Da diçám - p.298)

Tipo c – Variação do lexema e alternância vocálica pela oposição de <u:o> P₁ a P₃ de IdPt₂

A oposição foi registrada no *corpus* com *poder* (*pud* / *pod-* *pod-* e *pus-* / *pos-* *pos*).

No português do século XVI, o lexema *pud-* (*poder*) não havia se generalizado ainda para as demais TP, a exemplo de IdPt₂ - P₆ - *podéram* ~ *poderam*, IdPt₃ P₁, P₃ e P₅ - *podéra* ~ *podera* ~ *podéramos* e *poderades*, SbPt P₁, P₃, P₄ e P₅ - *podesse* ~ *podese*, *podésse* ~ *podesse* ~ *podese*, *podéssemos*, *podesyéis* e P₁ de SbFt - *podér*.

O mesmo ocorre com *pus* (de *por* ~ *poer*) IdPt₂ - P₆ (*poserám*) e IdPt₃ - P₃ *poséra*. Embora a ocorrência da variação entre a P₄ e P₆ de IdPt₂ indique que essa regularização já havia sido iniciada *pusémos* ~ (*composémos* e *compuséram*), essas duas últimas formas nos derivados de *por*.

O lexema *fo-* está documentado em todos os TP, em DJ. A P₆ destaca-se pela diversas variantes flexionais (*fforão* ~ *foram* ~ *forã*, *forão* ~ *forõ* ~ *forom*).

Tipo d – Variação de lexema e alternância vocálica pela oposição de <u:o> P₁ a P₃ de IdPt₂ no verbo *ser*, tendo como base lexical a forma de P₃ para todos os tempos do perfeito

Os lexemas *fu-* (< “fui”) e *fo-* (< “fuit”) estão registrados no *corpus* (*fui* / *foi* e *fuy* / *ffoy* ~ *foy* ~ *foi*). A forma de P₃ é o lexema das outras pessoas e TP e aparece na documentação com muita frequência, 152 em DJ e 8 vezes em JB.

(15)Eu *fuy* ora emformado. (C187 AM I; 2 p.224).

(16)meus Reynos e senhoryos niste pequeno tempo *forom* muyto mais deneficados por esta soo causa de eu querer conservar sua amizade (C6 AP I; 47/49 p.8).

Tipo e – Lexema *vi* do verbo *veer* para todos os tempos dos perfeito

O lexema *vi-* ~ *vy-* aparece nos TP. As formas IdPt₃ não foram atestadas no *corpus*.

(17) *Vy* a carta que me escrevestes (C283 FA I; 2 p. 313).

3.2.2 – Verbos do subgrupo 2 – Verbos que apresentam lexema invariável para as formas do não-perfeito e têm lexema específico para as formas do perfeito

A principal diferença entre esse subgrupo e o anterior está na invariabilidade dos lexemas dos TNP. Pois, embora este apresente um lexema específico para TNP, não há oposição entre P₁ e P₃ de IdPt₂. Os lexemas do

perfeito se mantêm em todas as pessoas verbais. A oposição, nesse caso, se faz fundamentalmente a partir do contraste entre os TNP e TP, conforme já referido, é o parâmetro de classificação dos três primeiros subgrupos.

Comparativamente ao primeiro subgrupo que possui maior complexibilidade de tipos de lexemas, o subgrupo 2, além de ser mais simplificado, é composto de uma quantidade reduzida de verbos. Nos dados analisados apenas três verbos fazem parte desse subgrupo: *prazer*, *caber* e *dar*.

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Prazer:</i>	PRAZ-	PRAZ- (IdPr - P ₃ ; IdFt ₁ - P ₃ ; Inf. e Ger.) PRAS-(Inf.)
----------------	-------	---

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Prazer:</i>	PROUV-	PROUV- (IdPt ₂ - P ₃ ; SbFt - P ₃ (e derivados))
----------------	--------	---

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Caber:</i>	CAB-	CAB - (Inf.)
---------------	------	--------------

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Caber:</i>	COUB-	COUB- (IdPt ₂ - P ₃)
---------------	-------	---

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Dar:</i>		D + VTa D+Vta (IdPr - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ ; IdPt ₁ - P ₃ e P ₆ ; IdFt ₁ - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ ; IdFt ₂ - P ₃ e P ₆ ; Imp. P ₂ e P ₆ ; SbPr - P ₃ , P ₅ e P ₆ ; Inf. Fl. - P ₄ , P ₅ e P ₆ ; Inf. e Ger.)
-------------	--	---

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Dar:</i>		D + VTe D+Vte (IdPt ₂ - P ₁ , P ₃ , P ₄ , P ₅ e P ₆ ; SbFt - P ₃ ; SbPt - P ₁ , P ₃ , P ₅ e P ₆)
-------------	--	--

3.2.2.1 – Lexemas dos verbos do subgrupo 2 e os tipos de processos morfofonológicos – Tempos do não-perfeito e do perfeito

Observemos os contextos morfológicos desses verbos no Quadro 4.

DOCUMENTOS PERÍODOS VERBOS	SÉCULO XVI 1540, OBRA PEDAGÓGICA DE JOÃO DE BARROS GLP, DVV e DLNL		SÉCULO XVI 1523/1557 CARTAS DE D. JOÃO III	
	LEXEMA DO NÃO-PERFEITO	LEXEMA DO PERFEITO	LEXEMA DO NÃO-PERFEITO	LEXEMA DO PERFEITO
PRAZER CABER	praz- cab-	prouv- coub-	praz- —	prouv- —
DAR	d + Vta	d + Vte	d + Vta	d + Vte

Quadro 4: Lexemas do subgrupo 2 dos TNP e do perfeito em JB e DJ

Os verbos *prazer* e *caber* (tipo a) e *dar* (tipo b) diferem por apresentar fenômenos morfológicos distintos, a saber:

Tipo a – Ditongação etimológica para os lexemas dos tempos do perfeito

O verbo *prazer* (47 ocorrências) aparece além do inf., na P₃ de IdPr – *praz* e de IdFt₁ *prazera*.

(18) e me *praz* de o acrescentar a cavaleiro (C370 MF I; 15 p.392).

No infinitivo do verbo *prazer*, *prazer* ~ *praser* (< “placere”), no gerúndio *prazendo* e nos compostos *apraz*, *aprazer*, *comprazer* e *desprazer/desprazer*.

O lexema *praz-* dos TNP difere dos lexemas do perfeito *prouv-*. A forma *prouv-* foi registrada na P₃ de IdPt₂ (*prouve* - *prouve*) E também nas derivadas (*aprouve/aprouve*, *desaprouve* e *aprouvesse*). O lexema *prouv* < “placui” (remiscências do pretérito forte em “-ui” do latim) chegou a essa forma por influência de outros verbos de terminação semelhante (Nunes, 1960: 323§ 41 e Piel, 1989: 234).

(19) Tiram-se desta régra *apraz* (...) e dizemos: *aprouve* (JB - GLP I; 4/5 – Dos Pretéritos e Particípios – p.342)

O verbo *caber* < “caperē” está nesse grupo apenas por não ter sido registrada a forma ditongada *caibo* < “capiat”. O lexema dos TP é *coub-* < “capui” em JB IdPt₂ *coube*.

Tipo b – Oposição entre o verbo *dar*: *Vta* para os tempos do não-perfeito e *Vte* para os tempos do perfeito

A diferença de vogal temática que se verifica no verbo *dar* entre os TNP - d + *Vta* e os TP (d + *Vte*) remontam-se, segundo Mattos e Silva (1989: 56) às formas desse verbo no latim em que havia uma base “da-”

para os tempos do “infectum” e uma base “ded-” para os tempos do “perfectum”.

O verbo *dar* que na documentação teve um número alto de ocorrência, 288 vezes, apresenta-se assim tanto no PA como no português contemporâneo. As variações dão-se apenas a nível de flexão, principalmente na P_3 , P_5 e P_6 dos dados de DJ. (IdPr - *dá, da ~ daa, daes ~ daees, daeis ~ dais ~ daais, dam ~ dã, daão*. IdFt₁ - *darei, darey, dara ~ daraa, dares ~ dareys ~ dareis*, Imp. P_2 - *day* e P_5 - *dai ~ day* e IdPt₂ *déram, deram ~ derão*), etc.

A forma *dou* (*dou ~ do*) de P_1 de IdPr, do latim “do” tem sido explicada de diversas formas: i) ter surgido diretamente de *do*, ii) ser decorrente da analogia com *vou* (Williams, 1986: 225, Coutinho, 1976: 305), iii) atribuída a forma “*dao” > *dou* (Nunes, 1960: 305), iv) ou a assimilação Vta ao *u*, passando *o* (Mattos e Silva, 1989: 376).

(20)E daqui te *dou* licença que às póssas alegár, quando te ocorrerem a preposição da matéria (JB - DVV I; 61/62 p.415).

3.2.3 Verbos do subgrupo 3 – os que apresentam variação nos lexemas do não-perfeito, sendo o lexema das formas do perfeito a variante mais generalizada do lexema do não-perfeito.

No subgrupo 2, o lexema invariável é o dos TP e se aplica aos do não-perfeito. Nesse caso, não se pode falar propriamente de oposição entre esses dois grupos de tempos, pois essa se estabelece apenas entre a IdPr P_1 e tempo derivado SbPr P_1 a P_6 . Os demais tempos, tanto do não-perfeito quanto do perfeito apresentam o mesmo lexema, e, dada a pouca variabilidade de formas, esses verbos são considerados pelas gramáticas normativas como semi-irregulares. São: *ouvir, pedir, arder, medir e perder*. Os verbos *arder* e *medir*, a exemplo dos verbos *jazer* do subgrupo 1 e *cabrer* do subgrupo 2, também tiveram os seus quadros diminuídos, limitando-se aos contextos em que ocorrem.

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Ouvir:</i>	OUÇ- OUV-	OUÇ- (IdPr - P_1 e SbPr - P_1 e P_6) OUV- (IdPr - P_2, P_3, P_5 e P_6 ; IdPt ₁ - P_1 , a P_6 ; IdFt ₁ - P_1 a P_6 ; Imp. - P_2 e P_5 ; Inf. Fl. - P_1, P_2, P_3, P_5 e P_6 ; Inf. e Ger.)
---------------	--------------	---

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Ouvir:</i>	OUV-	OUV- (IdPt ₂ - P ₁ a P ₆ ; IdPt ₃ - P ₁ , a P ₄ e P ₅ ; SbPt - P ₁ a P ₆ e SbFt - P ₃ e P ₄)
---------------	------	--

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Pedir:</i>	PEÇ-	PEÇ- (IdPr - P ₁ e SbPr - P ₁ e P ₃)
	PED- - PID-	PED- (IdPr - P ₂ , P ₃ , P ₅ e P ₆ ; IdPt ₁ - P ₂ , P ₃ e P ₆ ; Inf. Fl. - P ₂ e P ₆ ; Inf. E Ger.)
		PID- (IdPr - P ₅ ; IdPt ₁ - P ₃ ; IdFt ₁ - P ₅ ; Inf. e Ger.)

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Pedir:</i>	PED- - PID-	PED- (IdPt ₂ - P ₃) PID- (SbPt - P ₂ e SbFt - P ₃)
---------------	-------------	---

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Medir:</i>	MEÇ-	MEÇ- (IdPr - P ₁)
---------------	------	-------------------------------

II – Tempos do perfeito (variação dos lexemas)

<i>Medir:</i>	MED-	MED- (IdPt ₂ - P ₁)
---------------	------	--

I – Tempos do não-perfeito (variação nos lexemas)

<i>Perder:</i>	PERC- PERD-	PERC- (SbPr - P ₆) PERD- (IdPr - P ₃ , P ₄ e P ₆ ; IdPt ₁ - P ₆ ; SbPr - P ₆ ; Inf. Fl. - P ₃ e P ₆ ; Inf. e Ger.)
----------------	----------------	---

II – Tempos do perfeito (lexemas específicos)

<i>Perder:</i>	PERD-	PER- (IdPt ₂ - P ₃ e P ₆ e IdPt ₃ - P ₂)
----------------	-------	--

I – Tempos do não- perfeito (variação nos lexemas)

<i>Arder:</i>	ARÇ- ARD-	ARÇ- (IdPr - P ₁) ARD- (Inf.)
---------------	--------------	--

3.2.3.1 – Lexemas dos verbos do subgrupo 3 e os tipos de processos morfofonológicos

Vejamos como esses verbos se comportam no quadro 5, a seguir:

PERÍODOS DOCUMENTOS VERBOS	SÉCULO XVI 1540, OBRA PEDAGÓGICA DE JOÃO DE BARROS GLP, DVV e DLNL		SÉCULO XVI 1523/1557 CARTAS DE D. JOÃO III	
	Lexemas de IdPr P ₁ e de SbPr P ₁ a P ₆	Lexemas de outros tempos e pessoas	Lexemas de IdPr P ₁ e de SbPr P ₁ a P ₆	Lexemas de outros tempos e pessoas
OUVIR	ouç-	ouv-	ouç-	ouv-
PEDIR	peç-	ped-	peç-	ped- pid-
ARDER	arç-	ard-	—	—
MEDIR	meç-	med-	—	—
PERDER	—	perd-	perc-	perd-

Quadro 5: Lexemas do subgrupo 3 em JB e em DJ

No *corpus*, apenas os verbos *ouvir*, *pedir*, *arder*, *medir* e *perder* com 197,⁹ 71, 03, 01 e 30 ocorrências, respectivamente, apresentam lexemas de IdPr P₁ e SbPr fechados por sibilante /ts/ > /s/ grafada <ç>, cujo étimo latino uma semivogal antecendendo a consoante final do lexema. Essas variações são decorrentes do mesmo tipo de processo fonético, a palatalização da consoante, “audio” > ouço (IdPr P₁ *ouço* – SbPr P₁ a P₆ *ouça*, *ouças*, *ouça*, *ouçamos*, *ouçaiés*, *ouçaeés* ~ *ouçaes* e *ouçam*), “pedio” > *peço* (*peço* – *peço*, *peça* e *peçais*), “medio” > *meço* (*meço*) e “ardio” > *arço* (*arço*).¹⁰

A variação entre os lexemas de *pedir* ~ *pidir* foi registrada tanto nos TP quanto nos TNP, como: IdPr P₅ *pedis* ~ *pidys*, IdPt₁ P₃ *pedia* ~ *pidia* ~ *pidia*, IdFt₁ P₅ *pidireis*, Inf. *pedir* ~ *pedir* ~ *pedyr* ~ *pidir* e Ger. *pidimdo* ~ *pedymdo* ~ *pedindo*.

(21)Diogo Coelho, escudeiro fidallguo de minha casa, filho de Nycollaa Coelho, m'ëvyou pedir licença pera me ir servir aa Indya, (...). (C. 349 MC I; 3 p.378).

O lexema *med-* (de *medir*) foi documentado apenas em JB IdPt₂ P₆ (*medirám*).

O verbo *perder* (< “perdere”), P₁ de IdPr “*perdeo” > *perço*, substituído posteriormente por *perco*, e P₁ de SbPr “*perdeam” > *percão* está documentado na P₆ de SbPr. O lexema *perd-* aparece em (*perde*, *pérde* e *pérdem* P₃ e P₆ de IdPr, *perdemos* P₄ e *perdiam* P₆ de IdPt₁, P₃ e P₆ de Inf. Fl. *perder* / *perderem* / *perderem*, de Inf. *perder* / *perder*. e de Ger. *perdendo*. Também na P₃ e P₆ de IdPt₂, *perdeo* e *perderam* e P₃ de IdPt₃ *perdera*.) O registro do lexema *perd-* para a P₆ em DJ (*perdam*) ao lado de *percam* indica provavelmente uma regularização com as formas dos demais tempos.

3.2.4 Verbos do subgrupo 4 – Verbos de PP especial, tradicionalmente chamado de participio forte.

Foram constatadas diversas formas com a função de participio passado, a saber: *abrir*; *aceitar*; *cingir*; *colher*; *coser*; *cubrir* ~ *cobrir*; *dizer*; *escrever*; *exprimir*; *fazer*; *imprimir*; *matar*; *morrer*; *naçer*; *pagar*; *por* ~ *poer*; *prender*; *salvar*; *soltar* e *ver*.

DOCUMENTOS / VERBOS	JB	DJ
abrir	aberto	aberto
aceitar	aceito	aceito
cingir	—	cinto
colher	colheito	—
coser	coseito	—
cubrir ~ cobrir	cuberto ~ coberto	cuberto ~ coberto
dizer	dito	dito ¹¹
escrever	escrito	escrito ~ scryto ¹²
exprimir	—	expresso
fazer	feito	feito ~ feyto ~ ffeito
imprimir	impresso	—
matar	—	morto
morrer	—	morto
naçer	nado	—
pagar	—	pago ~ paguo
por ~ poer	posto	posto
prender	—	preso
soltar	—	solto
ver ~ veer	visto	visto

Quadro 6: Verbos do subgrupo 4

O critério de classificação para o subgrupo 4 difere dos demais, porque, nesse caso, não se trata das dissimilaridades entre as formas dos TNP e dos TP, mas de verbos cujos PP apresentam duas formas, uma geral e outra especial.

O participio passado é uma das formas nominais latinas que se manteve no português. Os estudos gramaticais, de modo geral, tanto normativos, quanto históricos, costumam subdividir as formas desse tempo em regulares / irregulares e em fracas / fortes.

Nas gramáticas normativas contemporâneas há o registro de um grande número de verbos que admitem participio duplo. Destaca-se ainda o grande uso de participios com função de adjetivo, substantivo e também de preposição. Há também verbos que admitem apenas um tipo de participio, o “irregular”, que são: *aberto*, *coberto*, *dito*, *escrito*, *feito*, *posto*, *visto* e *vindo* (e derivados).

Nos estudos gramaticais históricos verifica-se que a diferença entre as formas fracas e fortes surgiu do latim, como resultado de alterações fonéticas na formação do participio passado. A um tema verbal se juntava o sufixo *-to*. Essas alterações foram observadas nos verbos cujos lexemas terminavam por consoante (verbos consonânticos), devido a processos de harmonização da consoante final do lexema, gerando as denominadas formas fortes, das quais muitas se mantiveram no português, e as formas fracas, para os verbos cujos lexemas terminavam em vogal (verbos vocálicos). Nesse caso, os verbos de tema em *-a* > *ato* > *ado*, de tema em *-i* > *itu* >

ido e os de tema em *-e*, ao invés de *-etu*, *-uto*. Esse último caiu em desuso, embora tenha sido bastante usado no latim vulgar e no português arcaico *-udo*. No português atual foi substituído pelo *-ido*, dos temas em *-i*. (Nunes, 1960:325-325).

No *corpus*, documentamos em DJ o particípio em *udo* < “utu”, apenas duas vezes, como no exemplo:

(22) e como he *conteudo* no concerto que com elle fez (C10 PAC I; 4/5 p. 20).

A perda dessa forma com função de particípio passado é atribuída por Piel (1986:238) a um processo de analogia. O autor atesta a variação no uso desse particípio em Fernão Lopes (*avudo* ~ *avido*, *metido* ~ *metudo*, etc.). E assinala, ainda, como um dos últimos registros dessa forma, a ocorrência de *creçudo* em Gil Vicente (1482/1552).

Com relação à terminação forte que mantém o particípio de acordo com seu étimo latino se apresenta em português com os seguintes tipos: *-t*: (*aberto* < “apertum”, *escrito* < “scriptum”, etc. (em maior número); *-s*: (dos radicais latinos “d” ou “t”, *preso* < “pre(he)nsum”, *impresso* < “impressum”, etc. (mais raros); “-stus”: *comesto* < “comestus”, etc. e *-eito*: *colheito* < “collectum”, etc. (Piel, 1989:238). Esse autor e também Nunes (1960:325) apontam ainda os particípios dos verbos em *-ar* que fazem uso do *-o*, ao invés do sufixo *-ado*, como exemplo: *pago*, *ganho*, etc.

No *corpus* a forma *aceite* não ocorre, mas sim *açeita*.

(23) E como pôsso eu conhecer quando lhe é *açeita* a óbra que proçede da minha boa tençám? (DVV - JB I; 724/725 p.446).

No subgrupo 4, Mattoso Câmara Jr. (1976) e Mattos e Silva (1989 e 1994) estabelecem dois tipos de particípio passado especial a partir dos seguintes fenômenos: a) verbos que apresentam o PP com lexema igual ao da forma do infinitivo e b) verbos que mantêm o PP especial único.

Na documentação, muitas formas de PP ocorrem na função de substantivo e de adjetivo, como:

(24) A matéria bem *feita* apráz ao méstre (JB - GLP I; 18-A p.376).

Consideramos, para fins de análise, o uso de particípio passado de verbo quando em locução verbal ou em orações com o particípio.

3.2.4.1 – Lexemas dos verbos do subgrupo 4

Tipo a – Verbos com lexema específico de acordo com seu étimo latino para PP

Os verbos são: *abrir, cobrir, colher, coser, dizer, escrever, exprimir, fazer, imprimir, matar, morrer, poer~por, prender e ver.*

(25) Avérbio é ua das nóve pártes da òraçám que sempre anda conjunta e coseita com o vérbio... (JB - GLP I; 1/2 - Do avérbio e suas pártes - p.345).

Tipo b - Verbos com lexema de PP único

São os verbos *aceitar, pagar e soltar.*

O Quadro 7 abaixo resume os lexemas dos verbos dos participios passados com função verbal, constatados na documentação.

DOCUMENTOS PERÍODOS VERBOS	SÉCULO XVI 1540, OBRA PEDAGÓGICA DE JOÃO DE BARROS GLP, DVV e DLNL		SÉCULO XVI 1523/1557 CARTAS DE D. JOÃO III, REI DE PORTUGAL	
	LEXEMAS DE INFINITIVO	LEXEMAS DE PP	LEXEMAS DE INFINITIVO	LEXEMAS DE PP
a. ABRIR CINGIR COLHER COSER CUBRIR ~ COBRIR DIZER ESCREVER FAZER IMPRIMIR/EMPRIMIR MATAR MORRER NAÇER POER ~ POR PRENDER VEER ~ VER	abr- — colhe- cos- cub- ~ cob- diz- escrev- — faz- imprim- — — nac- po- — ve-	abert- — colheit- coseit- cubert- ~ cobert- dit- escrit- — feit- impres- — — nad- post- — vist-	abr- cing- — — cub- ~ cob- diz- escrev- faz- — mat- morr- — po- prend- ve-	abert- cint- — — cubert- ~ cobert- dit- escrit- ~ escryt feit- ~ ffeyt ~ feyt- — — mort- mort- — post- pres- vist-
b. ACEITAR PAGAR SOLTAR	aceit- — —	aceit- — —	aceit- pag- solt-	aceit- pag- solt-

Quadro 7: Lexemas do subgrupo 4 em JB e em DJ

3.3 Variações gráficas e/ou fônicas nos lexemas dos verbos de padrão especial

Algumas diferenças gráficas não caracterizam variações ou mudanças nos lexemas. Já as variações fônicas sugerem uma suposta relação entre a fala e a escrita e indicam a coexistência de lexemas distintos

As variações gráficas mais comuns referem-se à duplicação de grafemas, tais como:

a) <f> ~ <ff> *for* ~ *ffor*, *faço* ~ *ffaço*. A duplicação da fricativa labiodental surda [f] no início de palavras ascende ao latim, não indica uma tentativa de distingui-la de outra realização fônica. Em JB, não ocorre esse tipo de variação, e o próprio autor diz que o [f] não apresenta muitas particularidades que suscitem dúvidas no seu uso;

b) <z> ~ <zz> *fazendo* ~ *fazzendo*, <s> ~ <z> *dises* ~ *dizes*, etc.; <ss> ~ <s> *disse* ~ *dise*. No que se refere à representação da sibilante surda <ss> ~ <s> é mais expressiva em DJ;

c) <m> ~ <n> ~ <~> *sendo* ~ *semdo*, *fazendo* ~ *ffazemdo* ~ *fazendo*. Em JB, também há esse tipo de variação, embora o uso do <m> e do <n> tenha sido uniformizado na transcrição (mantendo-se o til <~> em posição final, na vogal ã acentuada e nos ditongos (Buescu, 1971:III);

d) com relação à nasalização da vogal final, a variação ocorre principalmente em formas monossilábicas de *ter*, *vir* e *ir* na P₃ em DJ *tem* ~ *fê*, e na P₆ de IdPr *vam* ~ *vão* ~ *vãão* ~ *vaão* ~ *vãao* e *vã* e na P₆ de *haver* ~ *ham* ~ *hão* ~ *hã*, *am* e na P₆ (*õ*, *am*, *ã*, *ão*); <y> ~ <i>. Há ainda oscilação no uso do <y> ~ <i> como em JB (embora na transcrição o <y> tenha sido substituído pelo <i>) e em DJ *fizer* ~ *fyzer*, *vinha* ~ *vynha*, *hia* ~ *hyha*;

e) <h> ~ <Ø>. Essa variação em palavras em que o uso do <h> se justificaria pela etimologia foi documentada em JB *houvéram* ~ *[h]ouvéram* e em DJ *houver* ~ *ouver*, etc. Além desse uso, o <h> foi registrado antes de vogais iniciais *hir* ~ *ir* e entre vogais distintas - *hyha*;

f) <oo> ~ <o> e <aa> ~ <a> <ee> ~ <e>, etc. Exemplos de duplicação de vogais em *teenho* ~ *tenho*, *veenha* ~ *venha*, *poode* ~ *pode*, *vaa* ~ *va* e *daa* ~ *da* foram registrados em número reduzido e somente em DJ. Entretanto, as vogais duplas nesses casos não se justificam etimologicamente, provavelmente são usadas como forma de abertura da vogal ou como representação da vogal da sílaba acentuada.

As variações fônicas ocorridas na documentação referem aos seguintes processos fônicos:

a) variações em decorrência de encontros vocálicos orais e nasais (vogais duplas), <ee> ~ <e>, *teer* ~ (*ter*), *teereis* ~ (*tereis*), *veer* ~ (*ver*), *seer* ~ (*ser*), *teem* ~ (*tem*) e *veem* ~ (*vem*). As variantes conservadoras apresentam uma frequência bastante inferior em relação às formas inovadoras *ver*, *tem* e *vem*. A baixa frequência de formas onde não ocorrera a contração das vogais orais e nasais mostra que essas estavam em desuso e que o processo de mudança já estava em fase de conclusão, tendência confirmada pela falta de registro dessas formas em JB.

b) variação por influência da oposição entre P₁ e P₃ de IdPt₂ (<e/i>) e (<o>/<u>) e variação na representação da pretônica, <e> ~ <i>, *estevér* ~ *estivér*, *esteverdes* ~ *estiverdes*, *tevéram* ~ *tiveram*, *tever* ~ *tiver*, *fezéram* ~ *fizeram*, *fezerã* ~ *fizerão*, <o> ~ <u> *poseram* ~ *puseram*, *dessesse* ~ *dissése* e *pidia* ~ *pedia*. Esse tipo de variação, <e> e <i> e <o> ~ <u> foi registrada nos dois grupos de documentos. Formas como *teveram* ~ *tiveram* e *fezerã* ~ *fizerão*, *poseram* ~ *puseram* e *esteverdes* ~ *estiverdes* devem-se à influência da oposição entre P₁ e P₃ de IdPt₂ em *tive* / *teve*, *fiz* / *fez* e *pus* / *pôs*. Os resultados em termos de frequência das formas conservadoras demonstram que há certo equilíbrio entre JB e DJ. É

interessante observar que em DJ o lexema *pos-* para os TP é categórico, não há registro de *pus-*. E mesmo em JB, a variação entre *pos-* (44,44%) ~ *pus-* (55,56%) é ainda equilibrada.

c) variação por assimilação da vogal átona em relação à tônica. Com relação a *pidia* ~ *pedia*, o que se verifica é que, mesmo sendo o lexema *pid-* o menos freqüente, o índice de 23,8% parece levar a crer que se trate de uma variante estável, se compararmos com a situação do português atual. Os estudos vêm demonstrando que na pronúncia há variação entre *ped-* ~ *pid-*, embora se registre, na escrita, o lexema *ped*.

d) variação na representação do <ø>. A forma *vierám* relatada na literatura como conseqüente de dissimilação da vogal átona em contato com a tônica e foi registrada apenas em JB. Essas variantes <ȳ> ~ <nh> (*vȳa* – *vynha*) indica hesitação na representação do <nh>. A forma *vȳa* ocorreu apenas uma vez, e em DJ.

Além dessas variações, há o registro de formas arcaizantes como: *veo*, que corresponde a 50%, os 50% restantes dizem respeito ao uso da forma ditongada *veyo*, *veio* e *veeo*. Em JB, a forma *veo* é predominante, as variantes ditongadas *veio* ~ *veyo* apresentam em cada conjunto de textos apenas uma ocorrência.

Com relação ao verbo *poder* só há o registro de *pod-*. A forma *pud-* aparece na P₁ em DJ.

Também a P₆ de IdPr do verbo *ser*, do latim “sunt”, *sam*, *sã*, *são* e *som*. Além das formas *sam* e *são* em P₁. Em JB a P₁ aparece já ditongada *sou* e a P₆ apenas como *sam*, que é a variante mais generalizada, também em DJ.

4 Verbos de padrão especial no português arcaico e no português do século XVI – um estudo contrastivo

Nesta seção, o nosso objetivo principal é identificar as diferenças nos lexemas dos VPE entre o PA e o português do século XVI, relacionando-as à hipótese central deste trabalho de que mudanças fônicas e/ou analógicas teriam tornado esses verbos menos irregulares ou regulares. São considerados, para a primeira sincronia – PA, os dados de Mattos e Silva (1989 e 1994) e, para a segunda – século XVI, os resultados obtidos na descrição desses verbos no capítulo III, a partir dos documentos considerados. Para isso, vamos contrapor, de acordo com o modelo de análise já aplicado no item anterior, destacando-se, nesse caso, as formas próprias do PA não registradas ou pouco freqüentes no português do século XVI.

O parâmetro para o confronto entre essas duas sincronias será estabelecido a partir das formas divergentes dos VPE, específicos do PA.

4.1 Subgrupo 1

Esse subgrupo, como vimos, é formado pelo contraste morfofonológico entre os TNP e os do TP, assim como os subgrupos 2 e 3. Vejamos:

– Tempos do não-perfeito

As alterações nos lexemas dos VPE ocorrem basicamente nos tipos *a*, *b*, *d*, *e* e *g*, conforme Quadro 8 a seguir:

PERÍODOS VERBOS	LEXEMAS DOS TEMPOS DO NÃO-PERFEITO	
	PORTUGUÊS ARCAICO	PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI
a. DIZER	dig- diz-, dez- di-	dig- diz- ~ dis- ~ dez- di- ~ dy-
TRAZER	trag- [+vel] trag- [+pa] tra-	trag- traz- tra-
FAZER ~ FFAZER	faç- faz- fa-	faç- ~ ffaç- faz- ~ ffaz- ~ faaz- ~ fazz- fa- ~ ffa-
AVER ~ HAV-, ER, [H]AV-, ER	av- aj- a-	[h]av- ~ av- ~ hav- [h]aj- ~ aj- [h]a- ~ a- ~ ha-
b. TER ~ TEER	ten- ~ tê- tenh- tiin- tenrr-, têrr-, terr-	ten- ~ tê- ~ tem ~ teen ~ them- tenh- ~ teenh- tinh- ter- ~ teer-
VIR ~ VYR	vin-, vê- viin- venh- viinh- venrr-, vèrr-, verr-	ven- ~ vê- ~ veem- vim ~ vin ~ vyr ~ vym ~ vÿ- venh- ~ veenh- vinh- ~ vynh- ~ vÿa- vi- ~ vy-
POER ~ POR	pon-, pô-, po- ponh- poinh- ponrr-, pôrr-, porr-	pom- ~ pô- ponh- punh- po-
c. VER ~ VEER	ve- vi- vej-	ve- ~ vee- vi- ~ vy- vej-
ESTAR	est- estej-	est- —
d. PODER	pos- pod-, pud-	pos- pod- ~ pood-
JAZER	jasc- jaz-	jaç- jaz-
e. QUERER	quer- queir-	quer- queir- ~ queyr-
SABER	sab- —	sab- salb-
f. YR-, IR ~ HYR	va- i-	va- ~ vaa- i- hi- ~ hy- ~ y
g. SER ~ SEER	sø- ~ e- sej- si- ~ er- so- son-	he- ~ e- sej- se- ~ sy- so- ~ soo- sã- ~ sam ~ som-

Quadro 8: Lexemas dos subgrupos 1 dos TNP no PA (dados extraídos de Mattos e Silva 1989 e 1994) e no português do século XVI.

Os dados mostram que:

a) O lexema *trag-* [+ pal] do verbo *trager*, de uso generalizado no PA, é próprio dos seguintes tempos e pessoas: IdPr P₂ a P₆ (*trages, trage*, etc), IdPt₁ P₁ a P₆ (*tragia, tragias*, etc), Imp. P₂ e P₅ (*trági, tragede*), Inf. fl. P₁ a P₆, Inf. (*trager*), Ger. (*tragendo*).

b) As variantes *tiinha* e *viinha* sem a contração das vogais ocorrem em IdPt₁ - P₁ e a P₆. A forma *poinha* própria desse mesmo tempo e pessoas indica que não havia se dado ainda o alteamento de [o], que posteriormente passa a [u] em decorrência desse processo de assimilação da vogal [i] da sílaba tônica, resultando em formas como *puinha* > *punha*. (Mattos e Silva, 1994:53). Em IdFt₁ e IdFt₂ - P₁ a P₆ são resgistradas no português desse período as variantes *tenrr-*, *fèrr*, *terr-* (*de ter*), *venrr-*, *vèrr-* (*de ver*) e *ponrr-*, *põrr* e *porr-* (*de pôr*), essas variações mostram um processo de mudança em curso em direção à desnasalização. A forma *viim* (IdPr P₄ e P₅, Imp P₅ e Inf. fl. P₁ a P₆, Inf. e Ger.) no PA aparece sem a contração da vogal nasal.

c) A ausência do lexema *estej-* deve-se provavelmente a um caso de limitação dos dados, entretanto foram registradas formas arcaizantes como *esteem* ~ *estem* em DJ no SbPr P₆ em detrimento de *estej-*.

d) A forma *jasc-* de P₁ de IdPr (*jasco*) e de P₁ a P₆ de SbPr (*jasco ... jascam* etc.) é atribuída à influência dos incoativos latinos “-escere” > -*ecer* (Coutinho, 1976:308 e Piel, 1989:225).

e) O verbo *saber* não havia ditongado o lexema pela metátese da semivogal da sílaba seguinte no PA no SbPr P₁ a P₆ e se realizava como (*sábia, sábias*, etc.). A característica que o define no PA é a do subgrupo 2, dos verbos que têm lexema invariável nos TNP.

f) As variações gráficas, como a da representação de [i], <i> ou <y>, assim como também da nasal [n] ou [m], com <n>, <m> ou til, e ainda <h> foram discutidas no item 3.3.

g) As variações nos lexemas heteronímicos de *ser* observadas se verificam nos seguintes tempos e pessoas: *Se-* ~ *e-* (*he*) - IdPr P₃ e P₆ (*he* ~ *se, son* ~ *seen*); *Sí-* ~ *er-* IdPr P₃ e P₆ (*era*), (*eras*) *era* ~ *siia*, (*eramos*) ~ (*erades*) *eram* ~ *siian*)^{1 3}

Com exceção das variantes *se-* e *sí-*, que caíram em desuso, posteriormente, as diferenças de lexemas entre as duas sinconias devem-se à evolução de processos fônicos gerais da língua, enquanto que nos TP, somente encontrados no PA, em geral, são formas arcaizantes, prevalecendo, então, uma das variantes já usadas.

- Tempos do perfeito

Com relação aos lexemas do TP, as formas variantes são:

PERÍODOS VERBOS	LEXEMAS DOS TEMPOS DO PERFEITO			
	PORTUGUÊS ARCAICO		PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI	
	IdPt ₂ P ₁	IdPt P ₃ e outros	IdPt ₂ P ₁	IdPt P ₃ e outros
a. DIZER QUERER AVER TRAZER JAZER	dis-, dix- quis- ouv- trouv- ~ troux- ~ troug- joug- ~ jov-		dis- ~ des- ~ disc- ~ dix- quis- ~ quiz- [h]ouv- ~ ouv- ~ houv- troux- jouv-	
b. FAZER TEER ~ TER VIIR ~ VIR ESTAR	fiz-, fig- tiv- vī-, vin- estiv-	fez- tev- vê-, ven-, vê- estev-	fiz- ~ ffiz- ~ fyz- tiv- vin- estiv-	fez- ~ ffez tev- ve- estev-
c. PODER PÔER ~ POER ~ POR IR	pud- pug- fu-	pod- pos- fo-	pud- pus- —	pod- pos- fo- ~ ffo-
d. SEER	fu- ~ siv-	fo- ~ sev-	—	fo- ~ ffo-
e. VEER		vi-		vi- ~ vy

Quadro 9: Lexemas dos subgrupos 1 dos TP no PA (dados extraídos de Mattos e Silva 1989 e 1994) e no português do século XVI.

Tipos: *a b e c*. As variantes *dix-*, *troug-*, *joug-*, *fig-* e *pug-*, consideradas como dialetais, são pouco freqüentes no DSG, (Mattos e Silva, 1989). As formas usuais no PA são as correspondentes: *dis-*, *trouv-*, *jouv-*, *fiz-* e *pud-* (*pudi* e não *pude*). Nos dados do português do século XVI, o lexema *dix-* foi registrado excepcionalmente na GLP de JB.

d. Os lexemas *siv-* e *sev-* do verbo *seer* ~ *ser* são formas variantes de *fu-* e *fo-* respectivamente na P₃ de IdPr.

e. Não há diferenças no tipo *e*, mantendo-se no português do século XVI da mesma forma que no PA.

4.2 Subgrupo 2

Nesse subgrupo somente houve variação com o tipo *a* com a queda do lexema *proug-* (de *prazer*). O fato mais significativo ocorre com *saber* e *caber*, que mudam de subgrupo. Vejamos:

PERÍODOS VERBOS	PORTUGUÊS ARCAICO		PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI	
	LEXEMAS DO NÃO-PERFEITO	LEXEMAS DO PERFEITO	LEXEMAS DO NÃO-PERFETO	LEXEMAS DO PERFEITO
a. SABER PRAZER CABER	sab- praz- cab-	soub- proug- coub-	— praz- —	— prouv- —
b. DAR	D+VTa	D+VTe	d + VTa	d + VTe

Quadro 10: Lexemas dos subgrupos 2 dos TNP e dos TP no PA (dados extraídos de Mattos e Silva 1989 e 1994) e no português do século XVI.

a. O lexema *proug-* (*prazer*) aparece no PA em P₁ a P₆ de IdPt₂ (*prouge*, *prougeste*, *prouge*, etc.) de SbPt (*prouguesse*, *prouguesse*, *prouguesse*, etc.) e de SbFt (*prouguer*, *prougueses*, *prouguer*, etc.). O *u-* é marca de “perfectum” latino (Mattos e Silva, 1994:56)

b. Não há divergência nas formas do verbo *dar* entre os dois períodos do português.

4.3 Subgrupo 3

Nesse subgrupo, são verificadas alterações no tipo *a* e no *b*, conforme demonstrado no quadro abaixo:

PERÍODOS VERBOS	PORTUGUÊS ARCAICO		PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI	
	Lexemas de IdPr P1 e de SbPr P1 a P6	Lexemas de outros tempos e pessoas	Lexemas de IdPr P1 e de SbPr P1 a P6	Lexemas de outros tempos e pessoas
a. OUVIR PEDIR ARDER MEDIR MENTIR SENTIR PERDER	ouç- peç- arç- meç- menç- senç- perç-	ouv- ped- ard- med- ment- sent- perd-	ouç- peç- arç- meç- — sent- perc-	ouv- ped- – pid ard- med- — sint- – sent- perd-
b. ACAECER CONHOCER NACER CRECER	acaesc- conhosc- nasc- cresc-	acaec- conhoc- nac- crec-	— — — —	— conhec- — —

Quadro 11: Lexemas do subgrupo 3 no PA (dados extraídos de Mattos e Silva 1989 e 1994) e no português do século XVI.

a. Os lexemas *menç-* (*mentir*), *senç-* (*sentir*) e *perç-* no PA caracterizam a P₁ de IdPr e SbPr - P₁ a P₆, opondo-se nos demais tempos com o lexema *ment-*, *sent-* e *perd-*.

b. Os lexemas *acaesc-*, *conhosc-*, *nasc-* e *cresc-* e demais verbos terminados em *-cer* são específicos também dos mesmos tempos e pessoas citadas acima, conforme exemplo de *acaecer* de SbPr - P₁ a P₆ (*acaesca*, *acaescas*, *acaesca*, *acaescamos*, *ascaescades* e *acaecerian*).

Os lexemas para os demais tempos desses verbos são: *acaec-*, *conhoc-*, *nac-* e *crec-*.

Como vimos, muitas das oposições próprias desse subgrupo foram perdidas no português do século XVI. Esses dados nos levam a crer em processos de regularização na estrutura desses verbos.

4.4 Subgrupo 4

As modificações nesse subgrupo devem-se também ao desuso de formas do tipo *a*, que, devido à possibilidade do uso do duplo participio, um geral e outro específico, levou à queda da forma de PP especial no português contemporâneo. Os verbos com participio único (tipo *b*) mantiveram-se inalterados. Com relação ao PA, as diferenças são decorrentes de formas verbais que não foram registradas em nossos dados. Vejamos:

PERÍODOS VERBOS	PORTUGUES ARCAICO		PORTUGUÊS DO SÉCULO XVI	
	LEXEMAS DE INFINITIVO	LEXEMAS DE PP	LEXEMAS DE INFINITIVO	LEXEMAS DE PP
a. ABRIR ACENDER BENZER CINGIR COBRIR - CUBRIR COLHER COMER COSER COZER DEFENDER DIZER ERIGIR ESCREVER FAZER IMPRIMIR MATAR MORRER NASCER PÔER - POER PRENDER TOLHER TRAZER VEER	abr- acend- benz- cing- cobr- colh- com- cos- coz- defend- diz- erig- escrev- faz- — mat- morr- nasc- pô- — tolh- traz- ve-	abert- aces- bent- cint- cobert- colheit- comest- coseit- coit- defes- dit- ereit- escrit- feit- — mort- mort- nad- post- — tolheit- treit- vist-	abr- — — cing- cubr- ~ cobr- colh- — cos- — — diz- — escrev- faz- imprim- mat- morr- naç- po- prend- — — ver-	abert- — — cint- cubert- colheit- — coseit- — — dit- ~ dict- — escrit- feit- ~ feyt- ~ feit- impres- mort- mort- nad- post- pres- — — vist-
b. ACEITAR JUNTAR PAGAR SALVAR SOLTAR	aceit- junt- pag- salv- solt-	aceit- junt- pag- salv- solt-	aceit- — pag- — solt-	aceit- — pag- — solt-

Quadro 12: Lexemas do subgrupo 4 no PA (dados extraídos de Mattos e Silva 1989 e 1994) e no português do século XVI.

a. Não foi documentado o uso dos lexemas de PP dos verbos *acender* (*aces-*) e *benzer* (*bent-*) que continuam a ser usados no português contemporâneo. Os lexemas de *comer* (*comest-*), *defender* (*defes-*), *erigir* (*ereit-*) e *tolher* (*tolheit-*) que, ao contrário dos demais, foram regularizados no português, ou melhor, só admitem o PP regular, não foram atestadas em nossos dados. Encontramos, além desses, mais dois: *pres-* (de *prender*) e *impres-* (de *imprimir*).

b. Não houve divergência nos lexemas desses tipos verbais, mantendo-se ainda no português contemporâneo. Os verbos *aceitar* e *salvar* não foram documentados nos dados.

5 Conclusão – Mudanças nos lexemas dos verbos de padrão especial do português arcaico para o português do século XVI

Os processos de perda que acabamos de examinar demonstram mudanças nos lexemas dos VPE. Em síntese:

DADOS DE MATTOS E SILVA (1989 e 1994) (PORTUGUÊS ARCAICO)	DADOS DA OBRA PEDAGÓGICO-GRAMATICAL DE JOÃO DE BARROS 1539/1540 E DAS CARTAS DE D. JOÃO III 1523 A 1557
1. Trag- [+pal]	1. traz-
2. Tenrr-, tẽrr-, terr- venrr-, vẽrr-, verr- ponrr-, põrr-, porr-	2. ter- ~ teer- vir- por ~ poer
3. tiinh- viinh-	3. tinh- vinh-
4. viim-	4. vin ~ vim ~ vyn- ~ vỹ- ~ vym-
5. poinh-	5. punh-
6. sab- (SbPr - P ₁ a P ₆) cab- (IdPr - P ₁)	6. saib- (SbPr - P ₁ a P ₆) caib- (IdPr - P ₁)
7. jasc-	7. jaç-
8. dix-	8. dis- ~ des- ~ disc-
9. troug- joug- proug-	9. troux- jouv- prouv-
10. fig- pug-	10. fiz- pus-
11. siv- sev-	11. fu- fo-
12. perç- menç- senç- (IdPr P ₁ e SbPr P ₁ a P ₆)	12. perc- mint- sint- ~ sent-
13. acaesc- conhosc- nasc- (IdPr P ₁ e SbPr P ₁ a P ₆)	13. — conheç- naç-
14. paresc- agradesc- meresc- (IdPr P ₁ e SbPr P ₁ a P ₆)	14. pareç- agradeç- mereç-

Quadro 13: Mudanças ocorridas entre o PA e o português do século XVI.

A análise desses dados sob a perspectiva diacrônica nos leva às seguintes mudanças nos VPE, que são:

1. O lexema *trag* [+pal] é substituído por *traz* em todos os tempos e pessoas em que essa forma ocorria. O lexema *traz*, segundo Williams (1960), tinha possivelmente um uso popular no PA, o que talvez explique a sua generalização, em detrimento do desaparecimento de *trag* [+pal].
2. Nos lexemas *tenrr*; *fẽrr* e *terr*; *venrr*-, *vẽrr*-, *verr* e *ponrr*-, *põrr* e *porr* há um processo de desnasalização da vogal desses lexemas que evolui para *ter*; *vir* e *por*. Nos dados do século XVI, além dessas formas, há ainda *teer* em DJ com 20 e *ter* com 38 ocorrências. Em DJ e JB há um uso mais generalizado de *poer*, forma presumivelmente arcaizante.
3. A contração das vogais nasais idênticas, como conseqüência da evolução fonética atestada no século XVI justificaria, a princípio, esse processo de mudança dos lexemas *tiinh*- e *viinh*- pelas respectivas formas *tinh*- e *vinh*- no português do século XVI. Os lexemas variantes *terr*- e *verr*-

atestados na PA indicam esse fato. Assim a forma *teer-* em DJ, como uma variante de pouco uso nos dados do século XVI, constitui um indício do processo dessa mudança.

4. Os lexemas *vin* ~ (*vĩ*, *vim*, *vyn*, *vym*) mostram que a contração das vogais nasais (< *vĩin*) no português do século XVI já ocorrera. O que se registra é uma variação gráfica na representação dessa vogal (*y* ~ *ĩ*) e da nasalidade (< n > ~ < m > ~ < ~ >) em DJ.
5. A inexistência do lexema *poinh-* nos dados do século XVI indica que a mudança para *punh-* já havia sido concluída.
6. A mudança dos lexemas IdPr P₁ e SbPr P₁ a P₆ de *sab-* e *cab-* para *saib-* e *caib-*, embora pressuponha um processo de regularização, gera maior complexidade na forma desses verbos, que deixam de possuir apenas um lexema para os TNP (característica do subgrupo 2), para assumir as características do subgrupo 1.
7. O lexema *jasç-* de *jazer* passa a *jaç* nos mesmos contextos em que ocorria no PA.
8. A seleção de *dis-* culminou na perda de *dix-*.
9. Desaparecimento dos lexemas *troug-*, *joug-* e *proug-* dos TP em substituídos pelos lexemas *troux-*, *jouv-* e *prouv-*.
10. Desaparecimento de *fig-* e *pug-*, permanecendo *fiz-* e *pus-* (em *fazer* e *por* ~ *poer*, respectivamente).
11. Os lexemas *sev-* e *siv-* do verbo *ser* ~ *seer*; que variavam em contextos específicos com *fo-* e *fu-* no PA, são substituídos por esses nos dados do século XVI. Os lexemas *sev-* e *siv-* possuíam um valor semântico diferente, especificamente 'estar sentado'.
12. *Perç* > *perc*. Essa mudança ainda mantém a oposição entre os TNP IdPr P₁ e SbPr P₁ a P₆.
13. Os verbos *mentir* e *sentir* regularizam-se no português do século XVI. As formas IdPr P₁ e SbPr P₁ a P₆ perdem a oposição e passam a ser a dos demais tempos e pessoas, conforme atesta o exemplo extraído da GLP de João de Barros, em que o próprio autor justifica essa regularização.

(26) Os verbos da terceira conjugação terminam o infinitivo em *ir* e formam o seu presente pela maneira das outras conjugações poendo,

em lugar de *ir*, ésta lêtera *o*, e fica formado *firo*, de *firir*, durmo de durmir, *sentto* de *sintir*, cubro de cubrir (Grifo nosso) (JB – GLP – Das formações – I; 35/38 p.344).

14. O verbo *conhecer* regulariza-se no português do século XVI. A P₁ de IdPr (possivelmente no SbPr P₁ a P₆), não mais foi registrada como *conhosco*. E em JB (GLP) aparecem *conheço* e *desconheço*.

(27) Simples, será ô que nam for composto dalgũa páрте sinificativa; e composto ô que se compõe de duas. Exemplo: *conheço* é simples, *desconheço*, composto, que se compôs désta diçám *des* e *conheço* (JB – GLP I; 1/4 – Das figuras do vérbo – p.329).

O lexema atestado do verbo *conhecer* é *conhec-* (*conheçe*, *conheçemos*, *conheçem*, *conheçer* e *conheçido*) em JB e em DJ foram registrados também com a grafia (*conheçer* e *conheçido*).

Nos dados, há regularização nas formas arcaicas de outros verbos incoativos em *-ecer*: *pareça* (*parezca*), *agradeço* (*gradesco*) e *mereça* (*meresca*).

(28) Muyto vos *agardeço* quam myudamente me de todo avisaees (C32 FA I; 4/5 p.66).

As formas *mereçer*, *mereçerem* (de *merecer*) não atestadas na P₁ de IdPr e P₁ a P₆ de SbPr, provavelmente devem ter seguido também esse processo de regularização.

No subgrupo 4 foi identificado o uso de *ter* + verbos com PP especial.

(29) como ô *tem feito* em os estudos de Coimbra (JB – DNL I; 430/431 p.409).

O uso de PP especial em tempos compostos ocorre apenas com o verbo *ter* e basicamente com os verbos *fazer*, *dizer*, *escrever*, *pagar*, *abrir* e *por*.

No que se refere ainda aos VPE do subgrupo 4 há uma correspondência entre as formas atestadas nos dois períodos considerados, não foram registradas, portanto, mudanças nesse sentido.

A análise comparativa dos três subgrupos permite verificar que o subgrupo 1 é, pelas características que o definem, o que oferece as condições ótimas de classificação dos VPE, e, por essa razão, engloba o maior número de itens verbais dessa categoria. Dos vinte e três verbos registrados no *corpus*, quinze fazem parte desse subgrupo. E embora não tenha havido ocorrência de verbos que compõem os subgrupos 2 e 3, é no 1 que prevalece o maior tipo de variação morfofonológica. Essa riqueza variacional própria do subgrupo 1 contrapõe-se ao quadro de relativa uniformidade

dos demais subgrupos. A comparação entre grupos 1, 2 e 3 permite ainda que se observe a nítida simplificação que vai se operando nos VPE.

A Tabela 1 mostra a frequência do conjunto de verbos nesses subgrupos nos documentos analisados.

Subgrupos / Textos	Subgrupo 1	Subgrupo 2	Subgrupo 3
JB	92%	3,65%	4,35%
DJ	92,15%	5,81%	2,04%

Tabela 1: Frequência verbal nos três subgrupos em JB e em DJ

A mudança que ocorreria nos subgrupos é previsível, partiria do subgrupo 3 (o que mais se aproxima do paradigma geral). Considerando-se a maior complexidade em termos de oposição entre os lexemas do TNP e do TP no subgrupo 1, justifica-se que a regularização tenha ocorrido com verbos desse subgrupo, que é o que mais se aproxima das características dos verbos de padrão geral, e de onde se esperaria que ocorresse a mudança.

Com base nessa comparação, podemos dizer que os VPE do português do século XVI são mais uniformes, embora como vimos, nem toda mudança no lexema signifique propriamente uma regularização.

¹ Os textos de João de Barros dão um total de 87 páginas digitadas, as 372 cartas de D. João III, 255. Com o objetivo de equacionarmos as dimensões entre os dois documentos, fizemos uma seleção entre as cartas de um total de 85 páginas, que procurou abranger o período em que foram escritas e o maior número possível de escritas.

² As gramáticas normativas consultadas foram: Almeida (1994), Bechara (1989), Cunha e Cintra (1985) e Rocha Lima (1994).

³ Em nossa Dissertação de Mestrado, intitulada *Os verbos de padrão especial no séc. XVI* (1996), apresentamos, analiticamente, os dados conforme o que ocorre na obra pedagógica de João de Barros e nas *Cartas de D. João III*. Aqui, deixamos apenas a síntese dos dados.

⁴ Nas P₅ e P₆, o lexema é av-, o mesmo que aparece em IdFt₁, IdFt₂, IdPt₁, IdPt₂, Inf. e Ger.

⁵ A forma *aió* está documentada na *Crônica Troiana*, p. 127 (Nunes, 1960: 305).

⁶ Piel (1989:226) já havia atestado a permanência dessa flexão ainda no século XVI.

⁷ Os lexemas entre parênteses indicam variação entre outros tempos, embora não tenha sido registrada oposição nesse contexto.

⁸ Essa forma do pretérito onde há junção de *-si* à raiz, é, ao lado de *trouxe* (*trazer*), uma das poucas formas que conseguiram se manter. Os lexemas *quis* e *pus*, que aparentemente fazem parte desse grupo, passaram de fracos a fortes ainda no latim clássico (Nunes 1961:323).

⁹ Dentre essas, apenas as formas de SbPr - P3 e P5 e Inf. foram verificadas nos dados de DJ. (*ouça* ~ *oucaes* ~ *oucaees* e *ouvir* ~ *ouvyr*), respectivamente.

¹⁰ Além do infinitivo *arder* e *arder*, lexema *ard-* dos outros tempos do NP e os do P.

¹¹ O lexema *dict-* aparece apenas na função de substantivo.

¹² Nas Cartas, houve uma grande variação no uso dessa forma, tal como: *Sprita è Môte Morr o Novo* (C6 AP I; 348 p.16), *Scripta è Lisboa* (C5 ... I; 26 p.6) *Esprita em Evora* (C28 S I; 32 p.62) *...pello que tem escripto* (C87 ... I; .9 p.130), *Stprita em Evora* (C280 MC, I. 12 p.310). Essas variações, ao que se supõe, são resultantes de abreviaturas da forma latina "scriptum".

¹³ No português arcaico, essas variações (*se-* ~ *e-* e *si-* ~ *er-*) entre a P₃ e P₆ de IdPr e IdPt₁, respectivamente, não indicam sinônimos perfeitos entre as formas e são usados em contextos específicos (Mattos e Silva 1989: 365-577). Ex: (3.34.20) "Per esta filha de Caleph que *siia* em cima da asna que he animalha sem rason". (4.12.7) "Ele non se podia levantar nen *seer*".

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. (1994). *Gramática metódica da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva.
- BECHARA, Evanildo. (1989). *Moderna gramática portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- CARNEIRO, Zenaide Novais. (1996). *Verbos de padrão especial no século XVI*. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA. (digitado).
- COUTINHO, I. de L. (1976). *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- CUNHA, Celso. e CINTRA, Luís F. Lindley (1985). *Nova gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- HUBER, J. (1986). *Gramática do português antigo*. Lisboa: Gulbenkian.
- MATTOSO CÂMARA, J. Jr. (1972). *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr*. Seleção e introdução de Carlos Eduardo Falcão Uchôa. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serv. de Publicações.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1971). *A mais antiga versão portuguesa dos quatro livros dos Diálogos de São Gregório*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo, 4 v. (mimeo).
- MATTOS E SILVA, R. V. (1989) *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- MATTOS E SILVA, R. V. (1994). *Português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- NUNES, J. J. (1960). *Compêndio de gramática histórica da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- PIEL, J. M. (1989). *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: IN-CM.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. (1994). *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- SAID ALI, Manuel. (1964). *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos.
- WILLIAMS, E. (1986). *Do latim ao português*. Rio de Janeiro: I.N.L..

Corpus

- BARROS, J. (1971[1540]). *Gramática da língua portuguesa*. Edição de Maria Leonor Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras.
- FORD, J. D. M. (1931). *Letters of Jonh III, king of Portugal (1521-1557). The portuguese text edited with an introduction*. Cambridge: University Press.



Zodiaco,



*A pontuação em João de Barros:
preceitos e usos*

Américo Venâncio Lopes Machado Filho



Introdução

No contexto das *reconfigurações socioculturais e lingüísticas* que se operaram no Portugal de quinhentos em relação ao período arcaico (Mattos e Silva, neste livro), emerge, como marco da historiografia da língua portuguesa, a publicação da *Grammatica*, de João de Barros, no ano de 1540, em Lisboa, que, juntamente com o trabalho precedente de Fernão de Oliveira, de 1536, revela-se como ato inaugural da reflexão metalingüística sobre o português.

Foi o século XVI, na Europa, como bem assinala Buescu (1984:42-3), o “das grandes criações – ou tentativas – gramaticais em geral e ortográficas em especial”, aparecendo “na história, como o momento das grandes opções e dos grandes alcances - da confrontação com o real”, que, certamente, em Portugal, o Renascimento, as novas descobertas marítimas portuguesas, os avanços tecnológicos implementados na época faziam prenunciar.

O fim da Idade Média é, pois, “marcado por um novo elemento na concepção da linguagem”, que já se começa a manifestar, desde o século X, quando se esboça, em defesa das línguas nacionais, “a preocupação de elaborar gramáticas apropriadas às suas especificidades” (Kristeva, 1974:199).

Para Buescu (1984:205):

A tecnologia gutembergiana vai, de facto, criar uma trama de conceitos sociológicos segundo os quais se busca, a partir dos finais do séc. XV, fixar ou imutabilizar, segundo um padrão determinado, modelo talvez arbitrário, a realidade lingüística, na posse, durante a Idade Média, do homem oral e do escriba: vai operar, por conseguinte, a metamorfose do oral no visual do pluralismo medieval no singularismo homogêneo e normalizado dum cultura e dum programa tecnológicos.

É nesse cenário de profusa emergência cultural e desenvolvimento social, corroborado pela “formação humanista e sólida erudição” próprias a João

de Barros, por sua “proximidade com a corte régia” (Buescu, 1996:12), e por sua oportuna inserção nesse alavancado mundo de mudanças, em que a escrita e a leitura – motivadas, como se viu, pelo progresso da imprensa em Portugal – passariam a assumir novos direcionamentos (Cardim, 1996:37), que surge sua *Grammatica da lingua portvgvesa*.

Obra de caráter eminentemente normativo, ou *preceitivo* como o próprio autor esclarece em sua apresentação – contrariamente à de Fernão de Oliveira, que em linhas gerais se poderia definir como de natureza fundamentalmente descritivista – a *Grammatica de João de Barros*, concentrada na “leteras”, veio a revelar, no escopo de sua elaboração, a primeira proposta ortográfica para a língua portuguesa, cujo primeiro eco só viria a se manifestar mais de três décadas depois, em 1574, quando Pêro Magalhães de Gândavo publica uma segunda tentativa de normatização ortográfica.

No final de sua *Ortografia*, que define como “ciência de escrever dereitamente”¹ (Barros, [1540] 1971:135) João de Barros apresenta “algumas (breves) anotações sobre pontuação” (Buescu, 1971:LX), cuja orientação viria, ainda, a se transformar na primeira tentativa de regularização conhecida, para a língua portuguesa, sobre esse mecanismo da escrita, “em que os latinos mostraram muita diligência”, mas que, segundo João de Barros, não tinham até então os portugueses, “principalmente na letera tiráda” (Barros, [1540] 1971:153).

✦ DOS PONTOS E DI- stincções da oraçám.

Hũa das cousas principaes da orthografia, pela qual entendemos a escritura: é o apontár das pártes e cláusulas, e em que os latinos mostráram muita diligência. Esta nam temos nós, principálmente na letera tiráda, sendo cousa que impórta muito: por que ás uezes fica a oraçám ambibológica sem elles, donde nácem duvidas. E por a nóssa grammática, nesta pártie nam ficá: escreví: diremos dos pōtos que podemos usár, se qui sermos doutamente escreuer.

✦ Os latinos, tem estes pontos e sináes, com que distinguẽ as pártes e cláusulas da oraçám: cõma, cõlo, uer-
g: parentêsis, interrogaçám.

✦ Cõma, é uocabulo grego, a que podemos chamar cortadura: por que aly se cõrta a cláusula em duas pártes. Estas duas pártes, se cõrtam em uirgulas: que sam hũas distincções das pártes da cláusula.

✦ Cõlo, é o termo ou márco em que se acába a cláusula. As figuras de cada ponto destes: sam as seguintes. Dous aeste módo: se chamam cõma. Este só se cha-

g ma

Fragmento do fólio 49r da *Grammatica* de João de Barros

Contrariamente ao que pensava Barros e mesmo muitos estudiosos contemporâneos de textos antigos sobre a questão, os hábitos de pontuar precedentes, ou seja, os relativos ao período arcaico da língua portuguesa não teriam sido assim indiligentes nem muito menos assistemáticos, mas pareciam, antes, se fundamentar “entre uma utilização lógico-gramatical e um emprego provavelmente apoiado em características da língua falada”, como procurou demonstrar, recentemente, Machado Filho (1999a:89).

Não obstante, as recomendações de Barros sobre

a pontuação assim como os usos que faz esse autor sobre seus próprios *preceitos* normativistas parecem revelar-se de alguma importância para se avançar no conhecimento do português quinhentista.

Nesse sentido, utilizando-se como *corpus* de análise a própria *Grammatica da lingua portvgvesa*, pretende-se aqui, pois, observar a sistematicidade de usos que faz esse autor face aos *preceitos* e condicionamentos explicitados em sua obra, procurando correlacioná-los ao emprego da pontuação que se praticou na Idade Média portuguesa, que os novos ditames renascentistas, inspirados nos modelos clássicos latinos, fizeram reconfigurar.

1 O sistema de pontuação no período arcaico do português

Durante a Idade Média portuguesa, nomeadamente no momento histórico que comumente se costuma denominar de período arcaico da língua,² ter-se-ia conformado o uso da pontuação medieval como recurso auxiliar de notação de aspectos não exclusivamente sintáticos, como hoje se verifica, preponderantemente, na linguagem escrita formal, mas, concomitantemente, de aspectos melódicos, rítmicos e pausais, fortemente influenciados pela linguagem oral.

O livro, nesse período, raro, de produção demorada e cara, cujo suporte era normalmente o pergaminho, se restringia marcadamente “a uma parte da aristocracia, e ao clero devido às suas instituições de tipo colectivo”, destinando-se na maior parte das vezes à leitura em voz alta, o que de certa forma poderia explicar “a importância e o favor da transmissão cultural por via auditiva e por tradição oral” (Marques, 1964:192) característicos a essa época da História.

Veja-se que, durante a Idade Média, como afirma Mattos e Silva, em seu texto *Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico*, nesta Coletânea, “não ultrapassaria de “2% a elite intelectual”, nomeadamente no período compreendido entre os séculos XII ao XV, o que, certamente, impelia os hábitos de escrita a acomodar muito dos aspectos prosódicos da fala na elaboração dos registros da época. O “analfabetismo era excepcional e as letras atributo quasi exclusivo dos freires e dos padres” (Sequeira, 1943:14).³

Não obstante, não era o português que se firmava como linguagem corrente em Portugal “uma língua imperfeita, rude, hesitante, infantil, como imaginaram os impostores do século XVII” (Vasconcelos, 1946:18) e como, provavelmente, ainda imaginam alguns do século XXI, mas uma língua utilizada como elemento de comunicação social, plenamente adequada a seus usos, como qualquer outra em qualquer tempo ou lugar, através da qual os homens “discuten com sus esposas, juegan con sus amigos y engañan a sus enemigos”⁴ (Labov, 1983:23) e vice-versa.

Registrada pela escrita, pelo menos desde os inícios do século XIII,⁵ o português da Idade Média, notadamente o do período arcaico, não conhecia ainda, todavia, o poder coercitivo das gramáticas, que nessa época se concentravam exclusivamente sobre o latim – única língua que se ensinava, então, na escola, e a poucos – mas deveria, certamente, conhecer diretrizes básicas mínimas que auxiliassem a tarefa dos amanuenses na produção dos textos escritos, nomeadamente em seus hábitos de pontuar.

Essa relativa liberdade do uso da escrita fez com que se desenvolvesse durante a Idade Média um sistema de pontuação bastante complexo.

Segundo Parkes (1993:41):

*The general repertory of punctuation developed from a progressive amalgamation of elements drawn from different earlier systems of punctuation, and augmented from other specialized systems which appeared during the course of the Middle Ages.*⁶

Enquanto, no período arcaico da língua, muitas das soluções gráficas, para indicação da pontuação, se baseavam ainda, pela própria força da tradição comum à língua escrita, em antigos sistemas latinos, outras introduziam-se, para dar conta das necessidades da realidade lingüística e das novas mentalidades humanas que se conformavam.

Ademais, na produção do texto em latim a variação e oscilação de uso entre diferentes sistemas eram já assinaladas por estudiosos desse momento histórico (como seria óbvio de se esperar, haja vista ser a variação inerente a qualquer sistema lingüístico), o que significa dizer, seguindo-se a ótica de Núñez Contreras (1994:162), que já não se pontuava um texto latino “sistemáticamente y con la misma frecuencia”⁷ desde a Alta Idade Média.

Sem querer, aqui, discutir o conceito de sistematicidade adotado por Núñez Contreras, em seu ótimo manual sobre o percurso da escrita latina até o século VIII, poder-se-ia perfeitamente incorporar, para melhor entendimento dos dois momentos históricos da língua que se oferecem à comparação da pontuação, ou seja, o período arcaico *versus* o Renascimento de João de Barros, a seguinte relação dialética proposta por Carneira (1999:44), em seu trabalho sobre o português quinhentista:

O galego-português, língua distanciada, libertou-se do tecto latino; o português do século XV, em fase de elaboração, liberta-se do tecto galaico-português e acolhe-se de novo ao tecto latino.

Essa relativa libertação do “tecto latino”, durante a Idade Média, gerou um vasto número de sistemas coexistentes e sinais de pontuação adotados, que, pesquisados sobre *corpora* amplos, foram inventariados em Machado Filho (1999a).

Entre os sinais detectados, no referido trabalho, observaram-se principalmente o ponto seguido de maiúscula [.M]; o ponto seguido de minúscula [.m]; a *virgula suspensiva* [/], quer seguida de maiúscula, quer de minúscula, que seria usada para marcar uma pausa mais breve ou hesitação num texto; o *punctus elevatus* [!], diante de maiúscula ou minúscula, utilizado com a função de representar uma pausa média principal; o caldeirão medieval [¶], que indicaria início de parágrafo, de proposição ou de parte de texto, podendo anteceder da mesma forma maiúsculas e minúsculas; os sinais de fim de texto (SFT), inovações que começam a aparecer a partir do século XV, coexistindo com outros sistemas antigos como o das *distinctiones* que se caracterizava em suma pela dependência direta do sinal à altura da linha do texto, condicionando a interpretação por parte do leitor de uma maior, média ou menor pausa no ato da leitura, ou dos símbolos conhecidos como *positura* [:~ M], que eram empregados “*at the end of a paragraph in a series of paragraphs or texts (...) to imply that some continuation was to be expected to complete this series*”⁸ (Parkes, 1993:306), entre outros símbolos, que podem ser observados em Machado Filho (1999a).

Confrontando-se, sistematicamente, o comportamento desses sinais, nomeadamente os mais frequentes nos textos analisados, como o ponto seguido de maiúscula ou minúscula, o *punctus elevatus* e a *virgula suspensiva*, verificou-se que, ao contrário de um comportamento incoerente ou assistemático, recomendavam a possibilidade de variação contextual de utilização, podendo ter sido empregados, além da função de sinalizadores de contextos sintaticamente definidos, para a representação de pausas que orientasse o ato da leitura em voz alta.

Não obstante, muitos desses sinais vão progressivamente desaparecendo a partir do século XV.

Rosa (1995:18), que desenvolveu pesquisa sobre a questão da pontuação em textos em português produzidos nos primeiros anos da imprensa em Portugal, em um dos seus trabalhos, observa:

Dois sinais surgem com maior frequência nos textos impressos em português na passagem do século XV para o XVI: o colón, com o desenho do atual ponto (.), e a coma, com o desenho do atual dois-pontos (:).

Da profusa variedade de sinais que a mão do escriba costumava imprimir em seus textos, passa, pois, a pontuação a se condicionar a novos paradigmas de emprego, sob a proteção do “tecto latino” de que nos fala Cardeira (1999:44), ou seja, sob a égide e autoridade da gramática latina, “*cuios filhos nós somos, por nam degenerar della*” (Barros, [1540] 1971:60).

2 Aqui diremos dos pōtos que podemos usár, se quisermos doutamente escreuer⁹

Para João de Barros os sinais de pontuação eram elementos principais da ortografia, “sendo cousa que impórta muito: por que ás vezes fica a óraçám amfibológica sem elles”, e, para sua *grammatica* “nesta páрте nam ficar escássa” (Barros, [1540] 1971:153), apresenta o inventário desses elementos, revelando explicitamente o modelo em que se baseia: “Os latinos,¹⁰ tem estes pontos e sinães, com que destinguẽ as pártes e cláusulas da óraçám: cōma, cólo, uerga, parentesis, interrogaçám” (Barros, [1540] 1971:153).

A explicação do emprego de cada um desses sinais se concentra, todavia, em pouco mais de 50 linhas de texto, de forma não muito didática – ao menos em relação a outras questões por ele abordadas em sua *Grammatica* –, o que, de alguma maneira, dificulta o entendimento imediato de suas reais funções, senão por releituras bastante atentas.

Os conceitos de “pártes” e “cláusulas” revelam-se, sobretudo, como fundamentais para a compreensão do sistema de pontuação proposto, já que aos pontos e aos sinais caberia a função de distingui-las.

Barros ([1540] 1971:60) considera “ser anõssa linguágem cõpõsta destas noue pártes: Artigo, que ẽ próprio dos Gregos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Aduerbio, Partiçipio, Cõiunçám, Preposiçám, Interieçám”, sendo as principais, ou “reis da linguágẽ”, para se utilizar de sua própria terminologia, o nome e o verbo, cujas “damas” seriam o pronome e o advérbio.

A cláusula é definida em função do próprio sistema de pontuação: “As paláuras que iázem antre dous cólos, se chamam, clausula, ao nósso módo: e segundo os gregos, periodo aque os latinos chamam termo” (Barros, [1540] 1971:154).

Com base no que se encontra expresso no trabalho de Barros, nomeadamente entre as pouco mais de duas páginas que dedica à questão, poder-se-ia propor a seguinte organização para seu sistema de pontuação, que se encontra no Quadro 1, abaixo:

sinal	símbolo correspondente	função
cōma	:	"aque podemos chámar cortadura: por que aly se cõrta a clausula ẽ duas pártes" (p. 153). Na cõma parece que descansa a uóz, mas nam fica o intindimẽto satisfeito: por que deseia a outra páрте" (p.154).
cólo	.	"ẽ o termo ou márco em que se acába a cláusula" (p.153); "a óraçám fica perfeita e rematáda com este ponto cólo" (p.154).
uergas	,	ou "uirgulas: que sam hũas distinções das pártes da clausula" (p.153); sam esta zeburas, ao módo dos gregos" (p.154).
parentesis	()	"os dous árcos que fázem estas paláuras (como ia disse): usam os latinos quando comẽtem hũa figura aque chamam Entreposiçám" (p.154).
interrogaçám	?	"Quãdo pergütamos algũa cousa dizendo. Quem foy o primeiro que achou o uso das leteras? Estes dous pontos assy escritos onde apregunta acába, podemos chamár interrogatiuos: por serem sinál que interrogamos e preguntamos algũa cousa." (p. 154).

Quadro 1: Sistema de sinais de pontuação proposto por João de Barros.

Na elaboração de sua proposta, não cita João de Barros qualquer dos gramáticos latinos portugueses precedentes, a exemplo de João Vaz ou Estêvão Cavaleiro, dos inícios do século XVI, cujas gramáticas serviam de modelo para o latim naquela época, especialmente em relação à questão da pontuação, já que, como se sabe, a Idade Média portuguesa não havia legado à posteridade qualquer documento sobre seus usos em vernáculo.

Note-se que é sobre esses gramáticos que se apóia Rosa (1994) e (1995) para descrição da perspectiva normativa do sistema pontuacional que imperava no momento da introdução da imprensa em Portugal, que, segundo essa autora, poderia ter se pautado no sentido completo ou incompleto das construções frasais, revelando “um contínuo que ia do maior ao menor grau de coesão entre elementos do texto” (Rosa, 1995:23).

Esse relativo grau de coesão foi, portanto, o que se procurou inicialmente observar na obra de João de Barros, nomeadamente em relação à *côma* (indicada pelos dois pontos) e ao *cólo* (simbolizado pelo ponto simples), que deveriam, a princípio, ser, como deixa transparecer em sua definição João de Barros, os elementos mais diretamente associados às relações sintáticas intersentenciais, por se relacionarem mais estreitamente com a cláusula, cujos processos hipotáticos de coordenação e subordinação deveriam marcar, enquanto aos outros sinais, se se considerarem suas descrições, caberiam funções de outra ordem, como mais relacionadas à indicação das relações das classes de palavras, intra-sentenciais, portanto, no caso das *uergas*; de natureza entoacional, no que concerne à *interroçám*; e de introdução de figura de sintaxe (entreposiçam), pelo uso dos *parentesis*.

De fato, como se pressupunha, são diversos os exemplos em que a *côma* serve para indicar a coordenação de orações, quer adversativa, como no exemplo i), quer aditiva, em ii), ou mesmo explicativa, em iii), que o *cólo* arremata para encerrar o período:

i) Os latinos tãbem fãzem suas composições: mas nam pássa de tres pártes. (Barros [1540] 1971:73).

ii) E chamamos relatiuo a quella páрте que faz lembrãça de algum nome que fica atrás: e este tal se chama anteçedente (Barros [1540] 1971:67).

iii) Nem alegarey o que disse della Gellio, Viturino, Seruio, ou Prisciãno: ca seria mais mostrarme que a proueitãr. (Barros [1540] 1971:135).

Não é difícil também se encontrar a *côma*, sinalizando subordinação comparativa em iv), ou mesmo introduzindo uma oração subordinada relativa, em v), ou adverbial causal reduzida, em vi). Aliás para Rosa (1995:26) a *côma*, “sinal que começava a ser introduzido em textos escritos em por-

tuguês [do século XV para o XVI], a despeito de sua ainda baixa probabilidade de emprego, começa a delimitar subordinadas”.

iv) CHamamos nomes Verbáes todoos que se deriuã de algũ uerbo: como, de amar, amor, de sospirár, sospiro, e de chorár, choro. (Barros [1540] 1971:72).

v) Epizeuxis, quer dizer, coniuçám: a qual cometemos quando se repete hũa cousa duas e tres uezes (Barros [1540] 1971:130).

vi) (...) podemos chamár interrogatiuos: por serem sinál que interrogamos e preguntamos algũa cousa. (Barros [1540] 1971:154).

Mas há diversos outros momentos, em seu texto, em que a *cõma* não parece corresponder a essa sistemática de emprego, funcionando de forma perfeitamente análoga à que hoje se empregariam dois pontos para demarcar “um carácter essencialmente enumerativo ou apresentativo” (Pinto e Parreira, 1990:181), como se observa nos exemplos vii) e viii) seguintes:

vii) Dizemos tambem por esta maneira: as ágoas dantre Douro e Minho sam muy delgádas (Barros [1540] 1971:76).

viii) ueiamos as suas declinações, que sam duas: hũa dos masculinos e neutros, e outras dos femininos. (Barros [1540] 1971:79).

Em outras ocorrências, esse sinal parece assumir a mesma função das *uergas*, sem que lhe possa atribuir ou mesmo pressupor qualquer intenção específica de emprego de outra ordem:

ix) (...) azeite, uinho, uinágre, arrobe, mosto, meļ, leite, ouro, práta, estanho, chumbo: cóbre, feřro, áço, sál (Barros [1540] 1971:93).

Ademais, o próprio *cólo* não tem seu uso exclusivamente voltado para marcar o termo em que se acaba a cláusula, mas é utilizado por Barros com outros valores, como se pode observar no exemplos seguintes:

x) Depois pelo tempo se acreçentáram estas seyes. h. k. q. x. y. z. das quáes. h. tem os Latinos ser espiaçam e nam letera (Barros [1540] 1971:61).

xi) poemas todos diante a este módo . xi. xij. xiiij. xV. xVi. xVij. xViiij. xix. (Barros [1540] 1971:138).

Essa última seqüência bem à guisa da marcação medieval, como já acontece bem cedo no século XIII, como no *Testamento de Afonso II*, de 1214, por exemplo.

Às vezes oscila entre o uso de *cólo* e *uergas*:

xii) Nós (como uimos) temos oito. s, á grande, a, pequeno. ę. grãde, e, pequeno. i. comũ, ó, grãde, [o, pequeno.]¹ o, pequeno, u, comũ. (Barros [1540] 1971:140-1).

Mas como explicar tal comportamento, se se tem por certo o que afirma Parkes (1993:87), sobre a pontuação desde o surgimento dos primeiros trabalhos impressos?

The printing process not only stabilized the shapes and functions of the symbols it also sustained existing conventions that governed the ways in which they were employed.^{1,2}

Observando-se as correspondências de usos das *uergas* – ou vírgulas – que faz João de Barros em sua *Grammatica*, as possibilidades de marcação revelam-se ainda mais variadas.

Os exemplos, seguintes, ilustram bem a questão.

Em xiii), esse sinal exibe um emprego que, segundo a descrição de Barros, estaria, talvez, mais diretamente relacionado à característica da *côma*, haja vista estabelecer a função coesiva de demarcação da subordinada conformativa e coordenada adversativa, que compõem o enunciado. No exemplo xiv) observa-se a vírgula demarcando uma subordinada adverbial.

xiii) Como uimos, temos dous, uus, hũ desta figura, V, e outro assy, u, Però o primeiro nã serue de uógal mas de consoante (Barros [1540] 1971:145).

xiv) Quãdo ę per aiũtamento, ordenase per este módo: eu vou á escola. (Barros [1540] 1971:113).

Parecia existir, pois, no sistema apresentado por Barros, a possibilidade de variação contextual de uso, em que um sinal pudesse substituir o outro em suas funções. Essa possibilidade, no entanto, não se encontra patente na descrição que faz de cada um desses sinais em seu trabalho.

Convém ressaltar que no português arcaico esse tipo de variação parecia ser bastante provável, como procurou demonstrar Machado Filho (1999a), em relação ao ponto seguido de minúscula e a *virgula suspensiva*, antes de esta desaparecer do sistema.

Em relação aos *parentesis* e à *interrogação*, não demandam maiores comentários, já que seus usos são bastante coerentes com a sua definição,

aproximando-se muito do emprego que deles se faz atualmente no português, como se pode verificar nos exemplos abaixo.

xv) E por que (como ia disse) por sermos filhos da língua latina, temos tanta conformidade com ella (Barros [1540] 1971:77).

xvi) Verbo neutro (è nossa linguágẽ) será aquelle que se não póde cõuerter ao módo passiuo (Barros [1540] 1971:92).

xvii) Disse o iuiz lógo uós quereis desta fazenda noueçentos mil reães? (Barros [1540] 1971:130).

Esse último exemplo suscita, ainda, a questão da sistemática pontuacional que faz João de Barros para delimitação entre o discurso direto e o indireto, em sua *Grammatica*. Observe-se que em xvii) nenhum sinal é introduzido para dar conta desse tipo de marcação.

Mais um indício de variação de emprego em Barros, já que, inopinadamente, na seqüência da mesma narrativa, vale-se da vírgula, do *cólo* e dos *parentesis* para indicar essa função, como em xviii), a seguir.

xviii) Responde o herdeiro, Sy. Poys segundo a uerba do testamento (disse o iuiz) uós auereis çem mil reães (Barros [1540] 1971:130).

Veja-se que, nos documentos medievais, nomeadamente durante a primeira fase do português arcaico, os escribas podiam valer-se do ponto, quer antecedido de maiúscula, quer de minúscula, para sinalizar a passagem do discurso direto ou indireto, mas talvez na maior parte das vezes qualquer marcação fosse apresentada.

3 Pois muitas uezes os mesmos pontos lhe fázem sentir a uerdáde¹³

Não obstante ser difícil para um falante do português moderno poder compreender a real dimensão do significado que pudesse ter tido a pontuação no século XVI, ou mesmo interpretar a mentalidade que subjazia a esses preceitos e usos, os exemplos apresentados por João de Barros para demonstrar o grau de anfibologia que poderia se estabelecer pela inadequada utilização dos sinais são de alguma maneira elucidativos.

Vejam-se os exemplos xix) e xx), a seguir.

xix) Ler as obras de Luthero: nũca obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sáluaçám (Barros [1540] 1971:154).

xx) Ler as obras de luthero nunca: obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a sáluaçám. (Barros [1540] 1971:155).

O deslocamento da *cõma* no primeiro exemplo, faz com que se altere a pausa respiratória, condicionando o leitor a interpretar o advérbio *nũca* com parte integrante da segunda oração, favorecendo Lutero em detrimento ao papa, enquanto, para Barros, exatamente o contrário devesse se processar, ou seja, “o mais seguro pera a sáluaçam” é “obedecer ao pápa”, ler Lutero “*nũcã*”!

Sem avançar no mérito da discussão teológica, que certamente interessaria a João de Barros, dado sua formação religiosa, é importante, aqui, observar que a *cõma* nesse caso estabelece duas soluções distintas para a relação de parataxe que provavelmente não seria possível se, ao contrário, a conjunção se encontrasse expressa no enunciado.

Outrossim, é perfeitamente inteligível para Barros a separação do sujeito do predicado, pela vírgula, posto que nos dois exemplos seu posicionamento se mantém inalterado, reforçando a função proposta de serem as uergas os elementos responsáveis pelas “distinções das pârtes da clausula”.

4 *Verba volant, scripta manent*¹⁴

Como se pôde muito sinteticamente observar neste trabalho, João de Barros propõe em sua precursora *Grammatica da lingva portvgvesa* adotar como referência para a pontuação do português os sinais «doutamente» utilizados pelos latinos, sem fazer qualquer referência à sistemática pontuacional que pudesse ter sido utilizada por aqueles que muito cedo empregaram a *linguagem* como instrumento de registro de dados ou transmissão de conhecimento, paixão, queixa ou arte.

Note-se que Barros embora não se refira, em nenhum momento, ao caldeirão medieval, elemento bastante empregado durante toda a Idade Média, dele faz uso abundante, na primeira edição da *Cartinha*, no ano de 1539.¹⁵

Esse sinal, que em linhas gerais se assemelha com a letra “C” maiúscula cortada com linha cheia na vertical, é ainda reproduzido em diversas obras impressas, a exemplo do *Livro de Vita Christi em lingoagem português*, de Ludolfo Cartusiano, muito tempo considerado o primeiro incunábulo em Portugal, mas que as pesquisas históricas têm direcionado, pelo menos até o presente momento, para um *Pentateuco*, escrito em hebraico, “impresso por Samuel Gacon, em 1487, em Faro” (Mendes, 1993:325).

Não se pode mais negar, pelas pesquisas desenvolvidas sobre a questão, que os escribas medievais deveriam deter uma sistematicidade de uso para os sinais de pontuação, certamente apoiada nos antigos sistemas latinos, mas bastante modificada para dar conta das particularidades do português, muito mais centrado numa progressiva rigidez da ordem sintática, do que o latim, originalmente muito mais atrelado à morfologia de casos.

O curioso, porém, é que enquanto estabelece um sistema de pontuação a ser seguido, João de Barros – pelo menos na perspectiva atual do homem moderno – parece oscilar, consideravelmente, entre o que determina e o que de fato usa, se se considerar o que se encontra patente em sua *Grammatica*, descortinado pelos exemplos anteriormente apresentados, “se não tivéssemos em conta os factores de crise moral, mental, cultural e até socioeconómica que fazem desse século [séc. XVI] um tempo mutante” (Buescu, 1984:290).

É certo que o português quinhentista já apresentava outro inventário e outra sistemática de emprego de sinais de pontuação, em parte “promovida pela imprensa de tipos móveis recém-inventada” (Rosa, 1995:27) e muito como fruto de toda essa movimentação sociocultural que se operava em Portugal, naquele período.

Talvez a noção de possibilidade de variação fosse algo inerente à mentalidade da época, muito mais do que hoje talvez pudesse admitir um gramático normativo ou mesmo entender o homem comum.

Mas como vale o que está escrito, resta levantar a possibilidade de o processo de composição dos tipos na imprensa fugir ao controle do autor, cuja figura, ainda muito recentemente, começava a se firmar.¹⁶ Outrossim, pareciam deter os impressores, personalidades proeminentes na época, bastante influência para a composição

Senão, fica a necessidade de se desenvolver um trabalho mais amplo, em que se possa observar um recorte maior das obras de João de Barros, porque, como diz no *Dialogo em lovvor da nossa lingvagem*, “nam auemos de negár ao intêdimêto [a especula-]¹⁷ a especulaçã da uerdáde” (Barros, [1540] 1971:159-60).

¹ Todas as citações relativas ao trabalho de João de Barros são extraídas diretamente dos fac-símiles da obra de Barros, que se encontram apensos ao trabalho de Buescu (1971), em função de seus critérios editoriais pressuporem modernização do sistema de pontuação. Para a transcrição do texto de Barros, mantiveram-se, então, a grafia e pontuação originais à exceção do “s” longo que foi reproduzido pelo “s” normal.

² O Grupo de Pesquisa Programa para a História da Língua Portuguesa - PROHPOR, coordenado pela professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, da Universidade Federal da Bahia, estabelece como arco temporal, para delimitação do período arcaico da língua portuguesa, o surgimento dos primeiros documentos até a publicação das primeiras gramáticas de Fernão de Oliveira, em 1536, e João de Barros, em 1540, considerando duas fases distintas, que têm a data de 1385, da assunção da Dinastia de Avis ao trono de Portugal, como taxionomia divisora.

³ “Excepcional”, obviamente no sentido de extraordinária.

⁴ Trad.: “discutem com suas esposas, jogam com seus amigos e enganam seus inimigos”.

⁵ Os documentos mais antigos escritos em língua portuguesa datam de 1214 (*Testamento de Afonso II*) e de 1214-1216 (*Notícia de Torto*). Ana Maria Martins (1999), da Universidade de Lisboa, tem procurado recuar essa data para a segunda metade do século XII, não sem a reação de alguns (Martins 1999 e Emiliano 2001).

⁶ Trad.: “O repertório geral da pontuação desenvolveu-se de uma amalgamação progressiva de elementos extraídos de diferentes sistemas anteriores de pontuação e foi alargado por outros sistemas especializados que apareceram durante a Idade Média”.

⁷ Trad.: “sistematicamente e com a mesma frequência”.

⁸ Trad.: “no final de um parágrafo numa série de parágrafos ou textos (...) para indicar que

alguma seqüência deveria ser esperada para completar essa série”.

⁹ Fragmento extraído de Barros ([1540] 1971:153).

¹⁰ Grifo nosso.

¹¹ Entre colchetes retos o reclame.

¹² Trad.: “O processo de impressão não só estabilizou as formas e funções dos símbolos como também sustentou convenções existentes que governavam as maneiras como eram empregados.

¹³ Paráfrase a fragmento extraído de Barros ([1540] 1971:154).

¹⁴ Trad.: “As palavras voam, os escritos ficam”.

¹⁵ Observe-se que da primeira edição de 1539 da *Cartinha*, segundo Buescu (1971:xxvi) existe um exemplar na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ademais, se deve salientar que quando foi publicada “como volume independente” (Buescu, 1971:v), em 20 de dezembro de 1539, a *Cartinha* já exibia na sua *tauo* o que viria a se constituir na obra pedagógica de João de Barros, que incluía, ainda, a *Grãmatica da língua portuguesa: e ortografia com que se á descreuer. Hum diálogo em louuor da nõssa linguágem. Hum diálogo da viçiosa vergonha*. Buescu (1971:vi) esclarece que o “aparecimento antecipado da *Cartinha* deu até origem a um curioso conflito entre o autor e o impressor a que o primeiro não hesitou em se referir, quase a acabar de se imprimir, muito tempo depois – apenas 23 dias, “aos 12 de Janeiro de 1540” – todo o resto da obra”.

¹⁶ Note-se que o primeiro cânone literário só viria a ser proposto por Pêro Magalhães de Gândavo, em seu *Dialogo em louuor da língua portuguesa*, de 1574.

¹⁷ Entre colchetes retos o reclame.

Referências bibliográficas

BARROS, João de (1971[1540]). Grammatica da lingua portvgvesa. reprodução fac-similada. In: BUESCU, Maria L. (1971). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viçiosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BUESCU, Ana Isabel (1996). João de Barros: Humanismo, mercancia e celebração imperial. *Oceanos*, 27: 10-24.

BUESCU, Maria L. C. (1984). *Babel ou a ruptura do signo. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa:IN-CM.

CARDEIRA, Esperança M. (1999). *A língua portuguesa na primeira metade do século XVI: Elementos para uma caracterização do português médio*. Lisboa: FLUL. Tese de Doutoramento. (digitado)

CARDIM, Pedro (1996). Livros, literatura e homens de letras no tempo de João de Barros. *Oceanos*, 27: 27-47.

CASTRO, Ivo *et alii*. (1991) *Curso de História da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

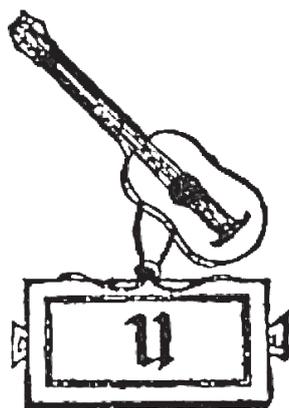
EMILIANO, António (no prelo) Sobre a questão d’ «os mais antigos textos escritos em português. In: CASTRO, Ivo & DUARTE, Inês (Eds.) Razões e emoção: Miscelânea de estudos oferecida a Maria Helena Mira Mateus pela sua jubilação. (edição virtual).

GÂNDAVO, Pêro Magalhães de ([1574] 1981). *Dialogo em louuor da língua portuguesa*. Reprodução fac-similada. In: BUESCU, Maria L. (1981) *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa. Com o diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

KRISTEVA, J. (1974). *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70.

- MACHADO FILHO, Américo V. L. (1999a). *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: Instituto de Letras da UFBA. Dissertação de Mestrado. (digitado).
- MACHADO FILHO, Américo V. L. (1999b). A pontuação em dois manuscritos medievais portugueses de um mesmo 'scriptorium'. *Revista Estudos Linguísticos e Literários*, 23-24: 21-32.
- LABOV, William (1983). *Modelos sociolingüísticos*. Trad. esp. de José Miguel Marinas Herreras. Madrid: Catedra.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1964). *A Sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- MARTINS, Ana Maria (1999). Ainda 'os mais antigos textos escritos em português'. Documentos de 1175 a 1252. In: FARIA, Isabel (Org.) *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos. p. 491-534.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: Elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1991). *O Português arcaico: Fonologia*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993). O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses. *Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*, 4: 75-85.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1994). *O Português arcaico: Morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001). *Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico*. (neste livro).
- MENDES, M. V. (1993) Incunábulo. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (Orgs.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- NÚÑEZ CONTRERAS, Luis (1994). *Manual de paleografia: Fundamentos e historia de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Catedra.
- PARKES, M. B. (1993). *Pause and effect: an introduction to the history of punctuation in the west*. Berkeley: University of California Press.
- PINTO, J. Manuel & PARREIRA, Manuela (1990). *Prontuário ortográfico moderno*. Porto: Edições Asa.
- RAMALHO, Américo da Costa. João de Barros, humanista. *Oceanos*, 27: 68-73.
- ROSA, Maria Carlota (1994). *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2v. Tese de doutoramento em Lingüística. (digitado).
- ROSA, Maria Carlota (1995). Pontuação em impressos renascentistas: o surgimento da sentença ortográfica. *Revista Estudos da Linguagem*, 3:17-29.
- SEQUEIRA, F. J. Martins (1943). *Aspectos do português arcaico*. Lisboa: Tip. União Gráfica.
- SILVA NETO, Serafim da (1960). *Língua, Cultura e Civilização. (Estudo de Filologia portuguesa)*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- VASCONCELOS, Carolina M. (1946). *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Revista de Portugal.

Viola



*A pontuação na Carta de Pero Vaz de
Caminha comparada à proposta de João
de Barros*

Eliete Oliveira Santos



Introduzindo a questão

O presente trabalho representa uma tentativa de identificar a pontuação no relato sobre o “achamento do Brasil”, tendo como base a leitura justalinear de *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, recentemente apresentada por Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia, Heitor Megale, em 1999, cuja edição privilegia todos os aspectos paleográficos nela existentes.

Tendo como referência a metodologia desenvolvida nos trabalhos de Martins (1986), Ferreira (1987), Mattos e Silva (1993b), Rosa (1994) e Machado Filho (1999) que se concentraram sobre a pontuação em documentos medievais portugueses, apresenta-se um levantamento dos sinais de pontuação existentes na *Carta*, confrontando os resultados da pesquisa com os sistemas pontuacionais precedentes e à proposta apresentada por João de Barros na sua *Gramática da Língua Portuguesa*, de 1540.

Como se sabe, a *Carta de Caminha*, dentro da língua portuguesa, considerada preciosíssimo registro inaugural das coisas do Brasil, datado de 1500, alvorecer, portanto, do século XVI, hoje vem contribuir bastante para o estudo lingüístico do português.

Dentre as pesquisas publicadas relativas à *Carta*, hão de se destacar os trabalhos realizados por um dos projetos coletivos do grupo de pesquisa, coordenado por Rosa Virgínia Mattos e Silva, Programa para a História da Língua Portuguesa – PROHPOR, vinculado ao Departamento de Letras Vernáculas e ao Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística da UFBA, cujos resultados foram publicados em 1996 — *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*, pela Edufba — o que não quer dizer, porém, que se tenham esgotado as pesquisas relativas ao citado manuscrito, pois o presente trabalho, como já foi referido, vem dedicar atenção à questão da pontuação nele empregado.

Dentro do projeto, têm se desenvolvido, cada vez mais, pesquisas baseadas em escritos do período arcaico, buscando, com isto, entender o passa-

do para se explicar o presente, remetendo, assim, às palavras de Mattos e Silva, em seu *Linguística Histórica*, (1993a) em que diz:

Nessa junção da Linguística Histórica no seu sentido estrito, o da mudança no tempo real, com a que trabalha com dados da língua na sua variação e mudança social e espacial sincrônicas, vê-se em causa o postulado laboviano conhecido como "princípio uniformitário", o de que o conhecimento das realidades in praesentia abre caminho para melhor compreensão de fenômenos passados e o conhecimento de realidades passadas documentadas clareia a compreensão de fenômenos da atualidade. (Mattos e Silva, 1993a:08)

Dos estudos realizados dentro do Programa sobre a pontuação em manuscritos medievais da língua portuguesa, encontram-se os trabalhos de Mattos e Silva (1993b) e Machado Filho (1999).

É nessa linha que o presente trabalho vem tentar, modestamente, colaborar com o estudo da questão.

A *Carta* de Pero Vaz de Caminha foi divulgada pela primeira vez em 1817 pelo Padre Manuel Aires do Casal, na *Corografia Brasílica*, dedicada ao rei D. João VI, já residente no Brasil. Até então, o manuscrito permanecia esquecido no Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa. Sobre essa edição Jaime Cortesão nos revela que "a transcrição é má. Abunda de erros grosseiros, que devemos atribuir à insuficiência do copista" (Cortesão, 1967:40). A edição mais recente de que se tem notícia é trazida a lume por Megale *et alii* em 1999. Esses autores esclarecem na parte introdutória do trabalho que:

impôs-se a adoção de rigorosos critérios de transcrição para a presente edição da Carta a fim de assegurar, por um lado, a fidelidade às características lingüísticas do original e, por outro, a adequada compreensão do conteúdo do texto. Por preencherem plenamente essas exigências, adotaram-se (...) as Normas para transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil (...), [estabelecidas] por uma comissão de pesquisadores durante o II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão-SP (Megale et alii, 1999:13).

Seguindo as propostas desse Seminário, os autores ainda afirmam que a "pontuação original ficou rigorosamente mantida" (Megale *et alii*, 1999:24). Fica claro que, embora os autores não ofereçam maiores explicações a respeito da pontuação utilizada por Pero Vaz de Caminha em seu manuscrito, nem esse era o objetivo do trabalho, ao menos, durante a transcrição, deixam-na intacta nessa edição, sendo de grande utilidade para o desenvolvimento da pesquisa.

Voltando um pouco no tempo e indo até o período medieval, encontra-se aí um cenário cultural bastante fechado. Os livros, difusores da cultura, eram raros e caros, de acesso reduzido a poucos, inclusive pode-se afirmar que "a tradição textual dos manuscritos medievais portugueses se

Para satisfazer às necessidades de uma melhor compreensão a respeito dos critérios adotados por Caminha na pontuação da *Carta*, foi feito um levantamento de todas as ocorrências pontuacionais realizadas no referido documento, considerando os contextos, se seguidas de maiúscula [M] ou de minúscula [m]. É fundamental esse tipo de distinção para que se possa, hoje, fazer uma comparação com o sistema de pontuação moderno, já que esta é considerada como lógico-gramatical. Nesse sentido, em todas as ocorrências em que a pontuação de Caminha não corresponde ao sinal de pontuação atual, atribui-se correspondência atual Ø, ou seja, nenhum sinal poderia ocupar aquela posição.

É importante salientar que, no presente trabalho, buscou-se isolar qualquer tipo de interferência pessoal no momento de relacionar o sinal no manuscrito com a correspondência atual, a fim de que se observasse qual o tipo de critério adotado por Pero Vaz de Caminha no uso da pontuação em seu referido documento.

As ocorrências encontradas na *Carta* poderão ser detalhadamente observadas no Quadro 02 abaixo:

Sinal no manuscrito	Correspondência atual		Frequência	% relativa	
Ponto					
• [m]	,	m	131/166	78,92	
	;	m	32/166	19,28	
	:	m	01/166	0,60	
	Ø	m	01/166	0,60	
	.	–	M	01/166	0,60
• [M]	.	M	10/12	83,33	
	;	m	01/12	8,33	
	Ø	m	01/12	8,33	
Punctus elevatus					
↗ [m]	.	–	M	26/61	42,62
	.	M		25/61	40,98
	,	m		09/61	14,75
	;	m		01/61	1,64
↗ [M]	.	–	M	04/05	80
	.	M		01/05	20
↗↗ [m]	.	M		05/05	100
↗/ [m]	.	M		65/76	85,53
	,	m		04/76	5,26
	.	–	M	07/76	9,21
↗/ [M]	.	–	M	02/03	66,67
	.	M		01/03	33,33
↗/ [m]	.	–	M	02/02	100
↗/ [M]	.	M		01/01	100
•/ [m]	,	m		01/02	50
	.	M		01/02	50
/•/ [m]	.	–	M	02/02	100
	:	m		01/02	50
↗↗ [m]	.	–	M	01/02	50
	.	–	M	01/01	100
↗• [m]	.	–	M	01/01	100
/• [M]	.	–	M	01/01	100
Virgula suspensiva					
/ [m]	,	m		07/23	30,43
	.	M		07/23	30,43
	;	m		06/23	26,09
	.	–	M	03/23	13,04
// [m]	.	–	M	01/01	100
// [-]	.	–	–	01/01	100

Quadro 02: Comparação da pontuação de Caminha com a atual.

É interessante notar que a correspondência atual Ø foi aplicada apenas para duas ocorrências: uma para o ponto seguido de minúscula e outra para o ponto seguido de maiúscula, conforme demonstração seguinte:

- (1) primeiramente dhũũ gramde monte muy alto • e
Redomdo (fol.1v, 3-4).
- (2) e segujmos djreñtos aaterra eos naujos pequenos diã
te himdo per xbij xbj xb xiiij xij xij x •
E ix braças ataa mea legoa de terra omde todos
lancamos amcoras (fol. 1v, 12-15).

Outro fato interessante observado, foi utilizado na *Carta* por Caminha, quando este, ao empregar alguns sinais, deixa um espaço todo em branco à sua frente, passando a escrever na linha seguinte, o que demonstra, de certa forma, a preocupação lógico-gramatical do autor em relação ao emprego da pontuação. Algumas das ocorrências citadas são as seguintes:

- (3) trautou denossa vijnda edo achamento desta terra cõ
formandose cõ o sinal da cruz so cuja obediência
vĩjmos aqual veo mujto apreposito efez mujta
deuaçom •
em quanto esteuemos aamisa e aapregaçom
seriã na praya outra tanta jente pouco mais
ou menos (fol. 5r, 18-25)
- (4) fomos asy perante eles beijar a cruz eespedimonos evj
emos comer •/
creo *Senhor* que com estes dous degradados que
aquy ficam ficam mais dous grometes
que esta noute se sairam desta naao no esqujfe (fol. 13r, 25-30)

Observa-se também esse comportamento nos fólhos 2r (linha 08), 2v (linha 04), 10v (linha 06) e 13v (linha 30). Todos tendo como a correspondência atual o ponto de final de parágrafo.

Em relação aos sinais detectados na *Carta*, nota-se que em 85,53% da ocorrência do *punctus elevatus* seguido de minúscula [•/ m] foi atribuída uma correspondência atual do ponto simples [.M], o que representa um cômputo bastante significativo.

A *vírgula suspensiva* [/] só foi encontrada, no manuscrito, diante de minúscula e a sua correspondência para o sistema atual foi bastante variada, ora se apresentando como vírgula (30,43%), ora como ponto simples (30,43%), ou ainda como ponto-e-vírgula (26,09%).

Assim se dá a pontuação no manuscrito de Caminha no ano de 1500. Até então, o português arcaico não conhecia as regras estabelecidas por uma gramática normativa para o uso da pontuação. O que, aliás, vale ressaltar é

que regras — as que tivesse havido — seriam mínimas e de acesso restrito a poucos privilegiados, como alguns membros da aristocracia e do clero.

Comparando os resultados com João de Barros

Quando em 1540, João de Barros publica a primeira gramática normativa da língua portuguesa, inicia-se uma reflexão sobre os problemas da língua escrita. Barros propõe um sistema de pontuação para ser usado por quem quisesse “doutamente escreuer”. Os sinais empregados por João de Barros são os que se apresentam no Quadro 03 a seguir:

sinal	símbolo correspondente	função
côma	:	"aque podemos chamar cortadura: por que aly se cõrta a clausula e duas pãrtes" (p. 153). Na cõma parece que descansa a uóz, mas nam fica o intendimêto satisfeito: por que deseja a outra pãrte" (p.154).
cólo	.	"e o Termo ou márco em que se acába a cláusula" (p.153); "a óraçã[m] fica perfeita e rematáda com este ponto cólo" (p.154).
uergas	,	Ou "uirgulas: que sam huas distinções das pãrtes da clausula" (p.153); sam esta zeburas, ao módo dos gregos" (p.154).
parentisis	()	"os dous árcos que fãzem estas palauras (como ia disse): usam os latinos quando comêtem hua figura aque chamam Entreposiçã[m]" (p.154).
interrogaçã[m]	?	"Quãdo pergutamos álqua cousa dizendo. Quem foy o primeiro que achou o uso das leteras? Estes dous pontos assy escritos onde apregunta acába, podemos chamãr interrogatiuos: por serem sinãl que interrogamos e preguntamos algua cousa." (p. 154).

Quadro 03: Sinais de pontuação propostos por João de Barros (Machado Filho, neste livro)

Nota-se que o sistema de pontuação adotado por João de Barros é distinto do empregado por Caminha em seu manuscrito. Desses sinais, apenas o ponto se faz presente nos dois trabalhos, mesmo assim, com outra terminologia em João de Barros, embora a *interrogaçã[m]* e alguns sinais parecidos com as *uergas* já fossem detectados em alguns textos medievais.

Comparando, porém, os resultados dos sinais obtidos na *Carta* com os manuscritos do período arcaico, conforme pode ser observado no quadro de “sinais de pontuação detectados e sua frequência” levantados por Machado Filho em sua dissertação de Mestrado (1999:61), constata-se que o sistema pontuacional adotado por Caminha é o mesmo utilizado nos referidos documentos.

Concluindo a questão

Salientando mais uma vez, observa-se que, a partir das primeiras gramáticas da língua portuguesa, o sistema de pontuação empregado se faz de modo diferente ao adotado na *Carta* de Caminha, sendo que, na gra-

mática de João de Barros, o autor pretende introduzir um modelo baseado no latim. É pelo viés de tais comparações que se pode atribuir ao sistema de sinais empregados por Pero Vaz de Caminha uma característica arcaizante.

Diferente também era o comportamento de João de Barros em relação aos seus próprios preceitos. Embora a sua gramática fosse do tipo normativo, o autor não parecia seguir incondicionalmente as orientações gramaticais e ortográficas propostas por ele mesmo, como revela Machado Filho (2002, neste livro):

D A O R T H O G R A F I A . 50
 Estas paláuras n.ã.m serem hereticas? com os pontos:
 por que a parte, nũca, tem força neste entendimento, e
 onde se acósta, aly cáy. A quy destruye a precedente,
 e nam a seguinte: ca dizemos. Ler as obras de lu-
 thero nunca: obedecer ao pápa, e o mais seguro pera a
 saluaçám. Estas orações amfibológicas usáuaam
 muito os oráculos dos gentios: ca per ellas os en-
 ganáua. Como se conta da repósta que ouue
 Pirro do oráculo de Apóllo, que os grã-
 máticos trázem muy comũ, Aio te
 A Eacida Romanos uincere pos-
 se. Da qual repósta Pyrrro ficou
 enganado: por que entendo
 que auia de uencer os Ro-
 manos, e elle ficou uen-
 cido delles, por are-
 pósta ser amfibo-
 lógica.

Fragmento do fólio final da
Grammatica de João de Barros

Parecia existir, pois, no sistema apresentado por Barros, a possibilidade de variação contextual de uso, em que um sinal pudesse substituir o outro em suas funções. Essa possibilidade, no entanto, não se encontra patente na descrição que faz de cada um desses sinais em seu trabalho.

Como já foi explicado no início deste trabalho, outra característica da pontuação dos manuscritos medievais é o de se basear também em aspectos prosódicos da língua. Nesse caso, conforme mostra o Quadro 02, o comportamento lógico-gramatical da pontuação empregada em relação ao uso moderno faz deduzir que esse manuscrito de 1500 é modernizante.

Assim, após obter os resultados da pesquisa, comparam-se os sistemas pontuacionais da *Carta* com a proposta apresentada por João de Barros em

1540 e a conclusão se realiza da seguinte maneira: a pontuação na *Carta* de Pero Vaz de Caminha caracteriza-se como arcaizante e modernizante. Arcaizante em relação ao inventário de sinais, que se aproxima da escrita dos manuscritos medievais, pois a sua representação gráfica já se faz distinta na *Gramática* de João de Barros; e modernizante em relação ao comportamento lógico-gramatical.

Referências bibliográficas

BARROS, João de ([1540] 1971). *Grammatica da lingva portvgvesa*. Reprodução fac-similada. In: BUESCU, Maria L. (1971). *Gramática da língua portuguesa. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- CORTESÃO, Jaime (1967). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa: Portugália.
- FERREIRA, José de Azevedo (1987). *Afonso X. Foro Real*. Lisboa: INIC.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. (1999). *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: Instituto de Letras da Ufba. Dissertação de Mestrado. Digitada.
- MACHADO FILHO, Américo V. L. (2002). *A pontuação em João de Barros: preceitos e usos*. [neste livro].
- MARTINS, A. M. (1986). Aspectos da pontuação num manuscrito medieval português. In: CRITIQUE ET ÉDITION DE TEXTES. *Actes Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, 17: v. 9, p. 255-66.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993a). *Linguística Histórica: o estado da questão e reflexos sobre estudos históricos do português*. Salvador. Instituto de Letras da UFBA. Cadernos: Literatura e Linguística, 02.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (1993b). O que nos diz sobre a sintaxe a pontuação de manuscritos medievais portugueses. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, 14: 75-85.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2001). *Reconfigurações socioculturais e lingüísticas no Portugal de quinhentos em comparação com o período arcaico*. [neste livro].
- MEGALE, Heitor et alii (1999). *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Reprodução fac-similada com leitura justalinear. São Paulo: Humanitas.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1964) *A Sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.
- ROSA, Maria Carlota (1994). *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Tese de doutoramento em Linguística. Rio de Janeiro: UFRJ. 2v. (mimeo).



Este livro foi publicado
no formato 170 x 240mm
Garamond ITC Book Condensed - corpo
Goudita Sans SF - títulos
CaslonNo540SwaD - separatrizes
miolo em papel 75g/m²
Capa em cartão supremo 240g/m²
tiragem: 600 exemplares
Impresso no Setor de Reprografia da EDUFBA
Impressão de capa e acabamento:
Cartograf Gráfica e Editora